

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH
História, Poder e Práticas Sociais.**

TATIANE KARINE MATOS DA SILVA

CONFLITOS PELA TERRA NA GLEBA PONTE QUEIMADA

Experiências de Disputas por Terras em Narrativas (1960-1972)

Texto apresentado à Banca de Defesa de Qualificação do Programa de Pós-Graduação (Mestrado) *Strictu Sensu* em História, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História. Área de concentração: História, Poder e Práticas Sociais. Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras, *campus* de Marechal Cândido Rondon, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

Orientador: Prof. Dr. Davi Félix Schreiner

**Marechal Cândido Rondon
2015**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH
História, Poder e Práticas Sociais.**

TATIANE KARINE MATOS DA SILVA

CONFLITOS PELA TERRA NA GLEBA PONTE QUEIMADA

Experiências de Disputas por Terras em Narrativas (1960-1972)

Texto apresentado à Banca de Defesa de Qualificação do Programa de Pós-Graduação (Mestrado) *Strictu Sensu* em História, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História. Área de concentração: História, Poder e Práticas Sociais. Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras, *campus* de Marechal Cândido Rondon, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

Orientador: Prof. Dr. Davi Félix Schreiner

**Marechal Cândido Rondon
2015**



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46

Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - http://www.unioeste.br

Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000

Marechal Cândido Rondon - PR.

Programa de Pós-Graduação em História - Nível Mestrado

Reconhecido pela Portaria Ministerial - MEC nº 1.077, de 31/08/2012, publicada no DOU de 13/09/2012.



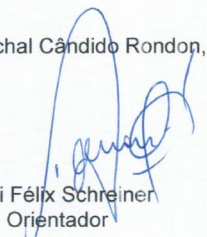
PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

ATA DO EXAME DE QUALIFICAÇÃO DO CURSO DE MESTRADO EM HISTÓRIA DA UNIOESTE

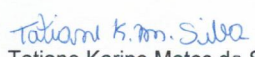
Aos dezoito dias do mês de setembro de 2015, às 18h30min, reuniu-se à banca examinadora composta pelos professores Dr. Davi Félix Schreiner (Orientador) (UNIOESTE), Dr.^a Sheille Soares de Freitas (UNIOESTE) e Dr. Paulo José Koling (UNIOESTE), para avaliarem o trabalho "CONFLITOS PELA TERRA NA GLEBA PONTE QUEIMADA: Experiências de Disputas por Terras em Narrativas (1960-1972)", apresentado para exame de qualificação pela pós-graduanda **Tatiane Karine Matos da Silva** como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História do UNIOESTE, Campus de Marechal Cândido Rondon. A banca examinadora considerou o trabalho Approved. Nada mais havendo a constar, eu Davi Félix Schreiner, orientador do trabalho, lavrei a presente ata que vai assinada por mim, pelos demais membros da banca examinadora e pela pós-graduanda avaliada.

Marechal Cândido Rondon, 18 de setembro de 2015.


Davi Félix Schreiner
Orientador


Sheille Soares de Freitas
Membro


Paulo José Koling
Membro


Tatiane Karine Matos da Silva
pós-graduanda



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46
Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - http://www.unioeste.br
Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000
Marechal Cândido Rondon - PR.



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH
UNIOESTE**

PARECER DESCRITIVO

Título da Dissertação: "CONFLITOS PELA TERRA NA GLEBA PONTE QUEIMADA: Experiências de Disputas por Terras em Narrativas (1960-1972)".

Nome do concluinte: **Tatiane Karine Matos da Silva**

Integrantes da Banca:

Prof. Dr. Davi Félix Schreiner (orientador) (UNIOESTE);

Prof. Dr. Jiani Fernando Langaro (UFG);

Profª. Drª. Sheille Soares de Freitas (UNIOESTE).

Parecer:

<p>A Banca registrou a importância de pesquisas base e produção historiográfica, sobretudo no que tange aos conflitos agrários e experiências dos trabalhadores rurais. Destaca a riqueza e amplitude do acervo documental e a seriedade metodológica, sugerindo a publicação devido a qualidade do trabalho.</p>

Marechal Cândido Rondon, 28 de abril de 2016.

Lista de mapas:

Mapa I: Localização das áreas de conflito

Mapa II: Demarcação das áreas de segurança nacional

Lista de Siglas:

ARENA: Aliança Renovadora Nacional

BNDE: Banco de Desenvolvimento Nacional

CEPEDAL: Núcleo de Pesquisa e Documentação sobre o Estado do Paraná.

CPT: Comissão Pastora da Terra

IBRA: Instituto Brasileiro de Reforma Agrária

INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MASTRO: Movimento dos Agricultores Sem Terras do Oeste do Paraná

MDB: Movimento Democrático Brasileiro

MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras

Dedico este trabalho a minha avó Maria Amélia de Araújo da Silva, que a pouco mais de um ano, fez do céu sua nova morada, no entanto, nunca vai deixar de morar no meu coração. Obrigada por tudo vó. Sinto falta das nossas tardes juntas, conversando e tomando seu cafezinho, um ato tão simples e tão cheio de amor. Te amo.

Agradecimentos:

O caminho de elaboração dessa dissertação foi marcado por momentos as vezes felizes, mas por vezes incerto. Afinal de contas, a mescla desses momentos compõe também a trajetória de nossas vidas. A vida é feita de momentos, de experiências. Assim, nossa trajetória vai se fazendo e se refazendo a partir das relações que construímos. Ao longo de nossa trajetória de vida também nos construímos, e parte dessa construção se dá a partir das pessoas com as quais convivemos. Tenho sorte em poder conviver com pessoas maravilhosas. Que as palavras que se seguem sejam capazes de transmitir a todos vocês minha afeição e gratidão.

Em primeiro lugar agradeço a Deus por sempre ter sido tão bom comigo, e por ter colocado pessoas maravilhosas em meu caminho.

Deus me deu os melhores pais do mundo. Benedito e Jucineide me faltam palavras para descrever quão grande é meu amor por vocês. Só a gente sabe das dificuldades que já enfrentamos, porém, vocês sempre se mantiveram firmes, e persistentes em realizar um sonho que era nosso. Um sonho que foi realizado com a conclusão de minha graduação, um sonho que deu frutos e se transformou em outro sonho, a pós-graduação. A gente conseguiu! E não vamos parar de sonhar e de realizar nossos sonhos. Com meus pais aprendi que nossos maiores bens são as pessoas que amamos, que nada é mais importante que o amor, amizade e o companheirismo. Pai, mãe, amo vocês.

Agradeço meu irmão Thiago, pelas muitas vezes em que na inocência de uma criança me fez rir, tornando meus dias mais alegres. Amo você.

Ao meu tio, Carlito serei sempre grata. És mais que um tio, lhe considero meu irmão mais velho. Obrigado por ser essa pessoa radiante, obrigado pela ajuda que me deu durante o período em que realizei as entrevistas utilizadas neste trabalho, sempre me acompanhando e indicando pessoas que poderiam contribuir com as discussões. Agradeço também a Marli, tia que sempre me incentivou a seguir em frente.

Ao meu avô Espedito, meu muito obrigado por tudo. Não sei se sou a neta que você idealiza, mas sou grata pelo carinho que sempre teve comigo. Amo você. Da

mesma forma, agradeço minhas madrinhas Ivone e Irene por estarem sempre ao meu lado e pelo afeto que sempre me deram. Soeli e Nerci, meus amigos, amigos da minha família, obrigada por serem presenças constantes em nossas vidas.

Á Fabiana Sthal Chaparini, minha amiga, uma irmã que Deus generosamente colocou no meu caminho. Nos conhecemos na graduação e vivemos tantas coisas juntas, rimos, choramos, mas você sempre esteve do meu lado, sempre me fazendo rir, me apoiando e acreditando em mim. Quantas vezes você Fabi, me tirou da aflição e me fez ver o lado bom até das situações ruins. Obrigada, por nunca ter me deixado sozinha.

Á Tcheile, amiga que como costumamos dizer “nos conhecemos desde sempre”. Obrigada pelos momentos de risos, confissões, e desabafos sobre a vida. Agradeço aos amigos da pós-graduação, Marica Cristina, Mara, Vagner Mello, Talita, Hiolly, Jonas, Hiolly, Rapahel pelas discussões sempre construtivas e pelos bons momentos que juntos vivemos. Todo meu carinho também a Carem e Cintia.

Aos professores Rinaldo José Varussa, Antônio de Pádua Bosi, Carla Luciana Souza da Silva, Geni Rosa Duarte, Vagner José Moreira, minha gratidão pelas aulas sempre construtivas, pelos diálogos e contribuição que cada um deu para o encaminhamento desta dissertação. Agradeço ainda ao professor Paulo José Koling que esteve presente em minha banca de qualificação, seus apontamentos foram de grande contribuição para a continuidade desta discussão. Sou também grata ao professor Carlos Meneses de Souza Santos por suas sugestões e reflexões sobre os encaminhamentos e elaboração deste trabalho.

Agradeço ainda a professora Sheille Soares de Freitas que foi minha orientadora por quase três anos no período de graduação, esteve em minha banca de qualificação e nunca deixou de estar presente em minha trajetória acadêmica. Tenha certeza que os momentos de diálogos/discussões que tivemos foram de grande importância para a construção desta reflexão.

E a você Davi Felix Schreiner, meu orientador, muito obrigado por tudo. Pelos dias e dias que discutimos os encaminhamentos da pesquisa e construção desta

dissertação, por sua paciência, por ter ao longo destes dois anos me transmitido à certeza de que seria possível construir esse trabalho.

Por fim agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico CNPQ, órgão do qual fui bolsista ao longo dos dois anos de pós-graduação.

A todos vocês meu eterno carinho e gratidão.

RESUMO

Este trabalho problematiza as dinâmicas de conflitos por terras em uma região de fronteira a partir das experiências de posseiros em disputa pela terra na Gleba Ponte Queimada, localizada no município de Santa Helena, Paraná, entre 1960 e 1972. Buscamos analisar as práticas, por meio de narrativas diversas, que permearam embates entre posseiros e proprietários de terras em dois espaços da referida Gleba, um na Fazenda Rimacla e o outro na comunidade de Esquina Céu Azul. Nessa perspectiva, interessa-nos perceber as possibilidades e posicionamentos construídos pelos posseiros que tiveram que lidar com estes processos conflituosos, os quais resultaram em sua expulsão dos lugares em que até então viviam. Enfatizamos, assim, as pressões que permeavam suas vidas, a violência e a insegurança, bem como elaboram suas narrativas acerca daquelas disputas.

Palavras-chave: Gleba Ponte Queimada, conflitos, terra.

CONFLICT IN THE LAND BRIDGE BURNED GLEBA

Dispute experiences Lands in Narratives (1960-1972)

ABSTRACT

This paper discusses the dynamics of conflicts over land in a border region from the squatter experiences in disputes over land in Gleba Bridge Burned, in the municipality of Santa Helena, Paraná, between 1960 and 1972. We seek to analyze the practices through several narratives that permeated clashes between squatters and landowners in two spaces of said Gleba, one in Finance Rimacla and the other in Corner Blue Sky community. From this perspective, we are interested in realizing the possibilities and positions built by squatters who had to deal with these conflicting processes, which resulted in his expulsion from places where hitherto lived. We emphasize, therefore, the pressures that permeated their lives, violence and insecurity, as well as prepare their stories about those disputes.

Keywords: Gleba Bridge Burned, conflicts, land.

Sumário:

Introdução	15
Capítulo I: FRONTEIRA, TERRA E CONFLITOS: Violências e Disputas Fundiárias no “Paraná Moderno”	36
1-A Gleba Ponte Queimada.....	36
2-As Obrages.....	49
3-Dimensões da Colonização	54
3.1- As Disputas por terras e a figura do Jagunço.....	60
3.2- Terras em Disputas: enfrentamentos coletivos diretos.....	69
Capítulo II: OS POSSEIROS DA GLEBA PONTE QUEIMADA: trajetórias de vida e conflitos	82
1-A expulsão dos posseiros da Esquina Céu Azul.....	92
2-A margem da Rodovia	110
Capítulo III: A DINÂMICA DE EXPROPRIAR E A RESISTÊNCIA COLETIVA	114
1-Na fazenda Rimacla.....	114
2-O fazendeiro e os posseiros: interesses em confrontos	123
3-“Silêncio: é uma guerra”: a resistência e a expulsão dos posseiros.....	137
Capítulo IV: DISPUTAS POR TERRAS E VIVÊNCIAS EM NARRATIVAS	148
1-Entre silêncios e falas: os conflitos da Ponte Queimada.....	149
2- A possibilidade de um acordo e a reconstrução de seus modos de vida.....	167
Considerações finais	183
Referências bibliográficas	187
Fontes	191

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo problematizar dinâmicas de conflitos por terras, ocorridas entre as décadas de 1950 e 1970, em uma região de fronteira, destacando nesse percurso as experiências dos posseiros na comunidade de Esquina Céu Azul e na Fazenda Rimacla, ambas localizadas na Gleba Ponte Queimada, em Santa Helena- PR¹.

Tais conflitos se construíram tendo a violência como prática constante, efetivada por meio de diversos modos. Em ambos os espaços de disputas, supostos proprietários reivindicavam áreas de terras que estavam sendo ocupadas até então por famílias de posseiros. A expulsão dos pequenos posseiros que tinham pequenas áreas de posse, configura interesses que expressam a expansão da propriedade privada da terra e, por conseguinte, as contradições da formação socioeconômica agrária na sociedade capitalista brasileira.

Essas reflexões são feitas a partir da análise de relatórios e pareceres elaborados por funcionários do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e pelos responsáveis pelo destacamento policial de Santa Helena, enviados ao comando policial em Cascavel-, Paraná. Trabalharemos também com documentos produzidos pela Comissão Pastoral da Terra (CPT)², com algumas matérias jornalísticas publicadas no jornal *O Estado de São Paulo*³ e no periódico *Nosso Tempo*⁴, os quais

¹ Santa Helena- PR se localiza numa região de fronteira, na região Oeste do Estado do Paraná, sendo que o município limita-se, atualmente, por meio do Lago de Itaipu, com o Paraguai.

²² A Comissão Pastoral da Terra (CPT) foi fundada no ano de 1975, intimamente ligada à Igreja Católica. Os agentes da Igreja vinham sofrendo com represálias diante as suas atuações na defesa de trabalhadores rurais, posseiros e peões no contexto do processo ditatorial brasileiro. Assim, organizaram diversas formas de luta/movimentos sociais que se opuseram as relações desiguais vividas no campo. No Estado do Paraná, as ações da CPT se fizeram presentes na constituição da luta dos trabalhadores desapropriados para a construção do reservatório da usina hidrelétrica Itaipu Binacional. Os documentos com os quais trabalharemos se encontram arquivados no Centro de Documentação Thomás Balduino, acessado através do site: <http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/cedoc-dom-tomas-balduino-da-cpt> que se constitui como um importante acervo para aqueles que buscam discutir as tensões vividas historicamente no campo.

³ Em 04 de janeiro de 1875, o jornal *O Estado de São Paulo* nasceu com o nome de *A Província de São Paulo*. Seus fundadores foram um grupo de republicanos, liderados por Manoel Ferraz de Campos Salles e Américo Brasiliense.

⁴ A ideia de criar o semanário *Nosso Tempo* surgiu em maio de 1980, quando o também semanário *Hoje Foz* foi vendido para Jucundino Furtado, político ligado à antiga Arena (Aliança Renovadora Nacional), partido de sustentação da ditadura. Jucundino era um homem poderoso, tido como operador da logística

noticiaram os confrontos frente ao acesso à terra, principalmente na Fazenda Rimacla. Analisaremos ainda relatórios da Comissão Camponesa da Verdade⁵ e com entrevistas orais feitas com sujeitos que de alguma forma vivenciaram os referidos processos de disputa.

Destaco as motivações que me levaram a eleger este tema como problema de pesquisa. O contanto com as problemáticas que envolvem os conflitos por terras no município de Santa Helena remetem a trajetória de pesquisa que trilhei durante a construção do meu trabalho monográfico⁶, na graduação.

Durante três anos desenvolvi uma pesquisa que analisou o processo de construção do reservatório da Usina Hidrelétrica da Itaipu, em Santa Helena- PR. Busquei investigar as diferentes experiências vivenciadas por diversos sujeitos que tiveram que lidar com o processo de desapropriação. Conversei com proprietários de terras, posseiros e trabalhadores diaristas, a partir disso, pude discutir seus diferentes posicionamentos e os significados diversificados que atribuíam à formação do reservatório da empresa binacional no município.

Algumas das pessoas com as quais dialoguei enfatizaram a demora de receberem as indenizações, que eram feitas por parte de dirigentes da empresa binacional. Além disso, afirmaram que a quantia recebida pelas terras, a serem encobertas pelas águas, era insuficiente para que pudessem se colocar em outro lugar, com as mesmas condições que já tinha se estabelecido ali. Nesse contexto, eles

do grupo político liderado por Ney Braga. Essa fama surgiu a partir dos cargos ocupados por ele, como o de diretor-administrativo da Itaipu Binacional e presidente do Banco do Estado do Paraná. Com a venda do jornal, que funcionava na Vila Yolanda, os jornalistas Aluizio Palmar, João Adelino de Souza e Juvêncio Mazzarollo foram demitidos. Os três eram responsáveis pela linha de conotação popular, de esquerda e de contestação ao governo militar. Naqueles anos a Presidência da República era ocupada pelo general João Batista Figueiredo: o estado do Paraná era governado pelo coronel Ney Braga, e o município, pelo coronel Clóvis Cunha Vianna. A permanência dos três jornalistas contestadores era incompatível como a nova orientação que o jornal passou a ter. Aluizio havia chegado a Foz do Iguaçu em setembro do ano anterior, após ser anistiado. Ele retornou do exílio em que viveu oito anos após ser trocado pelo embaixador da Suíça no Brasil. João Adelino havia passado pelo jornal *Fronteira do Iguaçu*, de Cascavel, e saído para fundar, juntamente com Sefrin Filho, o *Hoje*, primeiro em Cascavel e mais tarde seus similares em Marechal Rondon e Foz do Iguaçu. Juvêncio Mazzarollo começou suas atividades jornalísticas no *Hoje*, a convite de Adelino, então editor da versão iguaçuense do semanário de Cascavel.

⁵A Comissão Camponesa da Verdade foi criada em 2012, por professores/as, pesquisadores/as, lideranças de movimentos sociais e entidades ligadas ao campo e gestores públicos para incidir sobre os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV).

⁶Ver: SILVA, Tatiane, K.M.: *Trabalhadores e proprietários na "Terra da águas":* Conflitos, desapropriações e expectativas sobre os modos de viver em Santa Helena - PR (1960-2013) UNIOESTE- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus de Marechal Candido Rondon, Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras- CCHEL. Colegiado de História. 2013.

indicaram que a saída encontrada por alguns, diante da indenização insuficiente e inevitável necessidade de deixar as terras, era rumar para outros Estados e até mesmo para outro País, sendo que alguns dos desapropriados tomaram a decisão de se estabelecerem no Paraguai.

A decisão estava pautada na ideia de que em outros Estados seria possível adquirir uma quantia de terra que lhes permitisse trabalhar com sua família, já que na região Oeste do Estado do Paraná o preço da terra sofreu considerável aumento, devido a significativa procura por parte dos expropriados, bem como, devido a divulgação feita por empresas colonizadoras sobre a qualidade das terras paranaenses.

Aliado as indicações sobre o baixo preço das indenizações, outros sujeitos foram enfáticos ao se referirem a não indenização. Ou seja, alguns de meus entrevistados me cotaram que nada receberam, tendo que deixaram as áreas de terras em que até então viviam e trabalhavam sem nenhuma quantia com a qual pudessem dar início novamente, a construção de suas relações de trabalho e moradia.

Ao me referenciar de forma geral a algumas das questões discutidas em meu trabalho monográfico, tenho como intenção demonstrar que as relações vividas, não raras vezes, no Paraná eram permeadas pela tensão, medo e intranquilidade. Viver em Santa Helena, entre as décadas de 1960 e 1970, era viver com tensões, disputas que não se limitaram as desapropriações ocasionadas pela construção do reservatório da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Os conflitos envolvendo a terra, enquanto espaço de disputa, compuseram também, um processo que merece ser investigado.

Percebi que os embates tendo como motor as disputas pela terra eram uma constante no município no percurso de entrevistas feitas na construção de meu Trabalho de Conclusão de Curso. Ao conversar com certas pessoas, observei que algo era recorrente em suas falas. Grande parte delas me contaram sobre sua chegada em Santa Helena (entre 1960-1970), enfatizando as constantes brigas e mortes motivadas, por vezes, pelas disputas por terras. Não foi possível em um trabalho monográfico dar conta de tantas questões, mas elas não deixaram de me incomodar. Desse modo, me propus a problematizá-las em minha pesquisa no curso de mestrado, pois é necessário

que problematizemos *outras histórias*, aquelas que não ganham espaço na memória pública⁷.

Nessa perspectiva, as discussões propostas por Antônio Marcos Miskiw nos dão a possibilidade de dimensionar a intensidade e abrangência dos conflitos por terras na região Oeste do Paraná. De acordo com o autor, os conflitos por terras no Oeste paranaense ocorreram em grande número durante as décadas de 1950 e 1960. Posseiros, jagunços e policiais militares eram alguns dos que se colocavam nestas disputas⁸. Por vezes, jagunços eram usados nas ações de despejo de pequenos posseiros sob o argumento de que eram intrusos⁹.

Miskiw indica, também, que a especulação de títulos de propriedade, ou seja, a venda de terras com documentos que supostamente legitimavam o comprador como proprietário de determinada área era praticada constantemente. O título da terra, no entanto, não dava ao proprietário a garantia de permanecer naquele espaço, pois, não raras vezes, outros sujeitos se apresentaram com títulos, reivindicado a mesma área de terra.

A especulação de títulos de propriedade nos remete à intensificação do mercado de terras, constituído com o auxílio do Estado a partir da Lei de Terras de 1850. A terra passou a adquirir diversos e distintos usos sociais. Colonos e posseiros retiravam a mata para prepararem o solo para a produção de subsistência. Na medida em

⁷ Jiani Fernando Langaro enfatiza a necessidade de nos atentarmos para as *outras histórias*, outras experiências que foram (e que são vivenciadas) não somente no município de Santa Helena, mas de modo geral, na região Oeste do estado do Paraná. O autor chama nossa atenção para os embates e para o fazer-se dos trabalhadores em meio a relações de poder desiguais, vivências que por vezes são minimizadas em prol da construção de uma memória oficial desenvolvimentista. VER: LANGARO, Jiani Fernando. Para além de pioneiro e forasteiros: outras histórias do oeste do Paraná. Dissertação. Universidade Federal de Uberlândia-MG, Programa de Pós-Graduação em História, 2005.

⁸ Os apontamentos feitos pelo autor se aproximam da discussão que pretendo desenvolver. Miskiw construiu sua problemática abordando a dinâmica dos conflitos por terras no Oeste paranaense. Ainda que meu intuito seja problematizar as tensões envolvendo a terra no município de Santa Helena, acredito que as indicações feitas por ele são significativas ao mostrarem que a região, longe de ser um lugar tranquilo, era um lugar onde as disputas/conflitos por terras eram uma constante. VER: MYSKIW, Antônio Marcos. *Colonos, Posseiros, Grileiros: conflitos de terras no Oeste Paranaense (1961-1966)* Dissertação de Mestrado, p 78. Universidade Federal Fluminense- UFF. Centro de Estudos Gerais de Ciências Humanas e Filosofia, Pós - Graduação em História. UFF-UNIOESTE. Niterói, RJ 2002.

⁹ O termo intruso é discutido por Westphalen e Balhana. De acordo com os autores a intrusão corresponde a modalidade ilícita de ocupação e posse da terra. Em todo o Paraná se verificaram negócios de terras, surgindo então à indústria da intrusão. A dinâmica da intrusão é analisada ao logo deste trabalho.

que foi se formando um mercado para os produtos excedentes agrícolas, o mercado de terras foi adquirindo maior expressão. Para Crestani e Schallenber gera terra nesse período (1850) começou a ganhar novas formas sociais devido à penetração do capitalismo em áreas de terras devolutas, latifúndios antigos ou recentes, nos quais se produzia principalmente para o auto-consumo¹⁰.

No Oeste do Paraná, o mercado de terras intensificou-se no processo de colonização, a partir da década de 1940, com a atuação de companhias madeireiras e de colonização. É neste contexto que inúmeros conflitos pela terra se originaram na maioria dos casos, pelas práticas de violência de policiais e jagunços, além de titulações múltiplas. Isso deu origem ao fenômeno na violência da fronteira, acentuado com o mercado de terras. Nesta região, tantos foram os conflitos semeados pela múltipla titulação que o próprio governo estadual teve que desapropriar terras com titulação concedida por ele mesmo¹¹.

Todavia, diferentemente de Crestani e Schallenberger, que consideram como a origem dos conflitos por terras no Oeste paranaense a “dupla autoridade exercida por policiais e jagunços”¹², entendemos que os trabalhadores chamados de jagunços não eram autoridades tais como os policiais. Não eram autoridades constituídas, mas exerciam poder dimensionado pela intimidação, violência física e simbólica. Assim, mais do que falar em “situações de dupla autoridade”, propomos pensar os conflitos por terras como dinâmicas balizadas por relações de poder desiguais.

Se ampliarmos as práticas e sentidos que podem ser vinculadas ao termo autoridades, saindo, assim, da formalidade, que por vezes permeia um primeiro olhar sobre ele, podemos entender que tanto jagunços como policiais se utilizavam de mecanismos diversos para pressionar a permanência, ou a saída de determinados sujeitos de áreas de terras, inflamando as disputas por elas.

A atuação destes sujeitos permeia as relações conflituosas vivenciadas em áreas de fronteiras, entre outras como as ocorridas no município de Santa Helena. O

¹⁰ Leandro de Araujo Crestani nos ajuda a analisar as tensões desencadeadas com a criação do mercado de terras. VER: CRESTANI, Leandro de Araujo. SCHALLENBERGER, Erneldo. *Nas fronteiras do Oeste do Paraná: Conflitos agrários e mercados de terra (1843-1960)* p 95.

¹¹ Ibidem, p. 99.

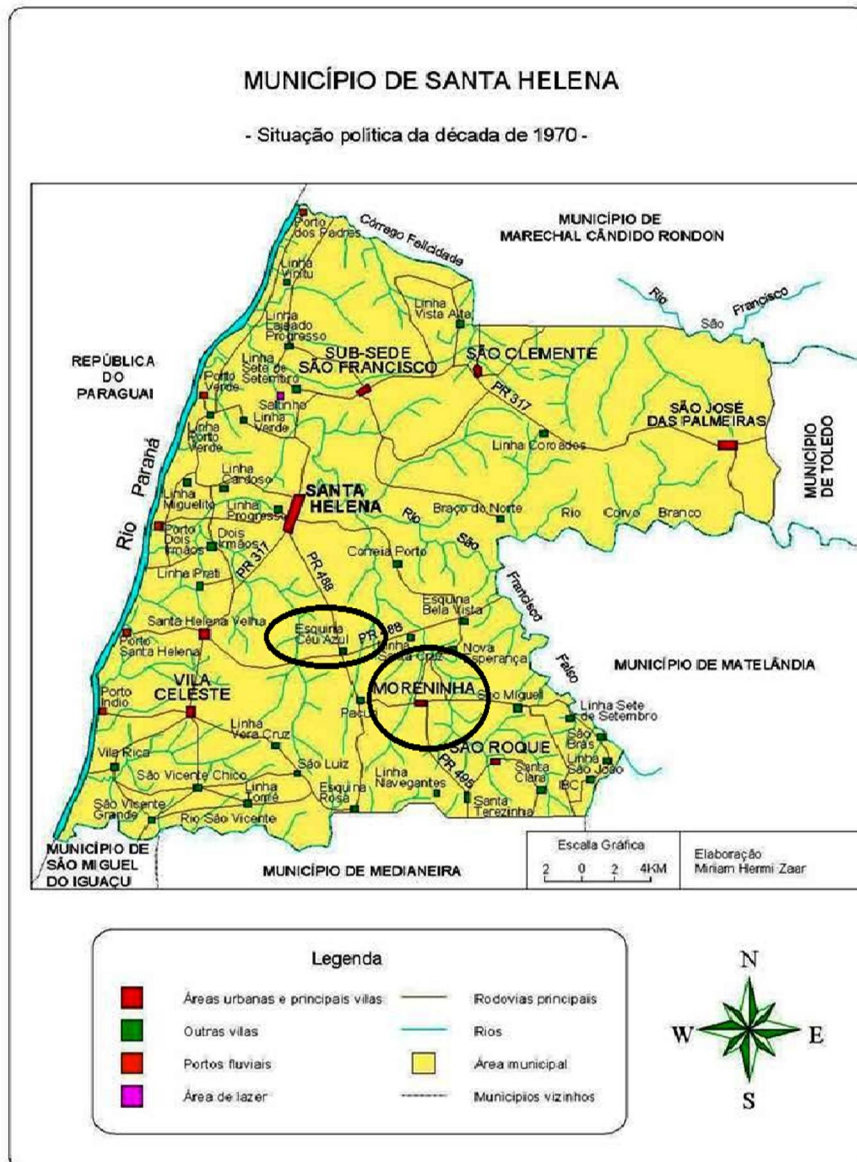
¹² Idem, ibidem.

mapa¹³, a seguir, nos permite visualizar que, por meio do Lago de Itaipu, o município faz divisa com o Paraguai, bem como limita-se com o município de Diamante do Oeste. Perceber estas demarcações geográficas torna-se um exercício significativo, à medida que a extensão da Fazenda Rimacla não se restringiam ao município de Santa Helena, mas abrangia também o atual município de Diamante do Oeste. Assim, a área que compreendia Santa Helena ficava na comunidade rural de Moreninha, comunidade que juntamente com o distrito de Esquina Céu Azul, formava a Gleba Ponte Queimada¹⁴.

Mapa I:

¹³ Mapa disponível em [http://pt.wikipedia.org/wiki/Santa_Helena_\(Paran%C3%A1\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Santa_Helena_(Paran%C3%A1)). Acesso em: 18/05/2015

¹⁴ O nome da comunidade faz referencia a passagem da Coluna Prestes pelo município em 1925. A ponte foi construída em 1900, sendo que foi queimada pelos integrantes do movimento para impedir a passagem das tropas legalistas. As ruínas continuam lá, como patrimônio histórico do município, conhecido como “Ruínas da Ponte Queimada”.



Mapa I: As comunidades em destaque formavam a Gleba Ponte Queimada. Em Moreninha localizava-se a Fazenda Rimacla.

A imagem acima representa as configurações geográficas do Município de Santa Helena em 1970, entretanto acrescentamos que ambas as áreas analisadas neste trabalho, atualmente cresceram e tem maiores dimensões, além disso, o aumento de habitantes fez delas distritos administrativos.

Portanto, ao analisar os conflitos por terras dinamizados na Gleba Ponte Queimada, o abordamos no contexto de relações empreendidas em uma área de fronteira, que não se resume aos limites geográficos, até porque buscamos explorar seus

usos e sentidos. Compartilhando da visão de José de Souza Martins, entendemos a fronteira como espaços onde se tecem “histórias de resistência, de revolta, de protesto, de sonhos e de esperanças”¹⁵.

Ela é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização e da barbárie (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e de visões de mundo, fronteiras de etnias, fronteira da História e da historicidade do homem. E sobre tudo fronteira do humano.¹⁶

A reflexão proposta por Martins sugere as ambiguidades presentes *nas fronteiras*, fronteiras que não se resumem as fronteiras espaciais, mas que são, na maioria das vezes, fronteiras onde a diversidade, a ambiguidade e a contradição se fazem presentes. Diversidades de interesses, de condições sociais, de sentidos, usos e experiências. Práticas diversas que por vezes se chocam e geram conflitos, os embates vividos na Gleba Ponte Queimada compuseram se fizeram tendo como mote as tramas discutidas por Martins, a diversidade de interesses e de práticas que nortearam os usos da terra impulsionaram conflitos marcados por violências, como veremos a frente.

Leandro de Araujo Crestani faz algumas considerações importantes frente ao exercício necessário de ampliarmos nosso olhar ao lidar com discussões que contemplem as relações elaboradas nestes espaços:

Pensar no termo fronteira, não é simplesmente resumir as suas delimitações geográficas. É necessário conhecer a sua complexidade, ter uma perspectiva sob vários ângulos. A fronteira não é simplesmente a demarcação de uma linha ou faixa de divisória entre regiões, estados ou países visa uma natureza de política de afirmação, adaptação e tensão. A fronteira pode ser compreendida como um espaço privilegiado da produção de afirmação e negação de identidades, de antagonismos e laços de solidariedade, do (des) encontro dos sujeitos, dos conflitos e das conquistas materiais e, principalmente, torna-se responsável pela construção, desconstrução, fragmentação e reconstrução de territorialidades que se tornam expressão das diferentes faces do processo de formação social de um local, região, estado ou nação.¹⁷

¹⁵ José de Souza Martins nos ajuda a dimensionar os sentidos e noções construídas em torno da ideia de fronteira. VER: MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo, SP: HUCITEC, 1997

¹⁶ IBIDEM, p 13.

¹⁷ CRESTANI, Leandro de Araújo. *Conflitos agrários e mercado de terras na fronteira do Oeste do Paraná (1843/1969)*. Toledo, PR, 2012. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Agronegócio.

Crestani ressalta a complexidade com a qual estamos lidando ao trabalhar com a noção de fronteira, pois os sentidos embutidos no termo extrapolam os limites que por vezes um olhar desatento pode atribuir a ela. Ao analisar relações sociais dinamizadas em um espaço fronteiro, não devemos nos prender a um exercício de demarcação de divisas geográficas. Refletir sobre espaços sociais em áreas de fronteira exige que estejamos atentos à multiplicidade de práticas, sentidos e perspectivas de diferentes sujeitos, que são formuladas e reformuladas no contexto de possibilidades que esta ambiência¹⁸ pode lhes oferecer.

Nessa conjuntura, as terras da Fazenda Rimacla, ficaram ao longo do movimento histórico conhecidas como Fazenda Mesquita, cujo nome faz referência ao sobrenome de João Conrado Mesquita, proprietário da mesma. Uma parte da fazenda se localizava no atual município de Diamante do Oeste- PR. Outra parte da referida área se estendia no território do município de Santa Helena, mais precisamente abrangia a comunidade rural de moreninha, está se localizava na Gleba Ponte Queimada.

Nesta localidade os conflitos marcados por mortes e expulsão de mais de cem famílias de pequenos e grandes posseiros se estenderam ao longo dos anos de 1971 e 1972 e ganharam repercussão nacional. Os embates travados entre João Conrado Mesquita e diversas famílias de posseiros que possuíam pequenas e grandes áreas de posse, repercutiram constantemente em matérias feitas pelo Jornal¹⁹. Nelas, a violência física que era vivenciada em Santa Helena no contexto das disputas pela terra eram destacadas.

Os registros desta área de terra estão no nome de um único dono, no entanto, quando empreendi as entrevistas para complementar as discussões, as pessoas com as quais conversei me disseram que os irmãos Mesquita comandavam a mesma. Como o tamanho e a abrangência da área eram grandes e a administração era dividida entre os irmãos Mesquitas. Durante o trabalho com as fontes observamos, porém, que a área de terras das quais os “Mesquitas” diziam ser proprietários se chamava “Fazenda Rimacla”, mas ficou conhecida pela designação feita ao sobrenome do suposto dono.

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Toledo. Centro de Ciências Sociais e Aplicadas. p 29.

¹⁸ Ambiência denota ao espaço físico, conjunto de características emocionais, culturais que rodeiam as pessoas.

¹⁹ As matérias elaboradas pelo Jornal O Estado de São Paulo estão disponíveis junto ao arquivo público Tomás Beduíno. Os arquivos são disponibilizados no site: <http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/cedoc-dom-tomas-balduino-da-cpt>

No entanto, dez sujeitos se diziam os proprietários de outra área da Gleba, esta localizada na região da Esquina Céu Azul, e não mediram esforços para expulsar mais de cinquenta famílias de pequenas posses que ali viviam, todos a mais de dois anos, tendo os supostos proprietários se utilizado de força policial e de diversas investidas de jagunços para forçar a saída das famílias de tais áreas, dinâmica empreendida no ano de 1969.

Ao refletir em torno de tais dinâmicas de disputas por terras, que tinham em comum práticas de violência, estamos trabalhando não apenas com ações onde a violência física foi uma constante e preponderante. Entendemos que, ao pensar as dinâmicas conflituosas, envolvendo disputas por terras em um espaço fronteiro, não devemos limitar nossas perspectivas de problematização, pois muitas vezes a violência simbólica foi fortemente empregada.

Nesse sentido, o entendimento sobre as diversas formas de violência, vivenciadas e empreendidas no contexto dos conflitos que aqui discutiremos, se aproxima da reflexão feita por Sonia Regina Mendonça em seu trabalho, “Estado Violência simbólica e Metaforização da Cidadania”. De acordo com a autora:

A violência física sempre foi uma constante no espaço agrário brasileiro, desde inícios da colonização portuguesa, materializada quer no apresamento dos indígenas, quer nas relações sociais de trabalho aqui inseridas no bojo do processo colonizador. Mesmo após a abolição, esse tipo de violência revelou o seu *continuum*, instaurando-se enquanto fundamento de uma modalidade de exercício do poder, transfigurada em sistema de dominação. —o coronelismo dizer que me distancio disso. Malgrado sua feição regionalizante, seria ele ao longo do período republicano, o responsável, ainda que de modo parcial e insuficiente, pela manutenção da ordem privada²⁰.

Indicar formas diversas de violência no contexto dos conflitos agrários não significa dizer que as relações se davam de forma determinada e intransponível. Entendemos que as disputas pela terra se fizeram em meio a processos nos quais os diferentes sujeitos em tais embates articularam, dentro de suas possibilidades, ações que objetivavam a defesa da terra de acordo com seus interesses.

A violência física é uma prática historicamente utilizada no espaço agrário, se constituindo como uma das formas possíveis de dominação. A violência física, como

²⁰ MENDONÇA, Sonia Regina. *Estado, Violência simbólica, e Metaforização da Cidadania*. p 14

nos mostra a referida autora, não é a única forma de violência, tornando-se por vezes insuficiente, ou seja, nos processos de expulsão da terra e a apropriação privada da mesma. A violência simbólica também compôs a dinâmica da dominação e expulsão de pequenos posseiros.

A violência simbólica é um modo súbito, eufemizado e invisível de dominação, que impede sua visualização enquanto tal. No caso da violência simbólica estatizada, esse processo torna-se ainda mais complexo, na medida em que o Estado compõe-se materialmente, de uma rede de agências e agentes co-partícipes, quase sempre de maneira conflituosa, do efeito da universalização próprio da ação pública.²¹

À medida que não limitamos nosso olhar para uma única forma de violência, a física, isto também nos permite dimensionar a complexidade na qual estão envolvidas as práticas denominadas como violência simbólica, que, não raras vezes, passam despercebidas em muitas reflexões. Se, como mostramos anteriormente, Sonia Regina Mendonça nos aponta a insuficiência em discussões sobre violência por somente contemplarem as práticas de violência física, ao mesmo tempo, no excerto acima, observamos a possibilidade de pensar que as tentativas de dominação se constroem por meio de outros caminhos. Ou seja, a violência simbólica se metamorfoseia em formas que se camuflam em meio as relações sociais desiguais. Mas, assim como a violência física, a simbólica compõe o mote de mecanismos utilizados por diversos sujeitos que formam as classes dominantes, em diferentes processos históricos para alcançar seus interesses.

Diferentemente de Sonia Regina Mendonça, não entendemos a violência simbólica apenas como algo “súbito”. Compreendemos que, assim como a violência física, ela também é uma prática, na maioria das vezes pensada pelos que dela se utilizam. Logo, violência física e simbólica não são ações que se excluem. Elas compuseram as tensões no contexto de colonização da região Oeste do Paraná, tendo ambas sido fortemente vivenciadas nas dinâmicas de disputas por terras. Entremado a isso, destacamos a necessidade de nos atentarmos para os modos pelos quais as pessoas que lidam com violências no campo. Aloísio Ruschinsky, em seu trabalho “Memória e Conflito: movimentos social e violência”, faz relevantes reflexões sobre os conflitos no

²¹Idem, ibidem p 14.

campo, analisando suas configurações e as possibilidades construídas em meio a esforços e limites dos embates sociais elaborados nesse espaço. Para o autor:

A luta pela terra como afirmação de luta pacífica constitui contraditoriamente uma disputa contra outros. O fato de falar em “luta pela terra” já supõe que alguns fatores lhe são adversos, colocando as mobilizações no seio das contradições sociais. Antagonismos, tensões, conflitos sociais desenvolvem-lhe, uma percepção, uma vez que trabalhadores resistem, lutam, e as vezes conquistam os objetivos propostos. Convém examinar a forma como os trabalhadores representam as estratégias de sua luta no universo de múltiplas alternativas²².

Aluísio constrói sua problemática tendo como base a luta pela terra e a sua relação com movimentos sociais como, por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais²³ (MST). Ainda que não aprofundemos nesse momento discussões que deem conta de abordar as nuances que permeiam os movimentos sociais, temos a possibilidade de dialogar com algumas das reflexões feitas acima.

A afirmação feita pelo autor de que a luta pela terra como afirmação de luta pacífica é construída, contraditoriamente, como disputa contra outro nos possibilita pensar sobre as tensões que se constroem no bojo deste processo. Assim, ao discutirmos os embates vividos na área de terra da Ponte Queimada, estaremos lidando com esta contradição. Os irmãos Mesquita, bem como os supostos proprietários das áreas de terras da Esquina Céu Azul, ao reivindicarem seus supostos direitos as terras fomentaram a disputa contra “os outros”, ou seja, contra as famílias que estavam nelas vivendo.

Logo, como indica Ruscheinsky, os trabalhadores constroem sua visão e firmam suas posições, articulando suas lutas e formas de resistência, as quais, como veremos ao longo desta dissertação, podem se constituir através de enfrentamentos físicos diretos, ou por outros meios, como por exemplo, a procura pela justiça, utilizada por posseiros que visavam expor e reivindicar seus direitos sobre as terras e que acreditavam que assim conseguiriam permanecer nas mesmas.

²² RUSCHEINSKY, Aloísio. Memória e Conflito: movimento social e violência. In: VIOLÊNCIA em tempo de globalização. SANTOS, José Tavares (Organizador). São Paulo : HUCITEC 1999. p 331.

²³ O Movimento dos Trabalhadores Rurais (MST) surgiu formalmente no Oeste do Paraná, no ano de 1984, na cidade de Cascavel/PR. Ele objetiva a organização de diversas frentes de luta dos Trabalhadores Sem Terra no campo.

Nesse enredo, a narrativa de José, atualmente com 75 anos de idade nascido em Pernambuco, onde se casou e nasceram três de seus sete filhos, é significativa. José mudou-se para Santa Helena, Paraná, no início de 1960, no entanto, passou por outras cidades deste Estado, sempre a procura de trabalho, até que decidiu voltar para Pernambuco, para buscar sua mulher e seus filhos, a fim de viverem todos em Santa Helena.

Em 1970, José estabeleceu uma relação de trabalho que não era nova para sua família, o arrendamento de terras. Arrendar terras tinha sido uma prática constante da família, porém, algumas vezes, o acordo de pagamento referente à utilização das áreas que cultivava, era quebrado pelo proprietário que, de acordo com José, cobrava um preço mais alto que o combinado inicialmente.

José não soube dizer qual o tamanho da área arrendada, mas me disse que as terras estavam localizadas na comunidade rural do braço do norte, no distrito de São Clemente, em Santa Helena. Foi trabalhando ali que ele permaneceu por mais tempo, conseguindo guardar algum dinheiro e comprar uma área de terras de quatro alqueires no mesmo distrito. Mas, logo teve que vendê-las. Segundo ele:

Ah, ali eu vendi por causa de uma água... que não tinha água, aí deu uma bronca por causa da água, foi obrigado eu vende, aí o dono da fazenda mesmo comprou.[...] Da fazenda dos Rocha, aí eu vendi pra eles mesmo, eles compraram, aí eu comprei outra.[...]Não tinha água nada, era seco. Tinha uma água que vinha lá da fazenda do homem [da fazenda do Rocha]. Depois ele começou implicar, encrencar pela água, deu a maior confusão, aí eu tive que vender.[...] ²⁴.

Seu José não soube dizer ao certo quanto tempo morou na propriedade de terra talvez “uns cinco, seis anos”, segundo ele. O que para a família de José parecia ser o momento em que se estabilizariam, tornou-se conturbado. O pedaço de terra comprado por José ficava cercado pela fazenda do “Rocha”. O fazendeiro não mediu esforços para fazer com que a família de José deixasse as terras, tanto que deu um jeito de cortar a água que chegava até elas por meio de mangueiras. Sem ter alternativa, já que era praticamente impossível a família se manter em um lugar sem água para qualquer necessidade, quer seja pessoais, da lavoura ou dos animais, José vendeu as mesmas para o “Rocha”.

²⁴ José, (pseudônimo). Entrevista realizada pela autora na residência de José em 04/04/2012.

Aparentemente, José e sua família não sofreram violência. Aparentemente, pois, se ampliarmos nosso olhar acerca das relações vivenciadas pela família, mesmo que não tenham sido violentados fisicamente, sofreram uma ação igualmente violenta e representativa de condições de poder desiguais. Na disputa por terra pelo fazendeiro e pela permanência na terra pelo senhor José, o corte da água obrigou a família deste último a vender suas terras para o fazendeiro.

Deste modo, as disputas e os conflitos por terras numa região de fronteira evidenciam múltiplas dimensões, valores e práticas sociais individuais e coletivas. Nesta direção. Ressaltamos a relevância deste trabalho, tendo em vista o pequeno número de reflexões que contemplam os conflitos relacionados às disputas por terras em Santa Helena. Um dos trabalhos existentes é o trabalho de conclusão de graduação de Sonia Regina Radaelli, “Coisas de alguém não comum: conflitos pela posse de terra em Santa Helena (1960-1980)”. Porém, a autora não explora de forma mais aprofundada as formas pelas quais se deram tais conflitos. Ela nos indica que, ao mesmo tempo, ocorreu um “processo de colonização direcionado”, feito por companhias particulares ou ilegais com o intuito de comercializar a propriedade da terra, e um processo de ocupação “espontâneo”, movido por posseiros. Dentro dessa conjuntura, indicam que surgiram inúmeros conflitos pela posse da terra²⁵.

Destaco que, quando Radaelli se refere a um processo “espontâneo” de ocupação, ela faz referência à vinda de pessoas para o município, sem que necessariamente, estivessem vinculadas às ações de empresas colonizadoras. Todavia, é necessário certo cuidado ao se referir a migração destas pessoas como algo espontâneo. Como evidencia a narrativa de José as mudanças empreendidas por ele não eram mudanças “espontâneas”, mas eram motivadas pela procura constante de alterar em alguma medida suas condições de vida.

Para que as discussões propostas sejam possíveis, trabalharemos com entrevistas realizadas com pessoas que, de alguma forma vivenciaram as disputas e conflitos na Fazenda Rimacla e na região da Esquina Céu Azul. Dialogaremos por meio da análise de narrativas orais com sujeitos que arrendavam áreas de terras, comerciantes

²⁵ RADAELLI, Sônia Regina. “*Coisas de alguém não comum*”: conflitos pela posse da terra em Santa Helena (1960-1980). Universidade Estadual do Oeste do Paraná-UNIOESTE- Centro de Ciências humanas Educação, e Letras -CCHEL- Colegiado do curso de História (Trabalho de conclusão de curso)

que conviveram com os que se diziam donos destes espaços e com os posseiros que foram expulsos destas áreas, bem como com outros que viveram aqueles acontecimentos. Cabe salientar que, ao dialogar com estes sujeitos, utilizaremos pseudônimo, pois este foi um meio que encontramos de conseguir que os mesmos nos falassem sobre suas experiências relacionadas aos conflitos com os quais trabalharemos. Ao propormos a utilização de fontes orais para compor nossas discussões, entendemos como nos indica Alessandro Portelli, que:

Com frequência se diz que, na História Oral, damos voz aos sem voz. Não é assim. Se não tivessem voz, não teríamos nada a gravar, não teríamos nada a escutar. Os excluídos, os marginalizados, os sem-poder sim, têm voz, mas não há ninguém que os escute. Essa voz está incluída num espaço limitado. O que fazemos é recolher essa voz, amplificá-la e levá-la ao espaço público do discurso e da palavra. Isso é um trabalho político, porque tem a ver não só com o direito à palavra, o direito básico de falar, mas com o direito de falar e de que se faça caso, de falar e ser ouvido, ser escutado, de ter um papel no discurso público e nas instituições políticas, na democracia. O segundo nível remete à relação entre os historiadores e os narradores orais que entrevistamos. Porque, como eu dizia antes, não são objetos da investigação, mas sujeitos de um projeto compartilhado, de um diálogo entre entrevistado e entrevistador. Um diálogo em que os papéis se modificam, mudam, em que nem sempre é o historiador quem faz as perguntas, há perguntas colocadas pelo entrevistado. Há duas agendas que se encontram: a agenda do historiador, que tem perguntas, algumas coisas que queremos saber; e a agenda do entrevistado, que aproveita a presença do historiador para contar as histórias que quer contar, as quais não são necessariamente as histórias que buscamos. E talvez, amiúde, são mais interessantes do que as histórias que buscamos.²⁶

Portelli problematiza a relação entre entrevistador e entrevistado. De acordo com ele, essa não é uma relação estática, mas uma relação construída a partir do diálogo. Nele, ambos têm seus interesses e suas perguntas, colocando-as ao longo de um processo, durante o qual, por vezes, as questões mudam, são reformuladas, o que faz desta fonte um material rico e único para o pesquisador. Alessandro Portelli ressalta também a relação entre as entrevistas/fontes orais e memória:

O que vemos na História Oral é mais a memória que cada ser humano tem individualmente. Essa memória é um produto social, porque todos nós falamos um idioma, que é um produto social. Nossa experiência é uma experiência social, mas não se pode submeter completamente a

²⁶ PORTELLI, Alessandro. *História oral e poder*. Universidade La Sapienza, Roma. Conferência no XXV Simpósio Nacional da ANPUH, Fortaleza. 2006. Vol6, nº 02, p 2-13. p 2-3. (completar referencial)

memória de nenhum indivíduo sob um marco de memória coletiva. Cada pessoa tem uma memória, de alguma forma, diferente de todas as demais. Então, o que vemos, mais que uma memória coletiva, é que há um horizonte de memórias possíveis.²⁷

Segundo o autor, o trabalho com a história oral permite que o pesquisador analise as memórias que cada pessoa tem de sua trajetória de vida, porém a memória individual é também um produto social, afinal as dinâmicas que cada um de nós, e cada um de nossos entrevistados constrói se fazem aliadas as demais dinâmicas constituídas em sociedade.

Ao refletirmos em torno das memórias narradas pelos sujeitos com os quais conversamos, sobre as tensões vividas nos mencionados espaços de conflito, não buscaremos homogeneizar suas experiências a todos os que viveram estes processos de disputas, mas problematizá-las como experiências/memórias plurais e heterogêneas.

Portelli nos instiga também a pensar os desafios que o trabalho com as fontes orais nos coloca. Sobre isso Yara Aun Khoury faz uma importante discussão. A autora auxilia pensar os desafios e as possibilidades do trabalho com fontes orais.

Se cada narrador organiza os materiais da História de maneira única, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados e se as narrativas ocorrem em um meio social dinâmico, devemos ser cautelosos para não situá-las fora do indivíduo. Isso supõe lidar de maneira cuidadosa com a subjetividade de cada pessoa que narra e não trabalhar com subjetividade e objetividade como elementos estanques e dicotômicos. Supõe também, atentar para as dimensões imaginárias e simbólicas presentes em cada narrativa, como realidades históricas, procurando avançar na decodificação de significados profundos das relações sociais vividas por estas pessoas. supõe ainda atentar para os modos como dimensões presentes, passadas e futuras se cruzam e se relacionam nos enredos narrados, refletindo sobre os trabalhos da fala, da memória e da consciência, na construção desses enredos e na constituição dos sujeitos sociais²⁸.

Khoury ressalta a individualidade com a qual cada narrador organiza os materiais da História, ou seja, cada uma das pessoas com as quais conversamos, quando buscamos utilizar as fontes orais como pautas de discussão em nossas pesquisas, nos

²⁷ História oral e memórias: entrevista com Alessandro Portelli. *História e Perspectivas*, Uberlândia (50): 197-226 jan./jun. 2014, p 05

²⁸ KHOURY, Yara Aun. *Narrativas orais na investigação da história social*. Artigo produzido junto ao Núcleo de Estudo e Cultura, Trabalho e Cidade exposto no I Encontro Procad, PUC-SP 3 a 15/05/01. p 06.

conta sobre suas experiências de vida, a partir de sua visão sobre os processos que vivenciou, ainda que os tenha vivenciado de forma compartilhada socialmente.

É diante disso que ela nos alerta para o cuidado que devemos ter ao lidar com a subjetividade de cada pessoa que narra suas vivenciais. Se uma pessoa nos fala sobre sua experiência diante determinado processo, isso não significa dizer que sua fala exemplifica as experiências de outros sujeitos frente ao mesmo processo histórico. Devemos nos atentar para os simbolismos, para as dimensões imaginárias que cada pessoa ressalta ao falar sobre sua trajetória de vida.

Ao salientar tais questões, entendemos que são estas tramas, a mescla de experiências e posicionamentos diferentes diante de processos históricos que embasam as relações sociais, não como ações determinadas, mas sim como práticas que são pensadas e ressignificadas de acordo com os interesses das pessoas que vivenciam tais dinâmicas.

No que tange ao trabalho com as narrativas dos pareceres e relatórios, observamos que eles possibilitam perceber decisões frente às disputas pela terra, que não foram tomadas em um ambiente tranquilo. As reflexões feitas por Fabiana Luci de Oliveira e Virginia Ferreira da Silva em “Processos judiciais como fontes de dados: poder e interpretação” nos ajudam a pensar o trabalho com os relatórios e pareceres. De acordo com as autoras:

Diferentes processos judiciais podem servir a diferentes pesquisas, sendo possível extrair deles análises variadas sobre grupos sociais diversos. Mas essas diferentes pesquisas tem em comum o fato de trabalharem com a interpretação da palavra escrita a fim de discorrer sobre a construção do discurso empreendido por determinados grupos sociais²⁹.

Os documentos judiciais permitem “Extrair análises variadas sobre diferentes grupos sociais”. Tais fontes não são, de forma alguma, materiais neutros, são narrativas escritas por alguém, que não é neutro dentro das relações sociais que vivencia, mas que age de acordo com seus interesses e posicionamento social. Dessa forma, também os historiadores não devem ter uma postura neutra (se é que isso é possível) diante sua

²⁹ OLIVEIRA, Fabiana Luci de. SILVA, Virginia Ferreira de. *Processos judiciais como fonte de dados: poder e interpretação*. Sociologias Nº 13. Jan-June.2005, p 02.

análise. Devemos interpretá-los e questioná-los. É esta a forma de análise que privilegiaremos nessa dissertação.

Ao analisar as relações dos trabalhadores livres no contexto do processo escravista Maria Sylvia de Carvalho Franco, faz algumas considerações sobre a importância da utilização de processos judiciais como fontes de pesquisa e do mesmo modo nos balizara para as análises frente a nossas fontes:

Ao examinar essa documentação, de início pretendi apenas localizar os aspectos sociais que porventura estivessem registrados, desprezando as situações propriamente de tensão. Tal procedimento revelou-se impossível: ao passo que a pesquisa ia progredindo, a violência aparecia por toda a parte, como um elemento constitutivo das relações mesmas que se visavam conhecer. Assim, não cabe a arguição de que a violência ressaltou porque esquadrinhei uma documentação especializada nela. O contrário é verdadeiro: foi a violência entranhada na realidade social que fez a documentação, nela especializada, expressiva e válida³⁰.

As indicações da autora retratam a riqueza de discussões que estas fontes podem proporcionar ao pesquisador. A surpresa que ela teve ao fazer sua pesquisa nos autos processuais, vendo que seu objetivo inicial era ultrapassado pelas relações que os processos lhe mostravam, é instigante, pois nos mostra que os processos judiciais são documentos e também discursos elaborados por sujeitos que pertencem a determinados grupos sociais. Desse modo como nos aponta Maria Franco, as dinâmicas retratadas nos processos não são simplesmente construídas por alguém, mas foram vividas nas relações de poder.

Ao trabalhar com os relatórios e pareceres referentes à região da Esquina Céu Azul e a Fazenda Rimacla, almejamos problematizar a construção da escrita, analisar a narrativa, os interesses que os permeiam, mas, fundamentalmente, analisar a partir deles as tensões, as relações conflituosas vividas pelos pequenos posseiros, sendo elas representativas de uma realidade social.

Sidney Chalhoub, em sua obra “Lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro na belle époque”, faz também importantes considerações acerca das fontes judiciais, referindo-se aos elementos que o pesquisador deve buscar ao trabalhar com este material:

³⁰FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Editora Unesp, 1997, p. 17.

As “coisas” que se repetem sistematicamente: versões que se reproduzem muitas vezes, aspectos que ficam mal escondidos, mentiras ou contradições que aparecem com frequência (...) cada história recuperada através dos jornais e, principalmente, dos processos criminais é uma encruzilhada de muitas lutas(...). Resta ao historiador tarefa árdua e detalhista de desbravar o seu caminho em direção aos atos e às representações que expressão, ao mesmo tempo que produzem, estas diversas lutas e contradições sociais.³¹

Analisar este tipo de fonte não é uma tarefa fácil. Lidar com diálogos, com expressões que por vezes não conhecemos se torna uma tarefa árdua. O autor nos alerta para o cuidado que devemos ter com detalhes que podem passar despercebidos, mas que compõe as tramas sociais tais elementos, aparentemente marginais podem ser a chave para o entendimento de problemáticas expressivas das realidades vividas pelas classes subalternas.

Ao trabalhar com materiais veiculados na imprensa devemos ter em mente que sua produção/construção não se faz fora das relações sociais, no entanto a posição social assumida por esse meio de comunicação é por vezes contraditória. Frente à discussão proposta por Sheille Soares de Freitas nos possibilita dimensionar essa problemática:

Nessas disputas, o que incentiva utilizar as práticas de comunicação enquanto fontes é acreditar que não se tem controle do uso dessa produção por mais que ao produzi-las o jornal lide com expectativas e necessidades dos moradores, apresentando valores que muitas vezes são significativos para os mesmos diante da trajetória que construíram, os sujeitos reelaboram essas práticas a partir de suas experiências. E aqueles sujeitos que confrontam essas práticas de comunicação com a precariedade das condições de vida, que enfrentam dia após dia pelo direito a cidade, recolocam essa prática, articulando-a ao modo de viver que possuem. Saindo do que muitas vezes o jornal estereotipa ou mesmo abandona, enquanto possibilidades para a composição contraditória de uma relação de reconhecimento e indagação, sobre os modos de viver que essa imprensa explicita e como os compõe em suas páginas³².

Ao refletir em torno da utilização das fontes jornalísticas como uma possibilidade de investigação histórica, a autora nos indica que apesar de, por vezes, essa produção lidar com expectativa e necessidades dos diferentes sujeitos sociais, estes articulam a produção jornalística a seus interesses construindo essas relações a partir de

³¹ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro na Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 2001, pp. 41, 42

³² FREITAS, Sheille Soares de. *Em pauta, as disputas sociais na cidade: notas sobre imprensa e memória em Uberlândia*. In: FREDRIGO, Fabiana de Souza et al (Orgs). *Escritas da História: Política, identidade e imaginário*. Goiânia: Ed. UCG, 2009, p 209-227.

suas próprias experiências e possibilidades. No entanto, essas práticas/experiências desiguais não são problematizadas por essas produções que acabam por estereotipar os modos de vida a partir de uma visão que não dá conta da contradição social vivenciada.

Desse modo, trabalhar com fontes jornalísticas é lidar com uma determinada visão da sociedade, visão essa que, na maioria das vezes, está comprometida com interesses econômicos e políticos dos grupos dominantes. Porém, devemos compreender que esta contradição, que essas produções acabam por se solidificar, como “porta vozes da população”, acabam por minimizar as vivências desiguais dessa sociedade. E isto não se “faz” fora das relações sociais, mas a partir dessas relações tudo isso se ocorre dentro do processo histórico.

Entendemos que as fontes jornalísticas nos possibilitam analisar os processos históricos sobre os quais produzem interpretações, e além disso, nos possibilitam problematizar o posicionamento que os sujeitos que formam tais meios de comunicação assumem socialmente, uma vez que tais veículos buscam de formas diversas construir e/ou desconstruir valores e posicionamentos políticos, pois, nos vários tipos de periódicos, e até mesmo em cada um deles, encontramos projetos políticos e visões de mundo representativos de vários setores da sociedade.³³

Diante destas considerações, no primeiro capítulo desta dissertação, problematizaremos as relações vividas no contexto do processo de colonização do Oeste parananense e do sistema de trabalho obrageiro, experiências balizadas por interesses desiguais. faremos uma breve análise de algumas tensões significativas que tiveram como motor a disputa pela terra em diferentes regiões do estado do Paraná, para então problematizaremos os embates vividos. Ao propor esta discussão avaliamos que é necessário analisar os conflitos por terras de modo a discutir relações de poder que são históricas sociais.

No segundo capítulo abordaremos as tensões vividas na comunidade de Esquina Céu Azul. Trabalharemos com pareceres e relatórios enviados por chefes policiais do destacamento de Santa Helena aos comandos policiais de Cascavel e

³³Maria Helena Capelato faz importantes reflexões em torno das tramas pelas quais se engendra a imprensa, para a autora as fontes ligadas a imprensa permitem que o pesquisador faça análises de diferentes processos históricos explorando o movimento das ideias e dos personagens que circulam em tais materiais. VER: CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

Curitiba. Desse modo, teremos a possibilidade de analisar o modo pelo qual se deu a expulsão de mais de cinquenta famílias de posseiros do referido espaço, mas também tais experiências a partir de suas narrativas em autos de declaração à autoridade policial.

No terceiro capítulo, abordaremos o confronto entre mais de cem famílias de posseiros e João Conrado Mesquita, que reivindicava ser proprietário da Fazenda Rimacla. A partir do diálogo com matérias publicadas no jornal O Estado de São Paulo, entrevistas orais e relatórios da Comissão Camponesa da Verdade, analisaremos os embates armados entre posseiros e jagunços contratados por Mesquita, que tinha como intuito expulsar as famílias que estavam até então vivendo nas áreas da Fazenda.

Por fim, no quarto capítulo, discutiremos narrativas orais e escritas de sujeitos que vivenciaram os processos conflituosos dinamizados na Gleba Ponte Queimada. Objetivamos analisar as tramas pelas quais se construíram os embates na comunidade de Esquina Céu Azul e Fazenda Rimacla a partir de como elaboram e atribuem significados a tais experiências.

Capítulo I

FRONTEIRA, TERRA E CONFLITOS.

Violências e Disputas Fundiárias no "Paraná Moderno"

1- A Gleba Ponte Queimada...

Neste primeiro momento apresentaremos e problematizaremos as áreas de conflitos abordadas neste estudo, referentes às comunidades de Esquina Céu Azul e Moreninha, ambas localizadas na Gleba Ponte Queimada.

A área da Fazenda Rimacla, de propriedade de João Conrado Mesquita se localizava na Gleba Ponte Queimada. As terras da Fazenda estendiam-se entre Santa Helena e Diamante do Oeste totalizando uma área total de 96.074,00m². Uma parte das terras situava-se no atual município de Diamante do Oeste, porém, em torno de 2.420.000,00m² adentravam o município de Santa Helena, sendo separadas geograficamente pela PR 488, rodovia que liga atualmente ambas as cidades. Em Santa Helena, a Fazenda localiza-se na comunidade rural de Moreninha. Indicar a área total da fazenda INCRA.

O conflito entre as famílias de posseiros e o proprietário da Fazenda Rimacla, teve seu auge na década de 1970, período no qual o mesmo, através da ação de sujeitos denominados como jagunços³⁴ expulsou mais de cem famílias das terras nas quais até então viviam, destruindo suas moradias e plantações, além disso, o confronto vivido nas terras de João Conrado Mesquita foi marcado por mortes, na maioria das vezes de posseiros.

A terra que supostamente tinham como proprietário João Conrado Mesquita, foi espaço de tensões significativas no contexto de disputas por terras no Estado do

³⁴Ao longo do trabalho problematizaremos a noção de jagunço, explicitando as práticas dos sujeitos que assim atuavam.

Paraná. A violência mediante as quais as famílias foram expulsas é destaca por Aluizio Palmar em seu trabalho: “Onde foi que enterraram nossos mortos?”³⁵.

A passagem com a qual vamos dialogar a seguir compõe uma discussão feita por ele a partir de uma conversa que teve com Plínio Angeli, sobre o extermínio do grupo de Onofre Pinto, cujos desaparecidos Aluizio suspeitou que tivessem sido enterrados na região do Lago de Itaipu.

Quando nos encontramos ele estava triste com o esvaziamento econômico e populacional de Santa Helena. “Agora só resta escrever a história”, dizia Plínio, enquanto tentava abotoar a camisa que teimava em expor seu imenso barrigão. E histórias sobre Santa Helena tem às pencas; algumas ainda não foram escritas, como a morte por enforcamento de dezenas de camponeses ocorrida na fazenda dos Mesquita, localizada na região da Ponte Queimada. Naqueles últimos anos da década de 60 a violência contra os posseiros era de tal monta que os jagunços matavam os pais e sequestravam as filhas menores para morar com eles, como está registrado nas declarações prestadas à Polícia Federal pelo agricultor Ortêncio Elibrando Monteiro. No depoimento dado à PF, Ortêncio contou que, além de sequestrar as moças, os jagunços dos Mesquita cortavam as cabeças dos pais e as levavam para as famílias³⁶.

O diálogo entre Plínio e Palmar expõe indícios das diferentes formas de violência vivida pelas famílias de pequenos posseiros nas terras de propriedade de João Conrado Mesquita. A conversa indica que “os Mesquitas” não mediam esforços para expulsar os posseiros. Embora a expulsão dos posseiros tenha sido uma prática emblemática dos conflitos ela não foi a única forma de violência por eles vivenciada. O diálogo indica o enforcamento de sujeitos chamados por eles de camponeses. Todavia, a expulsão de trabalhadores que lá viviam já vinha acontecendo, à medida que jagunços

³⁵ ³⁵A obra de Aluizio Palmar, *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?* retrata a experiência vivida pelo autor ao procurar o local onde foram enterrados os corpos de seis de seus companheiros (Onofre Pinto, Joel José de Carvalho, José Lavéchia, Vitor Ramos e Ernesto Ruggia). Eles desapareceram durante o Regime Militar, enquanto organizavam um reduto disposto a pegar em armas para enfrentar os militares. Aluizio Ferreira Palmar foi o organizador do MR-8, o Movimento Revolucionário 8 de Outubro, chamado assim em homenagem a Che Guevara, assassinado nessa data, em 1967. Devido à sua militância revolucionária, ele foi preso e banido do país. Aluizio, depois da anistia, voltou ao Brasil e se radicou em Foz do Iguaçu, onde começou suas atividades como jornalista profissional trabalhando no semanário Hoje Foz. Em 1980, criou o semanário Nosso Tempo, conhecido por sua linha editorial rebelde e alternativa. VER: PALMAR, Aluizio, *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?* Aluizio Palmar – Curitiba: – Travessa dos Editores

³⁶ PALMAR, Aluizio. Onde foi que enterram nossos mortos? ... Op. Cit, p 164.

eram contratados para matá-los, a partir do sequestro de suas filhas e da decapitação de cabeças.

As tensões relacionadas ao acesso à terra não se restringiram a disputa empreendida na Rimacla, a ocupação da Gleba Ponte Queimada foi marcada por enfrentamentos, tensões que impulsionaram a expulsão de diversas famílias de pequenos posseiros no ano de 1969. Em depoimento cedido a Comissão pastoral da Terra, Gernote Kirinus³⁷ e D. Agostinho Sartori³⁸ indicaram algumas questões acerca da “operação Santa Helena”, dinâmica que visava à expulsão de posseiros da região da Esquina Céu Azul, também na Gleba Ponte Queimada:

A operação Santa Helena terminou por despejar mais de sessenta famílias de posseiros, utilizando-se de vergonhosa violência, diante de mais de trezentas pessoas indefesas entre elas, crianças e velhos, que ficaram atirados ao relento da noite para o dia.³⁹

Ao examinar os pareceres e relatórios elaborados por representantes do INCRA, observamos que a dinâmica de expulsão sobre a qual se referem Kirinus e Sartori foi efetivada por policiais e jagunços contratados pelos dez sujeitos que se diziam os proprietários das terras que compunham aquela região da Gleba. Podemos indicar, a partir dos apontamentos feitos por eles, que a violência sofrida pelas famílias de posseiros, que tinham suas relações de vida e trabalho atreladas aquelas terras, não se resumiram a violência física, afinal, crianças e idosos foram expulsos de suas casas tendo á sua frente um caminho incerto.

³⁷Em 1975, Gernote Kirinus foi transferido para o oeste do Paraná, onde assumiu como pastor luterano a paróquia de Marechal Cândido Rondon, no distrito de Entre Rios. Kirinus participou do movimento de apoio aos foragidos, auxiliando-os a atravessarem a fronteira diante da truculência do Governo Médici e da perseguição implacável do regime contra seus opositores. Nesse contexto, Kirinus se manteve ligado aos embates vivenciados no campo na região Oeste do Paraná se aproximando, por exemplo, das organizações dinamizadas pelos expropriados pela construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Assim, Gernote Kirinus elegeu-se Deputado Estadual pelo MDB, sendo o último da Bancada de 24 Deputados eleitos na Assembleia Legislativa, em 1978, pelo oeste paranaense. Reelegeu-se em 1982, pela mesma região, através do PMDB, obtendo 28.911 votos. Foi 1º Secretário da Assembleia Legislativa. Pela terceira vez consecutiva foi reeleito Deputado Estadual em 1986, com 19.683 votos, pela legenda do PMDB. Informações disponíveis no site: <http://www.dhpaz.org/dhpaz/depoimentos/detalhe/153/depoimento-para-a-historia-a-resistencia-a-ditadura-militar-no-parana> Acesso em 28/07/15.

³⁸Agostinho José Sartori foi nomeado bispo de Palmas no ano de 1970, foi responsável pela Pastoral Rural no Regional Sul 2 da CNBB (Confederação Nacional dos Bispos Brasileiros).

³⁹ Depoimento de Dom Agostinho José Sartori e Gernote G. Kirinus à Comissão Pastoral da Terra. Acervo do CEPEDAL Marechal Cândido Rondon. Sessão Especial sobre a questão da terra. p 146.

A expulsão das famílias foi efetivada através de investidas que tiveram a violência física como prática principal, no entanto, as violências que permeiam o ato da expulsão não se resumem a ela. Tais famílias foram violentadas quando perderam sua referência de trabalho, quando perderam suas plantações, à medida que não sabiam qual seria seu caminho dali para frente, ao serem expulsas em nome de interesses comprometidos com a expansão e apropriação privada da terra.

Os processos de expulsão vividos por posseiros na Gleba Ponte Queimada se elaboraram em meio ao contexto histórico da Ditadura Militar, vivido entre os anos de 1964-1985. O governo militar dedicou atenção especial aos municípios de fronteira entre os quais municípios na área de fronteira da região Oeste do Paraná. O governo militar, balizado pela ideia de que era necessário proteger as áreas de fronteira para impedir que o inimigo externo – o comunismo internacional- chegasse ao País, declarou a partir da Constituição de 1967, que os municípios localizados na fronteira internacional, estâncias hidro-minerais e aqueles que possuíssem indústrias estratégicas fossem considerados Áreas de interesse de Segurança Nacional.

José de Souza Martins, ao pensar o processo de estabelecimento do Regime Militar em 1964, analisando o modo como o mesmo influenciou o processo de ocupação territorial massivo na Amazônia, marcado pela rápida implementação e pela violência, ações que foram intensificadas em tal período, mas que não se restringiu a ele, afirma:

A história do recente deslocamento da fronteira é uma história de destruição. Mas é também uma história de resistência, de revolta, de sonho e de esperança. A nossa consciência de homens comuns e também nossa consciência de intelectuais e especialistas se move no território dessa contradição. Meu trabalho certamente diverge dos trabalhos dos trabalhos costumeiros sobre fronteira, do pesquisador com prazo e pressa, que precisa concluir sua tarefa nos limites de uma cronologia apertada. E que muitas vezes, deve limitar sua pesquisa de campo a lugares acessíveis, pacíficos e pouco representativos da conturbada realidade da fronteira, que já não são propriamente fronteira. Ou que, sobretudo, pode fazê-la somente muito depois das ocorrências mais características e violentas da vida social na fronteira quando a rigor a população local já não se encontra na *situação de fronteira*⁴⁰.

⁴⁰ O tempo da fronteira: Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão pioneira. In: José de Souza Martins. FRONTEIRA a degradação do outro... Op, cit. p 147-148

O autor elabora sua reflexão em torno da diversidade de práticas e sentidos vividos/construídos na fronteira à medida que relaciona tais questões com o próprio desenvolvimento de seu trabalho. Assim, ao mesmo tempo em que faz referência as questões destacadas em sua obra, ele ressalta os limites com os quais outros autores que abordam a temática, fronteira, têm que lidar. O curto tempo de pesquisas é desse modo, para Martins, um dos fatores que pressionam o desenvolvimento de trabalho que contemplem de forma mais profunda as ambiguidades da fronteira.

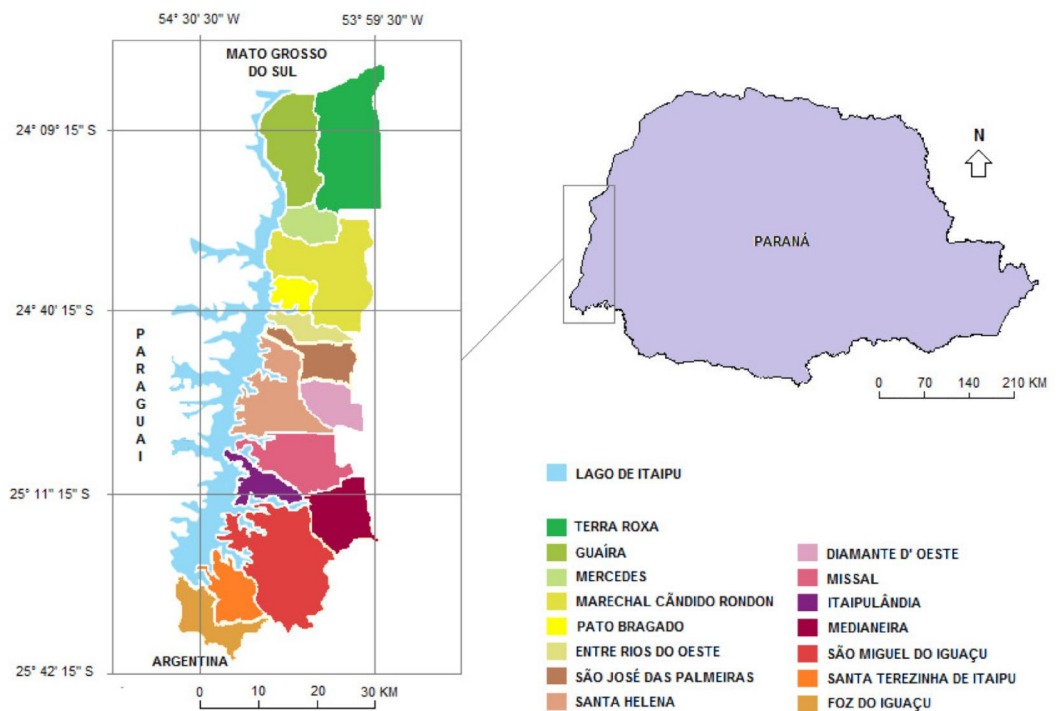
Nesse viés de discussão, Martins refere-se à história da fronteira como sendo uma história de destruição. Aproximamo-nos deste posicionamento do autor, entretanto, acrescentamos, que não somente as “histórias” dos espaços fronteiriços têm a destruição como uma marca imbricada nas relações neles constituídos. E ao falarmos em destruição, nos referimos à destruição de culturas, viveres, trabalho, laços de solidariedade dentre outros, a sociedade como um todo foi/é historicamente marcada por destruições, porém, na fronteira ambiguidades e alteridades se intensificam.

Se a destruição é uma constante na fronteira, ela não paira sobre esse espaço como algo independente e incontrolável. Lado a lado com a destruição, violências, disputas estão à resistência, revolta, proposto, sonho e a esperança. Indicativos que reforçam algo que já indicamos. A fronteira é rica em alteridade, em interesses e posicionamentos distintos.

Estes aspectos caracterizam a fronteira, e é partir deles, destas experiências e sentidos diversificados, que podemos sair da redoma que limita muitas discussões que discutem a fronteira somente sobre um viés geográfico. Pensar a fronteira é pensar relações desiguais e de confrontos, mas também de encontros.

Feitas estas reflexões, podemos visualizar no mapa a seguir, a demarcação geográfica dos municípios que compõe a faixa de fronteira Brasil-Paraguai por meio do reservatório da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Eles também compunham a chamada área de interesse da Segurança Nacional no período ditatorial.

Mapa II: *Municípios paranaenses de fronteira com o Paraguai:*



Fonte: Base cartográfica IBGE. Elaboração: Cleiton Alexandre Schkalei.

Nestes municípios, a nomeação dos prefeitos era de competência do Presidente da República, que recebia uma lista tríplice encaminhada pelo Governador do Estado. O município de Santa Helena foi declarado área de interesse da Segurança Nacional, através do decreto Nº 1170 em 10 de junho de 1971. Desse modo, ainda que por vezes as ações de violência e repressão em tal conjuntura histórica venham sendo destacadas a partir dos grandes centros urbanos, elas foram vividas de diferentes formas também no interior brasileiro. Jhonatan Marcel Scholz no ajuda a refletir em torno dessa problemática:

A questão é que o regime militar não esqueceu o interior brasileiro. Pelo contrário, os “rincões” da nação também eram uma preocupação para a caserna, principalmente porque “O período que antecedeu ao golpe de 1964 foi marcado por uma forte e extensa mobilização no campo, ocupando a reforma agrária o centro do debate político”. Por

isso, apesar das dificuldades de monitorar a vastidão de todo o território nacional, os militares receavam que as regiões afastadas dos grandes pólos urbanos pudessem atrair os “subversivos” do regime. Com isso, não era vantajoso para os militares, em hipótese nenhuma, que os revolucionários influenciassem os agricultores e os camponeses a se rebelar ou contestar a ordem vigente.⁴¹

As mobilizações em torno da Reforma Agrária foram, de acordo com Scholz, uma das motivações que impulsionaram o regime militar a voltar sua atenção para o interior brasileiro, entretanto, monitorar tais espaços era uma tarefa difícil devido à extensão geográfica nacional. O receio dos militares diante da possibilidade de que o interior brasileiro pudesse se constituir como um espaço propício para os sujeitos entendidos por eles como subversivos, ou seja, aqueles que não compartilhavam do posicionamento político e social dos integrantes do governo, possivelmente era mantido, pois, até a década de 1950, as ideias e ações que tinha como propósito a implementação de projetos de Reforma Agrária eram propagadas por grupos que tinham como meta a transformação no sistema de posse e uso da terra.

Wesley Alves Vieira faz suas considerações, sobre a ditadura militar e os conflitos no campo. De acordo com o autor:

O Golpe Militar de 1964 foi outro período histórico para entendermos a luta pela terra no Brasil, o episódio foi marcado por um “pacto das elites contra a reforma agrária e opção pela modernização tecnológica da grande propriedade” até a contemporaneidade, motivo de assassinatos, manifestações, ocupações de terra e surgimento de novos movimentos em torno do latifúndio. Por esses motivos e, com uma proposta que pudesse adequar os interesses da burguesia industrial frente às necessidades de desenvolvimento do capitalista no campo, foi aprovado o Estatuto da Terra⁴².

O Golpe Militar é para Vieira uma importante chave de discussão sobre as tensões no campo, pois o processo impulsionado pelas ações e política agrária dos militares contribuiu sobremaneira para a modernização da grande propriedade. Acrescentamos que, além de impulsionar, o regime militar ampliou a concentração latifundiária ao sufocar os movimentos sociais, que reivindicavam políticas que

⁴¹ SCHOLZ, Jhonatan Marcel. *O Sudoeste paranaense e a Doutrina de Segurança Nacional: a geopolítica em tempos de ditadura*. Revista Espaço acadêmico, n 160, p 80.

⁴² VIEIRA, Wesley Alves. *O Paradigma das questões agrárias no estudo dos conflitos campo*. XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Territórios em disputa: os desafios da geografia agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro. Universidade Federal de Uberlândia. MG, 15 á 19 de 2012. p 09.

tivessem como pauta projetos de implantação da Reforma agrária, promulgando o “Estatuto da Terra”, porém não o colocando em prática no tocante a desapropriação de áreas para a reforma agrária⁴³. Em linhas gerais o Estatuto da Terra objetivavam atender o direito à propriedade da terra, atentando para sua função social, pautando a utilização da mesma a partir do bem estar coletivo. Se isto não fosse cumprido caberia ao Estado, baseado no interesse social, desapropriar as diferentes formas de ocupação e de exploração da terra, atribuindo ao proprietário uma indenização “justa”.⁴⁴

Tais aspectos do Estatuto da Terra atendiam parte das pautas sociais dos trabalhadores do campo sem terra, mas as propostas apresentadas em forma de lei, na sua maioria, não foram efetivadas na prática. Os posseiros que viviam na Esquina Céu Azul, neste contexto, foram expulsos pela atuação de um contingente da policia militar, atendendo dez interessados que diziam ser os proprietários da área. Expulsos, tiveram suas casas destruídas, perderam a lavoura que tinham cultivado e em sua maioria não foram indenizados.

Nesse enredo, os militares não mediram esforços na tentativa de intervir controlar e reprimir as diferentes dinâmicas sociais vividas no interior brasileiro. Jhonatan Marcel Scholz ao analisar uma cartilha, elaborada pelo então Coronel de artilharia do departamento de terras dos estados do Paraná e Santa Catarina, Jorge Von Tropowsky, a partir de um ciclo de estudos realizados no ano de 1970, em Curitiba, e patrocinado pela Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra⁴⁵ (ADESG),

⁴³ O Estatuto da Terra foi formulado de acordo com Lei Nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.

⁴⁴ Entre os artigos formulados no Estatuto da Terra podemos citar: Art. 1º Esta Lei regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola. Art. 2º É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta Lei. § 1º A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente: a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias; b) mantém níveis satisfatórios de produtividade; c) assegura a conservação dos recursos naturais; Como podemos visualizar as proposições elaboradas no Estatuto da Terra ainda que viessem de encontro com os anseios dos trabalhadores do campo não foram efetivadas sendo que sua formulação não cessou os conflitos pela terra. VER: Estatuto da Terra. (Vide Decreto nº 55.891, de 1965)

⁴⁵ A Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra foi fundada em 07 de dezembro de 1951. Entre os objetivos da associação estão a manutenção dos princípios morais e espirituais de nacionalidade da escola superior de guerra e difundir conceitos doutrinários e estudos conjunturais relacionados com a Segurança e o Desenvolvimento Nacionais, observando os métodos de trabalho e os estudos da ESG

mostra que aspectos relacionados às questões norteavam a preocupação dos militares em reforçar suas ações de controle no sudoeste paranaense⁴⁶.

As tentativas de controle implementadas pelos que compunham e seguiam o ideário do governo Militar são por si só indicativos de que as relações no campo eram construídas em meio a tensões. Assim, pensar as tensões no campo, significa lidar com lutas que fogem a qualquer tipo de determinismo, seja ele de tentativas de controle ou de demarcação temporal. Leozil Ribeiro de Moraes Junior, ao elaborar uma reflexão sobre o MASTRO (Movimento dos Agricultores Sem Terras do Oeste do Paraná), nos fornece elementos para ampliarmos esta discussão:

É possível perceber algumas tentativas de discussões acerca da realidade vivida por agricultores, e diante disso é possível perceber o envolvimento da comunidade naquilo que seria o preâmbulo do MASTRO. O motivo do surgimento as primeiras reflexões feitas no interior do município de São Miguel do Iguaçu, são no entendimento de Miguel de Isolar Sálvio, “fruto de um amadurecimento e das dificuldades impostas aos agricultores na década de 70”⁴⁷.

Moraes elabora a problemática acima a partir do dialogo com uma entrevista feita com Miguel Isolar Sálvio, o qual era presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel do Iguaçu e participou das ações promovidas na região Oeste do Paraná no decorrer da década de 1970, que desencadearam a criação do MASTRO. Este Movimento foi desenhado aos poucos, embora, como salienta o autor, sua criação tenha sido registrada em ata somente no ano de 1970.

Nesse sentido, os sujeitos, denominados por Moraes como sendo agricultores, já vinham debatendo suas experiências em períodos anteriores ao ano de 1970. Salientamos que os debates não ocorriam somente no município de São Miguel do Iguaçu, mas em toda a região. Chamamos atenção, ainda, para o termo utilizado pelo autor ao se referir aos que integravam as reuniões do Movimento, os agricultores. Mas, quem eram esses agricultores e quais as condições que estavam experimentando quando

⁴⁶ Wesley Viera discute as relações de disputas por terras e o processo de Ditadura Militar Brasileiro: VER: VIEIRA, Wesley Alves. *O Paradigma das questões agrárias no estudo dos conflitos Campo*. XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Territórios em disputa: os desafios da geografia agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro. Universidade Federal de Uberlândia. MG, 15 á 19 de 2012.

⁴⁷ MORAES, Junior Leozil de. MASTRO: a formação do movimento dos agricultores sem terra do Oeste do Paraná. (1970-1990). Dissertação de Mestrado, Marechal Cândido Rondon, Universidade Estadual do Oeste do Paraná. UNIOESTE, 2011, p 58.

aderiram à participação nas lutas promovidas através do MASTRO? Antônio foi um dos que se envolveu com as ações do Movimento. Sobre essa experiência ele me disse que:

Há aquilo ali mais era política. Era política.

Criaram o MASTRO de terra no oeste do Paraná, né. É que o MASTRO de terra foi criado por intermédio do José Richa. Ele queria ser o governador do Paraná, como foi né. Então criou o MASTRO, aí cada pessoa que quisesse um pedaço de terra tinha reuniões, faziam as reuniões, davam três pila, cada um dava três pila para o presidente e o tesoureiro, aí faziam as reuniões em Medianeira. O dinheiro era pra eles irem lá né. Mas eu pedi um dia numa reunião, eu pedi: mas, e esse pessoal vão ganhar terra mesmo? Nem interessa deles ganha terra. O que interessa é a política para nós.⁴⁸

Antônio, no decorrer de nossa conversa, indicou que começou a participar das reuniões do MASTRO, pois ele estava lidando com o processo de desapropriação em decorrência da construção do reservatório da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Antônio começou a se envolver com as reuniões promovidas pelo Movimento em fins do ano de 1970, pois foi nesse período que se intensificaram as manifestações dos expropriados de Itaipu, os quais lutavam por indenizações que correspondessem ao que julgavam ser justas diante a submersão das terras em que estavam vivendo. Outros reivindicavam o direito de serem indenizados ainda que não tivessem a escritura da terras, pois mesmo estando na condição de posseiros também teriam seus laços de trabalho e sociabilidade desfeitos.

O senhor Antônio, era um destes posseiros e foi por isso que buscou junto ao MASTRO suporte para lidar com a experiência de desapropriação. Porém, ele teve que deixar a área de terra em que vivia, em uma comunidade rural do município de Santa Helena, sem nada receber. Talvez por isso ele tenha expressado sua insatisfação com o MASTRO, sendo enfático em dizer que “era tudo política” e que, nesse sentido, os líderes do movimento não estavam preocupados com as questões de muitos daqueles que compunham o mesmo.

Sua insatisfação se tornou ainda maior quando, em uma das reuniões, perguntou se os posseiros que teriam que deixar as terras, em decorrência do alagamento, receberiam outras terras. Sendo a resposta, de acordo com ele, negativa, pelo fato de os líderes do Movimento afirmarem que o que interessava era a política.

⁴⁸ Antônio, pseudônimo. Entrevista realizada pela autora em 12/08/2014 na residência de Antônio.

Em outros pontos de nossa conversa, Antônio indicou que por vezes o então pastor Werner Fuchs⁴⁹ conduzia as reuniões, principalmente quando a pauta era sobre as questões da desapropriação.

Lidar com os apontamentos feitos por Antônio nos permite visualizar dois vértices de discussões significativas para o conjunto de problemáticas propostas nesse trabalho. Uma delas é o exercício de problematizarmos as diferentes faces que compõem grupos que por vezes são tratados de forma estática, podendo comprometer nossas reflexões. Desse modo, se Moraes Junior indicou que o MASTRO foi formado por agricultores, cabe também pensarmos sobre os diferentes sujeitos que podem ser entendidos como agricultores e desse modo as razões e os posicionamentos dos mesmos sobre o Movimento.

O segundo ponto de discussão é a relação entre política, igreja e a organização de movimentos sociais. Frank Antônio Mezzomo, a partir de uma entrevista com Gernote Kirinus, outro pastor que se manteve atuante nos diversos processos conflituosos no campo, na região Oeste do Paraná, buscou saber/problematizar a relação entre esses três organizações. A seguir, dialogaremos com um trecho da fala de Kirinus. Esta compõe uma entrevista feita por Frank Antônio Mezzomo com o mesmo:

Contudo paguei por esta provocação. Entrei de pé esquerdo e não pude mais dar a meia-volta volver. Consegui sobreviver até 1977, quando, no final daquele ano, eu me afastei da paróquia de Entre Rios para assumir em tempo integral a secretaria-geral da Comissão Pastoral da Terra – CPT –, fixando moradia na sede do município de Marechal Cândido Rondon. A estada foi breve, porque oficialmente como secretário em tempo integral estive praticamente apenas de janeiro a agosto de 1978, quando me licenciarei da Igreja para concorrer a deputado estadual pelo MDB. Vale lembrar que, durante os anos de 1976 a 1977, havíamos lançado as bases para o movimento da CPT no Paraná com os expropriados de Itaipu. Minha base eleitoral era no Oeste, minhas lutas concentraram-se nesta região. É certo que me mudei com a família para a capital em função da atividade parlamentar; no entanto, meu erro foi exatamente o fato de não ter aberto novo espaço político fora do Oeste e ter permanecido fiel à região⁵⁰.

⁴⁹ Werner Fuchs foi pastor da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, no município de Santa Helena entre os anos de 1979-1982. Sendo que já no ano de 1978 assumiu a coordenação da CPT (Comissão Pastoral da Terra) em Cascavel, juntamente com o então padre Claudino Veronese.

⁵⁰ MEZZOMO, Frank Antônio. Entre a Cruz e política: leituras do pastor e político Gernote Kirinus-Entrevista, p 03.

A fala de Kirinus inicia-se fazendo referência ao que ele chamou de provocação. A provocação teria sido sua atitude questionadora sobre atitudes do então nomeado prefeito do município de Marechal Cândido Rondon na década de 1970, Almiro Bauerann e do deputado estadual Werner Wanderer, este último ligado a ARENA (Aliança Renovadora Nacional), partido criado no ano de 1965 servindo como base de sustentação do Regime Militar. Kirinus disse ainda que por vezes chegou a ser chamado de “pastor comunista”, pois, evitava a se envolver com questões financeiras da Igreja Evangélica de Confissão Luterana.

Kirinus ressalta que não conseguiu lidar com a pressão por muito tempo, sendo que no ano de 1977, decidiu se afastar da paróquia do então distrito de Entre Rios, no município de Marechal Cândido Rondon. Depois veio a assumir a secretaria da CPT e no ano de 1978 lançou sua candidatura a deputado estadual pelo MDB (Movimento Democrático Brasileiro) este foi oficialmente fundado em 1964, fazendo oposição a ARENA. Gernote destaca que sua base eleitoral era no Oeste paranaense, pois foi nesta região em que de acordo com ele, concentrou suas lutas, ele indica ainda aquilo que teria sido seu erro, “não ter aberto espaço político fora da região”.

Diante a esses apontamentos, percebemos que o início da trajetória política de Kirinus esteve intimamente ligada com a organização de movimentos sociais no Oeste do Paraná, tendo ele a partir destas ações construído sua base eleitoral, além disso, ele era também pastor, o que certamente lhe conferia prestígio e confiança frente aos sujeitos que integravam movimentos como o MASTRO, ou o Movimento Justiça e Terra.

Entretanto, o fato de ter firmado seu eleitorado articulando as ações acima citadas, isso não significa dizer que os diversos sujeitos que aderiam a tais movimentos sociais não sabiam das articulações que se construíam lado a lado com suas pautas de lutas. Tanto é que Antônio expressou seu posicionamento frente à organização e lutas do MASTRO, afirmando que terras ele nunca recebeu, e que tudo aquilo era política. Não estamos com isso minimizando a importância que os movimentos sociais tiveram frente a diversas pautas dos trabalhadores do campo e também da cidade, mas, chamamos a atenção para os diversos vieses que se constroem sobre os mesmos.

Nesse contexto de tensões Jorge Von Tropowsky⁵¹ expôs sua preocupação com as manifestações que se efetiva no campo, no estado do Paraná. A fala do coronel é significativa para pensarmos a atuação das forças militares nas questões de terras, e, posteriormente, acerca da dinâmica de expulsão experimentada na Gleba Ponte Queimada no ano de 1969, a qual teve como marca decisiva a participação da força policial no violento despejo de mais de cinquenta famílias de pequenos posseiros. Para o coronel:

Trata-se do problema de terras no sudoeste paranaense, que já no passado, gerou graves perturbações da ordem pública, naquele rincão, formado pelos rios Iguaçu e Paraná. A interdependência aqui enfatizada, entre o ‘Desenvolvimento’ e a ‘Segurança’ justificam a inclusão do tema no elenco de conferências para este Ciclo de Estudos.⁵²

A historicidade dos problemas de terras é ressaltada pelo Coronel, esse processo motivou a inclusão de tal discussão na pauta de estudos do ciclo promovido pela Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra, pois o mesmo estava gerando perturbações de ordem política ao governo militar. Posseiros, jagunços e supostos proprietários se colocaram nestas disputas de formas e com interesses diversos, como problematizaremos mais adiante, ao analisarmos os relatórios e pareceres do INCRA e da Comissão Pastoral da Terra.

Pensar estes embates implica em analisar relações conflituosas, de modo à historicizá-las, pois elas não se fizeram isoladas de outros processos desiguais sendo dimensionadas pela tensão e violência. Assim, nas páginas que se seguem, abordaremos como se fez a ocupação e colonização na área em estudo enquanto espaço de fronteira, problematizando a interpretação presente em parte da historiografia de que a colonização produziu na região Oeste um ‘Paraná Moderno’.⁵³

⁵¹O trecho com o qual dialogamos foi discutido por Jhontan Marcel Scholz em seu trabalho ‘O Sudoeste paranaense e a Doutrina de Segurança Nacional: a geopolítica em tempos de Ditadura. VER: SCHOLZ, Jhonatan Marciel. *O Sudoeste paranaense e a Doutrina de Segurança Nacional: a geopolítica em tempos de ditadura*. Revista Espaço acadêmico, n 160.

⁵²SCHOLZ, Jhonatan Marcel. *O Sudoeste paranaense e a Doutrina de Segurança Nacional*. Op cit, p 80.

⁵³ Neste estudo problematizaremos a noção de que a região Oeste do Estado do Paraná se configurou a partir do processo de colonização como ‘Moderna’. Tal interpretação foi elaborada por Maria Cecília Westhaphalen, Brasil Pinheiro e Altiva Pillati. Nosso intuito é refletir em torno de práticas sociais que expressam que a denominação ‘moderno’ minimiza relações que ultrapassam os limites que tal termo impõe, ocultando e homogeneizando relações, criando um sentido harmônico do social. Ver: WESTHALEN, Maria Cecília. MACHADO, Brasil Pinheiro, BALHANA, Altiva Pilatti. *Nota prévia ao*

2- As obrages

Por volta do ano de 1880, teve início na região Oeste do Paraná o processo de exploração da erva mate e da madeira, através do sistema de trabalho obrageiro. A conjuntura do Oeste paranaense favorecia, nessas áreas, um tipo de ocupação feita, pela concessão de grandes áreas de terras devolutas pelo Governo do Estado as companhias particulares exploradoras do mate e da madeira, sem quaisquer ligações com a comunidade tradicional paranaense. Eram via de regra, companhias estrangeiras, inglesas ou argentinas, suas ações foram tipicamente de exploração, depredatória e espoliadora. O sistema obrageiro devastou florestas, retirando-lhes as madeiras de lei, que pelo rio Paraná era exportada para a Argentina, além de arrasarem ervais, com a exportação do mate, também para a Argentina. Acresce o fato que, muitas vezes, tanto o mate, como a madeira eram simplesmente contrabandeados⁵⁴.

Nas obragens o trabalho braçal era exercido pelos *mensus* trabalhadores vindos do Paraguai, descendentes indígenas, ou sujeitos que viviam nas áreas onde se localizavam as obragens. A denominação *mensus* se refere ao pagamento mensal supostamente feito a tais trabalhadores.

Ao refletirem em torno da ocupação da terra e sobre as relações experimentadas na obragens no Paraná, Maria Cecília Westphalen, Brasil Pinheiro Machado e Altiva Pillati Balhana destacam a violência sofrida pelos trabalhadores/*mensus* de Don Allica, proprietário do porto Artaza e de extensos ervais, os quais ficaram conhecidos pela miséria em que viviam e pelas atrocidades a que eram submetidos pelos feitores/capatazes os quais eram responsáveis pelo controle do trabalho dos *mensus*. Os autores salientam também a contradição expressa nas condições vantajosas dos proprietários e administradores das obragens e as condições sub-humanas em que viviam os trabalhadores dos ervais⁵⁵. De acordo com José Augusto Colodel, algumas das principais obragens no Oeste paranaense, na década de 1950, se

estudo da ocupação da terra no Paraná Moderno. Boletim da Universidade Federal do Paraná. Departamento de História. Curitiba, Paraná, Brasil N° 07, 1968.

⁵⁴ WESTPHALEN, Maria Cecília. MACHADO, Brasil Pinheiro, BALHANA, Altiva Pilatti. *Nota Prévia ao Estudo da Ocupação da Terra no Paraná Moderno*. Boletim da Universidade Federal do Paraná. Departamento de História. Curitiba, Paraná, Brasil N° 07, 1968, p 05

⁵⁵IBIDEM, p 06

localizavam em Foz do Iguaçu, Manguerinha, Porto Sol de Maio, Porto São João e no Porto de Santa Helena.⁵⁶

O sistema obrageiro se estendeu por diversos espaços da região. A violência física e simbólica eram constantes nas obrages. Elas se constituíram como um espaço de relações de poder desiguais. A obragem só despertava interesse enquanto tivesse lucratividade. Quando suas reservas vegetais se esgotavam, eram de pronto abandonadas. Também não havia interesse no replantio dessas espécies vegetais. Investimento mínimo com retorno absoluto, esse era o princípio econômico que regia as obrages. Esse princípio servia ainda mais caso a obragem fosse localizada em território estrangeiro, como era o caso do Oeste paranaense⁵⁷. Explorar áreas de fronteira como o município de Santa Helena se colocava como uma ótima possibilidade de atingir tais interesses.

No contexto da atividade obrageira foi efetivada a construção de um Porto no município de Santa, através do qual era feito o transporte de madeira para a Argentina. José Augusto Colodel faz algumas indicações sobre o investimento feito por Domingos Barth⁵⁸, idealizador do empreendimento em uma área de fronteira:

A época da fundação do Porto de Santa Helena, a atividade *obragera* em terras paranaenses ainda estava no seu início. Raros eram os capitalistas argentinos que procuravam exercer as suas atividades exploratórias fora da sua terra natal, onde o sistema das *obrages* ainda detinha grande força e atuação. Nesse sentido, o empreendimento de Domingos Barth revestia-se de uma visão bastante nítida da problemática econômica e consequente decadência a que estava sujeito o sistema de *obrages* em território argentino.⁵⁹

Domingos Barth percebeu dois aspectos importantes em seu ramo de negócio, o sistema obrageiro. Barth percebeu que não demoraria para que a crise no sistema de obragens argentino chegasse, tratando logo de investir na construção de um Porto do outro lado do rio Paraná, o que facilitaria a exportação da madeira do Brasil para a

⁵⁶ COLODEL, José Augusto. *Obrages e companhias colonizadoras: Santa Helena na História do Oeste paranaense até 1960*. P 56.

⁵⁷ José Augusto Colodel discute o Processo de instalação e trabalho do sistema obrageiro na região Oeste do Paraná. VER: COLODEL, José Augusto *Cinco séculos de História*. Artigo, p 24.

⁵⁸ Domingos Barth foi um dos mais conhecidos e influentes obrageiros da região Oeste paranaense, Barth adquiriu faixas de terras dentre outros municípios em Santa Helena objetivando a extração de madeira e erva mate.

⁵⁹ COLODEL, José Augusto, 1960. *Obrages e Companhias Colonizadoras*, op. cit, p 63.

Argentina. A articulação de Domingos Barth é expressiva da percepção de que investir e explorar um espaço fronteiriço seriam bons negócios, afinal, abastecer o mercado argentino com a matéria prima encontrada no Oeste paranaense sustentaria sua companhia diante a crise.

A rentabilidade do negócio, no entanto, não se estendeu a todos os sujeitos que de alguma forma tinham suas práticas de trabalho vinculada ao sistema obrageiro. Para os *mensus* as obragens foram um espaço de controle e exploração, onde o maior interesse era não se envolver em embates, pois o desfecho deste não lhes seria favorável:

Ao capataz de serviço eram atribuídos encargos bastante específicos. Ele, dentro do universo do trabalho nas *obrages*, era como se fosse uma espécie de feitor controlando a mãos de ferro todas as tarefas executadas pelos peões. Isto era possível à medida em que ele mantinha contato direto e cotidiano com a mão de obra empregada na *obrage*. Verificava pessoalmente todas as tarefas executadas, controlando assiduamente o horário e o ritmo de trabalho diário. Ocupava uma posição muito respeitada e era um indivíduo muito temido entre os peões. Devemos convir que este temor não se manifestava de maneira gratuita. A imposição do medo, através de todo um aparato de constante violência, fazia parte das relações de poder estabelecidas para a manutenção e funcionamento tidos como ideais para esses impérios agrários⁶⁰.

A violência vivenciada é expressiva das relações conflituosas e desiguais construídas socialmente em um espaço de fronteira. À medida que os capatazes controlavam o ritmo e o horário de trabalho dos peões/*mensus*, ele não deixava de ser também um trabalhador, que assim como os *mensus* estava submetido às ordens e controle do obrageiro. Neste enredo, as indicações feitas por Colodel nos dão a possibilidade de dimensionar as formas diversas de violência vivenciadas nas obragens, ainda que no trabalho do autor, tais dinâmicas tenham sido abordadas como curiosidades.

A disseminação do medo compunha as práticas de repressão e controle experimentados nestes espaços. Se havia medo por parte dos peões/*mensus*, é porque existiram práticas que embasavam tal sentimento, ações como as destacadas por Antônio Bortollini ao referir-se as atividades realizadas pelos trabalhadores das

⁶⁰ COLODEL, José Augusto, 1960. *Obrages e Companhias Colonizadoras...op.* cit p 63.

obragens, as quais não estavam restritas a extração da madeira da mata perpassando também, por atividades ligadas ao cuidado com os animais criados pelos obrageiros:

Mandavam recolher o gado à distancia e depois era acertado [o peão] que nem tiro ao alvo com a carabina, e depois deixavam ele lá e de noite mandavam empurrá lá pra barranca do rio [Paraná] pra baixo⁶¹.

Antônio se utiliza de metáforas como o “tiro ao alvo”, para ressaltar a crueldade vivenciada e mediante as quais as mortes dos trabalhadores eram praticadas. Nesse contexto, o medo que os peões/mensus nutriam pelos capatazes e pelos obrageiros, era sustentado por ações como as relatadas por Antônio.

Violência física e simbólica se entrelaçavam, fazendo das obragens um ambiente opressor. Certamente a dinâmica descrita por Antônio não poderia ser utilizada a todo o momento, afinal se assim fosse quem exerceria o trabalho braçal? Era necessário que outras práticas se mesclassem a ela. Assim, à medida que a violência física era empregada sobre alguns trabalhadores, ela também servia como um alerta, que gerava medo entre os outros.

As articulações discutidas até o momento expressam à diversidade de interesses, conflitos e violências experimentadas em uma área de fronteira, o que nos permite dizer que discutir os espaços fronteiriços implica também em discutirmos as diferentes faces de construções e reconstruções de processos sociais. Nesse sentido os espaços fronteiriços podem ser áreas possíveis de crescimento econômico, dominação territorial, mas são também espaços de conflitos. Para Leandro de Araujo Crestani:

Os conflitos aparecem como um elemento indissociável da fronteira, pois sua expansão se efetua sempre em um local ou espaço ideologicamente considerado com “vazio” numa lógica demográfica, econômica ou mesmo jurídica⁶².

A discussão proposta pelo autor nos instiga a pensar dois pontos de discussão significativos. O primeiro deles se refere aos conflitos nas áreas de fronteira. Conflitos que são historicamente construídos, vivenciados, e que se expressam de formas diversas. As práticas sociais construídas nos espaços fronteiriços se tecem em relações

⁶¹Entrevista realizada com Antônio Bortollini por José Augusto Colodel. Entrevista disponível em: COLODEL, José Augusto, 1960. *Obrages e Companhias Colonizadoras*: Santa Helena na história do Oeste paranaense até 1960. Santa Helena, Prefeitura Municipal, 1988. p 68.

⁶²CRESTANI, Leandro de Araújo. *Conflitos Agrários e o mercado de terras nas fronteiras do Oeste do Paraná (2843/1960)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo. p 38.

permeadas pela diversidade e a pluralidade. As áreas de fronteira são o lugares onde os “diferentes”, por diversas razões, tecem um universo de desencontro e da descoberta do outro. Desencontros de visões de mundo, condições sociais e de temporalidades que se constituem historicamente⁶³.

Ademir Luis Kinzler, ao discutir dentre outras questões a colonização do Oeste paranaense, destaca as experiências vividas no município de Quatro Pontes, aponta para a ambivalência da fronteira:

A fronteira representa um espaço de integração social, cultural e econômica que possui relações com o espaço e território. Assim o processo de ocupação pode ser entendido como uma inter-relação, envolvendo culturas, religiosidade, costumes e políticas diferentes. Um dos meios utilizados para difundir a fronteira a partir da simbologia da Marcha para o Oeste, estava centrado nas propagandas. Inicialmente difundia-se o potencial econômico e social através de panfletos bem constituídos e com corretores de vasta experiência⁶⁴.

A fronteira é o espaço onde culturas, relações econômicas, culturais, religiosidades e costumes se chocam, se encontram e se desencontram. Ela é um espaço de troca e de construção de experiências diversas, um espaço onde conflitos são gerados por essa diversidade de interesses e posicionamentos.

Todavia tais conflitos foram minimizados em prol da comercialização de terras, impulsionada com a “marcha para o Oeste”, propagandas não faltaram, como indica Kinzler, mas se havia esforço por parte dos representantes das empresas colonizadores diante á venda de terras na região, o comercio de terras, em especial o comercio irregular, gerou conflitos, a ocupação da mesma não se deu de forma tranquila, como veremos no próximo tópico.

Nesse viés de discussão, a produção da fronteira pode também ser pensada a partir do uso privado da terra, o que impulsionou as tensões diante a mesma

⁶³José de Souza Martins elabora problemáticas acerca do tema fronteira. Para o autor os espaços de fronteira são espaços de alteridade e expressão da contemporaneidade dos tempos históricos. VER: MARTINS, José de Souza. *O tempo da fronteira*. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 8(1): 25-70, maio de 1996.

⁶⁴ KINZLER, Ademir Luis. *Fé na Fronteira: colonização no Oeste do Paraná e construção de uma hegemonia católica- O caso de Quatro Pontes PR-*. Dissertação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná UNIOESTE, 2013, p 20.

desencadeando disputas que foram vividas de formas diversas e por diferentes sujeitos a partir de suas condições de classe e relações de poder.

O segundo ponto de discussão está pautado na ideia de que estes espaços se constituem como. A ideia de vazios, que nessa perspectiva deveriam ser povoados nos remete ao chamado processo de colonização.

3- Dimensões da colonização

Pensar a colonização requer que nos atentemos para os sentidos atribuídos em tal termo. Processos de colonização são, por vezes, tomados como sinônimos de povoamento, no entanto, é necessário que nos atentemos para as práticas que se constroem amalgamadas as ações colonizatórias, as quais se constituíram como práticas de povoamento precedido de planejamento governamental ou privado⁶⁵. Nesse enredo Westphalen, Machado e Balhana, ao problematizarem a colonização da região Oeste do Paraná, intensificada em meados de 1940, indicam as articulações adotadas por algumas colonizadoras para a venda de terras no Oeste do Paraná:

[...] A atuação da Maripá no Oeste paranaense deu aos colonos condições de segurança e tranquilidade, indispensáveis á sua fixação. Adquirindo o seu lote agrícola o lavrador, logo e seguramente tornava-se proprietário do seu pequeno sítio, amparado pelo poderio financeiro e político da companhia que o vendera e lho tinha como cliente. Se eram duros os tempos de abertura da mata e das primeiras roças, trabalhava terras suas e não era molestado por questões de terras⁶⁶.

Na visão dos autores a dinâmica de venda adota pela companhia Maripá⁶⁷ esteve pautada sobre a suposta segurança e tranquilidade que seus clientes teriam ao adquirir uma de suas áreas de terra. Ser cliente da empresa parecia querer dizer também estar livre de ter que lidar com possíveis conflitos/disputas pela terra. Temos a partir destas considerações elementos para sugerir certo mote de tensões que compuseram tal processo. Se existia por parte dos dirigentes da empresa colonizadora o

⁶⁵Octavio Ianni faz considerações significativas em torno dos sentidos atribuídos a colonização, o autor discute os interesses que permeiam projetos colonizatórios pensados por firmas particulares e também por sujeitos ligados ao Estado, desse modo as reflexões propostas pelo autor nos ajudam a pensar as tensões as tentativas de implantação de tais projetos. VER: IANNI, Octavio. *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1979.

⁶⁶ WESTPHALEN, et, al. Nota prévia... Op, cit p 22.

⁶⁷ A Companhia Industrial Madeireira e Colonizadora Rio Paraná S.A. – MARIPÁ foi fundada através da associação entre Alberto Dal Canale Filho, Kurt e Egon Berchet, Júlio Bastian, Alfredo Ruaro e o mais influente dentre estes Willy Barth, no ano de 1946.

cuidado de garantir certa proteção para seus clientes quanto a sua legitimação como dono e permanência nas terras em que adquiriram era porque nos meandros desta dinâmica se construíram tensões.

Mas se esta foi a regra que fez povoar densamente as regiões do Paraná moderno, pontos e momentos houveram em que as questões de terras assumiram graves aspectos conflitantes, por vezes dramáticos. Não faltou a especulação nos negócios de terras, como não faltou o ludíbrio de muitos lavradores, nem tão pouco a exploração dos trabalhadores rurais. Se, de um lado, a segurança do direito de propriedade atraiu milhares de lavradores honestos, desejosos do legítimo acesso á terra, a exuberância e a riqueza das glebas, atraíram também aventureiros em busca de toda a sorte de facilidade. Acresce, ainda, o fato de que além da colonização particular, espontânea ou dirigida, e da oficial, houve, muitas vezes, a ocupação de pura e simples de terras devolutas ou pertencentes a particulares que não se encontravam presentes.⁶⁸

Conforme alguns autores e algumas pessoas entrevistadas para a construção deste trabalho, nem todos os que decidiram por razões diversas mudar-se para o Paraná, estabeleceram sua mudança balizados pelas ações de companhias colonizadoras. Diferentes sujeitos perceberam que o negócio de terras estava se colocando como uma prática lucrativa, o que inflamou a especulação frente às mesmas. Mesmo em meio as estratégias de venda de terras adotadas por algumas colonizadoras, nem todas as pessoas que chegavam à região tinham condições de efetivar a compra de uma área. A ocupação de áreas de terras devolutas, foi uma prática que gerou conflitos, pois, outra pessoa poderia se apresentar como seu proprietário. Isso não quer dizer, entretanto, que os que articularam a compra de terras através das empresas colonizadoras eram “honestos” e os que ocuparam terras sem dinamizar suas práticas através da compra eram simplesmente “aventureiros”.

Desse modo, ao analisarmos as fontes que estão sendo trabalhadas nesta discussão, observamos que houveram sim casos de sujeitos que ocuparam espaços tendo como objetivo vendê-los posteriormente, porém outros ao tomarem a decisão de ocupar uma área sem ter respaldo de empresas colonizadoras tinham como objetivo articular na mesma formas de se manter com sua família. Para além de pessoas “honestas” e/ou “aventureiras” o processo de colonização foi experimentado por sujeitos que nele se colocaram a partir de suas condições de classe e relações de poder.

⁶⁸WESTPHALEN, et. al. *Nota Prévia...* Op cit.p 22.

Cada um destes, dentro de sua lógica e posicionamento social dinamizou ações avaliando os limites e possibilidades que lhes cercavam.

A colonizadora Maripá, além de supostamente garantir segurança a seus clientes, segundo Ruy Wachowiz, também demonstrou grande preocupação em escolher quem seriam eles:

No Oeste paranaense alguns dirigentes da colonizadora Maripá decidiram que nas suas terras não entrariam paranaenses nortistas. Toda sua colonização foi preparada e conduzida para a fixação do elemento rural oriundo do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. É esse o elemento que predomina na região colonizada pela imobiliária. No meio urbano das duas maiores cidades da região, Cascavel e Foz do Iguaçu, e em alguns outros municípios, predomina o elemento paranaense. São os descendentes do caboclo paranaense, do imigrante polonês e do ucraniano, do sertanejo de Guarapuava e Laranjeiras do Sul, representantes do Paraná tradicional.⁶⁹

Wachowiz discute aspectos da colonização do Paraná em sua obra, “As frentes pioneiras”, que compõe uma série de artigos formando o livro, “História em debate”. Fica visível, diante dos apontamentos do autor, que a ideia dos líderes da companhia colonizadora era construir o que para eles seriam o “migrante ideal”, aquele vindo da região Sul do Brasil. Mas, quem seriam os representantes de um Paraná não tradicional? É possível indicar, através das discussões feitas até o momento, que os representantes de um Paraná não tradicional seriam os sujeitos que não correspondem ao perfil traçado pelos dirigentes da companhia colonizadora, e se assim for, veremos mais a frente que a ideia dos dirigentes da empresa Colonizadora, não deu tão certo, pois, para muitos, vir para a região Oeste do Paraná não era algo que se consolidava através da Colonizadora e tampouco os sujeitos vindo do Sul do Brasil foram os únicos que decidiram vir para o Estado.

Esta discussão nos sugere pensar na ideia de um “Paraná Moderno”, elaborada por Maria Cecília Westphalen, Brasil Pinheiro Machado e Altiva Pillati Balhana. Para estes autores, o “Paraná Moderno” se configuraria a partir da intensificação do processo de colonização e de expansão da propriedade privada, assentada na formação agrária com pequenas propriedades familiares. Entretanto, este processo não foi vivenciado de forma tranquila, pois lado a lado com a implementação

⁶⁹ WACHOWIZ, Ruy C. As frentes pioneiras. In: *História em Debate*. Curitiba, SECE/Biblioteca Pública do Paraná, 1986 (Ideias em Debate) N°5 p 155.

do regime da pequena propriedade privada foi impulsionada a modernização agrícola pelo Estado, a partir da segunda metade da década de 1960. Nessa perspectiva, Elpídio Serra reflete em torno da constituição do “Paraná Moderno”, observando que o mesmo foi desenhado a partir de projetos fundiários elaboradas pela iniciativa privada:

A colonização empresarial privada, muito mais do que a oficial (desenvolvida diretamente pelo Estado), vai marcar-se como a maior forma de distribuição agrícola do no Paraná, a partir dos anos 30. Na prática pode-se dizer que os projetos desenvolvidos pela iniciativa privada desenharam a estrutura fundiária do Paraná Moderno. A participação mais efetiva da colonização empresarial vai ocorrer a partir de uma situação em que o Estado, precisando, mas não podendo incorporar estágios desenvolvimentistas ao processo de ocupação da terra recorre às empresas de colonização, com as quais passa a manter uma relação de troca, ou seja, em troca do favorecimento de concessões de grandes áreas de terras devolutas, mediante pagamentos simbólicos o Estado obtém das empresas a aplicação de seu capital financeiro e de sua experiência na estruturação do espaço urbano e rural de seu território. Em consequência ocorre a perfeita sintonia entre os interesses políticos do Estado e os interesses econômicos dos grupos empresariais.⁷⁰

A forma de distribuição agrícola baseada no regime de pequenas propriedades se constituiu como base das estratégias de desenvolvimento empreendidas no que “Paraná Moderno”. Desse modo, Estado e firmas colonizadoras se aproximam e constroem alternativas de forma que ambos se beneficiassem com a colonização. Embora o Estado abrisse mão do lucro que teria com a venda de terras para pequenos e médios compradores de terras, recebia espaços urbanos e rurais organizados e com uma estrutura que viabilizaria seus objetivos que estavam pautados em princípios desenvolvimentistas. O giro interno de capital financeiro, viabilizado com a mercantilização da terra e o direcionamento de uma agricultura que fosse voltada para o mercado, foram fatores que contribuíram para a expansão do capitalismo no campo. Aliado a isso, as empresas colonizadoras buscavam recuperar a imagem positiva das terras paranaenses, investindo em propaganda. Elas ressaltavam a “limpeza” das terras, “limpeza” que se referia a venda de terras livres de posseiros, grileiros e ocupantes.⁷¹

⁷⁰ SERRA, Elpídio. *A Colonização Empresarial e a Repartição da Terra no Paraná Moderno*. Boletim de Geografia, UEM, ANO 11, numero 01 dezembro 2013, p 49- 50.

⁷¹ Elpídio Serra faz reflexões significativas em torno da colonização do “Paraná Moderno”, indicando que tal processo foi vivido em meio a relações que estavam pautadas em interesses de uma pequena parcela da sociedade, salientado nesse sentido, a aproximação do Estado e de firmas privadas de colonização em um contexto da colonização. VER: SERRA, Elpídio. *A Colonização Empresarial e a*

Discutir a “limpeza” das terras paranaenses implica que pensemos também sobre os desencadeamentos de tal medida. Balhana, Machado e Westphalen indicam, nesse sentido, o que se constituiu como o grande problema agrário do “Paraná Moderno”:

O grande problema do Paraná Moderno diz respeito, sem dúvida, à propriedade da terra, ou seja, ao domínio pleno da mesma pelos proprietários privados. A repartição da terra não se fez, contudo, sem maiores dificuldades. Desde o início do século XX, até a década de 1960, quando o Paraná encontra-se efetivamente ocupado, dura e penosa foi a implementação do regime da pequena propriedade e das condições de trabalho, no meio rural. [...] de modo geral o Oeste paranaense, embora iniciada a penetração vinda do Sul, até a década de 1940, quando novo impulso foi dado à colonização, praticamente em estado de abandono, vivendo a sua população cabocla, rarefeita, de modo precário, com miserável cultura de subsistência, e sem a propriedade da terra que ocupava, como posseira ou intrusa, praticando suas queimadas, e marchando sempre adiante logo viam a terra esgotada, despreocupada mesma pela sua legalização. Não havia mercado, nem transporte, não havia, pois, razão de maior interesse ou de procura da terra, muito menos pelo seu domínio pleno⁷².

O não domínio pleno dos proprietários privados sobre a terra é apresentado como o grande problema do “Paraná Moderno”. O clima de insegurança diante de tal problema, que se manifestava através da repressão contra posseiros, exercida inclusive com a ação da polícia do Governo, estes quase sempre do lado dos grandes proprietários, era constante. De acordo com os autores, na região Oeste do estado a colonização que já estava quase em estado de abandono é impulsionada pelo Governo no ano de 1960.

Em meio a tais questões, chamamos a atenção da situação das pessoas que viviam na região Oeste do Paraná descrita pelos autores, abandono e precariedade são as palavras que descrevem a população cabocla. População que ainda que insistisse em “marchar adiante” logo se deparava com a terra esgotada e não tinham por isso grande preocupação em legalizar tais áreas. Desse modo, os autores indicam que implantar o regime da pequena propriedade não foi uma tarefa fácil, aliás, como poderia ser se nem

Repartição da Terra no Paraná Moderno. Boletim de Geografia, UEM, ANO 11, numero 01 dezembro 2013.

⁷² WESTPHALEN, et. al. *Nota Prévia...* Op cit., p 25- 26.

todas as pessoas que viviam ou migraram no “Paraná Moderno” tinham condições de realizar a compra de uma área de terra? Não ter condições de se colocar como proprietário de uma área de terra levou á ocupação de áreas de terra na condição de posseiros, ou intrusos como os próprios autores nos indicam.

A contradição presente nas relações apresentadas pelos autores é latente. De um lado, a conjuntura de expansão da propriedade privada e do outro a precariedade vivida por famílias indicadas como “caboclas” que não tinham condições de adquirir uma área de terra de companhias colonizadoras particulares ou mesmo pelo Governo e que teriam segundo a narrativa como perspectiva a “marcha sempre a diante” almejando com isso, em algum momento estabelecer-se. Situações que nos fazem questionar sobre as contradições que cercavam o “Paraná Moderno”.

Pensar o moderno nos remete às ideias de desenvolvimentos, riqueza, prosperidade, no entanto, parece-nos que a “modernidade” estava longe de ser uma realidade para muitos dos que viviam neste Paraná idealizado. O moderno produziu também miséria e, por assim dizer, com a exclusão de muitos, que dentre outras formas ocorreram por meio da prática de expulsão das terras que ocupavam.

Intrusos e Grileiros, via de regra, com o concurso de jagunços, pistoleiros de ofício intranquilizavam posseiros e sitiante, obrigados também, muitas vezes, a reagir á bala, de sorte que muitos capítulos da história da ocupação da terra do Paraná moderno foram escritos com fogo e sangue.⁷³

O problema do chamado “Paraná Moderno” é novamente apresentado pelo autor, agora os enfrentamentos entre diferentes sujeitos que se colocavam nas disputas por terras é evidenciado, ações que geravam a intranquilidade e que desse modo, compuseram capítulos da história da ocupação do Paraná, escritos com “fogo e sangue”. Como pode um “Paraná Moderno” ter parte de sua história marcada por fogo e sangue? Refletir em torno de tais práticas nos permite sair das limitações que a de “Paraná Moderno” nos coloca. Esta suposta modernidade está assentada na reprodução ampliada do capital, produtora de desigualdade e exclusão social, como aponta Davi F. Schreiner em seu trabalho, ao discutir as experiências cotidianas vividas por assentados rurais no Sudoeste do Paraná, ressalta que:

⁷³ WESTPHALEN, et. Al. *Nota Prévia...* Op cit, p 22.

Com os vultuosos lucros advindos da exploração predatória da madeira, sobretudo do pinho, a partir das primeiras décadas do século XX, e, mais tarde, com a fragmentação das propriedades aos colonos migrantes entre as décadas de 40 e 60, bem como (nas décadas de 70 e 80) com a modernização da agricultura e o boom do soja o Oeste/Sudoeste tornou-se um novo *eldorado*. Estes são momentos distintos de reprodução ampliada do capital.⁷⁴

Schreiner salienta os vultuosos lucros de algumas empresas que exerciam a exploração predatória da madeira no Oeste e Sudoeste do Paraná. Entretanto, o autor acrescenta que a lucratividade alcançada em distintos períodos históricos compuseram o processo de reprodução ampliada do capital. Nesse sentido, Moderno e Arcaico são díades do capitalismo em seu desenvolvimento desigual, indicando as contradições presentes em processos que compõe a aparente modernidade, o progresso, a prosperidade como acessíveis a toda a sociedade, mas que se fizeram e se fazem a partir da exploração e de relações desiguais. Afinal, a lucratividade obtida a partir da exploração da madeira nas primeiras décadas do século XX e efetivada ainda hoje, supõe, em um primeiro olhar, indícios do progresso, porém compõe uma prática “arcaica” de devastação ambiental que é minimizada em prol da representação social de “modernidade”.

3.1- As disputas por terras e a figura do jagunço

Frente as contradições vividas no “Paraná Moderno”, indicamos que mesmo diante do grande empenho demonstrado pelos dirigentes das empresas colonizadoras e também dos sujeitos ligados ao Estado em controlar o processo de colonização no Paraná, é significativo o discurso proferido, no ano de 1957, pelo então senador Othon Mader, no qual se refere aos constantes conflitos pela terra no Estado do Paraná e a atuação do jagunço. O discurso do senador compõe o trabalho “Memórias de 1964 no Paraná”, de Maria de Los Angeles González Duarte e Milton Ivan Heller.

Muitos criminosos profissionais foram recrutados pelas companhias colonizadoras na própria região. Outros vieram da Argentina e do Paraguai e do Norte do Estado, onde esta profissão é muito desenvolvida e propicia bons lucros aos que empreitam a morte, o despejo á mão armada e implantam o terror para afugentar os ocupantes e limpar as terras pretendidas pelos latifundiários. Por

⁷⁴ SCHREINER, Davi Felix. *Entre a Exclusão e a Utopia: Um Estudo sobre os Processos da Vida Cotidiana nos Assentamentos Rurais*. (Região Sudoeste/Oeste do Paraná). São Paulo, 2002, p 74

intermédio de seus associados João Simões, Jorge Anim Maia e Lino Marchetti as colonizadoras mandaram vir do Norte do Paraná, os mais temíveis bandidos, contratados por preços altos, pois quanto mais ferozes mais caros. Recebem tratamento especial, hospedando-se nos melhores hotéis e viajando de avião nas suas idas e vindas para o Sudoeste do Estado. À sua disposição estão as armas que exigirem, além de jipes preparados para o serviço de matar, assaltar, surrar, e que mais se precisar fazer com bons capangas. E assim constituiu a rendosa profissão de especialistas em espoliação e expulsão de colonos e posseiros. Nesse mercado do banditismo a Citla, a Paraná e a Apucarana são os melhores fregueses, pois muito bem pagam os assalariados. Os seus negócios no Sudoeste paranaense permitem vultuosas despesas. Terras que pouco ou nada custaram são vendidas a oito mil cruzeiros o alqueire e os pinheiros que lhes ficam de graça são vendidos ao preço de duzentos cruzeiros. Segundo estimativas do grupo Lupion, nas terras em que se apossou fraudulentamente, e que tem a área de 198 mil alqueires (quatro vezes o Distrito do Rio de Janeiro), a quantidade de pinheiro ali existentes é de dez milhões, ou seja, as terras valem 1,584 bilhão e os pinheiros dois milhões. [...] Para a realização do plano sinistro de se apossar de terras públicas já ocupadas e cultivadas por colonos e posseiros e vende-las a preços escorchantes, visando o lucro máximo, as colonizadoras criaram uma bem e organizada força para-policial, composta de mais de uma centena de bandidos profissionais, dispendo de dezenas de jipes e caminhonetes, de animais bem arreados para os cavalheiros e de copioso armamento, inclusive aram de guerra a munições se em profusão⁷⁵.

A fala do senador inicia-se, aborda o processo de colonização, que não foi de forma alguma um processo harmonioso. Logo, o senador indica que os responsáveis por empresas colonizadoras contratavam trabalhadores denominados como jagunços, para impedir que as áreas de terras, supostamente pertencentes às companhias, fossem ocupadas fora da dinâmica de venda. Nesse sentido, o senador é enfático ao indicar que a intenção dos dirigentes das companhias era “limpar” as áreas de terra, ou seja, expulsar delas os que ali já estavam.

A continuidade do discurso de Othon Mader enfatiza o tratamento dado pelos donos das companhias colonizadoras para com os trabalhadores, que ficariam encarregados de “limpar” determinadas áreas de terras que, de acordo com ele, tinham a sua disposição muitos aparatos para executarem da melhor forma possível seu serviço. As despesas que os donos das colonizadoras tinham para tentar controlar o acesso a terras eram muitas, mas de acordo com o senador não faziam frente ao lucro que teriam

⁷⁵ DUARTE, Maria de Los Angeles González. HELLER, Milton Ivan. *Memórias de 1964 no Paraná*. Curitiba, Imprensa Oficial do Paraná, 2000 (Coleção Brasil diferente), p 36

com a venda de terras. A compra de terras era intensa, certamente os sujeitos que tinham condições financeiras para adquirir um pedaço de terra “legal”, escriturado, aumentava dia a dia a renda dos dirigentes de diversas firmas colonizadoras.

No entanto, a venda de terras efetivada pelas empresas colonizadoras, nem sempre ancoradas em uma prática “legal”, perpassa por dinâmicas de expulsão como as que iremos discutir a partir da “Revolta dos posseiros de 1957”. Desse modo, o chamado processo de colonização, do Estado do Paraná, e nesse enredo, enfatizamos que também o processo de “colonização” da fronteira Oeste e Sudoeste do Paraná, e em especial neste estudo do município de Santa Helena, foi marcado por práticas onde as tensões foram constantes.

Nesse contexto a construção da imagem dos jagunços como “bandidos profissionais”, indicadas, na narrativa do senador, foi formulada a partir do seu posicionamento social e das relações de poder que ele estabelecia com estes. Se por um lado tais sujeitos foram descritos como representantes da violência, por outro, os laços entre jagunços, posseiros, pequenos e grandes proprietários foram estreitados e emergiram outras memórias na fala dos entrevistados sobre esta figura tão acionada nos conflitos por terras no estado do Paraná, memórias como nas de Eduardo, ao rememorar sua chegada ao município de Santa Helena no ano de 1949:

É eu já era casado, dai eu dei uma entrada na terra ali doze alqueires era um matão ali naqueles doze alqueire. Eu comprei a moradia dos jagunços, ali era só os cavalos que pastavam e eu cheguei lá e derrubei tudo, dai no outro ano eu destoquei né ⁷⁶.

Eduardo veio morar em Santa Helena já casado no início do ano de 1960, tendo ele a família vindo do Rio Grande do Sul. Quando chegou ao município ele se estabeleceu em uma área de terras de cinco alqueires, mas logo cogitou a possibilidade de adquirir mais terras, e foi o que ele fez, comprando doze alqueires de um grupo de jagunços que mantinham segundo ele, este espaço para a alimentação de alguns cavalos.

Em nenhum momento de sua fala Eduardo lembrou dos jagunços como “bandidos”, tampouco fez referencia a algum ato de violência por eles cometido, talvez porque ainda que as experiências por ele rememoradas tenham se passado já a algum tempo, o receio frente aos “jagunços”, ainda esteja presente. Ainda assim, ele indicou

⁷⁶ Eduardo (pseudônimo), entrevista realizada pela autora na residência de Eduardo em 23/08/2012.

que existiam muitos jagunços em Santa Helena, mas o que fez questão de ressaltar foi à dinâmica de negócio que estabeleceu com aqueles sujeitos, não abrindo mão de qualifica-los como jagunços. Possivelmente Eduardo poderia ter comprado outras áreas de terras de outros sujeitos, porém fez negócio com o grupo de jagunços, talvez porque as terras dos jagunços fossem melhores, talvez o valor pedido pelos jagunços estivesse mais próximo do que Eduardo poderia pagar. Não obstante a estas questões, o que nos importa são as várias facetas e possibilidades de arranjos em torno da figura social do jagunço⁷⁷.

Não temos como intenção amenizar as ações destes sujeitos no contexto dos conflitos por terra e a expulsão de pequenos posseiros de diversas áreas. Os “jagunços” poderiam sim ser bandidos profissionais, no entanto, frisamos que eles podiam também ser trabalhadores que em meio às relações que vivenciavam, visualizaram o trabalho que exerciam como uma prática possível para suas famílias, ainda que isso envolvesse a “necessidade”, de desfazer as relações de trabalho e moradia de outras famílias. Os “jagunços”, exerceram um papel significativo, em meio às disputas por terras, às vezes defendendo os interesses de companhias colonizadoras, às vezes defendendo os interesses de fazendeiros e, por vezes, também se colocando nestes embates com o propósito de conseguir para si áreas de terras, possivelmente de uso e comercialização, como fez Eduardo.

No ano de 1961, foi lançada por Ney Braga, na época governador do Estado do Paraná, a “operação jagunço”, além de nos dar possibilidade de refletir em torno de tal operação, o trecho a seguir nos permite perceber também a estreita ligação entre “jagunços” e determinadas empresas colonizadoras:

Após a campanha eleitoral vencida por Ney Braga [1961] com a promessa de levar Moyses Lupion á cadeia por seus atos de corrupção em seu governo, foi montada a “operação jagunço” amplamente divulgada pelos meios de comunicação. O secretário de Justiça Rubens Requião enviou de Curitiba um contingente da Polícia Militar fortemente armado para localizar e prender os capangas das companhias colonizadoras. Os jornais fotografaram a tropa no QG da

⁷⁷ Instigados pelas discussões feitas por Dibe Ayoub em seu trabalho “Os posseiros – conflitos e resistências frente a indústria madeireira”, objetivamos explorar os sentidos e memórias por posseiros, proprietários de terras frente aos jagunços nas dinâmicas de disputas por terras em Santa Helena. VER: AYOUB, Dibe Os posseiros – conflitos e resistências frente a indústria madeireira. In: *Memórias dos povos do campo no Paraná* – Centro Sul. Curitiba, Instituto de Terras, Cartografia e Geociências- ITCG, 2013.

corrupção, informando que as autoridades policiais da região – consideradas coniventes com o banditismo- dariam a sua colaboração para o êxito da missão. Os jagunços que assim foram previamente avisados trataram de desaparecer e apenas um capanga da Citla foi preso: Marins Belo, foi transportado para Curitiba algemado. Mas nenhum processo contra ele foi formalizado⁷⁸.

Após ser eleito, Ney Braga desencadeou a “operação jagunço”. A princípio o objetivo da operação era prender todos aqueles que trabalhavam para as companhias colonizadoras, fazendo a “limpeza” de diversas áreas de terra. Os “jagunços” não foram presos, mas, grande parte destes trabalhadores rumaram para outros lugares, após serem devidamente avisados da operação. Nem mesmo Marins Belo, “jagunço” que se tornou o “símbolo” da ação do governo, ao ter sua prisão divulgada por meio de muitos jornais -como o autor indica no decorrer de seu trabalho-, teve um processo judicial formalizado para julgar criminalmente suas ações.

Desse modo, o processo de colonização paranaense se fez mediante relações de aproximações e distanciamentos entre diversos sujeitos (pequenos e grandes posseiros, pequenos proprietários e grandes fazendeiros) que de acordo com sua lógica elaboraram práticas em meio a dinâmicas contraditórias e desiguais.

Ao mesmo tempo, a colonização do Oeste paranaense esteve permeada por interesses do Estado e também das empresas que articularam a colonização. As ações dos dirigentes das empresas colonizadoras eram pensadas não apenas visando o lucro imediato com a venda das terras, mas a longo prazo. Davi Félix Schreiner em seu trabalho “ Memórias da terra”, nos fala sobre alguns dos elementos priorizados pelos dirigentes das companhias colonizadoras no Oeste do Paraná:

As empresas optaram pela colonização centrada na pequena propriedade familiar. Vendiam, em geral, colônias de 10 alqueires. Uma colônia equivalia a 10 alqueires paulistas (24 hectares). Nelas, buscavam que os migrantes desenvolvessem a policultura e a criação de animais. A produção deveria ser para o consumo familiar e para o mercado. E desse modo, os empresários anteviram a possibilidade da industrialização, da qual suas próprias empresas participariam⁷⁹.

O objetivo dos sujeitos ligados as colonizadoras não era vender extensas áreas de terras para uma só pessoa, afinal isso poderia ser um empecilho para seus projetos.

⁷⁸DUARTE, et. al. Op cit, p 38.

⁷⁹ SCHREINER, Davi Félix. *Memórias da terra*. Revista Helena, ano 1, N 2, abril 2013 publicação da Secretária de Estado da Cultura. p 45.

Priorizar a venda de parcelas menores de terras aumentaria não só seus ganhos no ato da venda como também formariam um mercado produtor, sendo assim estes seriam a base de fomentação da industrialização.

Não eram apenas os dirigentes das colonizadoras que estavam pensando em formas para se beneficiar com a industrialização. Os sujeitos que compunham o Estado também estavam pensando nisso, quando cediam áreas de terras para as companhias colonizadoras efetivarem suas vendas. Para o Estado ceder grandes áreas devolutas às companhias colonizadoras, mediante pagamentos simbólicos, seria um incentivo que se reverteria na ocupação do solo, na sua produção e inserção à economia nacional⁸⁰.

O processo de “colonização” em Santa Helena se remete ao ano de 1950, as experiências vividas no município compuseram o campo de tensões experimentadas no Estado do Paraná. José Augusto Colodel expõe o atrativo viabilizado por empresas colonizadoras na tentativa de vender áreas de terras em Santa Helena:

O preço das terras localizadas em Santa Helena em muito contribuiu para convencer os colonos gaúchos a migrarem para o Oeste paranaense. Embora o tamanho dos lotes fosse praticamente igual ao tanto no Extremo Oeste paranaense como no Nordeste do Rio Grande do Sul o preço dos lotes a serem vendidos na região a ser colonizada em Santa Helena era bastante inferior. Quando começou a migração, eles poderiam ser adquiridos por um valor real que chegava a atingir até três vezes menos do valor pago aos seus congêneros gaúchos. O baixo valor monetário a que foram colocados á venda as terras na região Oeste do Estado Paraná tinha a sua razão de ser, pois, o Governo Estadual tinha interesse em colonizá-las o mais breve possível⁸¹.

O baixo preço das terras localizadas em Santa Helena, na época de sua “colonização”, era o maior atrativo para agricultores de diferentes estados e em sua maioria do Rio Grande do Sul, afinal poderiam adquirir no Oeste paranaense um lote de

⁸⁰Miriam H. Zaar discute o processo de Colonização do Oeste do Paraná. De acordo com a autora, empresas colonizadoras, que atuavam no Estado do Rio Grande do Sul, foram estimuladas pelo governo do Estado do Paraná, a adquirirem terras ditas "boas e baratas", e iniciar o processo de colonização da área. No caso da colonização do oeste paranaense, haviam, além da justificativa oficial e aparente de nacionalizar a fronteira, outros objetivos, entre eles o de abrir caminho para a expansão do capital e para a colonização gaúcha "poderia contrabalançar a influência econômica e política do Estado de São Paulo". Ver: ZAAR, Miriam H. *A migração rural no oeste paranaense*. Revista Eletrônica de Geografia e Ciências Sociais. Universidade de Barcelona [ISSN 1138-9788] Nº 94 (88), 1 de agosto de 2001, p 04.

⁸¹ COLODEL, Op. cit, p 197.

terra por um preço três vezes inferior ao que pagariam por um lote do mesmo tamanho no Estado em que até então viviam, como indicou Colodel.

O Governo Estadual tinha interesse em colonizar o Oeste paranaense o mais breve possível. Tal preocupação estava pautada em interesses de ordem político-militar e econômico-social. Na perspectiva político-militar podem ser incluídos basicamente os objetivos de ocupação do território e garantia da soberania nacional nas fronteiras, já na perspectiva econômico-social, a preocupação do Estado em impulsionar a colonização estava ligada a sua localização geográfica, até então submetida ao domínio exploratório de empresas paraguaias e argentinas, o que se colocava como um risco para a soberania nacional.⁸²

A necessidade de “colonizar” a região Oeste fez com que as empresas colonizadoras investissem na divulgação deste espaço em outros Estados. Juliano nos conta um pouco sobre a forma pela qual sua família ficou sabendo de que muitas áreas de terras estavam à venda em Santa Helena, quando moravam no Estado do Rio Grande do Sul:

[...] A notícia lá correu dessas terras da Madalozzo e a Madolozzo era de Erechim e nós morava em Getúlio esses município que naquela época qualquer vilinha era município, então Getúlio e Erechim era longe um do outro e essa Madalozzo era de Erechim, e dai a notícia veio. A propaganda que eles tinha terra aqui no Paraná na divisa do Paraguai e dai a gente pensava onde é que fica isso? Aí meu pai veio ver. Eles trouxeram, a Madalozzo tinha o pessoal que trazia pra olha as terra, dai ele veio e se agradou dai viemos. Mas quando chegamos aqui num sertão desses foi de se assusta. Pouco recurso. E naquela época não tinha quase condução não existia condução, carro pequeno era muito difícil, caminhãozinho, jipe, não é que nem hoje, hoje tu vai aonde tu quiser tem carro a vontade⁸³.

A família de Juliano dinamizou sua mudança para Santa Helena no ano de 1963, motivada pela propaganda feita pela colonizadora Madalozzo⁸⁴. O que é interessante perceber, nos apontamentos feitos por Juliano, é que a família não fazia

⁸²Ernelo Schallenberger e Iara Elisa Schneider discutem aspectos relacionados aos interesses presentes em ações de colonização no contexto do desenvolvimento territorial, ressaltando as relações de poder que permeiam tais processo. VER: SCHALLENBERGER, Ernelo. SCHNEIDER, Iara Elisa. *Fronteiras agrícolas e desenvolvimento territorial: ações de governo e dinâmica do capital*. Sociologias, Porto Alegre, ano 12, N° 25. Set/dez, 2010. p 202-222.

⁸³ Juliano pseudônimo. Entrevista realizada pela autora na residência de Juliano em 23/08/2012.

⁸⁴Em 1959 a Imobiliária Madalozzo, da cidade de Erechim –RS comprou área de terras da empresa Mayer & Annes, loteou parte das terras e iniciou o processo de venda

ideia de onde se localizava o município, mas, ainda assim, o pai de Juliano não excitou em vir conhecer as terras, guiado por funcionários da empresa.

Durante nossa conversa, Juliano destacou que a propaganda difundida pela colonizadora Madalozzo fazia referência a fertilidade das terras existentes em Santa Helena e, nesse sentido, a prosperidade que os que viessem para o município teriam. No entanto, as vantagens ressaltadas foram suplantadas pelas dificuldades que foram encontradas. Dificuldades que não se limitavam as de locomoção expressas por Juliano, mas que podem ser analisadas na continuidade de sua fala:

Aqui na região, que eu conheço, até na Linha Salete ali, tudo tinha a escritura, esse povo daqui tinha escritura porque aqui era terra legal, era da Madalozzo. Então aqui não dá pra gente dizer nada porque tava legal, mas aquela turma que tava da Linha Salete pra cima era terra de grileiro, de gente que veio ali, e se apossou e ai foram vendendo e ainda tinha, ai deu umas confusão ali dai legalizaram, se não tava (...) ainda sem a escritura. Mas eu acho que nessa parte ai a gente já tava bem escriturado e tudo⁸⁵.

A região sobre a qual Juliano se refere é a do atual distrito de Sub-Sede, no qual se localizavam as comunidades rurais de Linha Salete e a comunidade de Linha Gaúcha, onde sua família adquiriu as terras da empresa colonizadora. Ele indica que do Braço do Norte até a Linha Salete todos os sujeitos que ele conhecia tinham a escritura das terras em que viviam, possivelmente porque essas terras compunham as áreas controladas pela Madalozzo. Como indicamos anteriormente, os sujeitos que vieram para o município não se resumiram aqueles que tiveram sua vinda viabilizada pelas companhias colonizadoras. Juliano faz referência a áreas onde os sujeitos não tinham escrituras, além disso, ele faz referência a prática de grilagem⁸⁶, a presença de jagunços e a problemas relacionados a disputa pela terra.

É porque a terra valia, já tava colonizado tudo, já tava desmatado, é porque aqui era só um matão, São Clemente só tinha três, quatro casa sim tinha ali pro lado de lá daquele bueiro do Evelácio pro lado de cima ali era o escritório deles da jagunçada que nós dizia (risos).⁸⁷

⁸⁵ Juliano (pseudônimo). Entrevista realizada pela autora na residência de Juliano em 23/08/2012.

⁸⁶ A venda ilegal de terras com falsificação de documentos de propriedade que ficou conhecida como grilagem de terras.

⁸⁷ Juliano (pseudônimo). Entrevista realizada pela autora na residência de Juliano em 23/08/2012.

Juliano sabia muito bem o que motivava os conflitos pela terra: ‘a terra valia’. Ou seja a terra era objeto de valor e desejos diversos. Para as firmas colonizadoras ela valia, pois sua venda significava lucro, para outros ela valia, pois significava a possibilidade de manter sua família, ou mesmo entrar no mercado. Tais dinâmicas problematizaremos mais a fundo no decorrer deste trabalho. No momento o que podemos indicar é que nestes embates, por vezes, os trabalhadores denominados como jagunços se colocavam como presenças decisivas sobre a definição de quem permaneceria em uma determinada área de terra. Como é possível perceber a partir dos apontamentos feitos por Juliano, jagunços eram presenças constantes em Santa Helena, inflamando ainda mais as disputas pela terra. À medida que a terra adquiriu valor, os donos das firmas colonizadoras trataram de reforçar a segurança nos espaços que diziam ser seus:

A tropa de lá era uns cuidador das firmas grande de empresa e não sei o que, porque aqui a turma começou a grilar terra e entra. Entrava sem pedi pra ninguém, sem nada chegava lá e falava ‘que aqui é meu’ e eu comprei já era grilo né mais, grilo legalizado pelo dono comprei o direito do dono⁸⁸.

Juliano, ao se referir as diversas tropas de jagunços que existiam em Santa Helena, menciona a segurança que tais sujeitos faziam para as firmas colonizadoras, motivada pelas investidas de sujeitos que ocupavam áreas de terras alheias à relação de compra. Buscando se distanciar das práticas de grilagem, Juliano enfatiza que quando comprou as terras de uma das tropas de jagunços elas já eram “grilos legalizados”. Se eram legalizados ou não ainda há que se esclarecer. Mas, o que é representativos nesta dinâmica é que os jagunços que venderam as terras para Juliano também tinham grilado as terras, algo que no início de nossa conversa, ele havia indicado apontando o contrário, a distinção entre as terras que comprou e as demais .

Práticas como as expressas por Juliano apontam que o processo de colonização em Santa Helena foi vivenciado em meio a relações indefinidas, contraditórias e utilizando-se da denominação aplicada por Juliano, confusa. Relações que desencadearam conflitos entre diferentes sujeitos, posseiros, proprietários de terras, relações conflituosas que serão analisadas a partir dos conflitos empreendidos na Gleba

⁸⁸ Juliano (pseudônimo). Entrevista realizada pela autora na residência de Juliano em 23/08/2012.

Ponte Queimada. Antes de adentrarmos nestas problemáticas faremos uma breve análise de alguns processos de disputas pela terra em diferentes espaços do Estado do Paraná.

3.2- Terras em disputa: enfrentamentos coletivos diretos

As disputas por terra, que por vezes resultaram em enfrentamentos coletivos diretos e/ou em confrontos armados, são designados de diversos modos pela produção historiográfica que lida com tais questões. Termos como guerra, guerrilha, levante e revolta compõe as designações a esses enfrentamentos, que se fizeram mediante práticas de violência, mas que também foram vividos de formas individuais. Por vezes, a violência não se manifestava de forma explícita. Leandro Cesar Leócadio em seu trabalho “Guerra, guerrilha ou revolta de Porecatu? Vários olhares, o mesmo acontecimento.” em sua reflexão sobre a “Guerra de Porecatu” observa que:

No caso de Porecatu, a ideia de tomada do poder não era uma preocupação que afligia, ao menos, as famílias de posseiros. Para estes, bastava resolver as questões referentes à terra que o conflito estaria resolvido. Em outras palavras, ter o direito às posses legalmente era a perspectiva que movia os interesses daqueles que lutaram pelas suas terras. [...]é constante encontrar palavras como conflito, disputa ou embate. São palavras com significados muito similares, e que podem muito bem ser empregadas, sem com isso desconsiderar o posicionamento escolhido por este ou aquele campo investigativo.⁸⁹

Para Leócadio os embates vividos em Porecatu não se configuraram como uma guerrilha, denominação que por vezes é usada por autores que discutem sobre este processo, pois os posseiros não tinham como objetivo a tomada de poder, característica, de acordo com o autor, inerente a processos guerrilheiros. Os posseiros de Porecatu tinham como preocupação a defesa de suas posses. Nesse contexto, o autor ressalta que muitas palavras podem ser usadas para designar os movimentos de lutas por terra no campo, nomenclaturas que por vezes possuem sentidos similares.

As considerações feitas por Leocádio nos indicam que o termo usado para designar os movimentos de disputa por terras é uma escolha que cada pesquisador faz de acordo com seu posicionamento investigativo. Assim, existe uma diversidade de

⁸⁹ LEOCÁDIO, Leandro Cesar. *Guerra, Guerrilha ou Revolta de Porecatu? Vários olhares o mesmo acontecimento*. Artigo, p 823.

conceitos possíveis para designar os processos de conflitos no campo, bem como as pessoas que viveram tais processos elaboraram uma forma própria de referir-se a eles. Entretanto, ressaltamos que enquanto historiadores, a denominação ou conceito utilizado deve emergir da análise das dimensões que tais embates tiveram na vida daqueles que os vivenciaram.

O município de Porecatu está localizado no Norte do Estado. De acordo com Ângelo Priori posseiros, pequenos proprietários, trabalhadores e colonos vindos, sobretudo, do Estado de São Paulo, atraídos pela perspectiva de se conseguir melhores condições de trabalho e de vida e, principalmente, a posse de uma parcela de terra, vão se radicar naquela região do Norte do Paraná em fins da década de 1940 e início da década de 1950.⁹⁰ Priori salienta os personagens que compuseram este processo de luta pela terra:

Primeiramente, a colonização ocorreu em pequenas posses de terra, através do plantio de café, de culturas alimentares e de criação de porcos; posteriormente, em meados dos anos 40, a organização da propriedade da terra foi realizada com a presença de grandes grileiros, que expulsaram os posseiros e estruturaram as suas propriedades com base no cultivo da cultura do café, na criação de gado, na plantação de cana-de-açúcar, associadas com o trabalho assalariado. Portanto, são esses dois agentes sociais - posseiro e grileiro - os personagens de um dos mais importantes conflitos de terra do Estado do Paraná no século XX. A presença desses grandes grileiros na região, que através da polícia, de jagunços e de pistoleiros expulsavam e tomavam as terras dos posseiros é que vai motivar a organização de uma resistência - que posteriormente se transformou em resistência armada - com o objetivo de defender as suas posses e benfeitorias nelas existentes.⁹¹

A intensificação das tensões vividas em Porecatu se remetem a organização da propriedade da terra que foi marcada pela forte presença de grileiros e também de fazendeiros que almejavam “expandir suas propriedades com base no cultivo do café e

⁹⁰Para o autor, os embates vividos em Porecatu se constituíram como um movimento de resistência camponesa pela posse da terra, no entanto, para o autor, os posseiros só conseguiram dar forma a tal movimento e a partir da intervenção de militantes e dirigentes do Partido Comunista Brasileiro, que através de uma ampla rede de solidariedade conseguiram organizar a luta armada por um período superior a dois anos. PRIORI, Ângelo. *A Revolta Camponesa de Porecatu*. ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História – Fortaleza, 2009.

⁹¹PRIORI, Ângelo. *A Revolta Camponesa de Porecatu... op cit*, p02.

da criação de gado e ainda no cultivo da cana de açúcar⁹², os quais expulsavam posseiros das terras em que estavam vivendo. A resistência dos posseiros diante as investidas dos grileiros que objetivavam expulsá-los da terra desencadeou conflitos armados que tiveram início no ano de 1948 e só em 1951 com a intervenção da Polícia Militar e de agentes ligados a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) foram minimizados.

A experiência de luta pela terra vivida em Porecatu foi considerada uma organização de resistência dinamizada por posseiros não apenas por Priori. Leandro Cezar Leócadio também faz seus apontamentos sobre este processo e indica que os embates aconteceram pelo fato de que os posseiros consideravam que tinham direito de permanecer na terra:

No intuito de defesa das terras que consideravam como suas por direito, as famílias de posseiros organizaram-se no que hoje é considerado como uma das primeiras organizações de camponeses no Brasil, no claro intuito de defesa das terras que desmataram, prepararam e produziram e que, portanto, acreditavam ter por elas o direito a legalização. Resistir contra as investidas de fazendeiros que, inescrupulosamente, contratavam jagunços para aterrorizar as famílias de posseiros em suas moradias, era agora a medida tomada em comum acordo contra as “visitas” destes homens que, adentrando nas posses, destruíam plantações, matavam animais, humilhavam seus moradores e exigiam que assinassem acordos baseados em insignificantes compensações financeiras, quando não expulsavam homens, mulheres e crianças sem qualquer cerimônia⁹³.

De acordo com o autor, os posseiros acreditavam ter direito sobre as terras, pois foi ali que depositaram seu trabalho, cultivaram a lavoura e construíram laços familiares e de amizade. Objetivando não perder tudo o que tinham até então construído, as famílias de posseiros organizaram-se para lutar pelo que acreditavam ser seu direito permanecer na terra.

Resistir não era tarefa fácil. As investidas de jagunços, contratados por fazendeiros que reivindicavam as áreas eram pautadas na violência, que perpassava pela destruição de lavouras e humilhação das famílias de posseiros, que eram por vezes

⁹² Ângelo Priori ressalta que o confronto vivido em Porecatu grileiros e fazendeiros não mediram esforços para expulsar os posseiros das terras em que almejavam expandir seus negócios. PRIORI, Ângelo. A revolta camponesa de Porecatu. In MOTTA, Márcia & ZARTH, Paulo (Orgs.). *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história*. São Paulo: UNESP, 2008, p. 117-142. p118.

⁹³ LEOCÁDIO, Leandro Cesar. Guerra, Guerrilha... op cit, p 813.

obrigadas a deixar suas casas em troca de “insignificantes compensações financeiras”. A violência não se fazia presente somente nos enfrentamentos físicos, mas era também experimentada quando famílias eram obrigadas a deixar suas casas com uma quantia que como nos mostra o autor, não lhes permitia se colocar em outro lugar com as mesmas condições com as quais viviam até então.

Em meio a esses conflitos, posseiros perceberam que poderiam obter um novo pedaço de terras se adotassem outra dinâmica, a ocupação de áreas que compunham grandes fazendas. Percepção que se deu em meio a incerteza que viviam à medida que outras pessoas também estavam dizendo ser os “donos” das áreas nas quais eles viviam. Certamente empreender a ocupação de terras nas fazendas, também não seria algo fácil, no entanto, a nova dinâmica de busca pela terra, lhes trazia ao menos a esperança de que teriam novamente um espaço onde pudessem viver e trabalhar.

Além da “Guerra de Porecatu”, outros conflitos tão expressivos quanto este foram vivenciados no estado do Paraná, como a Revolta dos posseiros no Sudoeste em 1957, como apontado por Miskiw.

É importante salientar que o Sudoeste já havia sido palco de dois outros conflitos decorrentes da disputa de limites territoriais entre Brasil e Argentina, conhecida como a “Questão das Missões”, ou de “Palmas”, e a disputa entre Paraná e Santa Catarina sobre a demarcação das fronteiras destes Estados, conhecida como a “Guerra do Contestado”. A origem da Revolta dos posseiros do Sudoeste, em 1957, é resultado de uma sucessão de concessões e títulos de propriedade de terras expedidos pelo Estado do Paraná à Companhia Estrada de Ferro de São Paulo –RIO Grande, CEFESPR e à BRAVICO, na década de 1920, essas concessões e títulos foram anuladas e retornaram ao Patrimônio Público Paranaense.⁹⁴.

Os conflitos pela terra não são disputas que surgiram alheios a processos anteriores são, ao contrário, praticas históricas, e se faz de extrema necessidade que discutimos as tensões que são anteriores a ela para que assim possamos refletir sobre a historicidade destes embates.

Miskiw nos aponta um pouco desta historicidade ao se referir a Revolta dos Posseiros de 1957, empreendida no Sudoeste do Paraná. Bem próxima da dinâmica que

⁹⁴ MISKIW, Antônio Marcos. *Colonos, Posseiros e Grileiros ...* Op. cit p 71

gerou a “Guerra do Porecatu”, a Revolta dos Posseiros de 1957 foi inflamada pela anulação de títulos de terra concedidos pelo Governo do estado no ano de 1920.

Com a anulação dos títulos das terras, estes voltaram a pertencer ao Patrimônio Público Paranaense, os sujeitos que lá viviam voltaram a conviver com a incerteza de não saber qual seria seu destino, pois as terras estavam “nas mãos” do governo, que dentro deste contexto poderia fazer o que bem entendesse com aquelas áreas. Maria de Los Angeles Gonzáles, e Milton Ivan Heller, também fizeram alguns apontamentos, sobre a Revolta dos Posseiros de 1957, de acordo com eles:

Os posseiros dirigiam-se aos escritórios da Citla e da sua subsidiária Companhia Comercial Agrícola do Paraná, que funcionava em dois casarões na avenida a Julio Assis Cavalheiro. Os funcionários, amedrontados com a presença de homens armados, puderam retirar-se para suas casas e tudo que ali existia foi destruído. Os moveis foram quebrados e milhares de documentos e promissória assinados pelos colonos sob coação, foram espalhadas pela rua principal que ficou branca como se estivesse coberta de neve. Homens rudes e de mãos calejadas divertiam-se rasgando e queimando os contatos da Citla e da Comercial, como se estivessem com aquele gesto rompendo com os seus grillhões, libertando-se da escravidão praticada pelas colonizadoras. Os comerciantes, temendo que os seus estabelecimentos fossem saqueados, propuseram a criação de uma comissão de cidadãos para manter a ordem e decidir sobre os destinos da cidade. Os posseiros concordaram. Eram trabalhadores habituados a ganhar o sustento da família com muito suor. Não eram baderneiros, nem estavam a serviço de qualquer ideologia exótica que pretendesse desestabilizar o governo⁹⁵.

As indicações feitas pelos autores são expressivas das apreensões que os sujeitos que viviam nas áreas de terras, cujos títulos foram anulados pelo Governo, estavam experimentando. Decidiriam então empreender uma ação arriscada. Foram até o escritório das companhias colonizadoras para por um fim em documentações que de acordo com os autores foram assinadas pelos posseiros, através de coação.

Com a anulação dos títulos de terras dos posseiros que viviam na região Sudoeste, as mesmas foram concedidas a companhias colonizadoras, que certamente, iriam vender aquelas áreas o que ocasionaria a expulsão das famílias da terra, ou então estes receberiam a propostas de comprá-las a preços extorsivos.

⁹⁵ DUARTE, et. al. Op cit, p 35

Ao pensarmos os conflitos por terras, temos a impressão de que estamos polemizando relações que ocorrem somente no campo, no entanto, o trecho acima, nos permite ampliar nosso olhar, e pensar as disputas por terras como tensões que de algum modo atingem também a cidade.

Nesse enredo, os comerciantes ao perceber que as proporções dos embates estavam tomando dimensões maiores, não se prendendo as áreas de terras que estavam sendo contestadas, trataram logo de tentar alguma investida para apaziguar os ânimos. Foi então criada a “Comissão de cidadãos”.

Conforme o objetivo da comissão não era propriamente defender os interesses dos posseiros, mas “manter a ordem e decidir os destinos da cidade”. Possivelmente a intervenção dos comerciantes tenha sido motivada pelo medo de que os embates viessem a prejudicar seus negócios, por isso, a preocupação em manter a ordem. Nessa mesma ótica os destinos da cidade, sobre os quais estavam preocupados em defender estavam também pautados na defesa da continuidade do bom andamento de seus negócios.

Ruy Wachowicz também faz suas considerações acerca da Revolta de 1957. Seus apontamentos nos permitem dialogar com as problemáticas levantadas acima, observando que as áreas de terras, cujos títulos foram anulados, renderiam possivelmente as colonizadoras bons e lucrativos negócios, assim:

A falta de domínio da terra, o predomínio, inclusive da posse, e a tentativa dos particulares de vender mais uma vez essa terra para capitalizá-la vai gerar levante dos posseiros no Sudoeste em 1957, mais precisamente em outubro de 57. Este foi um dos maiores movimentos agrários da História do Brasil. As terras foram encampadas pelo governo federal e até hoje não foi solucionado o problema judiciário.⁹⁶

O autor ressalta que a tentativa de capitalizar as terras, que estavam em disputa no Sudoeste do Paraná, foi fomentada pela investida de sujeitos que ainda que não tenham sido nomeados pelo autor tinha como intenção obter lucro através da venda daquelas áreas de terras. Pelo visto, o judiciário não estava muito interessando em

⁹⁶ WACHOWICZ, Ruy C. *As frentes...* Opcit, p148.

resolver a questão, já que de acordo com o autor em 1986 o caso ainda estava sem nenhuma solução jurídica.

O autor nos dá margem para pensarmos os diferentes sentidos atribuídos à terra. Para os posseiros, continuar nas áreas que estavam em disputa significava continuar tendo um lugar para manter suas famílias, para aqueles que o autor chamou de “particulares”, o sentido estava intimamente ligado a valores capitalistas.

O Levante de Três Barras também compôs o cenário de violências frente à disputa por terras no Paraná. Tal levante ocorreu no ano 1964, na região do distrito de Três Barras, município de Catanduvas Paraná, mobilizando cerca de 400 posseiros e colonos. As produções historiográficas sobre este processo de disputa pelo acesso a terras ainda são poucas, Antônio Marcos Miskiw é um dos poucos que nos permitem dimensioná-lo, o autor tece algumas reflexões em torno do Levante de Três Barras a partir do Auto de Ação Criminal N° 147/64 aberto na Comarca de Cascavel. A ação foi aberta diante a alegação de que trinta e três pessoas teriam cometido crimes de cárcere privado, sequestro, lesões corporais e homicídios.

O conflito ocorreu na vila “Timburi”, titulada pelo Estado no ano de 1959, às empresas colonizadoras Belle e Simione. Miskiw indica que a colônia “Timburi” tinha seus títulos de propriedade sob disputa judicial entre o Paraná e a União, pois a mesma ficava em uma região de fronteira Internacional. Nesta área muitas famílias visualizaram a possibilidade de se estabelecerem e foram aos poucos a ocupado. Entretanto, os donos das colonizadoras, ao perceberem que as áreas estavam sendo ocupadas começaram a medir e vender as terras, nesse sentido, as famílias que ali viviam foram consideradas por eles “invasores”.

Ao longo do trabalho feito por Miskiw em torno da análise da Ação Criminal e dos relatos dos trabalhadores acusados dos crimes acima citados, os funcionários das empresas Belle e Simione não mediam esforços para intimidar as famílias a comprar as terras, sendo que na maioria das vezes agrimensores e vários funcionários chegavam a casa dos moradores para pressioná-los a negociar. No decorrer deste processo de disputa algumas famílias deixaram as terras, pois não tinham como aceitar a proposta das empresas e dentro de sua lógica não visualizaram um confronto como possibilidade de dinamizar suas permanência nas mesmas.

Miskiw indica ainda que a Polícia Militar também atuou nessa disputa, o que causou certa confusão entre os posseiros, alguns deles pensavam que a polícia viria ajudá-los, outros que iria expulsá-los. As famílias que decidiram negociar com as empresas foram surpreendidas com a notícia de que as titulações por elas concedidas não tinham nenhum valor legal, pois isso somente poderia ser feito com a liberação do governo federal. Com isso, teve início o confronto com posseiros empreendendo diversas ações frente aos funcionários das empresas com o intuito de se estabelecerem na terra.

Mayara da Fontoura das Chagas elaborou um trabalho significativo sobre o Levante de Três Barras, a partir da análise de experiências de pessoas que viveram tal processo. A autora aponta para a necessidade de questionamentos que busquem investigar quem eram e pelo que lutavam os posseiros de Três Barras, exercícios que objetivamos fazer ao problematizar os conflitos vividos na Gleba Ponte Queimada. Nesse sentido, Chagas indica que o Levante de Três Barras se configurou como um processo de resistência contra grileiros, que objetivava a defesa das posses das terras que colonos e posseiros mantinham, além da oposição aos atos de violência que vinham sendo praticados pela companhia Bellé & Simioni, a revolta de Três Barras também pode ser pensada como um movimento de resistência, sendo que os posseiros tinham as terras como referência de trabalho e manutenção de suas famílias⁹⁷.

Um dos autos de declaração, instaurado para investigar o conflito vivido em Três Barras e analisado por Chagas, nos ajuda a dimensionar tal processo de disputa pela terra:

Tendo Chegado ao meu conhecimento hoje, às 14 hs, que posseiros e mercenários em número de aproximadamente 400 homens amotinados desde ontem na localidade de Três Barras, no município de Catanduvas, na jurisdição policial desta delegacia, mataram com requintes de perversidade o topógrafo CARLOS PERNICHELLI no interior do Escritório de engenharia, estando o cadáver insepulto no local do crime, além de terem aprisionado outras (15) pessoas que são mantidas como reféns⁹⁸.

⁹⁷ CHAGAS, Mayara Fontoura das. *Narrativas de colonos e posseiros na luta pela terra: a (re) criação da memória na revolta de Três Barras Paraná, 1964/2014*, Marechal Cândido Rondon, 2015, p 158. (Dissertação Mestrado em História- Universidade Estadual do Oeste do Paraná)

⁹⁸ O Auto de Ação Criminal 147/64 encontra-se disponível à pesquisa no Núcleo de Documentação, Informação e Pesquisa – NDP, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, *campus* de

As indicações compõe o relato do então delegado chefe da 7ª subdivisão policial de Catanduvas, Paraná, Coronel João Rodrigues da Lapa, em 7 de agosto de 1964. Possesiros e pessoas denominadas pelo delegado como sendo mercenários foram responsabilizados pelo assassinato do topógrafo contratado pelas empresas Belle e Simioni para realizar a demarcação das terras da vila Timburi. De acordo com informações presentes nas fontes trabalhadas por Chagas, ele foi torturado e morto no dia seis de agosto de 1964. Nesse enredo, a morte de Carlos parece compor um ato simbólico que buscava demonstrar que muitas famílias de possesiros não estavam dispostas a deixar a vila Timburi, não sem antes resistir.

A Revolta da Gleba Silva Jardim ocorrida em 1961 foi outro confronto expressivo ao lidarmos com as tensões no campo, tal embate ocorreu em Medianeira Paraná, município vizinho á Santa Helena, tal revolta ocorreu nas localidades de Jardinópolis e Flor da Serra. Misquiw indica que estas áreas estavam sendo comercializadas pela colonizadora Alto Paraná cujo proprietário era Lauro Camargo, a Industrial Agrícola Bento Gonçalves Ltda e a colonizadora Matelândia também exploravam madeira e comercializavam terras na Gleba Silva Jardim. A colonizadora Matelândia e a Pinho e Terras receberam o título das terras por elas comercializadas no ano de 1956 durante o governo de moysés Lupion, entretanto as mesmas já estavam tituladas, foi então que os donos das colonizadoras nomearam as terras como “Tucuruvi” e não Gleba Silva Jardim o que gerou a múltipla titulação de terras. Diante disso, Miskiw destaca:

A partir da década de 1950 a região Oeste do Paraná começou a receber mais e mais migrantes da região Sul e Sudoeste do Brasil. Os conflitos também se intensificaram. No mês de julho, teve início, nas regiões de “Jardinópolis” e “Flor da Serra” interior do município de Medianeira, mais uma revolta de possesiros. [...] Lauro Camargo, suposto proprietário da área onde se encontravam as vilas “Jardinópolis” e “Flor da Serra”, passou a pressionar os possesiros para que pagassem pelas terras ocupadas ou as desocupasse. Os possesiros passaram a se reunir e a debater sobre a situação dos mesmos. Pagar a terra novamente era tarefa impossível, assim como ninguém estava disposto a deixar suas propriedades cujas matas e as terras cultivadas com sacrifício⁹⁹.

Toledo, no Fundo Documental de Autos Cíveis e Criminais da Comarca de Toledo. In: CHAGAS, Narrativas de colonos... Op, cit, p 73.

⁹⁹ MISKIW, Antônio Marcos. *Colonos...* op cit, p76

É interessante perceber que uma única pessoa estava reivindicando um espaço que certamente era ocupado por mais de uma família. Tal dinâmica reforça as reflexões feitas por Motta em torno dos sentidos atribuídos a terra, que certamente não eram os mesmo para os posseiros e para o suposto dono das terras em disputa na revolta acima mencionada. Insistimos no exercício de que pensemos quais eram os sentidos que estes sujeitos estavam atribuindo para aquele espaço. Sentidos que eram desiguais, assim como também eram desiguais as formas/possibilidades que estes tinham de se colocar e dinamizar estas disputas.

No decorrer do processo de disputa entre Lauro Camargo e os posseiros que viviam na Gleba Silva Jardim, o suposto dono exigiu que tais posseiros pagassem pelas terras ou então a desocupassem, porém as famílias que viviam na gleba não podiam pagar novamente pelas terras, afinal já tinham feito isso na época da primeira titulação mas também não podiam deixá-las, pois já tinham estabelecido ali suas relações de moradia e trabalho.

O estopim da disputa entre os posseiros da Gleba Silva Jardim e Lauro Camargo se deu no ano de 1961, quando jagunços, policiais e posseiros iniciaram violento conflito. A situação só foi resolvida quando funcionários do IBRA Instituto Brasileiro de Reforma Agrária fizeram a vistoria das terras a serem tituladas. Leonir Olderico Colombo, ao relatar sua experiência ao entrevistar algumas pessoas chamadas por ele de pioneiros de Jardinópolis, nos evidencia que:

Ao entrevistar antigos pioneiros da Jardinópolis, eles narram o que lembravam. Por volta de 1957, agricultores que não tinham como comprar uma área de terra, recorreram a algumas autoridades da região Oeste do Paraná, para se inteirar da situação da Gleba Silva Jardim, onde foram informados que eram terras a disposição de agricultores pobres. Com esta informação, alguns trabalhadores penetraram na área abrindo picadas. A notícia se espalhou na região Oeste e Sudoeste e logo chegou ao Rio Grande do Sul. A Gleba Silva Jardim, em pouco tempo, um ano e meio aproximadamente, já possuía umas vinte famílias. Sempre que possível, cada morador mandava notícias a parentes do sul, contando sua vida e como eram as coisas nas novas terras. As notícias eram enviadas por cartas, nas mãos de pessoas que por ventura vinham ou iam para o sul. O assunto era quase repetitivo, mais ou menos assim: *‘Nós vamos bem de saúde, graças a Deus, a terra é boa. A caça e alguns peixes ajudam a gente a*

*viver, além dos palmitos, o miolo de uma palmeira que é muito bom pra gente comer*¹⁰⁰.

A primeira coisa que nos chama atenção nos apontamentos feitos pelas pessoas entrevistadas por Colombo é o modo pelo qual ele deu início a sua fala, “eles narram o que lembravam”. Salientamos que as pessoas com as quais dialogamos no caminho de construção de nossa pesquisa, mais do que falar do que lembrar, selecionaram o que destacar dentre suas lembranças/experiências. Assim, as entrevistas orais não se constituem como fontes neutras, ao contrário, são fontes marcadas por posicionamentos, e práticas diversas, que ultrapassam a barreira que lhes é imposta se minimizarmos as mesmas, a somente uma “lembrança”.

Elas indicaram que alguns agricultores foram até autoridades de Jardinópolis com o objetivo de saber qual era a situação da Gleba. Os agricultores que foram se informar sobre a área de terra eram, de acordo com os entrevistados de Colombo, pessoas que não tinham condições financeiras de comprar terras e dentro desses limites resolveram ocupá-lo.

Os trabalhadores que decidiram ocupar a Gleba Silva Jardim pareciam saber das possíveis pressões/violências que enfrentariam ao se colocarem naquele espaço, por isso tentaram certificar-se de como estava a situação da mesma, mas, sabiam também que, ocupar as terras era naquele momento uma possibilidade que teriam de se estabelecer e trabalhar com suas famílias. A notícia de que as terras estavam “a disposição dos agricultores pobres” se alastrou ligeiramente, não só pelo estado do Paraná, mas também chegou até o Rio Grande do Sul. E logo a Gleba tornou-se a referência de vida e trabalho de muitas pessoas.

Colombo relata, segundo as narrativas de entrevistas realizadas, que era recorrente a prática dos que já estavam na Gleba de enviarem cartas aos seus familiares. É possível apreender através da análise das narrativas destas cartas que ser um posseiro era lidar com um universo onde as dificuldades eram vividas diariamente, seja nas dificuldades que tiveram ao chegar à Gleba, abrir picadas e efetivar suas lavouras, seja nas formas que encontraram para complementar as necessidades de suas famílias, como,

¹⁰⁰ COLOMBO, Leonir Olderico. *Memória Documentos sobre a Revolta de 1961*. Serranópolis do Iguaçu, 2001, Gráfica e Editora IGAL Ltda- Capanema PR. p 24.

a caça, pesca e a obtenção do palmito. Quando perguntados, os entrevistados de Colombo indicaram:

“Por que vieram pra cá?” A resposta entoava: “Em busca de terra, pois a gente não tinha como comprar”. Do que viviam? De alguma provisão que a gente trouxe. Melado, banha, arroz, linguiça, às vezes e do que tinha por aqui. Alguns trocados, até que logo mais a gente começou a colher milho, arroz, feijão, criava galinha, porcos etc. Quais as maiores dificuldades? A gente não podia vender produto, pois não tinha comprador. Muita saudade dos parentes e amigos, e um lugar onde tudo estava por fazer. Qual a esperança que tinham? A terra era boa, fértil, que gera um futuro. O que alegrava vocês? A gente começou a sair mais. Nos fins de semana, quando o padre chegava para rezar a missa, a gente soltava foguetes. Como resolviam os problemas? Um ajudava o outro. O senhor Zaguerski tinha uma carroça de cavalo ele reunia o milho e levava no moinho em Medianeira, trazia farinha, além de outras mercadorias que por lá tinham. Fora disto, a gente deveria ir a pé a Medianeira¹⁰¹.

O início do viver na Gleba foi marcado, como indicamos acima, por dificuldades, assim, enquanto preparavam a lavoura e aguardavam a colheita os posseiros tentavam se manter com os mantimentos que trouxeram consigo. Dificuldades que não se limitavam a espera da colheita para a subsistência das famílias, mas que se estendia para a falta de compradores de seus produtos excedentes, o que tornaria difícil a compra de utensílios, vestimentas, etc. No entanto, as pressões que lhes cercavam, as dificuldades vividas em um espaço “onde tudo estava por fazer”, se chocavam com a esperança que tinham, esperança de construir ali um futuro, pois, a terra era boa. Dificuldades que eram enfrentadas de acordo com o entrevistado de Leonir Colombo, através da união que era mantida entre as famílias que ali viviam. “Um ajudava o outro”.

Refletir em torno de tais questões ampliam nossos horizontes ao pensarmos os conflitos pela terra, á medida que nos ajuda a perceber, por exemplo, o que motivou as pessoas com as quais Colombo conversou a ocuparem a Gleba, ocuparam pois não tinham como comprar. O que não lhes impediu, no entanto, de estabelecer uma forma de acesso à terra.

Discutir as tramas pelas quais se constituíram as experiências, modos de vida dos posseiros nos permite visualizar e problematizar não somente o embate em que se

¹⁰¹:idem p 24-25.

colocaram, mas também dialogar com o seu fazer-se como sujeitos, as ações de resistências articuladas diante práticas que objetivavam sua expulsão, forjadas em um campo de possibilidades e interesses desiguais. Nessa perspectiva, passaremos a analisar agora as dinâmicas vivenciadas na Gleba Ponte Queimada em Santa Helena.

Capítulo II

OS POSSEIROS DA GLEBA PONTE QUEIMADA

Trajétórias de Vida e Conflitos

Ao refletirmos sobre o processo de expulsão dos posseiros da Gleba Ponte Queimada, notadamente da área de terra localizada na comunidade de Esquina Céu Azul e da área de terra da Fazenda Rimacla, entendemos que é necessário pensarmos sobre as trajetórias de vida destas pessoas. Nesse sentido, importa analisar as tramas sociais que lhes cercavam e dentro das quais tomaram a decisão de ocupar a Gleba. Faremos tal análise dialogando com alguns depoimentos prestados por posseiros expulsos para o delegado da subdivisão policial de Cascavel- PR. A análise de tais narrativas parte do pressuposto que cada sujeito se posiciona e constrói suas relações em sociedade de acordo com suas experiências de vida, como nos sugere E. P. Thompson:

O que descobrimos (em minha opinião) está num termo que falta: “experiência humana”. É esse, exatamente, o termo que Althusser e seus seguidores desejam expulsar, sob injúrias, do clube do pensamento, com o nome de “empirismo”. Os homens e mulheres também retornam como sujeitos dentro desse termo - não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua consciência e em sua cultura (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, relativamente autônomas) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez sobre situação determinada¹⁰².

Dialogar com as experiências dos posseiros da Gleba Ponte Queimada nos ajudará a apreender os significados mais profundos das relações sociais e das mudanças históricas, compreendendo e incorporando a diversidade de perspectivas e pontos de vista como possibilidades alternativas colocadas no social¹⁰³. Ressaltamos que por se

¹⁰² THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou Um Planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. 181.

¹⁰³ Yara Aun Khoury elabora uma importante discussão sobre os sentidos diversos que as narrativas orais podem colocar ao pesquisador. VER: KHOURY, Yara. A. *Narrativas orais na investigação da História social*. Projeto História, São Paulo, n. 22, p. 80, jun. 2001

tratar de uma documentação oficial, e tendo em vista que o objetivo do delegado que colheu tais depoimentos era saber o modo pelo qual os posseiros foram expulsos, são poucas as passagens que nos permitem pensar sobre os caminhos trilhados por aqueles trabalhadores antes de viverem na Gleba. Entretanto, em alguns momentos das narrativas são perceptíveis indícios acerca de suas trajetórias¹⁰⁴.

Nesse intuito de discussão, faremos a análise de um dos pareceres elaborados pelo então assessor jurídico de Santa Helena Valfrido Pinto em 30 de setembro de 1969, e enviado ao comando da Polícia Militar com sede em Cascavel-PR. O relatório feito por Valfrido é construído a partir de uma narrativa que busca denunciar as arbitrariedades cometidas por policiais que participaram da “Operação Santa Helena” que culminou na expulsão das famílias de posseiros da Gleba Ponte Queimada, bem como da situação em que tais famílias se encontravam em decorrência de tal prática:

Na atual emergência nacional, quando o sentido de traição e golpe contra o governo constituído e as tradições democráticas do Brasil, anda a procura de motivações para realizar os seus nefandos projetos, um caso, este ocorrido em Santa Helena é de merecer interesse especialíssimo, consubstanciado em urgentes medidas saneadoras e preventivas, apurando-se ainda, com o máximo rigor a responsabilidade dos que cooperaram na deflagração do melindroso estado de coisas. A despeito das imediatas ordens de amparo e averiguação partidas das autoridades desta Capital, já os acontecimentos alongam-se a mais de um mês, pois os fatos ocorreram de 21 a 27 passados. As vítimas ainda estão lá próximas ao local e sujeitas aos incitamentos de quem deseje-lhes explorar a miséria e a revolta a que foram jogados. Os fatos são simples, ainda existe muita obscuridade, mas as coordenadas essências ressaltam desde logo, sem qualquer mandado judicial e sem que a ordem aos seus subordinados fosse por escrito, o tenente coronel comandando do sexto batalhão de Cascavel, fez deslocar-se um contingente de quarenta elementos de sua tropa para a Gleba Ponte Queimada, no município de Santa Helena, com a determinação de “limpar” a

¹⁰⁴ Ao propormos pensar as trajetórias dos posseiros através de declarações, pareceres e relatórios, entendemos os limites que tais fontes nos colocam, por se tratarem de materiais cuja finalidade não era dar conta das questões que lhes colocamos, entretanto, balizados pela reflexão elaborada por Carlo Ginzburg através do método de análise denominado por ele *Paradigma Indiciário*, por meio do qual o autor resalta que por de trás desse *paradigma indiciário*, observa-se o gesto mais antigo da história intelectual do gênero humano que é o caçador agachado na lama, que escruta as pistas da pressa. Buscamos assim apreender, capturar pistas, rastros, indícios que por vezes não são analisados em sua profundidade, mas que compõe narrativas que nos permitem discutir as experiências diversas dos posseiros da Gleba Ponte Queimada. VER: GINZBURG, Carlo. Sinais, raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

referida área, expulsando posseiros e respectivas famílias, bem como destruindo suas benfeitorias¹⁰⁵.

Como destacamos anteriormente, uma das grandes preocupações, ou talvez a maior preocupação do governo militar era conter possíveis focos de tensões que pudessem tomar maiores dimensões ameaçando a estabilidade, domínio político e social do governo, preocupação que é demonstrada também pelo na época (1969) assessor jurídico do município de Santa Helena. Nesse sentido, Valfrido Pinto expressou seu descontentamento com as ações desenvolvidas pelo contingente policial que atuou na ação de despejo dos posseiros.

Ele não somente demonstra sua preocupação com os contornos que a dinâmica de expulsão de posseiros da Gleba Ponte Queimada poderiam tomar, como também indicou a necessidade de averiguação em torno da responsabilidade dos que articularam as ações de expulsão de tais trabalhadores dos lugares em que mantinham suas relações de vida e trabalho. Os seus apontamentos indicam que a prática de expulsão efetiva dos posseiros da Gleba Ponte Queimada se deu entre os dias 21 e 27 de agosto do ano de 1969, entretanto, “os acontecimentos alongaram-se a mais de um mês”. Dentro deste tempo, algumas dinâmicas foram elaboradas pelos sujeitos que diziam ser proprietários de toda a gleba para impulsionar a saída dos posseiros daquele espaço, como veremos mais a frente.

O assessor de Segurança também se refere à situação em que ficaram as famílias de posseiros após terem sido expulsas da Gleba, os quais, de acordo com ele, estariam expostas aos incitamentos devido a situação em que foram forçadamente colocados, afinal, não tinham mais casas e lavouras e sem saber onde se colocariam a partir daquele momento. Ao terem sido expulsas pela polícia, que de acordo com a narrativa de Valfrido não tinham qualquer ordem de seus superiores para tal ação, os posseiros foram violentados não apenas pela ação da expulsão em si, mas também porque foram deixados nas margens da gleba sem nenhum auxílio.

Dessa forma, torna-se compreensível a expressão utilizada por Valfrido ao se referir a “limpeza” efetuada na Gleba Ponte Queimada, pois a única preocupação que os supostos donos da Gleba juntamente com os policiais que colaboraram para que tal

¹⁰⁵Secretaria de Segurança Pública do Paraná. Acessória jurídica, parecer N° 38/69. Arquivo disponível junto ao Núcleo de Pesquisa Sobre o Oeste do Paraná (CEPEDAL) Campus da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

“limpeza” fosse concluída, era a de retirar os posseiros daquele espaço. Feito isso, seu intuito estaria completo. Mas, quem eram os posseiros da Gleba Ponte Queimada?

Uma declaração prestada por um dos posseiros da Gleba Ponte Queimada em 28/08/1969 ao então delegado da 7ª divisão policial de Cascavel Giddalti Ferreira do Nascimento, nos fornece indícios:

O declarante vive na área há um ano e oito meses, aproximadamente, procedente de Capanema onde tinha posse e vendeu seguindo para o município de Santa Helena, que em Santa Helena, no Rio Moreninha comprou doze alqueires de terras de Aristides Padilha, isso é, posse, passando a fazer plantações, onde construiu um galpão.¹⁰⁶

Daniel¹⁰⁷ era natural do Rio de Janeiro e tinha, naquele momento, 46 anos, era casado e tinha 12 filhos. De acordo com a narrativa, não era a primeira vez que lidava com a prática de ser posseiro. Ele esteve nessa condição quando vivia no município de Capanema- Paraná, distante de Santa Helena, onde vendeu o seu direito de posse. Após vender a terra, em Capanema, Daniel instalou-se em Santa Helena, onde comprou o direito de posse de 12 alqueires na região do Rio Moreninha, na Gleba Ponte Queimada, onde efetivou a construção de benfeitorias e lavoura.

Pensar a trajetória de Daniele, e as trajetórias dos demais posseiros da Gleba, como veremos adiante, implica em lidarmos com experiências marcadas por uma constante movimentação/mudança à procura de melhores condições de vida. Assim, se Daniel era natural do Rio de Janeiro as pressões que o cercavam motivaram sua mudança para pelo menos dois novos lugares, Capanema e Santa Helena. Além disso, possivelmente ele e sua família teriam ainda que empreender uma nova mudança, já que foram expulsos da Gleba Ponte Queimada.

A narrativa de Daniel nos remete a uma das discussões feitas no primeiro capítulo deste trabalho, precisamente a afirmação de que “se de um lado, a segurança do direito de propriedade atraiu milhares de lavradores honestos, desejosos do legítimo acesso à terra, a exuberância e a riqueza das glebas, atraíram também aventureiros em busca de toda a sorte de facilidade”, feita por Maria Cecília Westphalen, Brasil Pinheiro Machado e Altiva Pilatti Balhana. Seria Daniel um dos sujeitos chamados

¹⁰⁶ Auto de Declaração, 28/08/1969. 7ª Divisão Policial de Cascavel. Secretaria de Segurança Pública do Paraná. Arquivo disponível junto ao Núcleo de Pesquisa Sobre o Oeste do Paraná (CEPEDAL) Campus da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

¹⁰⁷ Daniel, pseudônimo.

pelos autores de aventureiros? Entendemos que muito mais do que aventureiros Daniel e os demais posseiros que viviam na Gleba estavam, á sua maneira e dentro dos limites e possibilidades com as quais tinham que lidar, tentando produzir suas condições materiais de existência, recriando seu modo de vida¹⁰⁸.

Lucia¹⁰⁹ também posseira da Gleba Ponte Queimada, natural do Estado do Rio Grande do Sul, prestou declaração ao delegado Giddalti em 30/08/1969. Era casada, tinha 3 filhos e estava com 39 anos. Consta no depoimento que:

O declarante vem ocupando uma área de terras de dez alqueires e reside nestas desde o dia dezoito de agosto de mil novecentos e cinquenta e cinco, que conforme contrato particular de permuta, o declarante adquiriu as terras onde reside de Claudio Alves Lourenço, que nestas terras vem se dedicando ao trabalho da lavoura, o declarante procedeu inúmeras benfeitorias no local.¹¹⁰

A partir da documentação analisada até o momento a família de Lucia é uma das que estava á mais tempo vivendo na Gleba Ponte Queimada, quatorze anos. Assim como Daniel, Lucia também era natural de outro Estado e do mesmo modo adquiriu os dez alqueires de terra em que vivia de outra pessoa, e nelas efetivou a construção de benfeitorias e a produção de lavoura. Percebemos na análise da fonte que, mesmo não conseguindo adquirir a terra e legalizar sua situação mediante a uma escritura, as pessoas não deixaram de articular formas de acesso e uso da mesma.

Dentro do mote de documentos analisados até o momento, indicamos que Lucia e Daniel ocupavam cada qual, doze alqueires, e o senhor Otávio, com o qual dialogaremos mais a frente, dez alqueires. Possivelmente, por conta disso, o próprio

¹⁰⁸ Entendemos assim como Raymond Willians que “temos que reavaliar *determinação* no sentido da fixação de limites e do exercício de pressões, e na direção contrária de qualquer concepção de um conteúdo prefigurado, controlado ou prognosticado. Temos que reavaliar *superestrutura* no sentido de um leque de práticas culturais relacionadas, e na direção contrária de um conteúdo refletido, reproduzido ou dependente. E, crucialmente, temos que reavaliar *a base* na direção contrária de uma abstração econômica ou tecnológica fixa, e no sentido de atividades humanas específicas, em relações sociais e econômicas reais, que contêm contradições e variações fundamentais e, portanto, sempre em estado de processo dinâmico. Desse modo, nosso intuito é discutir as práticas através das quais os posseiros da Gleba Ponte Queimada buscavam organizar e reorganizar suas relações de trabalho, família, diante as quais ainda que tivessem que lidar com pressões não anulava suas ações em busca de melhorar em alguma medida suas condições de vida. VER: WILLIAMS, Raymond. *Base and Superstructure* In: Marxist Cultural Theory. New Left Review, 1/82, p. 3-16, Nov./Dec. 1973, p 06.

¹⁰⁹ Lucia, pseudônimo.

¹¹⁰ Auto de Declaração, 30/08/1969. 7ª Divisão Policial de Cascavel. Secretaria de Segurança Pública do Paraná. Arquivo disponível junto ao Núcleo de Pesquisa Sobre o Oeste do Paraná(CEPEDAL) Campus da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

redator da declaração denominou Daniel, Otávio e Lucia de agricultores e os demais como posseiros de lavradores, isso quer dizer que os mesmos se distinguiam em suas condições ao adquirirem mais terras, entretanto se aproximavam dos demais quando tiveram que lidar com a expulsão.

Natural do município de Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Idalina¹¹¹ também compôs o grupo de posseiros que viviam na Gleba, prestou depoimento em 06 de setembro de 1969. No momento do depoimento ao delegado, sua idade era de 51 anos, era casada e tinha 10 filhos. Idalina foi denominada pelo escrivão como sendo uma lavradora:

No dia três de outubro de 1966 adquiriu por compra de Luiz¹¹² cinco alqueires de terras na localidade onde vinha residindo, que pagou para Luiz a importância de quatrocentos cruzeiros, porém, não tem documento algum que comprove este seu alegado. Que na época em que comprou as terras passou a residir nas mesmas até que foi despejada.¹¹³

Nas declarações prestadas por Daniel e Lucia temos também a indicação de que ambos haviam adquirido as áreas de terra em que viviam de outras pessoas. O mesmo se observa no depoimento de Idalina. Os nomes de tais pessoas, entre os quais Luiz, não figuram entre os dez que reivindicavam a propriedade da Gleba. Mas, não havia documento para comprovar, segundo Idalina, a compra efetivados cinco alqueires.

Se tais posseiros realmente tinham ou não em mãos alguma documentação que comprovasse a compra das áreas de terra, é algo que não podemos responder, porém as narrativas analisadas até o momento nos permitem dizer que ainda que fossem posseiros, eles não formavam um grupo com as mesmas condições. Ainda que fossem posseiros, cada um deles se colocou nas terras de uma forma própria, e cada um deles construiu seu próprio mecanismo para ocupar uma área de terra em tal Gleba.

Ainda assim, eles não deixaram de expressar o sentimento de desigualdade e abuso de poder frente às ações de despejo e repressão, procurando legitimar seus direitos de permanência nas terras, por outros caminhos que não a documental.

¹¹¹ Idalina, pseudônimo.

¹¹² Luiz, pseudônimo.

¹¹³ Auto de Declaração, 06/09/1969. 7ª Divisão Policial de Cascavel. Secretaria de Segurança Pública do Paraná. Arquivo disponível junto ao Núcleo de Pesquisa Sobre o Oeste do Paraná (CEPEDAL) Campus da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

Juranti¹¹⁴, natural da cidade de Três Passos, Estado do Rio Grande do Sul, prestou declaração ao delegado no mesmo dia do depoimento de Idalina, em 06 de setembro de 1969¹¹⁵. Juranti estava com 25 anos de idade, era casado, e tinha 3 filhos.

O declarante adquiriu por compra os direitos de posse sobre quatro alqueires de terra, do senhor Dominio¹¹⁶ a troca de três bois e duas vacas, este negócio realizou com o senhor Dominio a cerca de três meses.¹¹⁷

Assim como dona Idalina, o senhor Juranti também foi denominado como um lavrador. A trajetória de Juranti é semelhante aos demais posseiros: marcada por mudanças. Se todos os depoimentos anteriores indicavam a suposta compra de terras através de dinheiro, agora temos uma ação de compra diferente, no lugar do dinheiro Juranti utilizou como moeda de troca alguns de seus animais.

A forma de negociação elaborada não deixou de ser lucrativa para o senhor Dominio, que vendeu as terras para Juranti, afinal os animais adquiridos no negócio retornariam para ele em dinheiro já que certamente o mesmo venderia a carne das cinco cabeças de gado em sua casa de comércio. Do outro lado temos Juranti que por algum motivo não realizou o pagamento em dinheiro, talvez porque a única coisa que tivesse a oferecer pelas terras fosse seus animais.

Ao refletir em torno da dinâmica de compra de terra efetivada por Juranti, pode-se indicar que o valor da área não era tão alto, visto que a negociação feita com os animais daria conta de suprir seu valor. Porém ao mesmo tempo, visualizamos as pressões com as quais Juranti e, possivelmente, muitos outros que compartilhavam da sua condição de classe tiveram que lidar, ao se desfazer de bens necessários para seu trabalho e consumo, visto que viviam em uma área rural, para adquirir uma área de terra. Lidar com estas práticas diversas nos sugere uma significativa discussão formulada por E.P. Thompson:

¹¹⁴ Juranti, pseudônimo.

¹¹⁵ No dia 06 de Setembro de 1969, um número expressivo de posseiros prestaram declarações ao delegado Giddalti Ferreira do Nascimento, não é possível perceber através das fontes analisadas se nesta data teria acontecido algo que motivasse a tomada de vários depoimentos em um mesmo dia, possivelmente Giddalti estava buscando dar algum tipo de resposta a seus superiores e também para a sociedade de forma geral sobre as tensões que estavam sendo vividas.

¹¹⁶ Dominio, pseudônimo.

¹¹⁷ Auto de Declaração, 06/09/1969. 7ª Divisão Policial de Cascavel. Secretaria de Segurança Pública do Paraná.

A “experiência” (descobrimos) foi, em última instância, gerada na “vida material”, foi estruturada em termos de classe, e conseqüentemente o “ser social” determinou a “consciência social”. *La Structure* ainda domina a experiência, mas dessa perspectiva sua influência determinada é pequena. As maneiras pelas quais qualquer geração viva em qualquer “agora”, “manipula” a experiência desafiam a previsão e fogem a qualquer definição estreita de determinação.¹¹⁸

Discutir as narrativas de alguns dos posseiros que vivenciaram o processo de expulsão é lidar com experiências, termo este que estamos recorrentemente acionando, experiências e práticas diversas formuladas a partir do posicionamento social que cada pessoa que vivenciou tal processo elaborou diante as pressões e limites que os cercavam. As relações humanas ultrapassam qualquer linha divisória e se fazem através de tramas que interligam diversos agentes sociais.

Do mesmo modo, se existem pressões e condições desiguais existem também pessoas como o senhor Juranti que estão construindo alternativas para alterar sua condição social, por vezes através de práticas como a efetivada por ele ao construir uma forma para adquirir uma área de terra dentro de suas possibilidades, fugindo de qualquer definição estreita de determinação. Feitas estas considerações voltemos a discutir mais algumas das declarações prestadas por alguns dos posseiros expulsos da Gleba Ponte Queimada, procurando assim conhecer um pouco mais esse processo de disputa e os sujeitos nele envolvidos.

Na mesma data dos depoimentos anteriores, em 06/09/1969, o posseiro Amali¹¹⁹ 42 anos, natural do Estado do Rio Grande do Sul, casado, com três filhos, declarou que:

... em sociedade com seu cunhado Pedro Fernandes de Oliveira adquiriu por meio de compra de Onalor Correia da Silva, quatro alqueires de terras pelo preço de dois mil cruzeiros estas terras o declarante comprou no decorrer do mês de outubro de mil novecentos e sessenta e oito, porém, não tem documento alguém que comprove este negócio realizado.¹²⁰

¹¹⁸ THOMPSON, E. P. *O termo ausente...* opcit, p 189.

¹¹⁹ Amali, pseudônimo.

¹²⁰ Auto de Declaração, 06/09/1969. 7ª Divisão Policial de Cascavel. Secretaria de Segurança Pública do Paraná. Arquivo disponível junto ao Núcleo de Pesquisa Sobre o Oeste do Paraná (CEPEDAL) Campus da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

Amali foi nomeado como lavrador. Ele, com a ajuda de um de seus irmãos, comprou cerca de quatro alqueires de terra e nelas estava vivendo a cerca de dez meses, quando então foi expulso da Gleba. De acordo com as informações presentes na declaração, ele também não tinha nenhum documento que comprovasse a compra das terras.

A forma de aquisição da terra articulada por Amali é outro modo encontrado para adquirir pequenas áreas de terras. Ainda que as áreas não fossem extensas e a compra equivalesse somente à posse das mesmas, conseguir isso não foi para muitos um caminho acessível, haja vista os dispêndios que os sujeitos em destaque tiveram.

Otávio¹²¹, do mesmo modo, deu sua declaração sobre o processo de expulsão que vivenciou na Gleba Ponte Queimada no dia 06/09/1969. Otávio era casado a 29 anos. Consta que:

O declarante vive em companhia de sua esposa e dois filhos menores, sua mãe e mais cinco irmãos menores. O declarante segundo contrato que apresentou, adquiriu na área de Danilo¹²² área de dez alqueires de terra, que esta área era a mais de dez anos posse de Angelino Nunes dos Santos. Nesta área que adquiriu em vinte e sete de fevereiro de mil novecentos e sessenta e nove, o declarante além de galpão que já estava construído por Angelino¹²³, construiu ainda um chiqueiro. Declarou que além das benfeitorias plantou mandioca, milho, feijão e arvores frutífera.¹²⁴

Otávio vivia com um significativo número de pessoas, além de sua esposa e três filhos, sua mãe e seus irmãos também viviam com ele. Otávio também veio do Rio Grande do Sul e, a exemplo dos demais posseiros, disse ter adquirido as terras de outra pessoa. Os dez alqueires onde a família de Otávio vivia estavam sendo reivindicados por Danilo. Ele era um dos dez que se colocava como dono da Gleba. Entretanto, diferentemente do que podemos perceber nas declarações anteriores, Otávio tinha em mãos um contrato de compra e venda que deveria lhe dar algum respaldo, mas, que não evitou que ele, como os demais posseiros, fosse expulso.

¹²¹ Otávio, pseudônimo.

¹²² Danilo, pseudônimo.

¹²³ Angelino, pseudônimo.

¹²⁴ Auto de Declaração, 06/09/1969. 7ª Divisão Policial de Cascavel. Secretaria de Segurança Pública do Paraná. Arquivo disponível junto ao Núcleo de Pesquisa Sobre o Oeste do Paraná(CEPEDAL) Campus da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

Ressaltamos que Angelino, de quem Otávio havia comprado os dez alqueires de terra, já vivia na referida área há mais de dez anos, ao longo deste período a propriedade da mesma não havia sido contestada. Esta dinâmica de ocupação configuraria Angelino como proprietário da terra e nesse sentido, também Otávio após terras adquirido¹²⁵. Na mesma situação e temporalidade, encontravam-se milhares de outros posseiros no Paraná.

Antigos posseiros e mesmo proprietários legítimos, são despejados à força. Não há tranquilidade, nem respeito ao direito adquirido. “O pequeno compra e paga, mas não é dono. Se consegue tomar conta, vem a Polícia e o expulsa em favor dos grandes. Aqueles que, na realidade, trabalham a terra, são preteridos em favor dos privilegiados políticos da cidade, na aquisição de terras devolutas. Os caboclos são escorraçados a pretexto de intrusos criminosos. Sitiantes são diariamente ameaçados, por toda a parte, em Sengés, ou Içara. O clima é o mesmo, em todo o Norte do Paraná, onde as terras são invadidas e defendidas a mão armada.”¹²⁶

Os autores elaboram a discussão a partir de dinâmicas vividas no Norte do Paraná, entretanto a situação era muito semelhante na Gleba Ponte Queimada. Também no Oeste paranaense não havia tranquilidade. Ter comprado “posse” ou não de alguém, ou mesmo tendo o título de propriedade de terra não garantia a manutenção da posse ou, mesmo, da propriedade da terra. No contexto de experiências construídas em um campo de forças desiguais “o pequeno compra e paga, mas não é dono.”

Os posseiros da Gleba Ponte Queimada, como indicam alguns elementos de suas trajetórias, tinham por objetivo articular uma forma de vida relativamente simples, cultivar a terra para manter a família e talvez em alguns casos, os que se estabeleceram em uma área maior, vender a cultura excedente, porém esta possibilidade se desfez ao serem expulsos. A partir de então apenas dez pessoas/famílias fariam uso do espaço que era referência de trabalho e vida para mais de cinquenta famílias. Esta situação sugere as contradições de uma sociedade capitalista em expansão que privilegia a expansão do capital no campo.

¹²⁵De acordo com os pressupostos vinculados a usucapião rural, também denominado pro labore, tem como requisitos a posse como sua por 5 (cinco) anos ininterruptos e sem oposição, de área rural não superior a cinquenta hectares, desde que já não seja possuidor de qualquer outro imóvel, seja este rural ou urbano. Ainda apresenta como requisito o dever de tornar a terra produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia.

¹²⁶WESTPHALEN, et, al, Op, cit, p 28.

Nestes termos, os embates da Gleba Ponte Queimada compõem processos antagônicos constituídos em um espaço de fronteira, como na descrição de José de Souza Martins:

A tendência observada até agora é a de aceleração do deslocamento da frente de expansão, ou mesmo seu fechamento, em decorrência da invasão das terras camponesas por grileiros, especuladores, grandes proprietários e empresas. Quando não integrados no mercado de trabalho, os camponeses eram expulsos de suas terras e empurrados para “fora” da fronteira econômica ou para “dentro” como assalariados sazonais. Se encontram terras livres mais adiante, continuam a tendência migratória, mesmo que para pontos mais distantes.¹²⁷

As considerações feitas por Martins possibilitam pensar acerca das situações vividas pelos posseiros da Gleba Ponte Queimada. Ser despejado forçadamente da terra significa também ter que articular novas formas de trabalho, moradia, e, assim a linha tênue da fronteira sugere também sua inserção ou expulsão da/na fronteira econômica. Desse modo, quais os rumos que as vidas daquelas pessoas tomaram? Talvez tenham se colocado como trabalhadores assalariados, talvez tenham rumado à procura de novas terras, já que mudar-se era uma prática constante ao longo de suas trajetórias. Esta seria mais uma mudança, mas marcada por violências físicas e simbólicas tanto pelos posseiros da Esquina Céu Azul, bem como da Fazenda Rimalca, na localidade Moreninha.

1-A Expulsão de Posseiros na Comunidade Esquina Céu Azul

Começaremos a refletir em torno da dinâmica de expulsão vivida pelos pequenos posseiros, dialogando com um relatório elaborado pelo Coronel Juarez Costa Albuquerque. A narrativa do relatório indica de forma geral sobre como se deu o processo de expulsão dos posseiros em área de terra na Gleba Ponte Queimada:

Nos dias 21 e 27 do mês de agosto do ano corrente (1969) na localidade da Ponte Queimada distrito de Santa Helena, o Capitão Benedito Tertuliano Cordeiro, comandante adjunto do batalhão de

¹²⁷MARTINS, José de Souza. *A disputa pela concepção de destino na situação de fronteira*. In: *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. Editora HUCITEC, São Paulo, 1997, p 175

Cascavel, comandando uma tropa de 40 homens, desalojou os posseiros da Gleba de Ponte Queimada, num total de cinquenta e três famílias, que os componentes da tropa da P.M.E, queimaram ranchos, demoliram casas e mangueirões de porcos, os posseiros desalojados já mantinham suas posses que variavam entre quatro e oito anos nas quais tinham plantações de milho, mandioca, feijão, laranja e outras culturas. Os proprietários da Gleba Ponte Queimada realizaram uma cota entre si a fim de pagar despesas com o transporte dos mencionados posseiros, Dalí retirados bem como alimentação e alojamento da tropa da Polícia Militar do Estado, que o dinheiro foi a importância de dez mil seiscentos e dezessete cruzeiros e quarenta centavos.¹²⁸

O despejo ocorreu do dia 21 a 27, cinquenta famílias foram expropriadas por um contingente policial, acionado pelos que diziam ser os proprietários da terra. O relatório nos permite apreender também que o despejo dos posseiros foi realizado com requintes de extrema violência e destruição. Para realizar a desocupação, os reclamantes arrecadaram determinada quantia em dinheiro. O cuidado maior foi com os policiais que participaram da ação, que foram alojados e receberam alimentação, tudo devidamente bancado pelos supostos proprietários das terras. Nesse contexto, os serviços de um hotel do município foram contratados para que os policiais ficassem instalados enquanto durasse a ação de despejo dos posseiros da Esquina Céu Azul:

O declarante é proprietário de um hotel em Santa Helena, disse que no início da operação de despejo, quando da chegada dos policiais estiveram no estabelecimento comercial do declarante, Wilmar¹²⁹ e Danilo, pedindo para que alojasse na medida do possível os policiais e para que lhes dessem refeições, disse que de imediato concordou, dizendo Danilo e Wilmar que posteriormente acertariam o pagamento com o declarante. O declarante não recorda o número exato de policiais que se alojaram em seu estabelecimento e nem mesmo quanto faziam suas refeições no local, disse que após terminada a operação de despejo o declarante recebeu um montante de Um mil e duzentos cruzeiros, sendo que o pagamento seria feito em três parcelas.¹³⁰

¹²⁸ Secretaria de Segurança Pública. Delegacia de Ordem Política e Social. Estado do Paraná. Cascavel 19 de Setembro de 1969. Relatório. Arquivo disponível junto ao Núcleo de Pesquisa Sobre o Oeste do Paraná(CEPEDAL) Campus da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

¹²⁹ Wilmar, pseudônimo.

¹³⁰ Auto de declaração, Secretária de Segurança Pública, 7º Sub divisão policial de Cascavel- PR. 20/09/1969, declaração prestada por Rogério Simioni. Arquivo disponível junto ao Núcleo de Pesquisa Sobre o Oeste do Paraná(CEPEDAL) Campus da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

A narrativa acima foi prestada por Rogério¹³¹ ao delegado Giddalti Nascimento, o declarante na época era dono de um hotel e disse ao delegado que Wilmar Testoni e Danilo foram até seu estabelecimento para acordarem sobre a estadia de alguns policiais bem como para que ficasse responsável pela alimentação dos mesmos. Rogério, “de imediato concordou”, terminada a operação de despejo o pagamento de Um mil e duzentos cruzeiros foi feito ao hoteleiro em três parcelas.

Enquanto famílias eram despejadas dos lugares que tinham como referencia de trabalho em meio a uma dinâmica marcada por violências, os policiais que deram suporte para que os dez que diziam ser proprietários daquela região da Gleba Ponte Queimada desfrutassem de todas as comodidades que o estabelecimento de Rogério pudesse lhes oferecer.

A atitude de Rogério que de acordo com as informações do auto de declaração, aceito de imediato a proposta feita por Danilo e Wilmar compõe as tramas de um processo cujos contrastes nos permitem pensar os limites e possibilidades diante os quais pessoas como Rogério vivenciavam. Assim, o motivo pelo qual o hoteleiro foi chamado para prestar esclarecimentos ao delegado, estava vinculado a averiguação sobre a participação do contingente policial na expulsão dos posseiros. Entretanto, ele ainda que de forma velada também esteve ligado a ação de despejo, não estamos dizendo que a hospedagem dos policiais em seu estabelecimento foram decisivos para que a expulsão acontecesse, ela certamente aconteceria ainda que Rogério não tivesse feito negócio com Danilo e Wilmar.

Rogério, possivelmente, sabia qual seria a função dos policiais que estava hospedando, entretanto, era aquele seu trabalho, ainda que contraditoriamente o lucro que obteve com as estadias só tenha sido possível devido ao acordo feito entre dez sujeitos que não pouparam esforços para que as famílias de posseiros fossem retiradas de suas supostas terras. Rogério não foi o único que teve seu ramo de trabalho vinculado à retirada forçada das famílias, João¹³² experimentou uma situação semelhante:

O declarante vive no município a aproximadamente cinco anos, que possui um caminhão FORD e que trabalha com fretes somente dentro

¹³¹ Rogério, pseudônimo.

¹³² João, pseudônimo.

do município, que no dia vinte do ano corrente, vieram a sua casa as 20:30 Wilmar acompanhado por um sargento da Polícia Militar e que contrataram seus serviços para fazer a mudança de alguns posseiros, o declarante concordou e trabalhou quatro dias recebendo de Wilmar a importância de Seiscentos Cruzeiros Novos. Disse que as mudanças dos posseiros eram retiradas das casas dos posseiros pelos soldados, que as mudanças eram levadas a alguns quilômetros e largadas no meio das estradas em lugares designados pelos policiais que acompanhavam o caminhão. O declarante disse que não que conhecia os posseiros, e que havia muito trigo plantado no lugar e que as aves e gado ficaram no lugar de onde tinha tirado os posseiros. Disse que para alguns davam prazo de 24 horas para retirarem o que quisessem e que a policia prendia muitos posseiros, mas que ignorava os motivos. Disse que seis caminhões trabalharam no despejo, e que ele trabalhou espontaneamente, pois, é seu ramo de serviço, que em cada viagem ele levava de três a quatro mudanças, disse que não viu a policia desmanchando os ranchos, mas que eram elementos estranho que os desmanchavam sob ordens de um capitão e um tenente e que as mudanças foram feitas em quatro dias¹³³.

João tinha um caminhão com o qual fazia fretes, dentro do município de Santa Helena, ele assim como Rogério foi procurado para por Wilmar agora acompanhado por um sargento da Policia Militar. Do mesmo modo, João teve seus serviços solicitados para efetivar a retirada da mudança de alguns posseiros. Ele também aceitou a proposta e trabalhou por quatro dias recebendo por isso Seiscentos Cruzeiros. Chama atenção o número de caminhões utilizados no despejo, seis, e a duração da operação, quatro dias, tais elementos indicam o grande número de famílias que viviam naquelas terras.

Sua narrativa indica que policiais o acompanhavam durante o trajeto que fazia levando a mudanças dos posseiros, talvez para garantir que os mesmos ficassem a uma distancia que não lhes permitiria voltar para as terras de imediato, assim teriam tempo para destruir suas casas e definitivamente eles não voltariam. Alguns posseiros tinham um prazo de 24 horas para que pudessem retirar seus pertences das casas, porém a maioria deles não teve esse “privilégio”, como veremos adiante. O depoente disse ainda que haviam grande quantidade de trigo plantada na região bem como existiam animais, tudo ficou lá.

¹³³ Auto de declaração, Secretária de Segurança Pública, 7º Sub divisão policial de Cascavel- PR, 21/09/1969, declaração prestada por João Silva. Arquivo disponível junto ao Núcleo de Pesquisa Sobre o Oeste do Paraná(CEPEDAL) Campus da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

Além disso, é intrigante a indicação feita pelo declarante, ao referir-se ao lugar para o qual os caminhões levavam posseiros e seus pertences, alguns eram deixados na beira da estrada, outros eram levados para lugares designados? Que lugares seriam esses? E por que essa diferenciação frente ao lugar onde os posseiros eram deixados? Problematizaremos tais questões, no último capítulo dessa dissertação, a partir da análise das narrativas de alguns daqueles que vivenciaram es experiência conflituosa.

Enquanto exercia seu trabalho, João visualizava a destruição das casas dos posseiros, mas disse que não eram os policiais que efetivavam a ação, eram “alguns sujeitos desconhecidos” que obedeciam ordens de alguns membros da polícia. O fato é que as casas dos posseiros eram destruídas, bem como suas plantações, ao longo de quatro dias mais de cinquenta famílias foram expulsas e tiveram tudo o que construíram ao longo de anos destruído. Uma ação que levou dias para se encerrar, deixando para os que não foram na primeira leva a apreensão pelo modo como seria sua retirada do local.

Em um relatório elaborado pelo então secretário de segurança pública Mario Portes, podemos perceber um pouco daquilo que parece ter sido colocado como uma justificativa para prática da desocupação.

No município de Santa Helena/PR, pessoas desconhecidas, não residentes no local, bem como pessoas residentes no município, estão invadindo terras legalmente tituladas, como o fim precipuo de abrirem novas posses para posteriormente trocarem com terceiros. Nas fazendas de Ernesto Andreola e José Correa Porto, bem como nas Glebas de Terras denominadas Quatro Mil, Imobiliária Weber, Bagantini, e Berticelli& CIA, nas imediações deste município, existem picadas e posses demarcadas por intrusos com a construção de rústicos ranchos de madeira¹³⁴.

Os responsáveis pelas “invasões” nos espaços indicados por Mario Portes, se mesclavam entre sujeitos vindos de outros municípios e sujeitos que já viviam em Santa Helena. De acordo com Portes, as terras que estavam sendo ocupadas eram tituladas, o que não impedia que muitos as ocupassem e articulassem nelas suas relações de moradia e trabalho. Assim, ele utiliza a suposta titulação das terras como uma forma de respaldo para denunciar inúmeras “invasões” que vinham acontecendo no município,

¹³⁴Instituto Brasileiro de Reforma Agrária. Distrito de Terras do Paraná e Santa Catarina. Relatório feito pelo Secretário de Segurança do Estado, General Mario Portes em 15/05/1969. Arquivo disponível no CEPEDAL da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Candido Rondon.

deslegitimando as ações de ocupação que trabalhadores sem terra estavam praticando, pois tratar-se-iam de “terras legalmente tituladas”.

Mario Portes denominou os trabalhadores que se colocaram nas disputas por terras de “intrusos”, sujeitos que não queriam as terras para exercer a prática do trabalho, não queriam as terras para se estabelecer com suas famílias, queriam-nas apenas para posteriormente vendê-las para outras pessoas. Ou seja, o redator do relatório se coloca a favor daqueles que se diziam donos das áreas de terras que estavam sendo ocupadas, parece até querer dizer que os seus supostos donos estes sim, fariam um “bom uso” das terras.

Marcio Antônio Both da Silva em seu trabalho “A construção do *intruso*: O processo de apropriação de terra na região serrana do Rio Grande do Sul (1889- 1925)” nos ajuda a problematizar o discurso de deslegitimação das ações de ocupação de terras, mostrando que ele é construído, por vezes, mediante a utilização de termos como “intrusos”.

[...] aqueles que se estabeleciam nessa região sem a intermediação dos agentes do Estado eram alvos posteriores de expulsão e, devido a sua condição social, recebiam um nome próprio: Intrusos. Tal nomeação, por seu turno, enquadrava tanto os imigrantes e seus descendentes como os nacionais. Fato que demonstra, por fim, o quanto o discurso – tão presente nas fontes e em parte da bibliografia que trata a respeito da imigração – sobre o colono imigrante como *morigerado, sedentário e trabalhador*, tinha um limite. Assim, muitas vezes, devido suas ações, especialmente quando resistiam ou demonstravam seu descontentamento em relação ao movimento de colonização e povoamento, os imigrantes eram também taxados de vagabundos¹³⁵.

Both faz suas reflexões sobre a região serrana do Estado do Rio Grande do Sul. Nesse contexto, o autor, ao pensar a construção do conceito “intruso”, faz alguns apontamentos significativos para pensarmos o modo pelo qual o termo foi empregado no relatório com o qual dialogamos. Ou seja, será que os “intrusos” que estavam ocupando as terras legitimamente tituladas em Santa Helena não foram assim denominados, pois a forma pela qual estavam procurando se estabelecer estava fora das normas balizadas pelo Estado, não se encaixando assim nas dinâmicas que compuseram o processo de colonização?

¹³⁵ BOTH, Marcio Antônio da Silva. *A construção do intruso: o processo de apropriação da terra na região serrana do Rio Grande do Sul (1889- 1925)* p 134. *Tempos Históricos*. SSN 1517-4689. Volume 12, numero 2, ano X, 2º semestre/2008.

Indicamos que, embora a denominação de “intrusos” busque deslegitimar as ações destes sujeitos, muitos deles estavam dentro dos limites e possibilidades de classe que vivenciavam tentando se estabelecer na terra. De certo, alguns sujeitos poderiam ter como objetivo ocupar a terra e posteriormente vendê-la, entretanto, outros queriam se estabelecer nas terras e ali se firmar com suas famílias.

Nesta direção, como bem observa o autor, além de estar presente nas fontes, o termo foi incorporado por uma parte da historiografia. No Paraná, por exemplo, Westphalen, Machado e Balhana utilizam o termo, denominando o processo de ocupação da terra por posseiros de “intrusão”. Os autores abordam o processo de ocupação da região Oeste do estado do Paraná, contribuindo para a discussão das facetas pelas quais se fizeram as ações dos sujeitos que historicamente foram denominados como intrusos:

A ocupação de terras devolutas ou pertencentes a particulares ausentes foi deliberada, caracterizando-se a intrusão, ou seja, a modalidade ilícita de ocupação e posse de terra. Sobretudo na região Oeste paranaense, são facilmente encontrados os intrusos, ilegalmente empossados em terras de antigas concessões inexploradas. [...]. Em todo o Paraná, onde se verificaram casos de intrusão, desinteressados os intrusos na legalização de suas posses, e objetivando apenas o recebimento de novas terras pela sua saída, ou o pagamento de indenizações pelas benfeitorias realizadas na propriedade, as quais, via de regra, ficavam muito aquém das importâncias exigidas para sua retirada[...]. A existência e o tumulto provocado pela intrusão complicaram, sobretudo a solução da efetiva ocupação da terra pelos proprietários privados, gerando inúmeros conflitos de interesses.¹³⁶

Westphalen, Machado e Balhana reforçam a representação social do “intruso”, porém a discussão vem a acrescentar no sentido de pensarmos as ações efetivadas pelos sujeitos que exerceram a prática da intrusão, como ações que não eram tomadas sem antes serem pensadas. Os intrusos não eram simplesmente invasores, como parece que Portes, Westphalen, Machado e Balhana quiseram indicar. Eles eram sujeitos que tinham consciência dos riscos aos quais estariam expostos ao se colocarem frente a tal dinâmica de ocupação de terras, mas, ainda assim, dentro de sua lógica e consciência de classe tais sujeitos visualizavam a ocupação de terras como uma dinâmica possível de alterar em alguma medida suas condições sociais. Eles sabiam também que, ao se

¹³⁶ WESTPHALEN, Nota prévia... et al. Opcitp 20.

colocarem nestas disputas, poderiam conseguir certo sucesso seja por meio da legalização de sua posse, por exemplo, ou na obtenção de outra área de terra ou mesmo através da renda dos cultivou ou mesmo da venda da área que estavam ocupando.

Nesse contexto de possibilidades e limites vivenciados no contexto do acesso à terra, sujeitos como Antônio, com a fala do qual dialogaremos abaixo, sabiam que existiam articulações que lhes permitiria legalizar posses de terra. Antônio mudou-se para o município de Santa Helena em fins do ano de 1950. No decorrer da década de 1970, ele adquiriu a posse de uma área de terra de mais ou menos 4 alqueires, no atual distrito de São Clemente- SH. Antônio me contou um pouco sobre essa sua experiência:

Não tinha um documento pra justifica né, eu comprei até dum tal de Lotário essa posse, aí eu fui pedir pra ele pra ele me dá um documento, pelos menos fazer um contrato. ‘Eu não vou fazer’’, ele disse. Vai me complicar, então deixa¹³⁷.

Antônio é enfático ao iniciar sua fala dizendo que não tinha documento algum que lhe colocasse legalmente como proprietário das terras. Porém, dentro do negocio da venda de terras, havia a possibilidade de que a posse fosse legalizada. Percebendo isso, possivelmente por conta de já ter visualizado outros posseiros lidando com tal prática e obtendo êxito ao conseguirem um documento que os oficializasse como donos das áreas, Antônio decidiu procurar a pessoa que lhe tinha feito à venda.

Mas, o que Antônio visualizou com a possibilidade de legalizar sua posse foi uma tentativa frustrada, uma tentativa que parou na negativa do vendedor em fornecer qualquer documento. O vendedor sabia que fornecer algum documento poderia lhe “complicar”. Talvez o posicionamento da pessoa que vendeu as terras para Antônio tenha sido motivado pelas constantes tensões que se constituíam no campo, que ocorriam também em outras regiões do Paraná.

Antônio temia ter que deixar as terras, pois também ele sabia que ser posseiro lhe colocava em uma situação frágil, sendo que a qualquer momento alguém poderia aparecer e reivindicar as terras em que ele e sua família estavam vivendo. Assim, ele vendeu as mesmas, e comprou outra área, também no distrito de São Clemente, entretanto essa já estava escriturada.

¹³⁷ Antônio, pseudônimo. Entrevista realizada pela autora na residência de Antônio, em 17/10/2014.

Voltando a ação de despejo, ressaltamos que os quarenta sujeitos ligados ao batalhão de polícia não efetivaram a ação de despejo sem antes acordar sobre tal dinâmica com os dez supostos proprietários da Gleba. De acordo com Valfrido Pinto:

Os dez proprietários das terras influíram diretamente na realização do violento despejo, forneceram vultuosas quantias em dinheiro para a diligência estiveram até auxiliando em pessoa a atemorização, expulsão e depredações. Com isso sessenta famílias num total de trezentos e sessenta pessoas foram, jogadas na estrada, com os poucos utensílios salvos, e passaram a sofrer as mais negras privações. Todos já estavam nas terras a mais de um ano, e a maior parte possuía plantações, principalmente de trigo, que não pôde colher, pois de imediato, os proprietários, acobertados pela polícia militar, colocaram as terras sob a guarda de jagunços armados e com ordem de liquidar quem voltasse¹³⁸.

A primeira coisa que nos chama a atenção no relato acima é o número de sujeitos que diziam donos da Gleba Ponte Queimada. Dez pessoas reivindicavam, ou melhor, tentavam se firmar de forma violenta como donos das áreas de terra. Não é possível dizer com base nos relatos e pareceres analisados ao longo do trabalho de pesquisa se algum dos dez tinha a escritura das mesmas, o que temos são indicações como a feita por Mario Portes que afirmou que as terras já estavam tituladas quando os posseiros ocuparam a área. De qualquer forma, eles não mediram esforços para fazer valer seus supostos direitos de proprietários.

Para garantir a área negociaram com os policiais, oferecendo gratificações que, de acordo com Valfrido, foram bem expressivas. Os próprios reclamantes participaram das ações que compuseram a expulsão.

Valfrido ressalta ainda que todos os sujeitos que até então viviam na Gleba, estavam no local a mais de um ano, entretanto como vimos nos depoimentos feitos por alguns dos posseiros, alguns estavam nas terras a menos de um ano, entretanto outros estavam vivendo nas terras a mais de cinco anos. Independentemente do tempo que estavam vivendo no referido espaço de disputa, eles constituíram lavouras e moradia, dos quais foram totalmente privados, pois os que se colocaram como donos das terras

¹³⁸ Secretaria de Segurança Pública. Acessória jurídica, parecer N° 38/69. Estado do Paraná. Arquivo disponível junto ao Núcleo de Pesquisa Sobre o Oeste do Paraná (CEPEDAL) Campus da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

trataram logo de montar um cerco com jagunços devidamente instruídos para não deixar que ninguém voltasse.

Cabe aqui pesarmos os sentidos atribuídos a terra, os quais certamente não eram os mesmos para as famílias dos posseiros e para os supostos proprietários do espaço em disputa. Márcia Motta faz algumas considerações importantes sobre os conflitos por terra no Brasil, durante a primeira metade do século XIX, que, embora de temporalidade diferente, são importantes para pensarmos as dinâmicas as quais estamos trabalhando. De acordo com ela:

Para os fazendeiros, ser senhor e possuidor de terras implicava a capacidade de exercer o domínio sobre as suas terras e sobre os homens que ali cultivavam (escravos, moradores e arrendatários). Implicava ser reconhecido pelos seus vizinhos como um confrontante. E relacionava-se também à possibilidade de expandir suas terras para além das fronteiras originais, ocupando terras devolutas ou apossando-se de áreas antes ocupadas por outrem. A expansão territorial não se referia somente à questão dos limites físicos da fazenda, nem à capacidade de crescimento econômico de uma cultura extensiva, como o café. Os conflitos de terra eram, muitas vezes, provocados por uma nesga de terras, um pequeno quinhão que pouco acrescentaria a dimensão da área ocupada. Em muitas ocasiões os fazendeiros lutavam entre si ou contra pequenos posseiros na defesa de uma parcela territorialmente insignificante, ou mesmo por um córrego de água ou caminho abandonado¹³⁹.

As indicações de Motta abrem um campo de possibilidade de reflexão que ultrapassa a ideia que circunscrevem os conflitos por terra apenas ao fator econômico. Inegavelmente, possuir mais terra significa também obter mais lucro. No entanto, como nos fala a autora, essas ações perpassam por um processo de ser reconhecido através do poder econômico, mas também de quem tinha o “domínio” sobre trabalhadores.

Domínio que os dez sujeitos que se diziam proprietários da Gleba Ponte Queimada buscaram expressar por meio da expulsão dos posseiros daquele espaço, e que continuaram a demonstrar ao montarem um cerco mantido por jagunços como garantia de que os posseiros não mais retornariam, portanto não apenas sobre a terra da qual retiraram aquelas famílias, mas também sobre os posseiros e sobre suas ações que eram limitadas a partir de suas demonstrações de poder. Ao indicar tais questões temos

¹³⁹ MOTTA, Márcia Maria Mendes. Grandes fazendeiros e suas lutas. In: *Nas fronteiras do poder: conflito de terra e direito à terra no Brasil do século XIX*- Rio de Janeiro: Vício de Leitura: Arquivo Público do estado do Rio de Janeiro, 1998.p 38

margem para problematizarmos as motivações dos que se diziam donos da Gleba para reivindicar seus direitos de proprietários:

Os proprietários da Gleba Ponte Queimada, no distrito de Santa Helena, quando compraram as terras mencionadas, elas tinham pouco valor comercial, que os citados deixaram suas terras sem cultivar e passaram a aguardar a valorização, para mais tarde venderem ou cultivarem suas terras; que com o tempo os posseiros entraram nas citadas terras e passaram a cultivar o solo, a fim de garantir suas posses; que com a abertura da estrada federal que liga Paranaguá a Foz do Iguaçu, as terras da região vieram a ter uma enorme valorização, quando então os proprietários resolveram desalojar os posseiros da citada gleba, tendo para isso contado com a cooperação do capitão da P.M.E Benedito Tertuliano Cordeiro, comandante adjunto do batalhão da P.M.E com sede em Cascavel, o qual a frente de uma tropa (40) homens quarenta homens nos dias 21 á 27 do mês de agosto do corrente ano retirou os posseiros da gleba mencionada com ordem do comandante daquela unidade, tendo os referidos posseiros sendo encaminhados a cidade de Santa Helena, os quais foram amparados pelo pároco local que os alojou num pavilhão da igreja daquela localidade. O Ex Governador do Estado mandou um caminhão de mantimentos, por intermédio da fundação de Assistência ao trabalhador rural, bem como um advogado, a fim de dar amparo legal aos posseiros.¹⁴⁰.

O autor do relatório é Ozias Alaguer na época delegado titular do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social). A abertura de uma estrada que viria a ligar o município de Foz do Iguaçu a Paranaguá fez com que as áreas de terras que compunham a Gleba adquirissem maior valor comercial, fato que de acordo com Ozias motivou os donos das terras á aparecerem, possivelmente para articular a venda das mesmas. Enquanto os supostos proprietários da Gleba se ausentaram deixado às terras livres de lavoura, as famílias de trabalhadores se colocaram naquele espaço e começaram a atrelar a ele suas relações de trabalho.

Por fim, temos a indicação de que o governo do Estado não deixou os posseiros desamparados, indicando-lhes um advogado e mandando um caminhão de mantimentos e um advogado para defendê-los. A ajuda oferecida pelo governo certamente não resolveu as questões das famílias (como veremos a frente) que tinham sido expulsas, no máximo, veio lhes trazer uma solução que duraria pouco tempo, afinal eles não

¹⁴⁰ Secretária de Segurança Pública: Diretoria da Polícia Civil. Delegacia de Ordem Política e Social/ Curitiba. Relatório. Arquivo disponível junto ao Núcleo de Pesquisa Sobre o Oeste do Paraná (CEPEDAL) Campus da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

poderiam viver por tempo indeterminado se mantendo com tal ajuda e morando no pavilhão da Igreja.

O acolhimento oferecido pelos membros da Igreja do município de Santa Helena nos leva a outra discussão significativa no contexto dos embates no campo. Os agentes da Igreja por vezes atuaram em defesa de trabalhadores que experimentavam relações como as dos posseiros, atuando junto de seus interesses. No Oeste Paranaense a CPT (Comissão Pastoral da Terra) dinamizou diversas ações que buscavam denunciar situações de exploração e violências vividas no campo. João Carlos Corso faz uma análise da participação da igreja frente às lutas pela terra:

A partir da década de 60 a Igreja progressista passou a ter como uma bandeira de luta: a reforma agrária. Porém, havia uma tensão interna na Igreja, pois a ideologia anticomunista era forte na ala conservadora e por esse motivo a Igreja enquanto instituição acabou apoiando o Golpe Militar de 1964. Após o golpe militar, a Igreja e o Estado acabaram entrando em conflito, e como muitos membros da Igreja foram vítimas de tortura, da repressão militar, devido ao trabalho social que desenvolviam, a Igreja passou a ser uma das principais forças políticas contrárias ao regime ditatorial. Deste modo também passando a cobrar do Estado a realização de uma reforma agrária No Brasil a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) passou a ter suas ações descentralizadas, formaram-se regionais das pastorais, grupos de leigos, tais como: Comissão Justiça e Paz, Comissão Pastoral da Terra, Conselho Indigenista Missionário. Destaca-se ainda o surgimento das CEBS (Comunidades Eclesiais de Base).¹⁴¹

Os membros da Igreja assim como todos os grupos sociais não compuseram e não compõe um grupo homogêneo livre de divergências de posicionamentos, como discutimos anteriormente frente às reflexões elaboradas por Thompson, tanto que parte de seus membros tinham, durante a segunda metade dos anos de 1950 e início dos anos de 1960, como pauta de suas lutas a Reforma Agrária, ideia que não era aceita por todos e que foi “vencida” levando a instituição a apoiar o golpe militar. O que parecia ser o símbolo de uma união frutífera entre Estado e Igreja terminou em perseguição do governo militar a membros da Igreja, que por sua vez se colocou como um dos principais órgãos questionadores das ações do governo, reafirmando a luta pela Reforma Agrária.

¹⁴¹ CORSO, João Carlos. *A religiosidade presente no processo de formação do MST do Paraná: as relações entre CPT e MST (Déc. 80-90)*. XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005. p 04.

Mas, parte da Igreja, enquanto oposição ao governo militar no contexto das lutas por terra, entre a qual Dom Agostinho Sartori e Gernote Kirinus, manifestou-se por meio da Comissão Pastoral da Terra, no ano de 1969, sobre a expulsão dos posseiros da Gleba Ponte Queimada:

Aqueles proprietários ou simples adquirentes, destituídos da posse dos imóveis, em poder de terceiros, entraram em acordo para efetivar uma operação de desintração, como comando do oficial do 6º Batalhão de Polícia Militar do Estado, em Cascavel, operação esta que convencionou-se chamar de "OPERAÇÃO SANTA HELENA". Os adquirentes de domínio e proprietários, se propuseram a financiar a operação e dela participar efetivamente, indicando, de modo arbitrários, os intrusos a serem despejados, tratando-se, na sua totalidade, de posseiros com cultura efetiva. Como se demonstra no laudo do processo. Para tanto, deslocaram um efetivo de tropas, em número de aproximadamente, entre 40 soldados e vários oficiais, armados de fuzis e metralhadoras do tipo INA, sob o comando do Sargento P. M. Carmelino Nardoni, subsidiado pelos civis interessados: Wilmar, O Danilo e Henrique¹⁴². O que agrava o crime é que o sargento Nardoni já participara da mediação de exceção, em Santa Helena, onde pode comprovar a verdadeira condição de posseiros, dos que, efetivamente, ocupavam aquela área em litígio. Portanto, os que comandavam o arbítrio, estavam de plena consciência de, que incorriam na ilegalidade da ação. Faltava-lhes a ordem judicial, para, efetuar o despejo. E, agrava-se, ainda mais, a participação voluntário e criminosa dos indiciados pelo Sargento Nardoni, cuja clara corrupção e vida de "machão", estão [Inelegível]. O abuso do poder e o arbítrio, os levou, desde o simples saque dos bens, à destruição de imóveis, incinerar, ação e depredação de, casas, pancadarias. Inclusive, abusos e crimes inconfessáveis, praticados pelo Sargento Nardoni, cuja preclara corrupção e vida de "machão", estão relatadas no auto do processo. O massacre geral do despejo criminoso, está documentado por fotografias. Wilmar, chefe civil, que patrocinou aquele festival de vandalismo, teve a imoralidade de incluir, nas vítimas do despejo, pessoas a quem ele vendera a área, anteriormente ao despejo, como foi o caso de Arlindo de Oliveira Borba. Aliás a maior parte dos posseiros já havia pagou aquelas terras a pessoas que, muitas vezes, só se intitulavam proprietários ou proprietários paralelos, já que se tratava de área envolvida nas muitas terras bitituladas.¹⁴³

Sartori e Kirinus nos indicam algumas questões que contribuem para o que já vimos discutindo a partir dos relatórios elaborados por Mario Portes e Valfrido Pinto. A primeira delas refere-se ao direito de propriedade das terras da Esquina Céu Azul. Nas páginas anteriores indicamos que o número de donos de tal espaço era um fato

¹⁴² Henrique, pseudônimo.

¹⁴³ Depoimento prestado por Gernote Kirinus e Dom Agostinho Sartori a Comissão Pastoral da Terra (CPT) Arquivo disponível no Centro de Documentação e Pesquisa do Oeste do Paraná (CEPEDAL) Campus da Universidade Estadual do Oeste do Paraná- Marechal Cândido Rondon.

intrigante, afinal como podemos observar através da fala de Sartori e Kirinus. É possível inferir, a partir da análise do depoimento acima, que os dez não tinham uma escritura, o que contradiz a afirmação feita anteriormente por Mario Portes, que lhes dava o direito de propriedade daquela parte da Gleba como um todo.

Kirinus e Sartori ao se referirem às dez pessoas que se colocavam como proprietários questionam o direito daquele grupo, indagando o modo pelo qual teriam se tornado “donos” das áreas de terras. “Proprietários ou simples adquirentes, destituídos da posse dos imóveis”? Esta indagação nos faz questionar o modo como eles adquiriram a mesma. As fontes, consultadas até o momento, não deixam claro se os “proprietários” haviam herdado, ou comprado às áreas de alguma firma colonizadora, se tinham recebido as mesmas diante de alguma forma de doação do Estado, ou mesmo se tinham por meio de uma dinâmica semelhante as dos posseiros, que dali foram expulsos, ocupado essas áreas em um período anterior e só após a valorização das terras voltaram com o intuito de reaver o que diziam ser seu.

O que de fato aconteceu foi que as famílias que ali estavam se negaram a deixar as terras, e os dez articularam uma forma de retirá-las, recorrendo a “ajuda” da Polícia Militar e juntos efetivaram o que Kirinus e Sartori chamaram de uma “operação de desintrusão”. Novamente o termo “intrusos” é utilizado no contexto dos embates no campo, no entanto, agora ele não é usado para deslegitimar as ações das famílias de posseiros, mas para questionar o direito dos que diziam serem os proprietários da gleba e as ações dos policiais que participaram da prática de expulsão.

Gernote Kirinus e Agostinho Sartori deixam claro que a abordagem não foi nada agradável, afinal os policiais que ajudaram os reclamantes estavam devidamente preparados para retirar as famílias daquele espaço, armados e tendo respaldo físico e financeiro dos donos da Gleba para agir e expulsar as famílias. Indicam ainda que a maioria das famílias havia efetuado o pagamento das terras nas quais estavam vivendo (como vimos anteriormente com a discussão dos depoimentos) e que um deles, Arlindo de Oliveira Borda, havia adquirido uma área do senhor Wilmar, ele era um dos dez que reivindicava o direito de proprietário sobre a área em litígio.

Como dissemos nas páginas anteriores, a dinâmica de expulsão não aconteceu somente nos dias da ação de despejo. Ela foi muito bem planejada. Em outra passagem de seu relatório Valfrido Pinto narra o que, segundo ele, estaria contido no relatório

feito pelo comandante Cap. Cordeiro da Polícia Militar e comandante da diligência que participou da expulsão dos posseiros da Gleba Ponte Queimada:

Anteriormente aconteceram reuniões entre proprietários, comandante do 6º batalhão, chefe do Distrito de Terras do Paraná e de Santa Catarina (IBRA) no caso o senhor Juarez e o Doutor Gidalti Nascimento, delegado chefe da 7ª divisão policial. Momentos antes da saída da tropa, o Sr Juarez trouxe a presença do Sr Cap. do batalhão Fernando Busse, um dos proprietários das terras onde seria feita a operação e pediu que as terras do mesmo fossem também incluídas na ação policial, no sentido de cobertura para que o referido cidadão conseguisse junto a seus posseiros, a confirmação de contratos anteriormente celebrados. Como até a data da saída da tropa o Sr. comandante do batalhão não havia ainda providenciado o ofício com as ordens específicas de limpar as áreas de todos os ocupantes ilegais, conforme fora combinado com as autoridades acima referidas, nas reuniões anteriores, o subscritor pediu ao mesmo esse documento, recebendo como resposta do Sr Major Hélio Gomes de Meirelles, que podia dar início aos trabalhos de limpeza da área que ele pessoalmente, no dia seguinte levaria o documento à Santa Helena. Que de fato, dois dias após, o Sr Major Meirelles esteve na cidade de Santa Helena num helicóptero do IBRA, junto com o Sr Juarez, porém não lhes entregou o documento citado e nenhuma referência fez a ele¹⁴⁴.

Reuniões entre os reclamantes da área, que se diziam proprietários, o comandante do batalhão de Polícia, o chefe do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária do estado do Paraná e Santa Catarina foram feitas com o intuito de planejarem a ação de expulsão. No fragmento, há indício de que parte dos posseiros tinha em mãos documentos – “contratos anteriormente celebrados” - que lhes garantiam a posse das terras, assim como tinham apontado anteriormente Kirinus e Sartori, ao afirmarem que um dos posseiros havia adquirido sua terra de um dos que agora se diziam donos da mesma.

A narrativa evidencia que o Major Hélio Gomes de Meirelles não tinha em mãos nenhum ofício que lhe desse respaldo para ação, o que não o impediu de efetivá-la. Isso destaca e que medida de influência e alianças se estabeleceu a confrontação. Frente a tais articulações, Valfrido Pinto finalizou o relatório enviado a Secretaria de Segurança Pública do estado do Paraná dizendo que:

¹⁴⁴ Secretaria de Segurança Pública. Acessória jurídica, parecer N° 38/69. Estado do Paraná. Arquivo disponível junto ao Núcleo de Pesquisa Sobre o Oeste do Paraná (CEPEDAL) Campus da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

Não se faz necessário derivarmos por detalhes pelo que já referido constata-se haver necessidade de uma única e urgente providencia, através da qual há de transluzir por inteiro a realidade apontando aqueles que incidiram, com plena consciência dos seus atos, em crimes principalmente de natureza a afetarem a segurança nacional. Conforme acentuamos no início de nosso parecer, lá está em longitudes vulneráveis á formação e ao aliciamento de subversivos, um foco provocado por atos atribulados de autoridades e de outras figuras em prol as quais mostraram insensíveis aos problemas de justiça social e, notadamente, as conjunturas que pudessem advir contra a tranquilidade nacional e conseqüente perenidade de nossa soberania.¹⁴⁵

Valfrido cobra da Secretaria de Segurança providencias diante as ações que o contingente policial que se deslocou até a Gleba Ponte Queimada dinamizou para retirar as famílias de posseiros das terras. Ele infere também que todos os envolvidos no processo de despejo tinham consciência de seus atos. Possivelmente, os policiais, os supostos proprietários, tinham consciência dos atos praticados e que muitos dos posseiros que viviam na gleba tinham documentos que lhes garantiam a posse de suas terras, ainda que tenham, como no caso de Wilmar, vendido a terra para os que agora estava expulsando, desfazendo as relações dos trabalhadores que despejaram forçadamente.

Entremeadado a isso, Valfrido ressalta que tais medidas afetavam a segurança nacional. Sua preocupação possivelmente estava ligada as ações dos policiais, talvez temendo que as arbitrariedades por eles cometidas pudessem incitar a população do município a se manifestar contra o ocorrido.

Ter ou não documentos que comprovassem a compra da terra por parte dos posseiros não parece ser algo relevante para os que estavam agora se colocando como donos da área de terra em disputa. Eles estavam sim preocupados, mas, com aquilo que o Capitão Cordeiro chamou de “limpeza” da área, que foi feita independentemente de qualquer documentação e por meio de violências diversas, como podemos perceber no depoimento de Daniel:

O declarante disse que no dia vinte e três de agosto corrente, se encontrava na sede do município de Santa Helena, isto cerca das

¹⁴⁵ Secretaria de Segurança Pública. Acessória jurídica, parecer N° 38/69. Estado do Paraná. Arquivo disponível junto ao Núcleo de Pesquisa Sobre o Oeste do Paraná (CEPEDAL) Campus da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

07:00horas, quando foi preso por quatro soldados da Polícia militar, do Estado, que estavam estes soldados acompanhados pelo individuo Wilmar e uma outra pessoa que não reconheceu. Que o declarante foi preso na cadeia de Santa Helena até as 18:00 horas deste mesmo dia quando então foi conduzido para esta subdivisão [de Cascavel]. Que ao ser posto em liberdade, ao chegar em sua casa, verificou que a mesma havia sido derrubada assim como todas as benfeitorias que ali existiam, como galpão e chiqueiro. [...] sua esposa relatou que no dia 24, domingo, elementos da Polícia acompanhados de Wilmar, isso cerca das 15: 00 invadiram sua casa obrigando a sua esposa e filhos a sair do interior da mesma que após resistirem a mudança, arrastaram com um caminhão a casa utilizando um cabo de aço..¹⁴⁶

Daniel não se encontrava em casa quando se deu a expulsão de sua família, isso porque o mesmo foi preso quando estava na sede do município. O motivo que gerou a prisão de Daniel não consta em sua declaração e nem nos demais documentos analisados, o fato é que sua prisão se constituiu como uma prática propícia para que Wilmar juntamente com alguns policiais efetivassem a expulsão de sua família.

Quando saiu da prisão e retornou para sua casa, ele encontrou tudo o que tinha construído destruído. Como relatou sua esposa, a família foi obrigada a deixar o interior da residência, tentaram resistir, mas isso não impediu que a “limpeza” da área fosse feita, e que tal expulsão tenha se dinamizado por meio da violência expressa seja na destruição da casa, benfeitorias e plantações, seja diante da situação a que foi exposta a família de Daniel ao terem sido obrigados a deixar o lugar que era sua referência de vida, vendo tudo o que tinham construído destruído. Antônio¹⁴⁷ também foi despejado, dois dias antes da família de Daniel. Narra ele que:

No dia vinte e dois do mês de agosto cerca das 05:30 da madrugada foram até a casa dele elementos da Policia Militar do Estado sob o comando de um Capitão deram voz de prisão a ele declarante, conduzindo preso até a subdivisão policial. Na casa dele, declarante, ficaram a esposa, três filhos menores e um cunhado também menor de idade, que estando o declarante ausente da casa em razão de haver sido preso sua esposa, filhos e mais o cunhado foram violentamente despejados e que se encontravam junto com os policiais o senhor Wilmar e Henrique, dois dos que se diziam proprietários das áreas. Que segundo a esposa dele, declarante, tentou manter resistência para não ser despejada de sua casa, porém foi agredida por um soldado da Policia Militar com o emprego da força física, sendo obrigada a sair do interior da casa. [...] após ser libertado dias após, verificou que sua

¹⁴⁶ Auto de declaração, agosto de 1969, 7ª divisão policial de Cascavel- PR. Arquivo disponível junto ao Núcleo de Pesquisa Sobre o Oeste do Paraná(CEPEDAL) Campus da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

¹⁴⁷ Antônio, pseudônimo.

casa havia sido arrancada não havendo mais condições de permanecer no local¹⁴⁸.

Antônio vivia na Gleba a mais de dez anos, ocupando uma área de dez alqueires. Do mesmo modo que o senhor Daniel, Antônio também foi preso antes que a expulsão de sua família se efetivasse, mas com uma diferença, Antônio recebeu voz de prisão em sua casa. Chama atenção o horário que os policiais acompanhados por dois dos que se diziam proprietários da Gleba resolveram efetivar este processo de expulsão, de madrugada. Talvez esta hora tenha sido escolhida para evitar maiores possibilidades de resistência.

Assim sendo, trataram de encaminhar Daniel para a subdivisão policial e iniciaram o despejo dos demais, os quais, de acordo com a esposa de Antônio resistiram. A resistência lhe rendeu uma agressão por um dos soldados e pouco pôde fazer para impedir que os fatos viessem a acontecer. Mais uma família teve sua casa arrancada por caminhões, benfeitorias e lavouras destruídas. Dias pós o ocorrido, Daniel foi posto em liberdade e não tinha mais nada que pudesse fazer, não havia mais condições de permanecer no local.

O que podemos perceber, a partir das reflexões feitas até o momento, é que as lutas no campo, as tensões envolvendo as disputas pela terra se articulam entre diversos sujeitos e se inserem em dinâmicas que ultrapassam a ideia de que estar ligado à terra significava somente uma forma possível de subsistência. Já falamos um pouco sobre tal problemática quando buscamos dialogar sobre os sentidos sobre a terra. Para muitos dos posseiros viver na Gleba Ponte Queimada estava atrelado à ideia de manter suas famílias, no entanto os sentidos dados a terra assumiram historicamente modos que ultrapassam esse forma de lidar com o viver no campo e que por vezes impulsionou ações como esta. Já para os reclamantes, diante da valorização das terras, a hipótese que aventamos, é que não mediram esforços para se apossar de tais áreas. Afinal vendê-las seria um negócio lucrativo, bem como cultivá-las dentro do contexto da modernização da agricultura seria um negócio igualmente vantajoso.

¹⁴⁸ Auto de declaração, 30/08/1969. Secretária de Segurança Pública do Paraná. Arquivo disponível junto ao Núcleo de Pesquisa Sobre o Oeste do Paraná (CEPEDAL) Campus da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

2- À Margem da Rodovia...

O Relatório elaborado pelo Secretário de Segurança do Estado, General Mario Portes, feito em 09/09/1969, expõe as constatações feita por Portes quando, juntamente com o delegado da sétima divisão policial do estado do Paraná, visitou o município de Santa Helena, com o objetivo de verificar o modo pelo qual tinha sido elaborado o despejo das famílias de posseiros da Gleba Ponte Queimada:

Visitei juntamente com o delegado da sétima divisão policial áreas do município de Santa Helena, onde comprovei pessoalmente que mais de 50 famílias, 200 crianças atiradas a beira da estrada, tiveram suas casas destruídas com requintes de selvageria, foram puxadas por caminhões, os posseiros tiveram prejuízos totais. A Ação feita entre 21 e 27 de agosto foi feita com cobertura de soldados da Polícia militar, sem ordem judicial. Esclareço que a Polícia militar foi alertada por mim pessoalmente no local no dia do despejo, que a maioria do pessoal a ser expulso tratavam-se de posseiros com mais de dois anos de moradia habitual com cultura efetiva com certificados de cadastro junto ao IBRA foi aberta sindicância pela sétima divisão policial. Determinei a vistoria da área atingida¹⁴⁹.

Se o primeiro parecer elaborado por Mario Portes, citado em páginas anteriores, indicou os posseiros como intrusos, deslegitimando suas ações, o teor deste seu novo relatório é totalmente diferente. Seu relato agora assume, assim como os relatórios elaborados por Valfrido Pinto, um teor de denúncia das ações cometidas pelos supostos proprietários da Gleba e pelos policiais que participaram da ação de despejo. Mario Portes faz questão de salientar que ele mesmo tinha alertado o contingente da polícia militar que todos os que estavam vivendo na Gleba Ponte Queimada já estavam ali á certo tempo e que tinham documentos que lhes dava direito à posse da terra.

Famílias inteiras, um grande número de crianças “atiradas a beira da estrada”, sem suas casas, lavouras, relações de trabalho e amizade, viram tudo isso ser destruído, o lugar onde moravam e que certamente levaram algum tempo e muito esforço para construir o que foi destruído em minutos por caminhos. Assumindo este posicionamento, Mario Portes conclui seu relatório sobre a situação dos posseiros dizendo que:

¹⁴⁹Instituto Brasileiro de Reforma Agrária. Distrito de Terras do Paraná e Santa Catarina. Relatório feito pelo Secretário de Segurança do Estado, General Mario Portes, feito em 09/09/1969. Curitiba- PR. Arquivo disponível junto ao Núcleo de Pesquisa Sobre o Oeste do Paraná (CEPEDAL) Campus da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

Conclui-se que não houve solicitação judicial para desalojamento dos posseiros, conforme certidão do cartório civil da comarca de Foz do Iguaçu N° (01) /1.061/69 do Instituto de Reforma Agrária (IBRA), o qual também não solicitou qualquer intervenção por parte das autoridades de Polícia Militar do Estado; que ao arripio da lei, Major Meirelles, respondendo pelo comando do batalhão de Cascavel, determinou ao Capitão Benedito Tertuliano Cordeiro, a se deslocar com a tropa a localidade de Santa Helena, para fazer despejo violento contra pacatos posseiros. Para justificar a ação o Capitão que comandou a tropa, em relatório taxou de agitadores os posseiros Paulo¹⁵⁰, Guilherme¹⁵¹, Creolino¹⁵², David¹⁵³, Antônio, e João o que não corresponde a verdade¹⁵⁴.

Portes volta a enfatizar que não houve nenhuma solicitação judicial para desalojar os posseiros, que foram até chamados de “pacatos”. No entanto, a ação do Capitão Benedito de ter utilizado a tropa de soldados na ação de despejo, é justificada pela existência de sujeitos que foram denominados como sendo os “agitadores” do grupo de posseiros. Mas o que são, quem eram os agitadores? Em nenhuma passagem do processo o termo é explorado. Seriam pessoas que estavam defendendo a permanência das famílias na gleba? Se a polícia queria conter os “agitadores” porque então expulsaram todas as famílias das terras? Se a ação de algumas pessoas causava incomodo aos policias, o que isso tinha a ver com a expulsão dos que não foram considerados por eles como “agitadores”? Não é possível responder tais questões a partir dos elementos que compõe o relatório, no entanto, elas nos causam incômodo, pois parecem querer justificar a ação de expulsão das famílias que viviam na Gleba Ponte Queimada.

Ao indicar tais questões chamamos atenção para o fato de que a retirada forçada das famílias de posseiros das terras alterou significativamente suas formas de vida. Desse modo, o depoimento prestado por Daniel Barcé ao então delegado da 7ª divisão policial de Cascavel –PR, no dia trinta de agosto de 1969, nos dá a possibilidade de dimensionar as mudanças ocasionada através da expulsão da terra para aquelas famílias:

¹⁵⁰ Paulo, pseudônimo.

¹⁵¹ Guilherme, pseudônimo.

¹⁵² Creolino, pseudônimo.

¹⁵³ David, pseudônimo.

¹⁵⁴ Instituto Brasileiro de Reforma Agrária. Distrito de Terras do Paraná e Santa Catarina. Relatório feito pelo Secretário de Segurança do Estado, General Mario Portes, feito em 09/09/1969. Curitiba- PR. Arquivo disponível junto ao Núcleo de Pesquisa Sobre o Oeste do Paraná (CEPEDAL) Campus da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

[...] Ao chegar em sua casa, verificou que a mesma havia sido derrubada, bem como todas as benfeitorias que ali existiam, como galpão, chiqueiro, que a mudança dele declarante, havido sido levada para a casa de seu irmão de nome Remi na localidade de Itacorá¹⁵⁵.

Daniel, como indicamos anteriormente, era posseiro em área de um dos dez que reivindicavam a propriedade da área. Daniel ressalta em seu depoimento que tudo o que ele e sua família haviam construído ao longo dos seis anos em que viviam nas terras foi destruído, a casa e demais benfeitorias. Em meio às dificuldades, Daniel contou com a ajuda do irmão que levou sua mudança para a casa do mesmo. Ele não disse se chegou a se alojar no pavilhão da Igreja, possivelmente esta tenha sido uma opção daqueles que não tinham outras possibilidades de se estabelecer ainda que por um tempo indeterminado. Mas, a sua narrativa evidencia que a expulsão e expropriação experimentada por sua família alterou fortemente suas dinâmicas de vida, suas relações de trabalho foram rompidas e os rumos de suas vidas tornaram-se incerto, ainda que alguns tenham contado com o apoio de parentes, como Daniel, com a ajuda das pessoas ligadas a Igreja, estas eram soluções momentâneas. Antônio Rossi também contou com ajuda de outras pessoas após ter sido expulso da Gleba, nesse sentido ele indicou que:

Os elementos da Polícia passaram a carregar sua mudança em um caminhão que após carregada a sua mudança, ou melhor após terem carregado no caminhão os objetos de uso dele declarante que se encontravam no interior da casa, sua esposa, cunhado e filhos no mesmo caminhão, foram conduzidos até a estrada da localidade de Pacori, sua esposa vendo que ficariam ao relento com os filhos e cunhado menores, solicitou que fossem então todos conduzidos para a casa de um senhor residente na sede do município distante do local cerca de dezoito quilômetros¹⁵⁶.

Ao analisar os apontamentos feitos por Antônio parece que algo se evidencia, nem os policiais tampouco os supostos donos da Gleba estavam preocupados com o que seria das famílias de posseiros após terem sido forçadamente retirados da terra, tanto que a única preocupação que demonstraram foi a de retirarem de forma imediata os utensílios da família do local.

¹⁵⁵ Auto de declaração, agosto de 1969, 7ª divisão policial de Cascavel- PR. Arquivo disponível junto ao Núcleo de Pesquisa Sobre o Oeste do Paraná(CEPEDAL) Campus da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

¹⁵⁶ Auto de declaração, agosto de 1969, 7ª divisão policial de Cascavel- PR. Arquivo disponível junto ao Núcleo de Pesquisa Sobre o Oeste do Paraná(CEPEDAL) Campus da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

Percebendo isso, a esposa de Antônio tratou de pedir que suas coisas fossem levadas para a casa de José, este possivelmente era um amigo da família, afinal se isso não fosse feito teriam sido deixados a beira da estrada como aconteceu com as pessoas que foram acolhidas pela Igreja. Ainda que os alguns dos posseiros tenham contado com a ajuda de membros da Igreja, familiares ou amigos de que modo reorganizaram suas vidas? Foram em busca de outras terras? Tentaram articular novas formas de trabalho na cidade? Estas questões serão problematizadas no próximo capítulo a partir de entrevistas com algumas destas pessoas.

Entendemos que as reflexões feitas até o momento nos permitem dizer que os homens são agentes ativos, e que se constroem diante de disputas por terras dimensões individuais e coletivas, logo, experimentam um campo de disputas e interesse desiguais. Ao analisar este conjunto de documentos, que nos permitem pensar as tensões vivenciadas na região da Ponte Queimada indicamos os limites que tais fontes nos colocaram. Alguns pareceres, relatórios e depoimentos são ilegíveis, muitas dos indícios presentes em tais documentos se contradizem e indicam que este processo de disputa se fez em meio a um cenário onde interesses e relações de poder se chocavam, entretanto á medida que as fontes nos colocaram alguns limites também nos instigaram a investigar de forma mais detida as experiências construídas em tal espaço. Nesse sentido, o diálogo com a narrativa de alguns daqueles que viveram esta dinâmica nos ajudará a dimensionar e problematizar algumas questões que discutiremos mais adiante nessa dissertação.

Capítulo III

A DINÂMICA DE EXPROPRIAR E A RESISTENCIA COLETIVA

1. Na Fazenda Rimacla ...

Eu vim pra cá já com a minha mulher, [em fins do ano de 1960] com ela e com o filho mais velho que é o Claudio. Ele tá lá pro Mato Grosso, e com as filhas eu tenho cinco filhos homens e três mulheres.

[...]

É oito filhos. E dai quando nós viemos pra cá ficamos ali naquela fazenda não sei se você conhece ali... João Mesquita, lá do doutor João Mesquita, então ali eu morrei quatro anos,[...] as vezes eu ia trabalhar no Diamante [Diamante do Oeste] tinha uma parte da Fazenda lá. Ali na Mesquita trabalhei com o doutor João de empregado, dai eu ia volta para o Norte [Pernambuco].

O fragmento de narrativa oral é de um migrante, Augusto, que saiu de Pernambuco em busca de um lugar de oportunidades para melhorar de vida no Oeste do Paraná, em fins dos anos de 1960. Veio com a família, casado e com alguns de seus filhos, movido pela “... intuição da gente”. Tinha ouvido falar “que era muito bom ai, por essa e por aquela”. Decidiu vir mesmo tendo na terra dele, “tudo, tinha cavalo bom de anda, carroça, tinha porco, galinha, peru do sitio eu tinha tudo lá”.¹⁵⁷

Após longa viagem, em Santa Helena, conseguiu emprego na Fazenda Rimacla, que tinha como proprietário João Conrado Mesquita, e localizava-se na comunidade rural de Moreninha, também na Gleba Ponte Queimada. A extensão da Fazenda era grande, como observamos nos registros referentes a ela no início do primeiro capítulo desta dissertação. Augusto por cerca de quatro anos prestou serviços à João Conrado Mesquita. O trabalho exercido por ele consistia no reparo e construção de

¹⁵⁷ Augusto (pseudônimo). Entrevista realizada pela autora na residência de Augusto em 02/05/2012.

cercas como também no cuidado de animais. Mas, Augusto estava prestes a voltar para a terra natal. Segundo ele,

Porque ele acertou minhas contas na fazenda e pagou meus direitos, aí eu ia voltar. O meu cunhado não deixou, ele me deu uns pedaço de terra dele pra plantar, daí eu enfrentei lá fazendo lavoura.

Sua fala não evidencia as tensões vividas nas terras de João Conrado Mesquita, mesmo porque quando conversamos eu estava no processo de construção de meu trabalho monográfico e tinha outras questões para abordar com Augusto, ainda assim sua narrativa nos dá a possibilidade de dimensionar a extensão da fazenda a partir da indicação de que por vezes ele ia trabalhar nas áreas de terras que adentravam o município de Diamante do Oeste PR. Entre as mudanças que efetivou entre Santa Helena e Diamante do Oeste, articulando seu trabalho junto as terras da Fazenda Rimacla, Augusto conta que foi demitido.

O motivo de sua desvinculação do trabalho não ficou claro em sua narrativa. O fato é que Augusto, após fazer o acerto de suas contas, pensou em voltar para o Norte. Seu desejo de voltar para seu lugar de origem talvez estivesse vinculado ao que foi por ele enfatizado “eu tinha tudo lá”. Mesmo tendo “tudo” no Norte decidiu vir para o Oeste paranaense, segundo ele “por intuição”. Possivelmente, a decisão de mudar-se para o Paraná não tenha se limitado a sua intuição, talvez sua intuição estivesse imersa no imaginário construído sobre o Oeste do estado do Paraná, imaginário pautado em retratar a região como um lugar propício ao desenvolvimento.¹⁵⁸

Mesmo tendo expressado sua vontade de voltar para Pernambuco, Augusto decidiu continuar em Santa Helena, o que foi apoiado por seu cunhado que lhe permitiu cultivar um pedaço de suas terras, o que daria a Augusto a possibilidade de se estabilizar.

Os indícios dos conflitos relacionados à Rimacla surgem nas falas dos entrevistados nem sempre de forma direta. Seu Jair, atualmente com 72, anos veio

¹⁵⁸ Davi feliz Schreiner discute o imaginário construído em torno do extremo Oeste paranaense. De acordo com o autor, desde a passagem dos primeiros viajantes, Obrageros e dos responsáveis pelas companhias colonizadoras privadas o Sudoeste e o Oeste do estado as terras foram descritas como possibilidade de realizar o sonho de riqueza. O autor mostra que os documentos, depoimentos orais e propagandas de venda de terras evidenciaram a imagem que se construiu sobre a região: com terras férteis, madeira de lei em abundância, terra de riquezas e onde se poderia prosperar economicamente. VER: SCHREINER, Davi F. *Cotidiano, trabalho e poder: A formação da cultura de trabalho no Extremo Oeste do Paraná*. Cascavel. EDUNIOESTE, 1997.

morar em Santa Helena junto com seus pais no ano de 1943. A família de Jair tinha uma propriedade próxima às terras da Rimacla, e de acordo com ele, quando João vinha para a cidade de Santa Helena se cercava de cuidados, o que já indica que ele não era uma presença bem vinda por todos os que viviam na Fazenda. João Conrado Mesquita não residia em Santa Helena, e quando vinha até o município, não vinha sozinho:

E ele vinha assim... a casinha, o escritório dele era blindado até. Ele vinha, vinha com muita segurança. De começo ele quase que nem chegava ali, depois ele começou a vir mais seguido aqui. Mas, a situação foi bem problemática. É até difícil de você relatar¹⁵⁹.

As visitas que eram raras passaram a ser mais constantes quando a “situação foi ficando problemática”. Ou seja, ao que começaram a ocorrer os confrontos entre seus funcionários e as mais de cem famílias de posseiros que estavam até então vivendo na mesma. Dibe Ayoub, que aborda a violência que assolou a Fazenda, aponta para o interim de 1971 e 1973 como o mais conflituoso:

Localizado no oeste paranaense, nas margens do Rio Paraná, o município de Santa Helena foi assolado por intensos conflitos de terra envolvendo posseiros e proprietários de terra. A situação tornou-se mais crítica entre os anos de 1971 e 1973, período em que ocorreram diversos enfrentamentos em terras pertencentes a João Conrado Mesquita, fundador da Companhia Agropecuária e Industrial Rimacla. Vendidas a posseiro supostamente pelos administradores da fazenda, essas terras passaram a ser novamente reivindicadas pelo proprietário na década de 1970. A fim de retomar a área, ele contratou “jagunços” armados para expulsarem os moradores, que haviam comprado os direitos de posse sobre as terras, mas não puderam regularizá-las em seus nomes.¹⁶⁰

As tensões entre as mais de cem famílias de posseiros e João Conrado Mesquita, proprietário da Fazenda Rimacla, decorreram da prática de expropriação dos posseiros das terras que haviam comprado supostamente de administradores da própria fazenda. Esta indicação é intrigante, afinal considerando que as famílias de posseiros tenham realmente comprado as terras dos administradores da Fazenda, quais as nuances que compuseram a venda das terras? Uma das matérias publicadas no Jornal O Estado de São Paulo também fez referência a venda de terras efetivada por administradores da

¹⁵⁹ Jair (pseudônimo). Entrevista realizada pela autora na residência de Jair em 23/01/2015.

¹⁶⁰ AYOUB, Dibe Conflitos por terras no município de Santa Helena. In: *Comissão Camponesa da Verdade*. Relatório Final: Violações de Direitos no campo 1964 a 1988. Brasília, dez 2014. p 358

Fazenda Rimacla e nos ajuda a problematizar tal questão. A matéria teve o seguinte título: “INCRA é usado para enganar Possesiros”. Ao título segue a matéria:

A exploração do nome do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária em promessas de regularização de terras foi denunciada pelo Coronel Juarez Costa Albuquerque chefe do Distrito de Terras do Paraná, a propósito do recente conflito entre possesiros e Companhia Agroindustrial Rimacla de Santa Helena. O INCRA mostrou em nota oficial distribuída ontem que os próprios administradores da fazenda passaram a vender direitos de posse e quando os proprietários resolveram explorar as terras, centenas de possesiros já se haviam instalado configurando a situação que acabou por gerar o tiroteio de quinta feira durante o qual, empregados da Rimacla morreram. O proprietário da Fazenda, de acordo com Albuquerque, considera os possesiros como “intrusos” e “invasores”, não lhes reconhecendo nenhum direito e negando-se a indenizar em dinheiro qualquer benfeitoria. Há casos de famílias que enganadas adquiriram terras da Rimacla por até 20 mil cruzeiros. Muitas fizeram desmatamento para a formação de roças. Considerando “muito difícil conciliar os interesses em jogo por serem especialmente antagônicos” o Coronel Juarez Costa Albuquerque disse que alguns dos possesiros estavam apenas interessados em eventuais negócios de terras.¹⁶¹

As considerações abordadas no Jornal destacam a utilização do nome do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), no contexto do processo de disputa por terras que estava sendo vivido na Fazenda Rimacla, no município de Santa Helena. Do mesmo modo como Dibe Ayoub havia nos indicado anteriormente, os editores da matéria ressaltam que a venda de direitos de posse foi efetivada por administradores que não somente venderam as terras, mas de acordo com as informações presentes na fonte acima, indicaram que as mesmas teriam sua situação regularizada pelo INCRA.

A regularização das terras vendidas para os possesiros não só não aconteceu como o proprietário da Fazenda ao retornar para o município não reconheceu nenhum direito aos que estavam lá vivendo, tampouco se dispôs em um primeiro momento a indenizá-los pelas benfeitorias que haviam efetivado. No decorrer dos confrontos entre os empregados da Rimacla e os possesiros, João decidiu mudar seu posicionamento, utilizando-se de negociações com os possesiros e assim enfraquecendo a luta dos mesmos pela permanência na terra.

Ao mesmo tempo, João Conrado Mesquita denominou as famílias de possesiros como “intrusos e invasores”, procurando, assim, deslegitimar a prática de ocupação

¹⁶¹ Matéria publicada no Jornal O Estado de São Paulo- SP, “INCRA é usado para enganar Possesiros” em 17/06/1971.

efetivada por pessoas que chegaram a pagar significativas quantias para os administradores da Fazenda, por terras que se constituíram em um cenário de embates marcado pela violência.

De acordo com o chefe do Instituto de Terras do Paraná, Coronel Juarez Costa Albuquerque, seria difícil conciliar os interesses dos posseiros e os interesses de João Conrado Mesquita, pois eram antagônicos. Assim, o Coronel declarou que alguns dos posseiros que estavam ocupando as terras da Rimacla estavam unicamente interessados em negócios de terra. Não ignoramos tal indicativa feita por Albuquerque, como já discutimos no capítulo anterior. A prática de vendas de terras era uma das dinâmicas realizadas por posseiros, entretanto voltamos a inferir que não era este o único objetivo de famílias que experimentaram a condição de ser um posseiro. Como veremos a frente, do mesmo modo que as famílias que ocuparam a região da Esquina Céu Azul e tiveram que deixar de maneira forçada as terras, muitas das pessoas que estavam vivendo na Fazenda Rimacla tinham tal espaço como referência de vida e trabalho.

No que concerne à repercussão do conflito pelos jornais, cabe observar que do mesmo modo que qualquer outra fonte histórica, os jornais são construídos por alguém, e nesse sentido não são de forma alguma fontes neutras. Ao lidarmos com as matérias publicadas pelo Jornal O Estado de São Paulo, e pelo semanário Nosso Tempo, entendemos que ainda que as mesmas indiquem os embates experimentados na Fazenda Rimacla, as narrativas constroem imagens determinadas sobre os posseiros e sobre o proprietário da mesma, João Conrado Mesquita, construções que por vezes caricaturam os posseiros como principais responsáveis pela forma violenta que permeou a disputa pelas terras da Fazenda¹⁶².

¹⁶² Os jornais se constituem significativos materiais de pesquisa histórica. Entendemos, assim como historiadora Maria Helena Capelato, que tais fontes deveriam ter maior atenção dos historiadores. “O jornal, como afirma Wilhelm Bauer, é uma verdadeira mina de conhecimento: fonte de sua própria história e das situações mais diversas; meio de expressão de ideias e depósito de cultura. Nele encontramos dados sobre as sociedades, seus usos e costumes, informes sobre questões econômicas.” (CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa...* Op cit, p 21.). Esta afirmação compõe o manual “Imprensa e História do Brasil”. A reflexão feita por Capelato faz parte de um diálogo entre a autora e o historiador José Honório Rodrigues. Nesse sentido, ela denomina os jornais como “minas de conhecimento”, fontes que abordam situações diversas, usos e costumes da sociedade. No entanto a diversidade de informações sobre processos sociais que tal fonte nos oferece devem ser interpretadas de modo que nos atentemos para o

Quanto a disputa em si, há que se destacar que João Conrado Mesquita passou a reivindicar as terras ocupadas por posseiros não apenas de forma verbal, como uma primeira ideia de reivindicação nos sugere. João decidiu retomá-las utilizando-se de jagunços armados, os quais foram contratados para expulsar a força os posseiros. Isso se fez num contexto de valorização das terras:

Com a vinda de asfalto, a escassez de madeira, a valorização das áreas, e os incentivos e financiamentos dos estabelecimentos de crédito. Até então, as terras dessa região possuíam apenas um valor relativo, já que a madeira valia mais do que a terra em si mesma. Nesse período, os proprietários que viviam em outros lugares retornaram às suas fazendas, e passaram a contratar “jagunços” para expulsar as pessoas que lá viviam. No caso de Santa Helena, os posseiros resistiram às ordens de despejo da Rimacla e enfrentaram os “jagunços”.¹⁶³

O processo de regularização de terras no Oeste do Paraná durante a década de 1960, o qual foi motivado dentre outros pela escassez da madeira e a valorização das terras. O início do processo de regularização marcou também o processo de valorização das terras. Se antes disso era a madeira que simbolizava a lucratividade, com sua escassez, a terra passou a ser o objeto de especulação e comercialização ou, então, de investimentos em cultivos ou criação de gado, o que fez com que os proprietários de áreas como as da Fazenda Rimacla, que não viviam na região, retornassem e começassem a utilizar-se de suas relações de poder para expulsar as famílias que viviam em suas terras.

Não ter a situação das terras em que até então estavam vivendo regularizadas não fez com que os posseiros deixassem a Fazenda Rimacla de forma imediata. O conflito se fez em meio à resistência dos posseiros que não somente se recusaram a sair, mas enfrentaram os jagunços contratados pelo Mesquita para efetivar tal dinâmica. Até o momento já tivemos a oportunidade de dimensionar a extensão da Fazenda Rimacla, a suposta venda das terras feita por administradores da mesma aos posseiros e nesse contexto a intensidade dos conflitos vividos neste espaço de disputa. Entretanto, nos

posicionamento assumido pelas pessoas que compõe tais meios midiáticos. Do mesmo modo que qualquer outra fonte histórica, os jornais são construídos por alguém, e nesse sentido não são de forma alguma fontes neutras.

¹⁶³AYOUB, Dibe *Conflitos por terras...* Op. cit, p 359

questionamos, de que forma João Conrado Mesquita adquiriu as terras que compunham a Rimacla?

As terras em que o conflito ocorreu haviam sido concedidas, no início do século XX, à Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande. Nos governos de Moisés Lupion (1946-1950, 1956-1960), o Estado do Paraná declarou nulidade às concessões, dando novos nomes às glebas, que foram distribuídas a pessoas próximas ao governador. A ação irregular de expedição desses títulos fez com que, em 1966, houvesse pelo menos 815.640,8 hectares de terras com títulos duplos, e às vezes, triplos, no oeste paranaense. Ao mesmo tempo, essas terras estavam sendo ocupadas por colonos e migrantes vindos do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, e de outras partes do Paraná. Na medida em que a maioria dos proprietários de terras interessava-se somente pela madeira existente nas mesmas, acordos eram feitos com esses novos ocupantes, que adquiriam direitos de posse sobre as áreas, podendo nelas plantar e estabelecer suas moradias. Em 15 de junho de 1971, em artigo intitulado “Polícia quer órgão executivo contra a luta dos posseiros”, o jornal paranaense *Gazeta do Povo* traz uma declaração de Gidalti Nascimento, delegado encarregado do inquérito do embate entre os posseiros de Santa Helena e os “jaguços” da Rimacla. Segundo Nascimento, as terras em questão, cruzadas pelo Rio São Francisco, possuíam títulos do Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Estado do Paraná (DGTC). Pertenciam a um senhor chamado Mario Cezar, que por volta de quatro anos antes havia vendido a área de 3.800 alqueires, caracterizada como “terra de madeira de lei”, para João Conrado Mesquita. Este, por sua vez, transformou a fazenda numa Companhia, a Rimacla, cujo objetivo seria produzir gado de alto padrão para corte¹⁶⁴.

De acordo com Dibe Ayoun, a distribuição de terras feitas durante o governo de Moisés Lupion, (1947- 1951), após ter anulado concessões dadas a Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande do Sul, originou processos de disputa em diversos espaços do Oeste paranaense. A distribuição de terras efetivada no governo de Lupion foi uma prática que se fez em meio a um campo de interesses onde as relações de poder foram determinantes no que se refere a quem seriam os escolhidos para ficarem com as terras: “pessoas próximas ao governador”.

A dinâmica efetivada pelo então governador do estado fez com que em média 815.640,8 hectares de terras da região Oeste estivessem com títulos duplos, e, às vezes, triplos. Nesse contexto, as terras que foram distribuídas estavam por vezes ocupadas por pessoas vindas de diversas regiões do Paraná e também de outros estados. Na tentativa de amenizar os embates com aqueles que estavam vivendo nas terras e que tinham

¹⁶⁴AYOUB, Dibe *Conflitos por terras...* Op. cit, p 359.

adquirido o direito de posse, alguns proprietários de terras decidiram negociar com os que estavam ali vivendo, podendo os ocupantes das terras estabelecerem moradia e plantações nas mesmas.

Esta medida era vantajosa para os proprietários já que não tinham a terra como fonte de cultivo e lucratividade, a madeira ainda era a matéria prima a ser explorada. Como indicamos anteriormente, a escassez da madeira fez com que os acordos entre proprietários e posseiros fossem quebrados dando lugar a conflitos que tiveram dimensões significativas.

As terras que formavam a Fazenda Rimacla pertenciam ao senhor Mario Cezar, que por volta do ano de 1967 havia vendido a área de 3.800 alqueires, caracterizada como “terra de madeira de lei” para João Conrado Mesquita, este, por sua vez, transformou as áreas na Companhia Agroindustrial Rimacla, visando produzir na mesma, gado de corte. Se a escassez da madeira se colocava como um empecilho aos negócios e as finanças dos grandes proprietários de terras, João tratou logo de resolver este problema. Se suas terras não tinham mais madeira, teriam agora gado de corte, nem que para isso fosse preciso expulsar as pessoas que estavam nelas vivendo.

Nesta contextura, o embate entre os posseiros e os funcionários de João Conrado Mesquita foi noticiado pela mídia nacional pelo Jornal O Estado de São Paulo:

O município de Santa Helena no Sudoeste do estado do Paraná, onde recentemente aconteceram choques armados entre posseiros e jagunços, já estão sob controle das autoridades. A informação é do delegado da polícia de Cascavel Gidalti Nascimento, segundo ele os conflitos já causaram onze mortos e vários feridos. Os conflitos começaram em junho quando a ia Rimacla obteve um crédito no Banco Nacional para iniciar um projeto de reflorestamento e criação de gado, na fazenda que antes de pertencer a Rimacla era chamada Santa Rita de Cássia. Lá moravam mais de 300 famílias de posseiros.¹⁶⁵

Salientamos que por vezes acionamos as denominações funcionário e empregados da fazenda, pois estas foram às denominações dadas aos jagunços que prestavam seus serviços para João pelos editores de diversas matérias publicadas no Jornal O Estado de São Paulo. De certo os jagunços não deixavam de ser funcionários, porém seu trabalho, ou melhor, as ações que praticavam sob as ordens de Mesquita,

¹⁶⁵Matéria publicada no Jornal O Estado de São Paulo em 31/12/1971. “Polícia Controla a situação no Paraná.”

estavam atreladas às práticas de violências físicas e simbólicas que por vezes culminaram em mortes.

O primeiro confronto armado entre as famílias de posseiros na Fazenda Rimacla e os jagunços ocorreu no dia 10 de junho de 1971. A matéria destaca o suposto controle que as autoridades policiais conseguiram estabelecer diante deste processo conflituoso de disputas pela terra. Além disso, a obtenção de um crédito para a implementação de um projeto de reflorestamento e criação de gado, fornecido pelo Banco Nacional a João Conrado Mesquita, proprietário da Fazenda Rimacla.

Antes de João ter adquirido as terras que vieram a compor a Rimacla, elas eram denominadas como Fazenda Santa Rita de Cássia. Nela viviam um número considerável de famílias de posseiros. A análise das fontes nos permite dizer que João Conrado Mesquita, após comprar as terras, não permaneceu no município de Santa Helena, mas quando obteve o crédito junto ao Banco Nacional veio acompanhar seus negócios. Enquanto João estava ausente, a fazenda ficava aos cuidados de Ulisses, um dos administradores da fazenda. Porém, administradores venderam aos posseiros que já estavam na área direitos de posse, sendo que quando João retornou para efetivar seus projetos, não reconheceu nenhum direito de permanência na terra aos posseiros, gerando violentos confrontos.

A situação longe de estar sob controle, como procurou demonstrar o delegado Giddalti Nascimento através das informações prestadas aos editores do Jornal, estava indefinida e os confrontos não se limitariam ao dia 10 de junho. Esta data marcou o início dos enfrentamentos que já vinha acontecendo, mas que não tinham ainda chegado à situação extrema de um confronto armado. No seu desenrolar se estendeu até o ano de 1972, quando um novo confronto aconteceu, resultando na expulsão de mais de 100 famílias, que haviam resistido ao primeiro embate nas terras.

Lúcia, uma das pessoas com as quais conversei sobre as experiências de conflito vividas nas terras de João Conrado Mesquita, me falou um pouco sobre as vezes em que teve contato com João e com os funcionários que ficavam responsáveis pela Fazenda enquanto ele não estava presente:

O pessoal de fora da colônia. Tinha aquela fazenda do Mesquita, daquela todo dia vinha uma turma deles. O dono não era daqui, ele vinha só de vez em quando. Os empregados dele sempre

vinham, vinha uma turma. [...]. Ah, mas agora acabou, acabou essa fazenda, ainda bem¹⁶⁶.

Lucia é natural do Estado de Santa Catarina e chegou a Santa Helena em fins do ano de 1960. Neste período as tensões entre Mesquita e os posseiros já estavam sendo fortemente vividas. Ao chegar a Santa Helena a família de Lúcia procurou se estabelecer através de uma pequena Venda (comercio) aliado a uma churrascaria. Foi através destas atividades que ela conheceu João Conrado Mesquita, que aparecia na churrascaria de vez em quando.

Por outro lado, os empregados de João apareciam no estabelecimento com frequência e vinham em grande número. Lúcia, assim como as demais pessoas com as quais conversei teve certo receio em falar sobre o conflito entre João e os posseiros. Quando eu disse a ela que tinha terminado a entrevista e desliguei o gravador, ela falou um pouco sobre o desconforto que não só ela, mas as demais pessoas que frequentavam seu estabelecimento sentiam quando João ou seus funcionários decidiam almoçar na churrascaria, afinal todos sabiam das práticas que estavam sendo vividas na Fazenda Rimacla, marcadas por violências, das quais Lúcia se negava a falar, mas sintetizou na expressão que não hesitou em dizer “acabou essa fazenda, ainda bem”.

2 – O Fazendeiro e os Posseiros: Interesses em Confrontos

As reflexões em torno das tensões vividas nas terras que formavam a Rimacla podem ser aprofundadas ao mantermos contato com uma das entrevistas publicadas no semanário do jornal Nosso Tempo do ano de 1981. O jornal Nosso Tempo, fundado em 1980 atuou durante algum tempo como militante frente às denúncias sobre diversos tipos de relações exploradoras, tendo como base a denúncia de crimes referentes ao período ditatorial brasileiro. Juvêncio Mazzarollo, Aluizio Palmar e João Adelino de Souza atuavam como os responsáveis pela postura atuante do Jornal. Marcelo Barth ao conceder uma entrevista para o semanário fez algumas considerações significativas sobre o problema de terras no município de Santa Helena:

¹⁶⁶ Lúcia, pseudônimo. Entrevista realizada pela autora na residência de Lúcia em 16/12/2014.

Nosso Tempo: Mas o Exército e a Polícia. Muitas vezes ajudaram muitos sem vergonhas a grilarem terras dos mais fracos?

Marcelo - É verdade. Na minha propriedade nunca entraram, mas muitos vizinhos sofriam isso e a gente se solidarizava com eles. Uma vez chegaram por lá uns 40 ou 50 jagunços fardados ia de Laranjeiras e Guarapuava dizendo que eram donos da terra. Acamparam ali houve morte e aos montes. Urna vez enterramos um amigo nosso lá no meio do mato. Deve estar enterrado lá até hoje. Nem havia cemitério no lugar. Fizemos muitas reuniões, nos organizamos para defender as propriedades. Assim, hoje o pessoal está lá e é o dono da terra. A gente se defendia porque precisava da terra. Outra vez apareceu um pessoal com uma caminhonada de madeira para fazer casa em cima da propriedade de um vizinho nosso. Nós éramos seis, e fomos perguntar o que eles queriam. O legítimo proprietário disse a eles que tinha pagado a terra e que era para eles se mandarem dali. Discutiram, mas acabaram indo embora. Acamparam uns dois quilômetros mais adiante e lá ficaram

Nosso Tempo: - Era gente da Pinho e Terra, dos Mesquita. Ou de que grupo?

Marcelo – Deveriam ser desses ou do Ulisses Moro, essa gente...

Nosso Tempo: Vieram com algum documento da terra'?

Marcelo - Diziam que tinham uma propriedade ali, de 3.500 hectares entre Santa Helena e Itacorá. Acabaram ficando uns 20 homens por ali. Um dia nos reunimos com tratores, fomos lá, cercamos o acampamento deles e dissemos: "Hoje nos temos que limpar isto aqui vocês querem sair por bem ou corno é que é?" Responderam: "Não, tudo bem. Nós estamos aqui trabalhando e ganhamos por mês. Somos empregados. Se for o caso, vamos sair". Então nós ajudamos a carregar a mudança deles e eles se foram. Nós então plantamos a área toda¹⁶⁷.

Marcelo Barth foi um dos líderes do Movimento Justiça e Terra, que se construiu com o apoio da CPT e dos sindicatos Rurais de Santa Helena, São Miguel do Iguaçu, para a defesa e luta pelas suas terras, mas que culminou na indenização das mesmas nem sempre com valores compatíveis ao seu real valor. Suas terras foram inundadas com a construção da Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu¹⁶⁸.

¹⁶⁷ Matéria publicada no Jornal Nosso Tempo de 13 á 19 de 1981. Ano I, Nº 22, pg 10. Marcelo Barth, o líder.

¹⁶⁸ Sobre a dinâmica de desapropriação provocada pela construção do reservatório da hidrelétrica do Reservatório da Hidrelétrica Binacional de Itaipu ver: Ver: SILVA, Tatiane, K. M.: *Trabalhadores e proprietários na "Terra das águas"*: Conflitos, desapropriações e expectativas sobre os modos de viver em Santa Helena - PR (1960-2013).UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus de

A discussão que se apresenta agora nos abre possibilidade para visualizarmos e discutirmos uma ação que, de acordo com o diálogo entre Barth e o entrevistador do jornal era operada pelos órgãos policiais no Paraná no ano de 1981: a grilagem de terras.

A grilagem de terras não é uma pauta nova no contexto de discussões que fizemos até o momento, mas a indicação de que policiais, por vezes, se colocavam nas disputas por terras já tendo um lado predefinido, o qual era, a partir do que se pode perceber através da fala do entrevistado do Nosso Tempo, o lado dos fazendeiros. Esta prática ocorreu em diversas regiões do Estado, evidenciando as relações desiguais que constituam as experiências diante ao acesso á terra, como as vividas na região da Esquina Céu Azul, município de Santa Helena, onde supostos proprietários aparados por um contingente policial expulsaram mais de cinquenta famílias da terra.

Assim, ao contar sobre a entrada de um grupo de policiais nas terras em que a família de seu vizinho vivia, Marcelo Barth os chama de “jagunços fardados”. Cabe aqui salientar que ao abordarmos o confronto vivido na Fazenda Rimacla, estaremos por vezes nos referindo a grupos de jagunços, contratados por João Conrado Mesquita para efetivarem a segurança da mesma, e também a grupos de empregados que trabalhavam na fazenda em funções administrativas ou no cuidado de animais e lavoura, nesse sentido ressaltamos que os conflitos vividos neste espaço de disputa se deu entre posseiros e jagunços.

Em nenhum momento Barth se refere aos policiais com tom de respeito, muito pelo contrário, faz questão de demonstrar que não apenas ele, mas, grande parte dos trabalhadores que tinham que lidar com as investidas dos jagunços fardados, que se diziam os donos das terras, CAPELATO, Maria Helena Rolim. Imprensa... Op cit, p 21.os enfrentaram. Possivelmente, Barth tenha construído sua fala combativa dentro do contexto de sua trajetória de vida, tendo ele atuado por um longo período como um dos líderes do Movimento Justiça e Terra. Talvez por isso ele busque ressaltar a sua atuação enquanto organizador das ações de resistência ás investidas dos jagunços.

A narrativa de Barth nos remete a problemática elaborada por Aldo Nelson Bona sobre a construção do sujeito através da narrativa. De acordo com o autor:

Marechal Candido Rondon, Centro de Ciências humanas, educação e letras- CCHEL. Colegiado de História. 2013.

O sujeito é o sujeito narrado e a história é uma narrativa das ações desse sujeito; uma narrativa que se refere às ações dos homens no passado. A compreensão da vida humana requer a mediação da linguagem e das demais construções culturais em uma determinada sociedade. A narrativa é a forma privilegiada dessa mediação, de modo que não existe história sem narratividade¹⁶⁹.

O sujeito é o sujeito narrado. Através deste indicativo a reflexão proposta por Bona, nos permite pensar que a fala/narrativa de Barth busca não apenas contar ao entrevistador sobre as experiências vivenciadas por ele e por outras pessoas. Barth objetiva também construir uma determinada imagem sobre si, a partir de sua narrativa, imagem de um líder sempre solidário e disposto a se colocar a frente das pautas de lutas que se apresentavam.

Através da narração das experiências vidas e compartilhadas com outros sujeitos, Barth constrói a sua história de vida. Nós, historiadores, mediamos e interpretamos a narrativa das pessoas com as quais conversamos e construímos nossa narrativa sobre/diante de suas experiências, e construímos a nossa problemática.

Isso de forma alguma quer dizer que estejamos “inventando” uma/a história, os processos históricos com os quais trabalhamos são processos reais, porém a interpretação que cada historiador fará sobre ele está diretamente ligada com seu posicionamento político social. Barth, assim como o entrevistador do *Jornal Nosso tempo*, assim como qualquer uma das pessoas com as quais conversarmos sobre nosso trabalho elaboraram suas perspectivas de acordo com seu posicionamento social. e experiências de vida. Desse modo, a perspectiva de Yara Khoury vai de encontro com o que visualizo como sendo o campo onde se constrói a história. Para a autora:

Considerando a história um processo de disputas entre forças sociais, envolvendo valores e sentimentos, tanto quanto interesses, e dispostos a pensar e a avaliar a vida cotidiana em suas dimensões sociais, nossas atenções se voltam para modo como processos sociais criam significações e como essas interferem na própria história¹⁷⁰.

A história, ou as diversas interpretações sobre os mais variados processos históricos estão em disputa, disputas balizadas por diversos fatores como nos indica Khoury. Nesse viés de discussão, nossa atenção se volta neste trabalho não apenas para

¹⁶⁹ Bona, Aldo Nelson. *História, verdade e ética*: Paul Ricoeur e a epistemologia da história/ Aldo Nelson Bona. Guarapuava: Unicentro, 2012. p 153.

¹⁷⁰ KHOURY, Yara Aun. *Muitas memórias, outras Histórias*: Cultura e o sujeito na história. p 117.

pensar sobre as significações atribuídas as disputas por terras, mas nos propomos a problematização que nos possibilite discutir alterações desiguais que os tais conflitos gerarão nas vidas das pessoas que de alguma forma tiveram suas vidas ligadas a ele.

Diante desses apontamentos, a fala de Barth nos ajuda a perceber os meandros pelos quais se construíram as disputas por terras. Logo é significativa a afirmativa feita por ele diante aos enfrentamentos que por vezes tinham como desfecho as mortes. “A gente se defendia porque precisava da terra.”

Ao analisar essa passagem da narrativa feita por Bart, temos a impressão de que ele tentou de alguma forma justificar as ações elaboradas por aqueles que buscavam defender suas terras, entretanto a ideia de justificar algo, sempre remete a tentativa de amenizar alguma ação por assim dizer “errada”. Não queremos dizer com isso que as ações violentas, as mortes que certamente ocorrerão de ambos os lados fosse à melhor alternativa de luta. Mas, naquele momento, diante as ações empreendidas pelos diversos sujeitos que se colocaram nas disputas, talvez fosse uma das alternativas que se apresentaram factíveis, para que se alcançasse a permanência na terra.

Mais uma vez é necessário que questionemos sobre os sentidos que o “precisar da terra” podem ter assumido no contexto das disputas indicadas por Barth. Para as pessoas que moravam e trabalhavam nas terras o “precisar da terra” parece estar diretamente ligado a necessidade de manter as práticas de trabalho e sustendo de suas famílias. Para os fazendeiros, o “precisar da terra” estava ligado ao que? Para estes estava ligado a possibilidade de expandir não apenas seu poder financeiro, que no caso de João Conrado Mesquita não poderia cessar com a escassez da madeira, e realmente não cessou, pelo contrário, João para efetivar seus interesses econômicos fez uso da força contra os posseiros.

Nessa perspectiva de discussão, Max Weber indica em “Economia e Sociedade”, no qual busca analisar os comportamentos e as ações sociais, que as relações sociais surgem a partir do momento em que um indivíduo age objetivando provocar a reação do outro. E de fato fazendo com que isso aconteça, seja ela a favor ou contra o primeiro.¹⁷¹ O que nos auxilia a compreender as relações de poder:

¹⁷¹ Max Weber da corpo a sua metodologia de análise dos comportamentos sociais diante o que denominou como “tipos puros”, estes são baseados por quatro pontos essências de motivações que para o

Chamamos “dominação” a probabilidade de encontrar obediência para os bens específicos dentro de determinado grupo de pessoas, não significa, portanto, toda a espécie de possibilidades de exercer “poder” ou “influência” sobre outras pessoas. Em cada caso, a “dominação” (autoridade) assim definida pode basear-se nos mais diversos motivos de submissão. Desde o ato inconsciente até considerações puramente racionais, referentes a fins. Certo mínimo de vontade de obedecer, isto é, de interesse (interno ou externo) na obediência faz parte de toda relação autêntica de dominação. Nem toda dominação se serve de meios econômicos. E ainda muito menos tem fins econômicos. Mas toda a dominação de uma pluralidade de pessoas requer normalmente (não invariavelmente) um quadro de pessoas (quadro administrativo) isto é, a probabilidade (normalmente) confiável de que haja uma ação dirigida especialmente à execução das disposições das ações gerais e ordens concretas de pessoas identificáveis com cuja obediência se pode contar.¹⁷²

O autor discute nesse trecho as nuances que compõe processos de dominação sociais. Se por um lado a dominação se baseia na probabilidade de encontrar a obediência entre um determinado grupo de pessoas, do outro nem todas as possibilidades de exercer poder se caracterizam, de acordo com Weber, como formas de dominação. Em meio a isso Max Weber infere que nas análises de dominação deve-se estar atento para os diversos motivos que influenciam a submissão.

Ao indicar tais questões ele nos dá margem para refletirmos em torno dos processos que buscam a dominação de forma individual ou coletiva, e, nesse sentido, também as relações que tem a imposição de poder como prática central, como relações que são contraditórias. Nem sempre aqueles que se submetem a determinadas imposições/obediência a fazem por não terem consciência de tal ação, mas por avaliarem que dentro dos limites e possibilidades que vivenciam a submissão se coloca como uma alternativa possível de se colocar diante as tramas sociais que experimentam.

autor fundamentam as ações sociais. Esses quatro tipos de motivações são: Racional com relação a fins; racional referente a valores; afetiva, e tradicional. O primeiro tipo se refere às ações em que o agente projeta racionalmente qual o seu objetivo e arquiteta os meios para atingi-los (racional referente a fins). O segundo tipo, racional referente a valores, ocorre quando as motivações para as ações se baseiam em princípios éticos e morais do agente. Ele age racionalmente, mas movido por valores subjetivos, íntimos. O tipo afetivo não é considerado racional por Weber, é uma motivação emocional, explosiva; e o tipo tradicional é interpretado como uma imitação de atitudes estabelecidas no meio social. Também é uma prática irracional. As pessoas a repetem sem questioná-la, apenas agem conforme recebeu esta ou aquela prática como herança de seus antepassados. Apesar de os quatro tipos puros serem uma referência para a análise e interpretação das ações sociais, Weber diz que as atitudes das pessoas costumam ser movidas por combinações desses tipos puros. É o olhar do cientista social que vai diferenciar qual o tipo de motivação está conduzindo esta ou aquela atitude. VER: WEBER MAX, *Economia e Sociedade*, Brasília. Editora da UNB, 1999.

¹⁷²WEBER, Max: Os tipos de dominação. In: *Economia e Sociedade*. Brasília, editora da UNB 1999, p 139.

Weber infere que nem toda dominação tem fins, ou se serve de fins econômicos, mas alerta que para que as variadas tentativas de dominação se efetivem é necessário que seja construído um quadro, chamado por ele de administrativo. As pessoas que formam tal quadro corroborariam com as disposições de tais projetos.

Tais questões possibilitam pensar o modo pelo qual os sujeitos lidam com situações de dominação e submissão. Na dinâmica de expulsão dos posseiros da Esquina Céu Azul, por exemplo, observamos que se os eles deixaram as terras em que estavam vivendo, isso não se fez de forma mecânica. As práticas de expulsão e outras formas de violência expressam as ambiguidades de processos de disputas que se constroem em meio a um campo de alternativas e limites que cada sujeito avalia, agindo a partir do que julga ser o melhor a ser feito.

Entretanto, se os posseiros da região da Esquina Céu Azul foram expulsos da terra e tiveram poucas possibilidades de construírem ações de resistências individuais ou coletivas que fizessem frente às investidas dinamizadas pelos que se diziam donos daquela área da Gleba, os posseiros da fazenda Rimacla, como veremos no decorrer deste capítulo, se organizaram e enfrentaram os jagunços que foram contratados por João Conrado Mesquita para que efetivassem a retirada dos mesmos da área.

Em uma das matérias publicadas no Jornal O Estado de São Paulo em 12 de junho de 1971 o título da mesma ressaltava os contornos que os embates entre Mesquita e os posseiros havia tomado “Seis Morreram em Luta pela Terra”.

Seis pessoas morreram num tiroteio por questões de terra na localidade de Ponte Queimada, município de Santa Helena, no Oeste do Paraná. As primeiras informações dizem que elementos armados invadiram as dependências da Cia. Agroindustrial Rimacla atirando contra seus empregados “muitos dos quais foram mortos no ataque”. Posteriormente as autoridades policiais de Santa Helena informaram o número de vítimas. No local onde foi travado o tiroteio moram 400 posseiros. A Secretaria de segurança informou ontem á tarde, que uma companhia do Corpo de Operações Especiais da Policia Militar do Estado seguiria para Santa Helena, a fim de reforçar o policiamento¹⁷³.

O título da matéria destaca que seis pessoas tinham sido mortas no contexto de luta pela terra. A narrativa da matéria faz parecer que tudo estava tranquilo quando de

¹⁷³ Matéria publicada no Jornal O Estado de São Paulo “O Tiroteio é Caso Confuso” em 12 de junho de 1971. SP.

repente algumas pessoas armadas invadiram a sede da Fazenda e simplesmente atiraram contra os empregados que ali estavam. Entretanto, entremeado a esta ação, existiram questões que não se resumem a uma dinâmica chamada pelos editores da matéria de invasão, seguida por um tiroteio.

Esta ação não foi efetivada de forma mecânica, talvez tenha sido a última alternativa encontrada por um significativo número de posseiros que estavam tentando defender sua permanência na terra. Assim, se essas eram as primeiras informações que chegavam do município até a sede do Jornal em São Paulo, o mesmo continuou a noticiar as tensões que se elaboravam na Fazenda Rimacla. Em 13 de junho de 1971, outra matéria foi publicada, intitulada “O Tiroteio é Caso Confuso”.

Continuam confusas as informações a respeito da chacina ocorrida quinta feira em Ponte Queimada, município de Santa Helena no Paraná. A verdadeira origem do tiroteio permanece desconhecida, pois a policia ainda não conseguiu prender nenhum envolvido. Sabe-se apenas que o conflito gira em torno da posse de terras. O delegado de Cascavel informou que o incidente começou por volta das 11 horas, quando 8 empregados da Companhia Agroindustrial Rimacla foram surpreendidos por 40 homens fortemente armados que passaram a atirar. Acrescentou que outro grupo, calculado em 80 homens tomaria posição a pequena distancia do local. O delgado disse que á uma divergência antiga entre a Rimacla e os numerosos posseiros que habitam a região. Outra fonte informa que a Rimacla contratou cerca de 100 homens para limpar a Gleba e esses elementos invadiram terras ocupadas por posseiros. Enquanto as causas do conflito não são devidamente apuradas o diretor da Rimacla João Conrado Mesquita, determinou o imediato recolhimento dos empregados em número superior a uma centena temendo que eles pudessem ser vítimas de uma nova emboscada. Já se encontra em Santa Helena um batalhão do Corpo de Operações Especiais da Policia Militar.¹⁷⁴

Os embates que estavam sendo vividos nas terras de João Conrado Mesquita são agora denominados como chacina. As origens dos embates, de acordo com os editores, ainda não estavam claras sendo que nenhum dos envolvidos no tiroteio havia sido preso. Porém, contraditoriamente ao mesmo tempo em que indicam que a verdadeira origem do tiroteio era desconhecida, inferem que o conflito girava em torno da posse de terras. Parece que a origem do embate estava explícita, a posse/permanência nas terras, revelando interesses antagônicos entre o fazendeiro e os posseiros.

¹⁷⁴idem.

A narrativa novamente é composta de elementos que colocam os agora enumerados como sendo quarenta pessoas como sendo os responsáveis pelo tiroteio. Nesse viés, o modo pelo qual o início do tiroteio é apresentado tem contorno de uma forma de emboscada articulada para surpreender os empregados da Fazenda Rimacla, sendo que além dos quarenta sujeitos que fizeram uma primeira investida diante os funcionários da Fazenda, existia ainda outro grupo formado por oitenta pessoas. Ao indicar estas questões não estamos dizendo ou querendo diminuir a responsabilidade que as quarenta pessoas tiveram em tal ação, entretanto, questionamos: Quem eram e qual era a função dos empregados da Rimacla nesse contexto de disputas? Quais foram às dinâmicas experimentadas antes que se configurou o tiroteio? Estas questões podem ser pensadas a partir da análise do final da matéria com a qual estamos dialogando.

Existia uma divergência antiga entre João Conrado e as famílias de posseiros, sobre a qual falaremos á frente. Outra informação era a de que João contratou cerca de cem homens para limpar as áreas da fazenda, que estavam ocupadas por posseiros. Por fim, a matéria faz referencia a atitude de João, que ao temer pelos seus empregados diante de uma nova ação dos posseiros mandou que fossem recolhidos da Fazenda.

Os termos utilizados pelos editores da matéria nos ajudam a pensar o que desencadeou o tiroteio entre os funcionários de João e os posseiros. Anteriormente, João efetivou a contratação de pessoas para “limpar as terras”, ou seja, para expulsar delas os que ali viviam. Talvez o que ele não esperava era que os contornos deste processo tomassem tais dimensões. Os posseiros resistiram às investidas de expulsão e revidaram os ataques. Quase um mês após o embate entre os funcionários de João Conrado Mesquita e os posseiros da Fazenda Rimacla, começaram a surgir “Os Porquês do Tiroteio”:

Dois dias antes da chacina da Ponte Queimada denunciaram ao delegado de Matelândia o proprietário da Fazenda Rimacla, João Conrado Mesquita, que estaria contratando jagunços para expulsar os moradores pela força das armas. O fato foi divulgado ontem pelo agente João França Melan, que responde pela aquela delegacia. Notícias desencontradas que circularam ontem por Curitiba davam conta de que elementos ligados aos empregados da Rimacla, estariam organizando uma expedição punitiva contra os posseiros para vingarem-se contra a morte de 4 companheiros. Os mortos foram atingidos por disparos de espingardas de carregar pela boca. O agente da Policia Federal que investiga o tiroteio disse que os envolvidos

dispersarem-se, embrenhando-se pelo mato, o agente não apontou os responsáveis pelo incidente.¹⁷⁵

O confronto armado efetivado por posseiros e pelos funcionários da Rimacla não foi uma prática impulsiva, tampouco pode ser simplesmente resumida á uma emboscada, como algumas das matérias sobre as quais discutimos anteriormente pareciam sugerir. Muito mais do que isso, articular o confronto parece ter sido para os posseiros a última e talvez a única alternativa encontrada na tentativa de permanecer nas terras. Ao analisar a fonte acima percebemos que os posseiros vinham sendo pressionados por João Conrado Mesquita, este estaria contratando jagunços para expulsar os posseiros da Fazenda, articulação que foi denunciada pelos mesmos ao agente João França Melan, agente este que concedeu tais informações para o Jornal O Estado de São Paulo.

A matéria ressalta ainda uma suposta expedição que estaria sendo organizada pelos sujeitos que trabalhavam para João Conrado Mesquita. Ela tinha como objetivo vingar a morte dos funcionários mortos no embate entre estes e os posseiros da Rimacla. Por fim, João França disse que os responsáveis pelo tiroteio não haviam ainda sido capturados, pois teriam se refugiado em meio à mata, entretanto, o então delegado do comando Policial de Cascavel Gidalti Nascimento indicou que o “Tiroteio já teria um Responsável”:

Só posso dizer que o responsável pela chacina não é o posseiro. Disse o delegado de Cascavel Gidalti Nascimento, observando que não vê no episódio, nenhuma ligação com a subversão: “O que há é inconformismo de alguns em relação ao problema de terras: posseiros que não desejam se afastar dos locais onde vivem e o proprietário que pretende limpar o lugar para desenvolver seus negócios.”¹⁷⁶

“O Responsável pelo tiroteio não é o posseiro”. É assim que Gidalti inicia sua fala. O delegado disse ainda que as tensões que estavam sendo vividas na Fazenda Rimacla não tinham nenhuma ligação com a subversão. Como destacamos anteriormente, essas dinâmicas de conflitos se elaboraram no contexto do processo da Ditadura Militar brasileira, e uma das principais preocupações eram com os chamados subversivos, sujeitos/ações que viessem a ameaçar o sistema político vigente, situação negada pela autoridade policial no caso em tela.

¹⁷⁵ Jornal O Estado de São Paulo, matéria publicada em 16/08/1971 ‘‘Os Porquês do Tiroteio Surgem’’.

¹⁷⁶ Matéria publicada no Jornal O Estado de São Paulo em 28/06/1971 “Tiroteio já tem um Responsável”.

A raiz da tensão era, de acordo com o delegado, a incompatibilidade de interesses das pessoas que se colocaram em tal disputa, de um lado os posseiros que não cogitavam deixar os lugares em que viviam do outro João Conrado Mesquita que tinha como objetivo limpar o lugar e desenvolver seus negócios. Como vimos nas discussões feitas no início deste capítulo, João almejava efetivar a criação de gado nas terras que compunham a Fazenda Rimacla. Ele só não contava com o fato de que os posseiros se organizassem e fizessem frente à pressão que ele lhes imprimia.

Gidalti ainda que tenha explorado os interesses divergentes que compunham o confronto, apontou o líder do tiroteio. Ele fazia parte do grupo de posseiros que entrou em confronto com os empregados da Fazenda Rimacla.

O delegado de Cascavel Gidalti do nascimento aponta o ex cabo do exercito Lacy Martins como o principal responsável pela chacina da Ponte Queimada no qual 4 pessoas morreram. O delegado disse que muitas pessoas declararam a ele que Lacy seria o líder dos posseiros da Fazenda Rimacla. Estes prepararam uma emboscada para um grupo de empregados da Fazenda, depois de terem registrado denúncias contra o proprietário João Conrado Mesquita que estaria tentando expulsá-los das terras a força. O relato de Giddalti ganhou repercussão internacional. Além dos mortos houveram feridos¹⁷⁷.

Lacy Martins foi apontado pelo delegado como um dos responsáveis pelo que foi denominado pelos editores do Jornal como a “chacina da Ponte Queimada”. De acordo com as informações da matéria, o delegado Giddalti indicou que muitas das pessoas com as quais conversou teriam apontado Lacy como sendo o líder dos posseiros, e nesse sentido também um dos responsáveis pelo tiroteio. Entretanto, algo nos intriga: quem seriam as pessoas com as quais o delegado teria conversado para chegar a tal conclusão? A reflexão em torno da continuidade da matéria nos auxilia na problematização deste questionamento:

Giddalti disse que já determinou a inspeção do local do crime e o levantamento dos cadáveres vitimados por um cerco de mais de 40 homens armados. Giddalti disse que ouviu alguns sobreviventes que estavam internados em estado grave em um hospital em Santa Helena. Ambos na ânsia de escapar da morte, não tiveram condições de fixar detalhes que pudessem orientar investigações, a não ser o relato da maneira brutal e traiçoeira de como foram atingidos. O delegado disse também que conversou com o proprietário da Fazenda Rimacla, João

¹⁷⁷idem.

Conrado Mesquita que negou que seus empregados estivessem cometendo qualquer violência contra os posseiros.¹⁷⁸

Quarenta, este seria o número de posseiros que entraram em confronto com os empregados da Rimacla. O número de empregados que estavam na sede da fazenda na noite em que o confronto aconteceu não aparece nas fontes consultadas até o momento. Mais uma vez os editores do Jornal constroem a narrativa de modo a indicar que os posseiros agiram de forma a criar uma emboscada para os funcionários da Fazenda, formando um cerco em torno da sede da mesma. Se assim foi, a ação dos posseiros parece ter sido muito bem organizada, e pensada antes de ser colocada em prática, ação que dificilmente poderia ter sido construída se os quarenta não estivessem de acordo com a mesma.

O delegado disse ter conversado com sobreviventes do tiroteio. Sobreviventes que compunham os funcionários da Rimacla, ou o grupo de posseiros? Afinal se houve um tiroteio, houveram também sobreviventes de ambos os lados. Ao que parece, e diante da forma que a ação foi empreendida, os sobreviventes citados por Giddalti eram os funcionários da fazenda, já que os posseiros haviam se embrenhado na mata e levando em consideração que tais sobreviventes tenham indicado Lacy como o responsável pelo embate.

Por fim, o delegado disse que conversou também com o dono da Fazenda Rimacla, João Conrado Mesquita, este negou que tivesse cometido qualquer violência contra os posseiros. É muito provável que João não estivesse cometendo violências contra os posseiros, afinal dificilmente ele iria se expor de forma direta, mas seus “funcionários” ou jagunços em obediência as suas ordens. Diante disso, analisaremos agora algumas indicações feitas pelo delegado Gidalti, a partir de uma conversa que teve com uma das pessoas que tinham terras que se limitavam com a Fazenda Rimacla:

Foi muito elucidativo o que disse um dos vizinhos á algumas dezenas de metros do local onde aconteceu o crime. Disse que pela madrugada foi visitado por Lacy Martins de Azevedo e mais dois homens (não identificados) que o alertaram sobre o que estava para acontecer na Ponte Queimada, Gidalti disse que Lacy ameaçou o depoente para que nada dissesse aos empregados da Fazenda, sob o argumento de ser morto junto com toda sua família. Temeroso Arno Machado nada disse e assistiu por volta das onze horas, quando um grupo de empregados da Fazenda desceu por um corredor passando em frente a

¹⁷⁸idem.

seu rancho e dirigiu-se para a morte. Momentos depois houve cerrado tiroteio que segundo ele, durou aproximadamente meia hora. Todos os empregados com o qual Giddalti conversou, incriminaram Lacy Martis de Azevedo, apontando-o como líder dos posseiros que participaram do tiroteio. Lacy é ex cabo do exercito, é ex guarda-noturno e trabalhou como fiscal na Fazenda Rimacla. Gidalti disse ainda que “se há outros possíveis mandantes ou chefes do crime, só a prisão de Lacy poderá esclarecer razão pela qual solicitamos a decretação de sua prisão preventiva.”¹⁷⁹

Arno Machado foi quem conversou com o delegado Gidalti. De acordo com ele, Lacy Martins de Azevedo e mais dois sujeitos haviam o procurado para o alertarem sobre o que estava próximo a acontecer na Gleba Ponte Queimada, ou seja, o confronto entre os posseiros e os empregado de João Conrado Mesquita. O delegado disse também que Arno foi ameaçado por Lacy e pelos que lhe acompanhavam, sob o argumento de que nada dissesse aos empregados da Fazenda, pois se isso fizesse seria morto junto com toda sua família.

Arno viu quando os posseiros rumaram para a sede da Fazenda e relatou ao delegado Gidalti que o tiroteio durou por volta de meia hora. Causa-nos estranhamento a indicação de que os três posseiros tenham procurado o senhor Arno, afinal aparentemente ele não tinha ligação com o conflito entre Mesquita e os posseiros, a menos que por fazer divisa com as terras da Rimacla as terras de Arno pudessem oferecer um caminho possível de entrada e saída dos posseiros. Levando em consideração esta alternativa, Arno pode ter se negado a oferecer qualquer ajuda aos posseiros, assim, como ele sabia do que iria acontecer, pode ter sofrido ameaça da parte dos três que foram até ele.

A matéria é finalizada apontando um pouco da trajetória de Lacy. Ele teria sido além de guarda noturno e cabo do exercito, funcionário da Fazenda Rimacla. O trabalho que este tinha exercido na Fazenda não é citado, o fato é que ter tido uma ligação com João Corado Mesquita, sendo um de seus empregados, não fez com que Lacy se intimidasse. Talvez ele tenha até mesmo se utilizado desta experiência para articular o confronto com os funcionários da Fazenda. Nesse enredo, dezenove dias após o tiroteio na alguns posseiros foram presos:

¹⁷⁹idem.

Nove implicados na chacina da Ponte Queimada foram presos no último domingo. O delegado Gidalti do Nascimento espera efetivar novas prisões nas próximas horas, inclusive a de Lacy Martins de Azevedo apontado como um dos “cabeças” da tocaia. **A Prisão:** Contando com a presença do capitão Cerdah do tenente Expedito e com uma patrulha do 10º batalhão de Fronteiras de Foz do Iguaçu, e o dispositivo Militar comandando por Gidalti Nascimento chegou as 7 horas do domingo a Ponte Queimada, deixaram os veículos na Rimacla e seguiram a pé para a área dos posseiros situada em um local de difícil acesso. A caravana avançou para o “braço do Rio São Francisco” indicado como sendo o esconderijo dos participantes da chacina. Ao alcançar os ranchos improvisados no meio do mato, não encontraram nenhum posseiro. (Mais tarde soubesse que eles haviam sido avisados por meio de rojões soltados por companheiros que haviam ficado no povoado). Os policiais prosseguiram na caçada, guiados por Eurides Luis Cardoso, e mais adiante, encontraram sete posseiros que receberam voz de prisão, sem oferecer a menor resistência. Mais adiante os policiais conseguiram prender dois posseiros que participaram da chacina, estes estavam em um “carreirão” prontos para alcançar o Rio Paraná e refugiarem-se em território paraguaio. Dos nove presos sete naturais do Rio Grande do Sul, um de Minas Gerais e um paranaense, de Ponta Grossa¹⁸⁰.

A matéria publicada em 29/06/1971 ressaltou a prisão de nove posseiros, e o almejo de Gidalti de efetivar a prisão de Lacy. Além disso, a maneira pela qual foi conduzida a ação, que culminou com a prisão dos nove posseiros, é descrita detalhadamente. Chama atenção o contingente policial que foi até o Município de Santa Helena. Além do contingente militar comandando por Gidalti, um destacamento do batalhão de fronteira também se deslocou de Foz do Iguaçu até a Gleba Ponte Queimada.

Ao chegarem à Gleba, que como já indicado era extensa e compreendia o distrito de Esquina Céu Azul e a comunidade rural de Moreninha, a expedição como foi chamado o contingente policial pelos editores do Jornal, deixou os veículos na sede da Rimacla e rumou caminhando em busca dos posseiros. Ao chegarem ao local, que era apontado como sendo o esconderijo dos posseiros, não encontraram nada além de ranchos abandonados. Só mais adiante é que conseguiram efetivar a prisão dos nove posseiros que de acordo com a fonte não ofereceram resistência quanto a prisão.

A não resistência pode ter ocorrido devido ao fato de que o grupo de posseiros havia fugido do local em que até então estavam, assim como foram encontrados

¹⁸⁰ Matéria publicada no Jornal O Estado de São Paulo em 29/06/1971. “Polícia prende nove Posseiros”.

dispersos na mata e frente ao significativo número de pessoas que estavam a sua procura, resistir era uma tarefa difícil.

Se nas páginas anteriores discutimos o fato da responsabilidade do confronto ter sido designada a Lacy e indicávamos que não foi só Lacy que se colocou neste embate, mas, sim, quarenta homens que representavam os interesses de mais de cem famílias que se recusavam a deixar as terras que eram suas referências de vida e trabalho, vemos agora a expressão destas considerações.

Se um grupo formado por quarenta posseiros entrou em confronto com os empregados de João Conrado Mesquita, a organização/união era algo da qual participou grande parte das famílias de posseiros. A organização evidencia-se no aviso que deram ao grupo que estava escondido na mata através dos rojões, na ação conjunta no cercamento das instalações da fazenda, bem como no objetivo comum de permanência na terra. Nesse sentido, a luta dos posseiros da Fazenda Rimacla se estendeu até o ano de 1972, novos embates e um desfecho semelhante ao tido pelos posseiros da Esquina Céu Azul, a expulsão/expropriação.

3 – “Silêncio: é uma Guerra”: a Resistência e a Expulsão dos Posseiros

Após o confronto armado, efetivado em junho de 1971, entre os jagunços que prestavam serviço para João Conrado Mesquita e os posseiros, certo “silêncio” tomou conta no município de Santa Helena. Longe de indicar uma possível tranquilidade, parecia ser um sinal de alerta, como atesta a matéria do jornal Estado de São Paulo: “Silêncio: é uma Guerra”.

Há doze dias não há mortes em Santa Helena. Desde que a Polícia Militar chegou a cidade, com 60 homens o choque entre posseiros jagunços da Fazenda Rimacla terminaram. Mas Santa Helena, no Oeste do Paraná, a 30 quilômetros da fronteira com o Paraguai, não confia em sua paz. Todos sabem que quando a polícia for embora, jagunços e posseiros voltaram a se enfrentar. As 18 casas de madeira, novas sem pintura, enfileiradas ao longo da estrada de terra batida lembram os primeiros povoados do Oeste norte-americano. Isoladamente cada um sugere o desenho clássico feito por crianças em idades pré escolar. A sua frente, do outro lado da estrada, está a serraria com máquinas movimentadas a vapor e uma chaminé fina e longa que lança fumaça branca. A imagem dos povoados norte americanos é reforçado pelos acontecimentos que envolvem o lugarejo. Desde que foi construída a serraria a cerca de um ano e

meio, ela representa um risco para mais de cem posseiros que ocupam grande parte da fazenda. O único trator começou a abrir novas estradas e os posseiros percebem que logo terão que deixar as terras onde vivem. E as mortes começaram. Nos últimos meses os posseiros mudaram suas formas de ataque, até então feitos em forma de emboscadas a jagunços e peões, para ataques diretos e rápidos. O objetivo final diz o pessoal da fazenda “é chegar à serraria para queimá-la e destruí-la. O braço norte do Rio São Francisco que corre atrás das casas do alojamento ganhou papel importante: para chegar a serraria é necessário atravessá-lo e para reconquistar as terras da fazenda posseiros e jagunços tem que fazer o mesmo. As terras da fazenda se estendem ao outro lado do rio. O lado norte do rio não tem pontes naquele trecho. E essa ficou sendo a área mais sensível do conflito. Os trabalhadores da fazenda já conseguiram passar para o lado de lá e começaram a dilatar as fronteiras da área reconquistada (no total de 450 quilômetros). Eles acusam os posseiros de atacá-los com frequência impedindo seu trabalho.¹⁸¹

Uma breve interrupção: a luta pela terra e as mortes poderiam voltar a qualquer momento, assim foi nominada a matéria acima. Por si só o título da matéria nos sugere as contradições e tensões que cercavam o silêncio que estava sendo vivido no município. O material foi publicado no jornal O Estado de São Paulo seis meses após o primeiro confronto na Rimacla, e ao contrário do que poderíamos pensar, a matéria não indica meses de “silêncio” mas, 12 dias de aparente contenção de mortes, as quais só vieram a cessar com a chegada dos 60 soldados da Polícia Militar. No entanto, os dias de aparente sossego poderiam ter fim assim que o contingente policial deixasse o município. Indicamos ainda que, se de acordo com editores do Jornal, a chegada dos policiais cessou as mortes, isso não significa dizer que confrontos entre os posseiros e os empregados de João deixaram de acontecer.

No decorrer da matéria os editores comparam a Fazenda ao Oeste Norte Americano, destacando, em meio a isso, contrastes representados por casas de madeira de um lado e do outro a serraria e suas máquinas a vapor, e, por fim, os confrontos que estavam sendo vividos reforçavam pelos acontecimentos, que estavam sendo vividos. Ao indicar tais questões parece que os autores esperavam retratar uma imagem “natural” do campo, mas, tiveram que lidar com as nuances que evidenciavam que o campo assim como todos os espaços sociais é composto por tramas que não se encaixam em modelos pré-determinados. Raymond Willians já nos alertava para estas questões ao nos dizer que “a realidade histórica é surpreendentemente variada, e que a

¹⁸¹ Matéria publicada no Jornal O Estado de São Paulo em 10/01/1972. “ Silêncio: é uma Guerra. Uma breve interrupção: A luta pela terra e as mortes podem voltar a qualquer momento

forma de vida campestre engloba diversas práticas, de caçadores, pastores, fazendeiros e empresários agroindustriais, do camponês ao pequeno arrendatário dos latifúndios as grandes empresas agroindustriais e fazendas estatais”¹⁸².

Práticas e contrastes que não são vividos somente no Oeste Americano, mas que eram/são expressão do capitalismo em expansão também no Oeste do Paraná. Nesse contexto, os editores indicam a construção da serraria e a abertura de novas estradas na fazenda como elementos que impulsionaram o processo de conflito. Estes eram elementos que representavam a efetivação dos projetos de João Conrado Mesquita, e que acentuavam as condições e os diferentes interesses destes sujeitos. As formas de enfrentamento dos posseiros, também foram alteradas de acordo com a fonte acima, se em 1971 os posseiros se organizaram e ocuparam a sede da fazenda, em 1972 os embates ocorriam de forma rápida e direta, talvez porque os posseiros estivessem visualizando que permanecer na terra se tornaria cada dia mais difícil.

O Rio São Francisco, por passar em parte da Fazenda, assumiu um papel importante na disputa das fronteiras de tais terras, pois posseiros e jagunços tinham que atravessá-lo se quisessem conquistá-las. Sabendo disso, ambos poderiam estar à espera do outro, na margem oposta do Rio e ter início, assim, um confronto. Em junho de 1972, cerca de 450 quilômetros já tinham sido conquistados pelos funcionários de João. O número é expressivo, e nos possibilita dizer que se algumas fontes nos indicaram que mais de 300 famílias de posseiros viviam na Fazenda Rimacla, este número foi sendo reduzido à medida que os empregados de João ganhavam território.

A conquista das fronteiras através do Rio São Francisco ressaltada pelos editores faz nos retomar as discussões que vínhamos fazendo nos capítulos anteriores. A fronteira não se limita às noções geográficas. A noção com a qual trabalhamos é a da fronteira enquanto espaço onde formas de vida, cultura, interesses se opõem, gerando conflitos¹⁸³, como nos evidencia a narrativa da matéria divulgada pelo Jornal O Estado de São Paulo, a exemplo do fragmento abaixo:

¹⁸² WILLIAMS, Raymond, *O Campo e a Cidade: na história e na Literatura*. Tradução Paulo Henrique Brito, São Paulo, Companhia das Letras, 1989, p11.

¹⁸³ Raymond Willians discute a noção de fronteira ao trabalhar o campo e cidade. Ao analisar a trajetória de Lawrence, Willians nos diz que este havia sido criado em uma mistura estranha de nova e velha Inglaterra, mas que ele não vivia apenas em uma fronteira que separava as fazendas das minas, e sim em uma fronteira cultural, fronteira de interesses e formas diversas de vida. VER: *De novo a Fronteira*: In

Os posseiros dessa área acusam os jagunços da fazenda. Dizem que eles expulsam a força sem dar-lhes o direito de colher ou cuidar de suas pequenas criações, muitos posseiros tiveram que se mudar as pressas. Com tudo isso, muitas pessoas morreram desde de junho. Ulisses o administrador da Fazenda Rimacla teve a cabeça ferida por uma bala que o atingiu de raspão, o administrador conta como foi: - A tarde vinte empregados roçavam o mato. Os tiros começaram de repente e os empregados começaram a correr. Um deles, já idoso, caiu varado de balas. Alguns metros acima, Ulisses e mais onze homens iam mais a frente, um deles com o trator abrindo picadas. As árvores derrubadas naquele local serviam de trincheiras. Protegidos por elas, Ulisses e seus homens abriram fogo, os posseiros também escondidos no mato, ou atrás de árvores caídas os posseiros atiravam. Eram pelo menos uns quarenta. – eu me levantei para levantar um homem caído e fizeram uns doze disparos contra mim. As balas passaram na frente do meu nariz, foi uma delas que me atingiu. Na hora vi a coisa perdida. O tiroteio durou meia hora. Ulisses reconheceu alguns dos posseiros, conhecidos por sua violência, costumam se esconder no Paraguai. - Chamei alguns dos posseiros, queria conversar com eles no limpo, mas eles não responderam.¹⁸⁴

Se no final do trecho acima, os jagunços contratados por João Conrado Mesquita para expulsar os posseiros, diziam, de acordo com os produtores da matéria, que os posseiros não deixavam que fizessem seu trabalho, empreendendo com esse intuito ataques aos mesmos, temos agora a versão dos posseiros que diziam que os jagunços os expulsavam a força. A contradição expressa nas falas destes sujeitos mostra o que motivava os embates: se o trabalho dos jagunços era expulsar os posseiros a mando de João, não é de se estranhar que os posseiros buscassem atrapalhar o trabalho dos empregados da Fazenda.

De acordo com Ulisses o tiroteio durou meia hora, ele descreve um confronto supostamente iniciado pelos posseiros, tanto que, a primeira ação de seu grupo foi correr. Talvez os posseiros que de acordo com Ulisses, estavam em maior número, tenham novamente se organizado e esperado a melhor oportunidade para atirar contra os jagunços, o fato é que Ulisses e seus homens revidaram e o confronto teve início. A ajuda que foi prestar a um companheiro que estava caído, fez com que Ulisses fosse baleado.

Além de expulsar os posseiros das terras, estes eram obrigados a deixá-las sem poder colher o que haviam plantado, ou cuidar de seus animais. Estas diferentes formas

WILLIAMS, Raymond, *O Campo e a Cidade: na história e na Literatura*. Tradução Paulo Henrique Brito, São Paulo, Companhia das Letras, 1989,

¹⁸⁴Matéria publicada no Jornal O Estado de São Paulo em 10/01/1972. ‘‘ Silêncio: é uma Guerra. Uma breve interrupção: A luta pela terra e as mortes podem voltar a qualquer momento’’.

de violência geraram mortes. No decorrer da matéria, os editores trazem a fala de Ulisses, homem de confiança de João Conrado Mesquita e administrador da Fazenda Rimacla. Ulisses conta um pouco sobre o dia em que foi atingido de raspão na cabeça enquanto junto com vinte dos demais funcionários da fazenda adentravam as terras, não sem ter que lidar com a resistência dos posseiros.

Ao fim de sua fala ele diz ter chamado alguns dos posseiros para conversar no “limpo”, ou seja, sem utilizar as armas, mas estes não responderam. Não é de estranhar que Ulisses tenha ressaltado a aparente trégua, buscando conversar com os posseiros, afinal ele estava baleado, e certamente não ressaltaria aspectos negativos seus ou dos demais empregados de João Conrado Mesquita. Mas, na sua narrativa o entrevistado Jair destacou outros aspectos do administrador:

Porque assim, eu conheci bem o Cabo Ulisses... você já ouviu falar nele?

Pesquisadora: Não, não.

Tá, quem que era o Cabo Ulisses? Ele era um Cabo do exercito que deu baixa, assim, o nome dele certo eu também não sei... ele foi contratado pelo João Mesquita que era dono da Fazenda na época que houve a invasão ali né, o trabalho dele era limpar a área, e daí foi onde deu todo o processo ali do João Mesquita. Pelo que eu sei, ele era um secretário do governo do Estado ainda na época do governo do Ney Braga e ele requereu essa área do Estado, na verdade ele não comprou assim, vamos dizer né. [...] uma vez fizeram uma emboscada e deram um tiro na cabeça do Ulisses e pegou raspando assim, e ai eles [jagunços] se enfezaram né, eles sabiam quem tinha sido o cara, e ai eles sitiaram o barraco dele a noite, quando ele saiu fora de manhã cedo, atiraram e mataram, e a mulher dele saiu pra fora com uma criancinha de colo, e ela pediu, se ajoelhou nos pé dele e pediu piedade, e esse polaco não teve dó, atirou nela e na criança e matou os dois. E ele contava depois que matou uma montoeira de gente e que não tinha remorso nenhum só a única coisa que ele dizia que não saia da cabeça dele, era a imagem dessa mulher com a criança pedindo, implorando pra que ele não matasse ela, e ele sofreu muito, morreu numa miséria desgraçada¹⁸⁵.

Quando entrevistamos Jair, eu lhe disse que como estava no início de uma pesquisa de mestrado, tudo o que ele pudesse me falar sobre as experiências vividas na Fazenda Rimacla seria muito importante para a construção de meu trabalho. Assim foi ele quem me fez o primeiro questionamento, me indagando sobre o Cabo Ulisses.

¹⁸⁵ Jair pseudônimo. Entrevista realizada pela autora na residência de Jair em 23/01/2015.

Diante de minha resposta negativa, Jair começou a dizer sobre quem era Ulisses e seu trabalho para João Conrado Mesquita.

De acordo com Jair, Ulisses era ex Cabo do exército e o trabalho dele na Fazenda Rimacla era “limpar a área”. Essa indicação nos remete a reflexão feita anteriormente sobre o trabalho dos “funcionários” de João, certamente parte era jagunços. Jair ressalta sobre o que estava pautando esse trabalho e acrescenta que foi a “limpeza” das áreas, ou seja, a expulsão dos posseiros que gerou todo aquele “processo”, ou melhor, que gerou conflitos.

Jair indica que foi durante o governo de Ney Braga que João requereu as áreas de terras da Fazenda Rimacla. Ainda não tivemos acesso às cadeias dominiais de ambos os espaços de conflitos aqui estudados, o que não nos permite dizer com exatidão suas áreas totais, abrangências e as formas pelas quais foram adquiridos, assim, se anteriormente tínhamos a indicação de que João havia comprado a fazenda que anteriormente era denominada Santa Rita de Cássia, agora temos o apontamento de Jair.

Jair, como disse no início de sua fala, conhecia muito bem Ulisses. Ao longo de nossa conversa ele contou sobre conversas que tinha com o administrador da Fazenda em bares do município, e ainda que por vezes arrendava alguns alqueires de terra da Rimacla, sempre com o respaldo de Ulisses. Em uma das conversas que Jair e Ulisses tiveram o administrador lhe contou sobre a mesma situação de confronto entre posseiros e jagunços noticiada pelo Jornal O Estado de São Paulo.

Entretanto, o que Ulisses disse para Jair não foi à mesma fala concedida ao Jornal. Se para os editores da matéria o administrador buscou ressaltar o diálogo que tentou manter com os posseiros, Jair indicou que sim, Ulisses reconheceu o posseiro que lhe tinha acertado com um tiro, talvez ele até tenha tentado conversar com o grupo de posseiros, mas o que fez após o ocorrido foi vingar-se daquele que tinha lhe ferido. “os jagunços se enfezaram”.

Como forma de vingar-se do posseiro, Ulisses juntamente com outros dos funcionários de Mesquita, foram até a casa do posseiro e o cercaram e o mataram na frente de sua mulher e filho. A mulher, como contou Jair ainda tentou interceder pela vida do marido, mas nada adiantou. Mais uma vez temos violência física, psicológica e simbólica se entrelaçando, violência expressa em mais uma morte e na imagem que a

mulher do posseiro junto com seu filho teve que assistir. Ulisses também disse a Jair que esta tinha sido uma situação que não conseguia esquecer, e que certamente a mulher do posseiro também nunca esqueceu, mas que ao contrário “matou uma montoeira de gente”, das quais não se arrependeu.

Os membros da CPT também fizeram suas considerações sobre as experiências de conflito vividas na Fazenda Rimacla com o texto “Os Posseiros e suas Lutas no Oeste do Paraná”:

Quem são os posseiros do Oeste do Paraná? A história desses homens está ligada diretamente a expansão econômica da região, nos últimos anos. Essa região era tão abandonada que a estrada Curitiba-Cascavel a principal cidade administrativa da região, só foi asfaltada em 1966. (É a estrada que vai a Foz do Iguaçu, passando por imediações de Santa Helena.) Muitas pessoas compraram terras na região, mas nunca se preocuparam com suas propriedades. Tudo mudou no começo dos anos 60, quando começou chegar as áreas rurais daquelas cidades e vilas. Mas então muitos posseiros já ocupavam as terras antes abandonadas, os proprietários tentaram retomá-las (como está acontecendo na Fazenda Rimacla) começou a luta pela terra. Segundo autoridades do Oeste paranaense a maioria de sua população é formada por posseiros. Os empregados da Fazenda, no dia 28 de outubro, atacaram a família de um posseiro morto. Mas todos os seus tiros falaram. A luta voltou um mês depois. Os posseiros avançaram contra um caminhão da fazenda e mataram um empregado. Mas um mês de paz e a 21 de dezembro, posseiros cercaram a serraria, mataram um empregado e feriram outros dois. 23 de dezembro: novo ataque, três empregados feridos, 29 de dezembro: dois posseiros foram mortos e dos empregados da fazenda feridos.¹⁸⁶

O início da discussão faz referência a discussões que já efetivamos ao longo dos três capítulos desta dissertação, a construção da estrada Foz- Curitiba que fez com que proprietários viessem a reivindicar as terras e expulsar famílias que até então estavam nela vivendo. Ao tentarem responder quem eram os posseiros do Oeste do Paraná, ressaltaram a íntima ligação de suas trajetórias com a expansão econômica, esta fomentou a violência no campo não somente na Gleba Ponte Queimada, mas como também em diversas regiões do Estado.

O texto escrito em 1972 destacou, ainda que resumidamente, uma série de confrontos dinamizados em fins de 1971 entre os empregados da Rimacla e os posseiros, mortes de ambos os lados ocorreram, entre espaços de aparente “silêncio”, os

¹⁸⁶ Os Posseiros e suas lutas no Oeste do Paraná. Documento produzido pela CPT – Comissão Pastoral da Terra, disponível no Arquivo Thomás Balduino. 1972.

embates não deixavam de acontecer, e só tiveram fim com a expulsão de todas as famílias de posseiros das terras.

Há que se observar se os jagunços procuraram inviabilizar a permanência dos posseiros, “limpando a área” (com ameaças, destruindo plantações, moradias, entre outras coisas), os posseiros procuravam atacar o que representava o seu domínio e ameaça por parte do fazendeiro: a serraria e outras instalações, bem como inviabilizar o trabalho dos empregados da fazenda. A continuidade do texto nos possibilita a reflexão em torno de outra questão significativa:

Segundo informações os posseiros da Fazenda começaram a reagir quando o dono da Fazenda começou suas atividades, iniciando a construção de uma serraria, pois os posseiros tinham nestas áreas plantações de hortelã, com a qual é feita o óleo de menta, principal planta dos posseiros que chega a quarenta alqueires, embora uns tenham dois ou cinco. A maioria dos posseiros que entrou em acordo com o proprietário da fazenda. Os posseiros tem uma doutrina “quem faz acordo com o proprietário da terra está prejudicando a todos os outros posseiros, quem faz acordo com o dono da terra está do lado do inimigo.”¹⁸⁷

Ao indicar que os confrontos entre posseiros e Jagunços foram impulsionados pela construção de uma serraria que seria efetivada nas áreas onde os posseiros tinham plantações de hortelã, principal fonte de renda dos mesmos, outra consideração nos chama atenção. Alguns posseiros chegavam a ocupar 40 alqueires de terras, enquanto outros ocupavam quantidades bem menores, de dois á cinco. Indicar isso significa dizer quem também os posseiros não formavam um grupo homogêneo, não é porque todos eram posseiros que todos vivenciavam a mesma situação, como também não era por estarem vivenciando um processo de disputa pela terra em que viviam que todos decidiram entrar em confronto com os funcionários da Fazenda. Alguns, de acordo com a fonte acima, fizeram acordos com o proprietário, e possivelmente tenham sido indenizados ao deixaram a terra.

Entretanto, para os que se negaram a fazer acordos com João, o ato dos demais simbolizava uma forma de traição, pois estavam prejudicando a luta dos que ficavam, pois enfraqueciam suas articulações de resistência. Para os que ficavam “quem faz acordo

¹⁸⁷ Idem, ibidem.

com o dono da terra está do lado do inimigo”. Para o senhor Jair a resistência dos posseiros foi consistente:

Não... houve uma resistência muito grande ali, o pessoal realmente bateu o pé. Saíram na hora que não deu mais, que a força veio. Porque assim, despejavam um pouco, daí acalmava, até que eles foram tirando tudo assim, foram entrando e foram pressionando né, chegavam abriam um parte, iam derrubando e iam tomando conta daquilo, dava conflito, morria gente mas eles conseguiam limpar uma área né, aí dava uma sossegada, daí de novo...¹⁸⁸

“O pessoal bateu o pé” e se recusou a sair das terras, mesmo vendo muitos deixarem a Fazenda por meio de acordos, outros sendo aos poucos expulsos à medida que os jagunços contratados por João Conrado Mesquita e outros seus funcionários derrubavam a mata e se confrontavam com os posseiros que ocupavam terras em parte cultivadas. Os que ficavam tentavam resistir, mas as investidas dos jagunços surtiram efeito e, no final do ano de 1972, cerca de 150 famílias foram expulsas das terras, o que gerou uma situação denominada como Calamidade Pública:

Mais de 150 famílias de posseiros chegaram ontem a Santa Helena obrigando o prefeito Orlando Webber a decretar estado de calamidade pública. Ao todo são cem homens, 65 mulheres e mais de 150 crianças que pedem abrigo, assistência e alimentação. Nestas famílias há muitas pessoas doentes, vários casos de desidratação e até um de loucura. A mulher do posseiro João Rita foi hospitalizada inteiramente desvairada, repetindo sempre que os jagunços mataram seus filhos a mulher ficou fora de si ao assistir um tiroteio na fazenda de João Conrado Mesquita. A situação em Santa Helena é tensa, mas as famílias estão recebendo toda a assistência da população e das autoridades. Está também na cidade o Coronel Dinalberti comandante do batalhão arquitetado de Cascavel. Com o Coronel estão 60 soldados preparados para impedir novos conflitos entre posseiros e jagunços da Fazenda Rimacla de onde procedem as pessoas expulsas.¹⁸⁹

Mulheres, homens e crianças chegaram, ou melhor, foram levadas a sede do município de Santa Helena em caminhões e deixados lá como se fossem simples cargas que deveriam ser descarregadas. A situação levou o prefeito da época decretar estado de calamidade pública. É destacado o estado de loucura de uma das mulheres, que repetiam que os jagunços tinham matado seus filhos. Loucura ou desespero de alguém que não

¹⁸⁸ Jair pseudônimo. Entrevista realizada pela autora na residência de Jair em 23/01/2015.

¹⁸⁹ Matéria publicada no Jornal O Estado de São Paulo em 30/11/1972. “Santa Helena vive estado de Calamidade Publica”.

sabia qual seria seu destino e que menos ainda sabia lidar com a perda de parte de sua família? O confronto vivido na Rimacla deixou marcas bem claras, evidenciadas na expulsão, nas mortes, e em sentimentos como este caricaturado como loucura.

Diante da situação, o Coronel Dinalberti comandante do batalhão de Cascavel, juntamente com seu destacamento militar veio para o município para impedir novos conflitos. Consideramos que seria muito difícil que novos conflitos viessem a ocorrer afinal João já havia conseguido o que queria, todos os posseiros estavam fora da Rimacla. Ainda assim o Coronel ouviu os posseiros expulsos:

E acrescentou que todos afirmaram que foram expulsos das terras pelos jagunços de João Conrado Mesquita. Dizem também que as terras lhes pertenciam porque pagaram por elas. O posseiro Lino afirmou que pagou cinco mil cruzeiros por cinco alqueires de terra, tendo feito a transação com empregados da Fazenda. Os clubes de Santa Helena prosseguem fazendo coletas de alimentos e roupas que serão distribuídos entre os posseiros. Todos foram vacinados contra várias doenças, pois Santa Helena dificilmente teria condições de socorridos no caso de uma epidemia.¹⁹⁰

Mais uma vez temos a indicação dos posseiros de que haviam comprado as terras e efetivado o pagamento para empregados da Fazenda. O fato é que foram expulsos. Na tentativa de amenizar a situação, clubes do município faziam coletas de roupas e alimentos para distribuir entre os posseiros, além disso, existiu uma preocupação em vacinar os mesmos para evitar uma epidemia na cidade. Temos nos dois trechos das matérias apontamentos que buscam mostrar que a situação estava difícil, o prefeito decretou estado de calamidade pública, os posseiros não tinham pra onde ir, mas a população se organizou para ajudá-los prestando-lhes assistência de diferentes formas. No entanto, não foi isso que Luana destacou na conversa que tivemos:

Daí fizeram o despejo. O dia que eles chegaram, parecia, sabe aquelas tropa de gado na estrada? E daí eles vieram tudo ali, e mandaram fechar as portas, porque eles invadiam tudo, eles tava tudo morto de fome...

Pesquisadora: Eles invadiam pra tentar pegar alguma coisa pra comer?

¹⁹⁰ Matéria publicada no Jornal O Estado de São Paulo em 30/11/1972. Op, cit.

É.

Pesquisadora: E na casa da senhora, eles vieram?

Não, porque nós fechamos cedo. Quando eles estavam lá embaixo, daí o delegado passou falando pra fechar as portas.

Pesquisadora: Mas quem não conseguiu fechar as portas antes que eles chegassem?

Eles invadiam.¹⁹¹

Luana, atualmente com 70 anos de idade, veio morar em Santa Helena no ano de 1960. Ao contrário do que os que elaboraram as matérias enfatizaram, ela não indicou nenhum ato de assistência prestado pela população aos posseiros expulsos. Ao contrário, o que ela ressaltou foi o medo que sentiram, que os posseiros invadissem suas casas, medo que foi inclusive fomentado pelo delegado, que, de acordo com ela, passou falando para que todos fechassem as portas de suas casas.

Luana chegou a comparar os posseiros a uma tropa de gado, e disse que eles entravam nas casas dos que não as havia trancando, porém ele destacou também que o que queriam era alimento. Parece que o acolhimento que as famílias de posseiros tiveram não foi tão harmônico, como também não tinha sido suas experiências na Fazenda Rimacla. Perguntei a Luana se ela ficou sabendo para onde os posseiros tinham ido após a expulsão, ao que respondeu: “Sumiram, um pra cá, um pra lá, um pra cá, um pra lá... nem sabemos pra que lado foram”¹⁹².

É realmente difícil saber para onde tantas famílias foram, mas elas não sumiram como disse Luana. elas foram para lugares diferentes em busca de outras alternativas de vida e trabalho. Algumas continuaram em Santa Helena e é com algumas das pessoas que viveram o processo de luta pela terra na Fazenda Rimacla que dialogaremos no próximo capítulo. Este diálogo nos permitirá discutir problemáticas para além da experiência de conflito, os modos de vida, os interesses, as divergências e os rumos que suas vidas tomaram após o ano de 1972.

¹⁹¹ Luana pseudônimo. Entrevista realizada pela autora na residência de Luana em 22/01/2015.

¹⁹² Luana pseudônimo. Entrevista realizada pela autora na residência de Luana em 22/01/2015.

Capítulo IV

DISPUTAS POR TERRA E VIVÊNCIAS EM NARRATIVAS

- Eu não entendo porque os acontecimentos na minha Fazenda tiveram tanta repercussão. Aqui no Oeste do Paraná todo dia há mortes e ninguém divulga coisa alguma. Acredito que por trás disso tudo há algum interesse particular, devido ao financiamento que consegui no BNDE. O senhor João Conrado Mesquita pretende criar uma Fazenda piloto na região, seus planos são muito grandes. Este está planejando adquirir conforme financiamento do BNDE, 4.400 vacas sendo 3.600 nelores e 300 chaloresas “para a melhoria do rebanho paranaense”. Desmentiu que dentro de sua Fazenda tenha homens armados para expulsar posseiros, “na verdade eles são guardas da fazenda e sua função é dar proteção aos empregados que muitas vezes são mortos em emboscadas dentro da mata”. Mesquita confirmou que eles andam armados, mas não quis dizer qual é a procedência dessas armas. – Eu não posso deixá-los desarmados, pois, com as armas eles acham que tem mais segurança, finalizou ele. O senhor João Conrado Mesquita está pretendendo ir amanhã a sua fazenda, mas nem o Capitão da Polícia Militar nem o Cabo Ulisses acreditam que ele cumpra seu plano, pois seria temerário¹⁹³.

A declaração acima é de João Conrado Mesquita, reproduzida em forma de uma pequena entrevista aos editores do jornal O Estado de São Paulo em 30 de dezembro de 1971. Os apontamentos feitos por Mesquita e complementados pelos editores da matéria evidenciam que João tinha como objetivo implantar “um grande projeto” balizado na produção de leite. Mesquita almejava que a Fazenda Rimacla fosse referência na região Oeste do Estado. Nesse contexto, ele expressou seu descontentamento com a grande repercussão dos embates entre os posseiros, que estavam vivendo na Rimacla, e os jagunços por ele contratados. João indicou que mortes aconteciam todos os dias no Oeste paranaense e não eram noticiadas, atribuindo a cobertura dos conflitos pela mídia ao crédito que tinha conseguido junto ao banco BNDS (Banco Nacional de Desenvolvimento Nacional).

João tinha razão em dizer que mortes aconteciam no Oeste do Estado do Paraná com frequência, no seu dizer “todos os dias”. Muitas delas tinham como causa as disputas por terras, como podemos perceber ao discutirmos sobre outros processos de

¹⁹³ Matéria publicada no Jornal O Estado de São Paulo “Um grande projeto”, em 30/12/1971

disputas vividos no Estado ainda no primeiro capítulo deste trabalho. Elas também foram noticiadas, algumas delas resultaram inclusive em processos judiciais, como foi o caso do Levante de Três Barras. Mas é claro, para João era importante tentar minimizar as tensões que eram vividas na Rimacla.

Como indicamos anteriormente, Jagunços faziam a segurança da Fazenda e de acordo com a fala de João também de empregados que eram mortos em emboscadas na mata. Possivelmente, alguns empregados da fazenda tenham sido mortos no contexto dos confrontos entre jagunços e posseiros, entretanto, a função dos jagunços contratados por João não era somente a de “guardas”. Como vimos no terceiro capítulo, suas práticas estavam vinculada e efetivação da expulsão das famílias de posseiros.

Ao propormos a discussão desta fonte entendemos que ainda que João Conrado Mesquita não fosse o proprietário de toda a Gleba, os apontamentos feitos por ele são representativos do posicionamento que ele assumiu nos embates. Interessa-nos, porém, investigar de que maneira os diversos sujeitos que vivenciaram os processos de disputas da Gleba Ponte Queimada as significaram e atribuíram sentidos.

Assim, temos como objetivo neste capítulo refletir sobre as falas de alguns dos posseiros que vivenciaram os processos de expulsão na comunidade de Esquina Céu Azul e Fazenda Rimacla. Discutiremos ainda as interpretações feitas por pessoas que não vivenciaram tais processos de forma direta, mas que, ao visualizarem tais dinâmicas de conflito, também produziram suas interpretações sobre as mesmas. Objetivamos com isso problematizar o modo como estes sujeitos rememoraram tais experiências.

1. Entre Silêncios e Falas: os Conflitos da Ponte Queimada

O trabalho com as fontes orais nos possibilita discutir os embates diretos que foram vivenciados na Gleba Ponte Queimada, mas nos colocaram alguns limites. Todas as pessoas com as quais conversei mostraram seu receio em falar sobre as tensões que vivenciaram. Ainda que eu tenha deixado claro que tomaríamos todos os cuidados para que suas identidades não aparecessem, alguns foram pontuais, outro se sentiram mais a vontade no decorrer da conversa. Todavia estes receios também compõem ações e posicionamentos ricos em significação. Neste sentido, como Alessandro Portelli nos fala sobre os cuidados e desafios presentes no trato com as fontes orais:

A posição e o exato comprimento da pausa tem uma importante função, no entendimento do significado do discurso, pausas gramaticais regulares tendem a regularizar o que é dito em torno de um modelo referencial basicamente explicativo, ao passo que pausas de posição e comprimento irregulares acentuam o conteúdo emocional, e pausas rítmicas muito pesadas lembram o estilo de narrativas épicas. Muitos narradores desviam-se de um tipo de ritmo para outro na mesma entrevista, quando sua atitude em relação à discussão muda. Normalmente isso pode ser percebido, quando se ouve, não quando se lê. Pode-se notar uma situação similar em relação a velocidade do discurso e suas mudanças durante a entrevista. Não há regras fixas de interpretação: diminuição de ritmo pode significar tanto ênfase maior, como maior dificuldade, a aceleração pode mostrar tanto um desejo de escorregar sobre certos pontos também com maior familiaridade ou facilidade. Em todos os casos, as análises de mudanças de velocidade deve ser combinadas com análises rítmicas. Mudanças são, entretanto, a norma do discurso, enquanto que a regularidade é a norma da escrita (a imprensa mais de todas) e a norma presumida da leitura. Variações são introduzidas pelo leitor e não pelo texto em si. Isto não é uma questão de pureza filológica. Traços que não podem ser contidos dentro de segmentos são o local (não exclusivos mas, muito importante) das funções narrativas essenciais: eles revelam as emoções do narrador, sua participação na história e a forma pela qual a história o afetou¹⁹⁴.

Portelli discorre sobre alguns pontos referentes a metodologias utilizadas no trabalho de transcrição das entrevistas orais. Nesse percurso, por vezes organizamos as falas das pessoas com as quais conversamos dentro de um circuito gramatical formal, correndo o risco de perdermos, de apreendermos elementos que compõe fragmentos que dão sentido as pautas colocadas pelos que contam suas experiências.

Do outro lado, podemos também optar por preservar a linguagem falada pelo narrador, isso é, sem alterar gramaticalmente o que nos é narrado. Dispor desse método também implica em de algum modo “esbararmos” em seus dizeres e acabar alterando o sentido dos mesmos.

Sem dúvida, as fontes orais nos colocam algumas dificuldades e limites, como estes que acabamos de indicar. Porém o modo pelo qual alguém narra suas vivências é emerso em emoções, estas são expressas, por exemplo, na ênfase dada a uma determinada pauta, velocidade acelerada diante outra questão, os silêncios, a alteração

¹⁹⁴ PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral ser diferente. Tradução: Maria Therezinha Janine Ribeiro. Revisão técnica Dea Ribeiro Fenelon. P 28, 29.

no tom de voz diante um e outro assunto, aspectos sobre os quais devemos nos atentar, aliando tais métodos durante a transcrição, sem com isso alterar o sentido do que nossos entrevistados nos contam, pois as emoções por eles expostas, “revelam sua participação na história e a forma pela qual a história o afetou”. Embasados por essa reflexão analisaremos parte da conversa que tivemos com o senhor Marino.

Tendo 75 anos, Marino mora no distrito de São Clemente- SH, sendo que nasceu no município de Capanema-PR. Ele mudou-se para Santa Helena por volta do ano de 1965, quando se deu sua chegada ele rumou para a região da Ponte Queimada. Um de seus cunhados tinha quinze alqueires de terras arrendados na área que compunha a Fazenda Rimacla. Marino foi ajudar o cunhado a cuidar da lavoura. Sempre que eu procurava saber um pouco mais sobre os conflitos vividos naquela região, ele se esquivava e me dizia sobre outros momentos que viveu, porém alguns indícios de sua fala revelam a conflitualidade das relações construídas naquele espaço de disputa:

E como é que era quando o senhor chegou aqui? Era tranquilo?

É, tinha umas briga com os jagunços. Você sabe né, naquela fazendinha que nós morava andaram matando os colonos. Fazenda é fazenda né, era assim... brigavam¹⁹⁵.

Quando perguntei a Marino sobre a tranquilidade vivida, ele se referiu as áreas de João Mesquita para dizer que as relações não eram elaboradas em um ambiente tranquilo. Minha pergunta não foi direta, mas parece que a memória de Marino elegeu a Fazenda como símbolo de intranquilidade e tensões.

Os conflitos entre jagunços e posseiros são ressaltados, mas, Marino, coloca tais embates em um contexto maior. “Fazenda é fazenda, era assim... brigavam”. Sua indicação pode ser expressão de dois pontos de discussão. Marino sabia que não era somente na Mesquita que conflitos eram fortemente vividos, certamente ele tinha notícias de embates que ocorriam em outros municípios do Estado, e também em outras áreas do próprio município.

Por outro lado, sua expressão significa também o receio de alguém que embora não tenha sido um posseiro, vivenciou tensões sobre as quais não quer falar. Este silêncio não é o silêncio de alguém que lidou diretamente com os embates, afinal seu

¹⁹⁵ Marino, pseudônimo. Entrevista realizada pela autora em 25/10/2015 na residência de Marino.

cunhado entrou em acordo com administradores da Fazenda, e deixou-a em 1979 sem ter lidado com problemas maiores. Mas, certamente ele visualizou práticas de violências que ainda hoje o intimidam.

Lidar com a fala de Marino é também lidar com algo que abordamos nos capítulos anteriores. Violências físicas, psicológicas e simbólicas se mesclaram nos processos de disputa efetivados na Ponte Queimada. O simbolismo da violência é nítido em Marino. Seus silêncios, seu receios, revelam que ainda hoje os efeitos deste processo são sentidos.

Refletirmos em torno da situação em que se encontrava a Fazenda antes da entrada dos posseiros nas terras, de acordo com um dos relatórios elaborados por funcionários do INCRA em 13/06/1972. Este indica que João Conrado Mesquita foi advertido ao comprar a área que deveria vigiar a mesma:

Foi esclarecido ao adquirente, a necessidade de vigiar a área em vista da intrusão de posseiros. Contudo, apesar da advertência a área permaneceu abandonada, por praticamente dois anos, o que ensejou a intrusão de posseiros. Porém com a intenção de desenvolver uma criação extensiva de gado de corte, a Agropecuária e Industrial RIMACLA Ltda, apresentou um projeto ao Banco de Desenvolvimento Nacional (BNDE) à fim de transformar a área adquirida, cujos caracteres se resumiam-se em densa vegetação, com abundância em madeira de lei e em pastagens cujo empreendimento econômico seria do mais vultuoso. A demora na transição do projeto ao BNDE e o abandono da área fomentou a multiplicação e proliferação de posses. Informado da situação em que a área se encontrava, a Agropecuária e Industrial RIMACLA Ltda iniciou sem objetivos definidos o desmatamento de uma pequena parcela do terreno, com contratação de empregado de reputação duvidosa, o que veio a agravar ainda mais a situação, pois os próprios proprietários começaram a vender posses, inclusive casa e áreas já desmatadas por conta dos proprietários. Após ocorrido dois anos da tramitação o projeto agropecuário apresentado ao BNDE foi aprovado, recebendo conseqüentemente a Agropecuária e Industrial RIMACLA Ltda vultuoso empréstimo para instalação da serraria para aproveitamento das madeiras de lei das áreas a serem desmatadas para o plantio capim colônia, construção de diversas benfeitorias, etc. com o empréstimo em mão, a referida firma se defrontou com obstáculos difíceis, considerando o número de famílias que haviam entrado na fazenda, com a finalidade de obter garantias para a ocupação de suas terras, instalação e desenvolvimento do projeto agropecuário, o senhor João Conrado Mesquita, procurou autoridades policiais e das forças armadas, ocasião em que lhe foi informado da difícil problemática já

dimensionada, considerando o numero incalculável de posseiros que ocupavam as suas terras¹⁹⁶.

Em linhas gerais o relatório indica questões que analisamos no capítulo anterior. Uma destas questões é a situação de aparente abandono em que se encontrava a área de terra de Mesquita ao longo da década de 1960. Entretanto, temos agora o indicativo de que João Conrado Mesquita foi avisado sobre a “necessidade de vigiar” as terras, pois a prática denominada no relatório como “intrusão” era recorrente.

A análise dessa fonte nos possibilita dizer que os funcionários/dirigentes do INCRA estiveram presentes em todo o processo conflituoso vivido na Fazenda de João, se anteriormente lidamos com relatórios elaborados no auge do conflito entre o proprietário e os posseiros, agora estamos lidando com sua presença antes das tensões tomarem as dimensões que tiveram em fins de 1960 e início de 1970.

Se em alguns momentos a reflexão em torno desta documentação indicou que os relatórios, enviados pelo delgado de Santa Helena à sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria em Cascavel- PR, tinha certo teor de denuncia das violências que estavam sendo vividas na Rimacla, o posicionamento inicial dos sujeitos que constituíam o Instituto não perdeu o teor de denúncia, porém a mesma foi feita em forma de aviso à João, alertando o mesmo sobre os cuidados que deviria ter com a Fazenda.

Após dizer sobre o aviso dado a João, o mesmo deixou às áreas abandonas por mais dois anos, e só veio preocupar-se com a situação em que as terras se encontravam quando conseguiu junto ao BNDE a garantia financeira de que precisava para iniciar a criação de gado de corte. As terras que eram cobertas por vasta vegetação, daria lugar a pastagem. Mais que isso, as terras em que muitos viviam e com culturas, dariam/deram espaço para a constituição do empreendimento de João. Mas, as palavras do editor do relatório são elucidativas para compreendermos o conflito na chamada Fazenda Mesquita, para João “os lucros seriam vultuosos”.

De acordo com a fonte com a qual estamos trabalhando, o desmatamento foi iniciado sem objetivos definidos. Não nos parece que o desmatamento tenha sido iniciado sem objetivos bem claros. É possível dizer isso a partir dos apontamentos

¹⁹⁶ Relatório elaborado através do Instituto Nacional de Reforma Agraria-Cascavel- PR. 13/06/1972.

presentes ao longo do relatório. João enviou o projeto através do qual pretendia efetivar a criação de gado de corte nas terras ao BNDE, além disso, assim que o empréstimo saiu, a instalação de uma serraria foi iniciada. Estes elementos parecem indicar que as ações de João tinham sim objetivos muito bem definidos. Parece-nos que lucrar de formas diversas era seu intuito.

Não tendo João tomado todo o cuidado que os funcionários/dirigentes do INCRA lhe alertaram para ter diante as investidas de posseiros, que estavam ocupando as terras, efetivar seus objetivos não foi tarefa fácil, visto que, durante o tempo em que as terras ficaram aparentemente abandonas, muitas famílias se instalaram na mesma. Outra indicação que nos chama atenção é a de que a contratação de funcionários de reputação duvidosa teria ocorrido, fato que estaria agravando a situação.

Possivelmente, estes empregados seriam os jagunços. Estes faziam a segurança da Fazenda e foram figuras representativas no contexto da expulsão das famílias das terras. Não é de se estranhar que a contratação destas pessoas viesse a agravar ainda mais a situação, afinal os embates diretos se davam, na maioria das vezes, entre posseiros e jagunços. A contratação de mais jagunços significava, nesse contexto de disputa, a fomentação dos embates e a propagação de violências.

O relatório nos traz uma indicação nova, está se trata da venda de terra praticada de acordo com os editores do mesmo pelo próprio dono da Fazenda. Não tínhamos até o momento indicações sobre a venda de áreas de terras feitas por João. As fontes analisadas ao longo desta dissertação, bem como as falas das pessoas que vivenciaram de alguma forma o processo de disputa nas mesmas, indicaram que a venda de parcelas de terras eram sim uma prática constante na Rimacla, mas tal ato era efetivado por administradores que devido à ausência de João, ficavam responsáveis por seu gerenciamento. Frente a isso, entendemos que a evidencia mais forte é que a venda de terras era uma das ações praticadas por funcionários de João, e não por ele.

Ao ver que a instalação de seu projeto agropecuário estaria temporariamente impossibilitado de se efetivar, João recorreu às forças policia, mas foi informado de que a situação era complicada, pois muitos posseiros estavam vivendo na Fazenda. Porém, isso não foi uma barreira definitiva para os planos de João. Lisandro, senhor que também trabalhou para João Conrado Mesquita entre 1960 e 1970, faz algumas considerações sobre a forma pela qual os posseiros foram expulsos da Fazenda:

Trabalhei quatro anos lá com o doutor. Só que eu vou falar pra você não é porque a gente trabalhou lá, que a gente participou daquilo, que nem tem muita gente que fala assim, trabalhou era jagunço. Tem gente que inventa isso né. Porque teve muita coisa, matavam, enterravam, jogavam fora e tudo né. Dizem que saia até nos jornais. Eu sei que eles esperavam a turma, quando iam pegar água e matavam¹⁹⁷.

Lisandro atrelou suas relações de trabalho na Fazenda Rimacla exercendo a função de cerqueiro, em fins de 1960 e deixou a mesma no início de 1970, período em que os conflitos na mesma estavam sendo intensamente vividos. Nesse contexto, as mortes que ocorriam naquele espaço de disputa, destacadas por ele como “teve muita coisa”. Ao destacar “as coisas”, os conflitos que resultaram em mortes Lisandro expressou seu descontentamento diante algumas aos comentários que, segundo ele, eram feitos pela região, de que todos os que trabalhavam na fazenda teriam tido contato direto com os embates dinamizados entre posseiros e jagunços. “Tem muita gente que fala assim, trabalhou era jagunço.”

Lisandro faz suas observações sobre tudo o que ele sabia, visualizou na fazenda, mas deixando claro que nunca participou de nada. Ele fala sucintamente de emboscadas feitas por jagunços que ficavam a espera de posseiros que iam até um ponto da fazenda buscar água. No caminho eram então atacados, indicando ainda que tinham informações de que os embates eram noticiados em jornais.

As discussões levantadas por Lisandro foram em parte tratadas quando trabalhamos com as fontes jornalísticas, porém ressaltam muito mais do que aspectos gerias dos confrontos. Para além da violência, que não deixou de ser citada por ele, outros sentidos, outras visões e memórias tornam-se pauta de discussão. Para ele os conflitos influenciavam diretamente na imagem que era construída sobre os empregados da fazenda. Ficou nítido em nossa conversa que isso é algo que lhe causa incômodo ainda hoje. Porém, ele não deixou de citar as impressões que teve ao visualizar a forma pela qual o processo de disputa pelas terras se efetivara na fazenda Rimacla:

Eu conheci muita gente que era posseiro. O que aconteceu ali foi que teve um cara que ficou pra tomar conta da fazenda, ele era como se fosse o gerente, e ele foi vendendo a terra como se fosse dele, vendia 8, 9 10 alqueire de terá e fazia um documento como se fosse dele, mas

¹⁹⁷ Lisandro, pseudônimo entrevista realizada em 24/11/2015 na residência de Lisandro.

só que o João descobriu e os homens ficam dizendo que eram dono porque tinha comprado, né. Lá nos ano 1970, deu briga¹⁹⁸.

A venda de terras exercida por um funcionário da fazenda foi de acordo com Lisandro o que fomentou os conflitos que vieram a ocorrer. O funcionário teria então, fornecido aos posseiros documentos que supostamente lhes daria direito aos lotes de terra de oito a dez alqueires.

Diante de tais indicações uma prática é representativa das ações que compõem as tensões que se constroem no campo: a grilagem de terras. João, funcionário da Fazenda vendeu porções de terra. Ele não grilou as terras no sentido comumente empregado, no entanto não deixa de o ser, pois vendeu terras como se suas fossem. Ele não as grilou, estava nelas como preposto do fazendeiro, mas as passou a vender, lucrando com tal prática. Mais tarde, as ocupações passaram a ser questionadas pelo Fazendeiro.

Aos poucos as tensões vividas na fazenda Rimacla ganharam contornos de Chacina. É o que podemos perceber ao dialogar com o relatório a seguir:

A Chacina de Santa Helena, como ficou conhecida, teve repercussão em âmbito nacional, veio aumentar ainda mais a tensão inicial, considerando que os elementos implicados no assassinato em número de cinquenta e cinco, apenas doze foram presos, sendo o restante foragidos e possivelmente se exiliado no Paraguai. Parece-nos que muitos dos foragidos retornam periodicamente a área, a fim de tumultuar a situação instigando os moradores a se manterem inflexíveis em suas decisões de permanecerem no local, criando um ambiente de agitação e intranquilidade. Tal fato repercutiu nos próprios empregados da Fazenda, que depois da chacina, cerca de cento e vinte cinco homens com receio de trabalhar ficaram paralisados com consideráveis prejuízos ao empregador¹⁹⁹.

A chacina de Santa Helena, ou seja, os confrontos entre posseiros e jagunços da Rimacla são destacados pelos sujeitos que elaboraram o relatório. Parece-nos que os mesmos estavam preocupados com a repercussão que os conflitos na Fazenda estavam tendo, pois os mesmos estavam sendo noticiados nacionalmente. Tanto foram que tais matérias jornalísticas tornaram-se fontes para esta pesquisa.

¹⁹⁸ Lisandro, pseudônimo entrevista realizada em 24/11/2015 na residência de Lisandro.

¹⁹⁹ Relatório elaborado através do Instituto Nacional de Reforma Agraria-Cascavel- PR. 13/06/1972.

Cinquenta e cinco seria o número de envolvidos no confronto, sendo que doze destes teriam sido presos. Parece-nos que este número compreende somente aos posseiros, visto que uma referencia a volta dos que tinha rumado para o Paraguai é feita, como se indicasse que os mesmos, ou seja, os posseiros que voltavam, instigavam os que estavam ocupando a Fazenda a permanecerem na mesma, criando assim, um ambiente de intranquilidade. Esta problemática nos instiga a pensar os usos da fronteira, de acordo com José de Souza Martins:

A fronteira é, sobretudo, no que se refere aos diferentes grupos dos chamados civilizados que se situam “do lado de cá”, um cenário de intolerância, ambição e morte. É, também, lugar de elaboração de uma residual concepção do tempo novo, um tempo de redenção, justiça, alegria e fartura. O tempo dos justos. Já no âmbito dos diversos grupos étnicos que estão “do outro lado”, e no âmbito das respectivas concepções do espaço e do homem a fronteira é, na verdade, ponto limite de território que se redefinem continuamente, disputados de diferentes modos, por diferentes grupos humanos. Na fronteira, o chamando branco e civilizados é relativo e sua ênfase nos elementos materiais da vida e na luta pela terra²⁰⁰.

A reflexão elaborada por Martins se constitui acerca da discussão da expansão da sociedade nacional sobre territórios ocupados por povos indígenas. A partir desse processo ele nos ajuda a compreender a conflitualidade e os usos dos espaços fronteiriços. A fronteira se constitui como espaço onde as concepções de vida, sentidos, valores, interesses se chocam. Justiça e ambição, esperança e morte são alguns aspectos que se relacionam a partir das vivências de diversos sujeitos. “Um ponto limite de redefinição de territórios que se redefinem continuamente, territórios que são disputados de diferentes modos”, talvez esta seja a chave para compreendermos as disputas que são vivenciadas na fronteira, é neste espaço que se tem visibilidade dos conflitos que cercam a sociedade.

Nela pode-se observar a ambiguidade que permeia a sociedade. Assim, ao lidarmos com a articulação dos posseiros que rumaram para o Paraguai, e logo depois retornaram para a Fazenda Rimacla, devemos analisar tal dinâmica a partir de uma perspectiva histórica que lide com tal questão, considerando os sentidos que cercam tal ação. Refugiar-se do “outro lado do Rio Paraná” significava ter que lidar, ainda que por

²⁰⁰ MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. Editora HUCITEC, São Paulo, 1997. p, 11, 12

algum tempo, com outros sujeitos, com outra cultura, com novas experiências. Entretanto, a ação simbolizava também o aguçamento do sentido do que achavam ser justo a permanência nas terras.

Certamente a volta de posseiros para a Fazenda fortalecia a luta pela permanência na terra, afinal, tinham sido sobreviventes de um confronto direto, e simbolizavam a resistência diante as constantes investidas dos jagunços contratados por João Conrado Mesquita para expulsá-los.

Só que as mortes, não foi só com jagunço e posseiro, foi com posseiro e posseiro também. Tu sabe o que acontecia, uns queria fazer acerto, outros não, daí dava aqueles rolo, né. Teve gente que pegou o dinheiro e queria continuar igual, mas foi a minoria que ficou, o resto foi embora, aí morreu muita gente. Ele queria fazer acordo, mandava levar a mudança para onde eles quisessem, mas aqueles que não queriam... sabe como é que era, né.²⁰¹.

Os embates entre jagunços e posseiros não eram sentidos apenas por tais sujeitos. As indicações finais presentes no relatório ressaltam que alguns empregados da Fazenda, pessoas que eram responsáveis, por exemplo, pelo cuidado do gado, beneficiamento da madeira, construção de cercas dentre outros acabavam deixando o trabalho, pois o receio de permanecer em um espaço onde a violência era constante superava a necessidade de manter-se no emprego. No entanto, o que é ressaltado no relatório são os prejuízos que o empregador João Corado Mesquita teve, grandes prejuízos com a saída dos funcionários, mas e os que decidiram sair de seu trabalho?

Assim, acrescentamos que se em primeiro momento Lisandro fez referencia as emboscadas articuladas por jagunços, que se escondiam entre a vegetação e ficavam a espera de posseiros que iam em busca de água. Estes não deixaram de também se organizarem e enfrentarem os jagunços:

Sim, eles faziam emboscada assim, sabe? Uma vez eles se arrumar e pegaram uma tropa de jagunço, não sobrou nenhum jagunço, eles se esconderam pelo meio do mato e aí quando os jagunços passaram eles pegaram os jagunços. Mas por fim os jagunços limpavam tudo, porque o negócio é assim, quando é bastante aí é difícil de lidar, mas quando

²⁰¹ Ederson, pseudônimo. Entrevista realizada pela autora na residência e Ederson em 11/09/2015

vai ficando mais pouco... a turma vai se acertando, vão morrendo, fica mais fraco²⁰².

Emboscadas eram armadas por jagunços e por posseiros. Estas práticas nos mostram a dimensão deste processo de disputa pela terra. As questões apontadas por Lisandro são indícios de que viver na região da Ponte Queimada não era algo tranquilo, viver significava ter que conviver diariamente com medos, receios, pois a qualquer momento um novo enfrentamento poderia ocorrer.

Porém, Lisandro disse que apesar das ações construídas pelos posseiros, “os jagunços limpam tudo”. A construção de sua fala evidencia as tramas pelas quais os embates em torno da disputa pela terra na fazenda Rimacla se construíram.

O que é possível dizer ao analisar o final da fala de Lisandro é que no início das tensões, foi difícil para os jagunços contratados por João conter as ações e retirar os posseiros da terra, porém no decorrer de tal processo, o número de posseiros foi diminuindo por fatores diversos, mortes, o medo que fez com que alguns optassem por deixar o espaço, ou mesmo acordos feitos entre estes e João. As formas de resistências dos posseiros foram perdendo a força e João conseguiu “limpar a fazenda”.

André viveu na área de Mesquita, foi viver nelas no início do ano de 1960 e também me contou sobre suas experiências neste espaço de tensão.

Achava, acreditava que era nosso, e a turma foi se apesando né. Mas a fazenda disse que tinha tudo, tinha escritura né, daí não teve jeito, tivemos que sair. Perdemos tudo, perdemos o dinheiro que tinham comprado as terras, né, só que dinheiro não é nada né, e os que perderam a vida? É complicado. Dinheiro a gente corre de atrás e vai conseguindo, né, arruma outras coisas e vai²⁰³.

André fala um pouco sobre a mesma articulação a qual Lisandro se referiu anteriormente, a venda de terras praticada por um funcionário contratado por João para tomar conta d fazenda, pois Mesquita pouco vinha para Santa Helena. Ao comprar um pedaço de terra, no caso de André seis alqueires, os posseiros acreditavam que poderiam permanecer ali, afinal tinha não apenas comprado às áreas tinham também em mãos o documento fornecido pelo vendedor. André cita que João tinha a escritura das terras “daí não teve jeito”.

²⁰² André, pseudônimo. Entrevista realizada pela autora em 15/08/2015 na residência de André

²⁰³ André, pseudônimo. Entrevista realizada pela autora em 15/08/2015 na residência de André

Como problematizamos nos capítulos anteriores, as fontes não nos permitem dizer se João realmente tinha a escritura da área em mãos. De qualquer forma, os posseiros tiveram que sair. Mais uma vez a riqueza das fontes orais se evidencia na fala de André. De acordo com ele, muitos dos posseiros perderam tudo, perderam o dinheiro ao comprarem as terras das quais tiveram que forçadamente sair, entretanto muitos perderam a vida. Na sua própria fala: “Dinheiro não é nada, e os que perderam a vida?”. André fez-me esse questionamento, e ao fazer isso questiona relações elaboradas em um sistema social que se constrói por meio da exploração, que se expande por meio de relações contraditória e desiguais.

No contexto das disputas, em meio às violências que eram vivenciadas, dinheiro parece não ter se constituído como o fator mais relevante para os posseiros. Certamente muitos, assim como André, sabiam que teriam que reconstruir suas vidas em outros lugares, sabiam que as dificuldades diante a redefinição de suas relações de vida e trabalho seriam muitas, porém tinham uma certeza, o que era o dinheiro perto de suas vidas? Dinheiro, trabalho, moradia, seria difícil, mas ainda assim seria possível uma reconstrução, mas, e os que perderam a vida?

Tais vidas ceifadas foram ceifadas em uma conjuntura que começou a se intensificar a expansão do agronegócio e, nesse contexto, a expansão de projeto capitalistas marcados por violências e brutalidades, que se expressão de formas diversas, seja na marca que os embates da Rimacla construíram sobre a imagem de Lisandro, seja através de atitudes de pessoas que decidiram deixar as terras sem ao menos tentarem um acordo com João Conrado Mesquita, e por fim nas mortes de muitos que se vivenciaram tais embates, sendo posseiros ou jagunços.

Ederson, outro posseiro da área Mesquita também fez suas considerações sobre os enfrentamentos entre posseiros e jagunços, colocando-nos entremeado a isso, outras questões:

Eu vim pra cá em 1964, eu morava lá perto da costa do rio lá em baixo perto do lago. Uma vez deu um tiroteio tão grande entre os posseiros e os jagunços que morreu tanta gente! Era posseiro, jagunço e a polícia, mas só que a polícia era a favor dos jagunços, era contra os posseiros, era comprada pelos fazendeiros, os fazendeiros que mandava né. Mas aí, foram se destruindo. O Mesquita foi comprando, outros foram

saindo que nem eu fiz, e ele conseguiu. Lá era assim, só dava confronto. Ali morreu gente, Deus me livre²⁰⁴.

O relato de Ederson, vem de encontro com alguns apontamentos feitos por André, e Lisandro, ou seja os intensos embates efetivados entre posseiros e jagunços. No entanto, Ederson faz referencia também a participação da policia nos enfrentamentos diretos que se elaboraram na área Mesquita. Se em um primeiro momento pensamos que a participação da policia nos conflitos se limitou a intervenção a tentativas de pacificação e mediação de acordos, Ederson é pontual em dizer que “a polícia era a favor dos jagunços, era comprada pelos fazendeiros, os fazendeiros mandavam”.

A afirmação feita por ele supõe muito mais do que algo que poderíamos denominar como uma escolha de lado, ou do grupo frente ao qual o órgão se colocaria a favor. Supõe o suborno feito por fazendeiros, no caso João, “a compra” do posicionamento de alguns policiais fez com que o favorecimento se direcionasse aos jagunços, ou melhor, aos interesses de Mesquita.

Não queremos dizer com isso que o contrario deveria ter ocorrido, que ao invés de apoiar jagunços, os policiais deveriam ter se colocado ao lado dos posseiros nos enfrentamentos que se construíram na região da Ponte Queimada, mas sim investigar o modo pelo qual os embates vinham ocorrendo e construir formas para que as tensões não se dimensionam em uma chacina. Não é a primeira vez que nossas fontes nos colocam esta questão. Vimos no segundo capítulo que as práticas de um grupo de policiais devidamente orientado pelos dez supostos proprietários da área de terras da Esquina Céu Azul foi decisivo pra a expulsão das mais de cinquenta famílias que ali viviam.

Continuar nas terras era algo difícil, como indicou André anteriormente, à medida que os confrontos se intensificavam e o número de posseiros diminui a resistência se enfraquecia. João aos poucos propôs acordo com as famílias que iam ficando, André foi um dos que acordou com Mesquita, segundo ele, por um preço simbólico a terra em que vivia e rumou para o atual distrito de Sub-Sede SH, onde adquiriu uma área menor, mas onde vive ainda hoje. Outros fizeram como Ederson, “foram saindo”. Foi assim que João Conrado Mesquita conseguiu que todos de uma

²⁰⁴ Ederson, pseudônimo. Entrevista realizada pela autora na residência e Ederson em 11/09/2015

forma ou de outra deixassem as terras livres para que ele pudesse concretizar seu projeto.

Ederson me contou um pouco sobre como era sua vida nas terras que compunham a Rimacla, enfatizando as violências que vivenciou:

Lá eu tinha a posse da terra, lá eu trabalhava na lavoura, só eu a mulher, nós ainda não tinha filho. Uma vez os jagunços derrubaram meu rancho. Lá erra terrível. Naquele tempo tinha muito bandido, derrubaram pra bonito (risos).

Era para o senhor sair de lá?

Não sei a troca de que eles derrubaram. Mas uns eles mataram, outros saíram. Tinha um tal de Polaco e um tal de cabo Ulisses. Uma vez eles se atacaram com os posseiros e os posseiros meteram tiro neles²⁰⁵.

O trabalho tinha sua base na lavoura, em sua maioria na plantação de hortelã. Mais uma vez a figura do Cabo Ulisses e agora também a de Polaco é acionado. Eles parecem ter sido os chefes dos grupos de jagunços que estavam a serviço dos interesses de João. A destruição da casa onde vivia com a esposa é destacada por Ederson. Ele fez isso ironizando a prática dos jagunços, sorriu e ironicamente indicou “derrubaram pra bonito”.

Insisti, e questionei Ederson se a derrubada de sua casa tinha como intuito que ele e a esposa deixassem as terras, do mesmo modo, ele insistiu em dizer que não sabia “a troca de que eles derrubaram”. Embora o posicionamento adotado por André ao longo de nossa conversa tenho sido sempre contido. Ele sabia exatamente o que motivou a ação dos jagunços, tanto que disse que outros posseiros eles mataram, e que diante disso alguns saíram como ele mesmo fez.

Ederson decidiu deixar os seis alqueires de terras que tinha adquirido a exemplo de André, sem tentar fazer nenhum acordo com João. Possivelmente, ele tenha adotado tal atitude, pois diante à tudo o que estava vendo acontecer e diante ao aviso efetivado na derrubada de sua casa, ele sabia, que a próxima vez poderia ser pior, quem sabe na próxima investida dos jagunços ele e a esposa não saíssem vivos dali.

²⁰⁵ Ederson, pseudônimo. Entrevista realizada pela autora na residência e Ederson em 11/09/2015

A contradição e o mote de articulações, interesses, posicionamentos e pessoas envolvidas nos conflitos da área Mesquita são diversos, e se fizeram diante pressões e possibilidades visualizadas. Nessa perspectiva, também as referências e sentidos atribuídos a pessoa de João Conrado Mesquita eram diversos. Miguel fez seus apontamentos sobre João, sobre os Mesquitas:

Que nem assim, o povo fala que o povo dos Mesquita era ruim, e tal, todo mundo tem medo. Mas eu não tenho do que reclamar, quando eu trabalhei pra eles, mais olha... roupa, calça de couro, e nada assim, usado, eles traziam lá da fábrica de São Paulo, trazia para os pião. Eles sempre falava que queria que os pião dele trabalhassem bonito (risos).

Então como patrão, ele era um bom patrão.

Sim, nossa senhora. Pra nos ele era muito bom, pra nós ali na fazenda não precisava pessoa melhor.

Mas o senhor trabalhava por mês, mas tinha gente que trabalhava assim, por dia?

Meu Deus do céu, o que tinha de peão trabalhando naquela fazenda! Meu pai eterno, tinha uma peonzada trabalhando por dia, roçando cerca assim, eles pegava por empreita sabe. Tinha muita gente, gente quebrando milho, pegava uma turma lá do Diamante... A fazenda era grande, precisava de muita gente. Só que eu fazia o meu serviço e ficava tranquilo. E naquele tempo, ele era um dos fazendeiros que pagava melhor, né, daí tinha que ficar (risos), e ele dava muita empreita pra turma, assim de roçada, arrancar mato de enxadão essas coisas, ele dava muita empreita. E pagava todo mundo no fim do mês. Media as cerca e pagava. Ele também arrendava muita terra²⁰⁶.

Miguel trabalhou cinco anos na fazenda Rimacla, entre fins de 1960 e início de 1970. Ele disse não ter do que reclamar. A exemplo de Lisandro, também foi cerqueiro na fazenda. Para o entrevistado, João era o que podemos chamar de um “bom patrão”. Sempre que vinha para a fazenda trazia segundo Miguel, roupas e outros utensílios para os empregados.

Falamos também sobre o número de empregados na fazenda, os quais eram, de acordo com ele, muitos. Não se limitavam aos empregados fixos, que recebiam por mês e que permaneceram trabalhando na Rimacla por anos, mas perpassava por sujeitos que eram contratados como diaristas, ou por empreita, devido à extensão da área da fazenda.

²⁰⁶Miguel, pseudônimo entrevista realizada em 24/11/2015 na residência de Lisandro.

Miguel frisa também, que dentre os fazendeiros da região, João era um dos que melhor remunerava os empregados, “dai tinha que ficar”. Miguel sabia que sair do emprego na fazenda Rimacla e ir em busca de novas oportunidades não seria vantajoso para ele, afinal ali o salário era melhor e para além disso, recebiam alguns agrados do patrão. Dizer isso não quer dizer que Miguel também não tenha lidado ainda que de forma indireta com os embates que ali ocorreram, mas nos mostram a ambiguidades de posicionamentos, sentidos e interpretações sobre o processo e sobre João.

O entrevistado salientou que muitos tinha medo dos Mesquitas, fazendo referencia não somente a João mais também aos irmãos dele que ajudavam na administração e tinha outras fazenda na região. Ele certamente sabe de todo o processo violento que se construiu naquele que foi seu espaço de trabalho, mas salientou os aspectos que para ele eram positivos.

Amanda também foi posseira, e durante sete anos viveu nas terras que estavam em disputa na região da Esquina Céu Azul. Me contou sobre essa experiência:

Eu entrei ali em 1958 mais ou menos, eu não lembro mais certo. Meu marido ficou sabendo que ali tinha terra pra vender. A gente morava no Sul, meu irmão já morava por aqui. Dai a gente veio. Era tudo um matão aqui, não tinha estrada não tinha nada, foi difícil. Dai a gente foi morar lá na Ponte Queimada. Mas nós sofremos lá, viu. Um dia eles chegaram lá em casa, eu estava sozinha, só eu e minha filha mais velha, mais ela era criança, tinha uns três, quatro anos, dai eles perguntaram do meu marido. Eu disse que ele estava na roça, derrubando mato sabe, né? Pra plantar. Dai eles queriam sabe dele, eu falei que estava na roça, eles pediam, ele não foi pescar? Eu disse que não, mandei eles irem lá ver.

Quem chegou na casa da senhora?

Os jagunços. Eles não queriam que a gente fosse pescar. Eles não deixavam.

Mas porque eles não deixavam?

Não sei, mas eles queriam que a gente saia da terra, eles vinham ameaçava a gente. Eu achei que eles iam matar meu marido. Porque eles diziam que a terra não era nossa. Mas só que a gente comprou, pagou por elas, mas dai veio um grupo de ladrão, eles foram os ladrão da gente né, porque a gente comprou.

Mas de quem eles falavam que eram as terras?

Eu não sei, nunca vi eles. Mas falavam que era de uns cinco, seios homens por ali... um sempre vinha junto. Dai a gente ficou com medo, sabe né, a gente tinha filho pequeno, a gente saiu, mas teve gente que sofreu. Eles queimavam as casa, passava de noite atirando, não tinha como a gente ficar²⁰⁷.

Amanda mudou-se do estado do Rio Grande do Sul para o município de Santa Helena no final do ano de 1958. Ela e o marido souberam através de um irmão de Amanda que na região da Ponte Queimada terras estavam sendo vendidas. Almejando uma melhoria em suas vidas a família de dona Amanda rumou então para a região. As dificuldades encontradas na época de sua chegada é destacada por ela. Mas, além das dificuldades frente a falta de estrada, as terras que eram cobertas por vasta vegetação, Amanda teve que lidar com pressões bem maiores.

As investidas dos jagunços contratados pelas dez pessoas que diziam ser os proprietários da região onde Amanda morava, não mediram esforços para atormentar, pressionar as famílias. Amanda fala sobre o dia em que os jagunços vieram a sua casa a procura do marido. Ele estava abrindo picadas para efetivar sua plantação, porém os jagunços insistiam na ideia de que ele estava pescando. Pescar era de acordo com ela, uma prática proibida pelos jagunços.

Proibição que parece ser mais uma forma de tencionar as relações que se construíam naquele espaço de disputa. A pesca era uma das fontes de alimentação dos posseiros, limitando as ações dos mesmos, a permanência naquelas áreas ficaria cada vez mais difícil. Entre ameaças que eram expressas de formas diversas, a família de Amanda decidiu deixar as terras.

À medida que existiam pessoas que diziam ser os proprietários da área, ela diz também que não sabiam quem eram eles, e que somente um sempre acompanhava as ações dos jagunços, denominado de Polaco. Este tem seu nome citado por diversas vezes nos relatórios com os quais trabalhamos no segundo capítulo dessa dissertação. O medo que sentiam, principalmente por terem uma filha ainda pequena, os fez abandonar as terras, mudaram-se para São Clemente- SH e conseguiram refazer suas relações de vida e trabalho.

²⁰⁷ Amanda, pseudônimo. Entrevista realizada em 04/07/2015 na residência de Amanda.

Porém Amanda sabe que muitos tiveram que lidar com pressões bem maiores, como a queima de suas casas e a expulsão. Refletir sobre essas experiências é materializar as discussões que propusemos anteriormente, onde indicávamos que as tensões no campo não se restringem as violências físicas, a violência é sim uma constante em processos de disputas como os que aqui foram analisados, todavia se expressam de formas diversas. Carlos Alberto Feliciano ao tecer uma reflexão em torno das violências no campo brasileiro no século XXI, nos indica que:

A retirada da vida de uma pessoa é o estágio mais perverso e brutal da violência. Porém esse processo já pode ter dado pistas de sua possível concretização, pois parte dos sujeitos sociais que foram assassinados no campo já haviam sido ameaçados ou então sofrido tentativas de assassinatos. [...] Os sujeitos sociais do campo brasileiro vivem sob ameaça permanente em toda sua história de luta. O controle da propriedade privada da terra garante concentração de renda e poder aos grandes proprietários/empresários, que obtiveram seu acesso através da grilagem, expropriação e violência. Mesmo quando não se consegue assassinar os camponeses, muitos são presos, agredidos, torturados sob a alegação de preservação do direito à propriedade privada da terra²⁰⁸.

A retirada da vida de uma pessoa é nesse contexto o estágio mais perverso, mais brutal da violência. Essa afirmação do autor sugere a última prática utilizada por diversos sujeitos no contexto dos embates no campo. Não raras vezes, antes dos embates diretos e de que a retirada de vidas se efetive, os sujeitos que vivem no campo e lidam com processo de disputas pela terra sofrem outras violências, expressas, por exemplo, na derrubada de suas casas. A justificativa, de empresários e fazendeiros que dinamizam formas diversificadas, objetivando expulsar á qualquer custo inúmeros sujeitos das terras que dizem ser suas é a defesa da propriedade privada.

Propriedade privada, termo com diversos sentidos nele embutidos, que simbolizam a ótica do sistema capitalista, exploração, concentração de renda, destruição de modos de vida e práticas de trabalho são alguns dos elementos que expõe a contradição de tal termo, a contradição da sociedade em que vivemos. Se de um lado João Conrado Mesquita conseguiu dar continuidade a seu projeto agropecuário, de que modo os posseiros da região da Ponte Queimada organizaram suas vidas após terem que deixar as terras? É o que discutiremos a seguir.

²⁰⁸ FELICIANO, Carlos Alberto. A prática de violência no campo brasileiro do século XXI. Universidade de Pernambuco. p, 08.

2- A possibilidade de um acordo e a reconstrução de seus modos de vida

Os processos de disputas por terras vividos na região da Ponte Queimada se construíram em meio à violência, isso ficou evidenciadas nas discussões feitas acima. Entretanto, principalmente na área Mesquita, posseiros visualizaram a possibilidade de selar acordos que não lhes garantia a permanência nas terras, mas siaram com alguma foram de indenização frente às benfeitorias que tinham ali construído.

As indicações feitas em relatório produzido através de funcionários do INCRA nos ajuda a ter uma ideia do modo como foram retirados os posseiros da região da Ponte Queimada, enfatizando as ações na Fazenda Rimacla:

A agropecuária e Industrial RIMACLA Ltda, devia ocupar a área pacificamente, dentro das possibilidades, e proceder acordos amigáveis com as famílias intrusas. Com o empréstimo em mãos, não restou outra alternativa, se não a de se instalar no local, e de acordo com o cronograma evolutivo do projeto, acertar com as famílias intrusas, sua retirada. Contudo, esses acertos com os posseiros se desenvolviam a curto prazo, onde os mesmos teriam que retirar as benfeitorias e seus produtos. Os posseiros eram visitados por empregados aramados, os quais os convidavam para comparecerem na sede da Fazenda, a fim de realizarem acerto com o administrador. Porém este método inflexível, cujas aplicações são possíveis de interpretações duvidosas por parte dos posseiros e empregados, em que os primeiros fazem acusações sobre as arbitrariedades praticadas pelo proprietário, e os segundos contestam estas acusações, gerando resultados fatídicos, visto que, sete empregados da Agropecuária e Industrial RIMACLA foram covardemente atacados de tocaia, por posseiros resultando na perda de quatro vidas humanas²⁰⁹.

De forma pacífica, este era o modo pelo qual Mesquita deveria conduzir a ocupação das terras, ou melhor, conduzir a retirada dos posseiros que estavam vivendo nas mesmas. Porém, a pacificidade deveria se conduzir dentro “de possibilidades”. Ao refletir sobre estes indicativos dentro do contexto em que as tensões na Fazenda foram vividas, é possível dizer que a pacificidade era algo difícil de ser atingido, visto que o clima entre João e os posseiros não era nada amistoso.

Novamente o empréstimo feito por João, junto ao BNDS é citado. O empréstimo é acionado agora quase como justificativa para a instalação dos projetos de João, “com o empréstimo em mãos, não restou outra alternativa”. É possível que o

²⁰⁹ Relatório elaborado através do Instituto Nacional de Reforma Agraria-Cascavel- PR. 13/06/1972.

Banco de algum modo, exigisse que João efetivasse seu projeto agroindustrial, mas para que isso se fizesse, não foram poucos os conflitos que se deram Rimacla.

Ao longo desta dissertação conflitos e violências destacamos, a partir da problematização das matérias jornalísticas os embates diretos entre posseiros e os jagunços contratados por Mesquita, a expulsão efetivada na Ponte Queimada, processo onde violências físicas e simbólicas se mesclavam, evidenciadas pela queima de casas e lavouras, até o abandono vivido por posseiros que eram deixados a beira de estradas sem nenhuma perspectiva sobre o modo que conduziriam suas vidas a partir daquele momento. Porém, salientamos que ao nos propormos a discutir processos de disputas como estes vivenciados em Santa Helena, temos que lidar com as nuances que os compunham. Assim, se de um lado violências foram em ambos os processos de disputas fortemente vividas, de outro, houveram tentativas de conduzir a saída dos posseiros por meios de outras formas.

Nessa perspectiva, de lidar com os meandros pelos quais tais conflitos se construíram, pode-se observar no relatório acima que João buscou, através de administradores da Fazenda, fazer acordos com os posseiros. Ainda que de acordo com a fonte, os mesmos tenham se conduzido de forma inflexível, e aplicado de formas duvidosas. João buscou conduzir a retirada das famílias das terras, também, através desta dinâmica. Ao indicar tais questões, não estamos minimizando as violências vividas, mas buscando discutir as questões que nos foram colocadas no decorrer do contanto com as fontes.

Então o João pagava pelas terras dos posseiros pra eles saírem?

Sim, sim. Ele fazia acordo, mandava levar a mudança para onde eles quisesse, mas aqueles que não queriam... sabe como é que era, né. Tinha vez que já chegava, arrancava tudo e colocava em cima do caminhão... tinha um rapaz que trabalhava com o caminho, ele disse que levou muita gente com o caminhão e levou lá pra Itaipulândia, teve gente que foi para o Paraguai, também. Porque assim, a turma foi invadindo mesmo, porque era fácil, não tinha gado, não tinha nada, e o cara que ficou cuidando pro doutor João não ligava, ele vendia, trocava, ele fazia qualquer negócio, como se fosse dele²¹⁰.

²¹⁰ André, pseudônimo. Entrevista realizada pela autora em 14/11/2015 na residência de André.

A fala é de André, aquele que decidiu sair das terras de Mesquita algum tempo depois que os jagunços derrubaram sua casa. Ainda que ele não tenha feito nenhum acordo com João, tendo saído sem nada receber, pois sabia que permanecer por mais tempo não terras seria um risco que não lhe garantiria a permanência nas mesmas, risco que optou por não correr, ele contou-me sobre as negociações que ocorriam entre administradores da fazenda e posseiros.

Nas tramas do acordo, João pagava determinada quantia para os posseiros saírem das terras e disponibilizava um caminhão que levava a mudança para a nova morada dos mesmos. A atitude de Mesquita em um primeiro momento parece até preocupada com os posseiros, entretanto os acordos não deixavam de ser uma forma de violência, afinal a quantia que recebiam não cobria todo o trabalho e investimento que empregaram nas terras, tampouco as relações que ali tinham construído.

Ainda que acordos fossem feitos, André ressalta que “aqueles que não queriam... sabe como é que era, né”. Os que ficavam tinham que lidar de acordo com André e com as fontes já analisadas, com as investidas dos jagunços que simplesmente chegavam derrubavam suas casas, colocavam suas coisas em caminhões e deixava-os largados em estradas distantes da fazenda, indicação. Os que se negavam a negociar com João tinham somente duas opções: deixar as terras sem nada como fez André, ou então ficar e conviver com conflitos e violências que muitas vezes tinham como desfecho a morte.

Por fim, ele destaca novamente as formas pelas quais os posseiros chegaram as terras, a venda praticada pelo funcionário de João e a facilidade de acesso a mesma devido ao fato de não estar sendo cultivada impulsionaram as ocupações. Os rumos tomados pelos posseiros é outra questão que ganha destaque na narrativa de André. De acordo com ele, alguns foram para o município de Itaipulândia-PR, outros para o Paraguai, além deste regiões do Mato Grosso do Sul, também tornaram-se uma possibilidade de destino para os posseiros da Ponte Queimada, de acordo com os apontamentos feitos em relatório:

Em represália aos fúnebres acontecimentos a Companhia Agropecuária e Industrial RIMACLA Ltda, contratou elementos especializados nos tratos com posseiros e reiniciou a “retirada” das famílias intrusas, ao mesmo tempo em que iniciou a abertura das estradas e o desmatamento. Em vista da intranquilidade dominante na

região, o Sr Presidente do INCRA compareceu na comunidade denominada Ponte queimada, a fim de levar a mensagem do Governo Federal, no sentido de serenar através de suas palavras o ambiente tenso. Porém, em ocasião de sua vinda a região, na reunião, apenas dezoito eram posseiros da Fazenda, e o restante agitadores e intrusos de regiões vizinhas. Próximo a Ponte Queimada, não tem posseiros, sendo a concentração maior, cerca de oito ou dez quilômetros, e apenas por informação de terceiros, souberam da vinda do senhor presidente do INCRA. Contudo nas palavras do Sr presidente do INCRA, o Instituto está colonizando terras para serem entregues ao colonos em Mundo Novo-MT e na Amazônia, e que os colonos da área Mesquita receberiam também o seu quinhão, teve interpretação errônea perante os ouvintes, todos ficaram insatisfeitos com as palavras do representante da Presidência da Republica que prometeu-lhes UM NOVO MUNDO E QUE OS POSSEIROS NÃO PERMANECERIAM NA ÁREA DO MESQUITA. Apesar de muitos não comparecerem a recepção do Sr Presidente do INCRA, está foi a versão corrente entre os posseiros²¹¹.

A atitude de João se pautou na contratação de pessoas denominadas através da fonte acima como “elementos especializados nos tratos com posseiros”. Mas uma vez nos parece que a figura do jagunço é acionada no contexto dos conflitos que vinham sendo vividos na área de terra de Mesquita.

A primeira coisa que nos chama atenção é que os editores do relatório elaboram o mesmo de forma que nossa impressão inicial seja a de que os posseiros eram quase como ervas daninhas, ou então como as árvores que estavam sendo derrubadas para que em seu lugar fossem inseridas a pastagem e a serraria, ou seja, como um simples empecilho que devia ser removido.

Além disso, outra coisa é relevante de discussão se existiam pessoas especializadas na retirada de posseiros das áreas de terra onde estavam vivendo, é porque seus serviços eram constantemente requisitados. Como vimos anteriormente, os conflitos pela terra foram recorrentes em diversas regiões do estado do Paraná, resultando em processos expressivos das lutas e tensões efetivadas no campo. Nesse sentido, a medida que os posseiros iam sendo retirados, o desmatamento era sendo feito

Vendo que a situação que estava sendo vivida na região da Ponte Queimada estava tomando dimensões drásticas, o então presidente do Instituto Nacional de

²¹¹ Relatório elaborado através do Instituto Nacional de Reforma Agraria-Cascavel- PR. 13/06/1972.

Reforma Agrária decidiu vir até Santa Helena e visitar a região citada acima. O intuito da visita era tentar acalmar os ânimos dos sujeitos envolvidos nos embates, através de mensagens enviadas pelo governo Federal. Certamente os posseiros que viviam na Rimacla precisavam de muito mais do que mensagens, para que cessassem sua luta.

Percebendo que somente mensagens não acalmaria os ânimos dos posseiros da área Mesquita, o presidente do INCRA apresentou aos mesmos algumas propostas de reassentamento. A promessa era de que após deixarem as terras de João Conrado Mesquita, receberiam terras no estado do Mato Grosso do Sul e na Amazônia.

A recepção frente à proposta apresentada pelo dirigente do Instituto não foi positiva por parte dos posseiros. A proposta apresentada era a de que os posseiros viveriam em um “Novo mundo”, uma analogia à região de um dos estados nos quais supostamente eles receberiam novas áreas de terra.

De acordo com a fonte, apenas dezoito posseiros da área Mesquita compareceram a reunião, os demais foram rotulados pelo editor como agitadores, pois não havia áreas próximas à Mesquita que estivessem ocupadas, assim, os posseiros de espaços distantes ficaram sabendo da vinda do chefe do INCRA somente por terceiros, supostamente não teriam então comparecido. Porém, parece-nos que taxar os posseiros que não pertenciam à área da Rimacla como agitadores foi uma saída, por que não dizer, cômoda. Além disso, não temos garantia nenhum de que os “agitadores” não eram posseiros que viviam na Fazenda Rimacla. O rótulo de agitadores, aparente ser uma estratégia de justificar até mesmo, a recepção negativa dos posseiros diante a proposta apresentada.

Não é difícil imaginar o porque da recepção negativa diante aos projetos de reassentamento. Afinal basta que nos questionemos sobre o que significava para aqueles sujeitos deixar o espaço onde até então viviam, trabalhavam, espaço onde construíram laços familiares e de amizade, lugar onde constituíram lavouras dentre outras benfeitorias, e que agora estavam sendo obrigados a deixar.

Ainda que recebessem outras áreas, estas seriam em lugares distantes das relações e laços que já tinha construído, teriam eles que começar suas vidas mais uma

vez. Visualizar a contradição entre estes dois vieses não deve ter sido algo fácil. André, nesse sentido, indica que:

O pessoal que foi lá pro Paraguai, lá pra cima... vixxi! Ninguém ficou lá, né. Eles voltavam, iam pra outro lado do Paraná né. Lá eles falavam que as coisas eram muito diferentes, não dava pra ficar, não conhecia ninguém²¹².

André aponta os motivos que fizeram com que muitos dos posseiros que viviam na região da Ponte Queimada voltassem do local que foi para muitos o primeiro rumo tomado após a saída da referida área. As dificuldades encontradas no Paraguai, eram diferentes das que vivenciaram na fazenda Rimacla, entretanto, também pressionaram sua saída dali.

“As coisas eram diferentes”, essa expressão revela que os posseiros encontram, bem como as novas relações que tiveram que construir se fizeram em meio a diversidade, e como veremos a frente, reconstruir suas práticas de trabalho não foi algo fácil, sendo que muitos, decidiram voltar para o Brasil. Mudanças eram práticas constantes na vida destes sujeitos que do mesmo modo que André tiveram que lidar com tensões que interferiram diretamente nos caminhos por eles tomados. Tensões sobre as quais os funcionários do INCRA indicaram um elemento que foi supostamente foi determinante para as ocupações que ocorreram na Ponte Queimada, em especial na área Mesquita:

Causas da situação: Inauguração da Ponte da Amizade, que na ocasião da visita do Sr presidente da República, General Artur Costa e Silva, foi corrente a notícia de que “as terras pertencem a quem mora e cultiva”. Oportunidade essa, em que verificou a maior porcentagem de invasões, tanto na região do senhor Mesquita, como em regiões vizinhas²¹³.

O relatório, de 13/06/1972 coloca a inauguração da Ponte da Amizade, que liga o município de Foz de Iguaçu- Brasil à Ciudad del Este no Paraguai, passando sobre o rio Paraná, fez com que o então Presidente da República, General Arthur Costa e Silva viesse acompanhar o evento que se deu no ano de 1965. Os apontamentos presentes no

²¹² André, pseudônimo. Entrevista realizada pela autora em 14/11/2015 na residência de André.

²¹³ Relatório elaborado através do Instituto Nacional de Reforma Agrária-Cascavel- PR. 13/06/1972.

relatório não deixam claro quem teria dito naquele momento que ‘as terras pertencem a quem mora e cultiva’’. Como está claro no relatório a expressão não fazia referência somente as terras, ou a situação que estava sendo experimentada na Fazenda Rimacla, mas as tensões que estava sendo vividas no estado do Paraná como um todo.

Todavia, de acordo com as indicações feitas através do relatório, a notícia se espalhou, e foi nesse momento em que se intensificou o processo de ocupação nas terras de João Conrado Mesquita. Possivelmente, a dinâmica que se construiu em torno da inauguração da Ponte da Amizade tenha contribuído para que mais pessoas visualizassem a ocupação de terras, seja na Rimacla ou em outras áreas, como uma dinâmica que poderia se concretizar em sua permanência na mesma. No entanto, os posseiros que ocuparam a região da Ponte Queimada, não precisaram lidar com este momento para decidir-se por ocupar uma área de terra.

Em outro relatório também datado em 13/06/1972, um trecho nos chamou atenção. Este foi denominado da seguinte forma, “Tumulto provocado por advogado”, neste as ações de um sujeito que se dizia advogado e representante do Instituto Nacional de Reforma Agrária são descritas:

Compareceram à sede do DFZ-01 no mês de maio deste ano diversos moradores da faixa marginal do Rio Diamante, especificamente do lado Leste da Fazenda de João Conrado Mesquita, afirmando que o advogado do INCRA, com a publicação e distribuição do material “LEGALIZAÇÃO DE TERRAS PERANTE O INCRA”, está angariando dinheiro dos posseiros locais, com a promessa de legalizar suas ocupações. Não obstante todos os distúrbios pelos quais passaram a pouco tempo, conturbou-se novamente pela ação do advogado que, abusando ostensivamente está tumultuando a região e prometendo a base de dinheiro a regularização impraticável das ocupações. Acresce salientar que os referidos moradores já estão em negociação com o proprietário para compra de suas respectivas moradas, e a infiltração do causídico e suas promessas prejudicaram sucessivamente os acordos. As atitudes ilícitas do advogado chegou inclusive ao conhecimento do delegado da 7ª divisão policial de Cascavel, onde também se apresentou com as credenciais de Advogado INCRA.²¹⁴

No mês de maio de 1972 teriam comparecido ao departamento policial de Cascavel-PR alguns moradores da região da Ponte Queimada, especificamente os que viviam nas áreas de João Conrado Mesquita. Eles diziam que um sujeito que apresentava-se como advogado e representante do INCRA fazia-lhes a promessa de que

²¹⁴ Tumulto causado por advogado. Identificação: Secreto. Instituto Nacional de Reforma Agrária-Cascavel-PR 13/06/1972.

suas terras teriam a situação regularizada, mas para que a regularização fosse efetivada, exigia dos posseiros determinada quantia em dinheiro.

A prática do suposto advogado além de tumultuar as dinâmicas dos posseiros que lidavam com a dúvida diante a possibilidade de legalização das terras e o medo de perder seu dinheiro ao entrar em acordo com o mesmo, também atrapalhava a negociação que João vinha tentando estabelecer com os ocupantes. A possibilidade de poder legalizar os pedaços de terra em que estavam vivendo faziam frente às propostas de compra feitas por João, afinal, se eles tinha a possibilidade de permanecer no lugar em que já estavam estabelecidos, porque vende-los e rumar para uma nova caminhada, na qual teríamos que refazer tudo o que já tinha ali constituído. A dinâmica ao que parece ao analisarmos o material acima, fez com que alguns posseiros desistissem das negociações com João, o que veio a agravar a situação.

Como já foi dito no início desta dissertação as terras dos Mesquitas compunham uma extensa área, João Conrado Mesquita era proprietário da Companhia Agroindustrial Rimacla, que se situava na região da Ponte Queimada, no município de Santa Helena, parte das terras da Fazenda adentravam o território que atualmente compõe o município de Diamante do Oeste-PR, nesta parte a administração ficava na responsabilidade de Juvenal Mesquita, irmão de João. Juvenal também foi citado nos relatórios elaborados através do INCRA. Um destes relatórios faz referencia a uma carta que foi enviada ao Instituto por um posseiro que vivia nas terras que ficavam em Diamante do Oeste, a fala do posseiro é reproduzida através do relatório. Dialogaremos agora com as indicações feitas Guilherme²¹⁵ na carta por ele enviada:

Eu entrei em uma área de terra que era do INCRA, quando completou dois anos apareceu um homem, dizendo que era dele, Juvenal Mesquita. Antes eu fiz cadastramento rural de quinze alqueires, e apareceu o dono da terra, fui e comprei quinze alqueires porque eu só podia comprar os dez. cinco alqueires ficou em 14. 945,00, cruzeiros com o prazo de quatro anos. Eu atrasei a primeira, foi um ano muito ruim a lavoura de hortelã não deu preço, vendemos a 23 cruzeiros por Kg. Atrasei quatro meses, quando fui pagar as duas prestações, fui com o advogado dele, ele mandou eu depositar o dinheiro no Banco Bamerindos de Foz do Iguaçu, depusitei 8.000,00 cruzeiros na conta do Juvenal Mesquita. Agora ele abriu uma ação contra mim, o juiz de Matelândia assinou o despejo. Ele retirou o dinheiro do banco e mandou os jagunços colher a lavoura, um dos jagunço é o Polaco e outro um cabo do exercito, oUlisses, todos armados de revolver. Os

²¹⁵ Guilherme, pseudônimo.

cinco alqueires tão todo formado de hortelã, três casa, estrada feita de maquina, eu que fis. Eu quero lei, justiça. Eu fui mandado do INCRA de Cascavel, só o Sr que pode me valer. Sou casado, tenho seis filhos, estou jogado na rua, passando fome, peço até pelo amor de Deus. Essa área de terra fica na Ponte Queimada..²¹⁶

Guilherme dá início a sua fala firmando que as terras em que estava vivendo tinha sido cadastradas junto ao INCRA, e que por volta de dois anos em que ele já estava vivendo nas mesmas, Juvenal Mesquita apareceu e se disse dono dos quinze alqueires onde Guilherme vivia. Guilherme comprou então, os quinze alqueires de terra de Juvenal, ele explicou que quando adquiriu as terras, pagou inicialmente por dez alqueires, somente mais tarde efetivou o pagamento dos outros cinco alqueires, explicando ainda, que só não conseguiu quitar tudo de uma só vez por conta da safra de hortelã, que não teve na época (década de 1970) um bom preço.

Mas, depois que a transação de todo o dinheiro foi feita para a conta de Juvenal, este efetivou uma ação de despejo contra Guilherme, mandando também que jagunços fossem até sua residência e colhessem os cinco alqueires de plantação de hortelã, como se com essa ação quisesse dizer que dificultaria de todas as formas a permanência de Guilherme. Guilherme cita o nome das pessoas que comandavam o grupo de jagunços que foi até sua casa, e novamente a figura de Ulisses é acionada.

Ao trabalharmos com esta fonte, percebemos que no contexto das disputas que se empreendiam nas áreas de terras dos Mesquitas, as alternativas dos posseiros ao lidarem com tais tensões se mesclaram entre violências, resistências e perpassavam também pela busca da Justiça. Justiça que seria efetivada para eles em sua permanência na terra. Justiça que Guilherme buscou encontrar enviando ao INCRA uma carta na qual se cercou de cuidados para justificar e afirmar que ele tinha direito, que a justiça seria feita, que a lei seria aplicada se ele continuasse a viver nos quinze alqueires que eram reivindicados por Juvenal.

... E vão para lá o Rio Paraná, aos milhares... brasileiros. Quem sabe das proporções deste fato no Brasil? Poucos, pois a imprensa está anunciando com mais vivo interesse, outras migrações internas; ora um, ora outro grupo de famílias levadas para a transamazônica. Uma diferença: Aqui tudo está previsto pelos órgãos do Governo. Algum dia, algum bom jornalista tomará a curiosidade de dar uma entrada no Paraguai pela Ponte da Amizade, partindo do Porto Stroessner,

²¹⁶ Carta enviada ao Coordenador Regional do INCRA, no Paraná, Aroldo José Moletta. Setembro de 1974.

entrando por Hernandaria e subindo, estará então na colônia dos brasileiros. Em domingos particularmente, é mais fácil encontrar essas pessoas em bodegas confraternizando: só ressoa nossa língua pátria, até algum canto da colônia. Esquece-se que estamos em terras paraguaias, bem em frente a linha Oeste do nosso Paraná, que vai de Foz do Iguaçu até Guaira. O fenômeno é interessante, logo agora que, acertadamente o Governo vem abrindo o caminhos de sol entre as sombras das florestas nordestinas, como se essas estradas fossem pequenas para o fluxo migratório do Sul e do Nordeste, vemos aberta uma enorme brecha na fronteira brasileira do Alto do Paraná. Dez anos, até julho do ano corrente, com base em uma estatística paraguaia, sessenta e sete mil brasileiros emigraram para as terras férteis do vizinho País vizinho. A biologia transcreve a vida dos pássaros tropicais pela força do instinto se translocam em bandos por milhares de quilômetros, até encontrar alimentos mais abundantes e ares mais amenos. Agora homens deslocam-se para o Paraguai, e é claro espera-se o triunfo dos pioneiros. Encontrei entre os emigrados do Alto do Rio Paraná, lá do outro lado da fronteira o melhor otimismo. A terra é cem por cento apta para a agricultura, quase sem pedras, fácil para a mecanização. O mato é unicamente de madeira de lei, com a ajuda de motosserra é possível abrir clareiras de forma fácil e rápida, e logo plantar hortelã ou café. Um alqueire de terra custa por volta de 1, 500.00 cruzeiros a 2, 500. 00 cruzeiros, mas em um só ano a colheita do hortelã da mais do que isso. Permanece um problema o minifúndio. Será difícil que o pequeno agricultor possa mecanizar sua lavoura, ou obter capital suficiente para quem um dia faça o destocamento de toda a propriedade como os maiores já estão fazendo. Mais de 60% são gaúchos ou catarinenses, em seguida vem os nordestinos e os paulistas. Perguntados por que preferem aquelas terras ouvi dizerem, “estas são bem abeis baratas do que no Brasil, o clima aqui é mais suportável do que na Amazônia, os impostos no Brasil são de mais aqui basta dar uma contribuição para o Partido Colorado, as terra do Rio Grande estão cansadas, tem muitas pragas” . nota-se que a maioria dos colonos são semianalfabetos e não podem entender uma dinâmica de grupo, que precisa ser aplicada na construção de uma escola, ou de uma capela. Não podem aprender isso dos paraguaios²¹⁷.

O início da fala do Padre Giuseppe Corradin está putada na crítica a parte da imprensa que não noticia a migração de brasileiros para o Paraguai, sendo que de acordo com ele apenas migrações internas e alguns poucos destaques ao deslocamento de famílias para transamazônica eram citados pela mídia. Se este era o posicionamento adotado pelos sujeitos que compunham os meio midiáticos na época (1972), quais as razões que o sustentavam?

De um lado, temos as indicações presente no relatório elaborada através do INCRA, este denunciava a situação difícil em que muitas famílias de brasileiros que

²¹⁷ Matéria publicada no Jornal “Correio do Povo”, Pe Giuseppe Corradin. 03/12/1972. Material anexado em relatório do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- Cascavel- PR.

rumaram para o País vizinho estavam vivendo. De outro, temos os apontamentos feitos pelo Padre. Eleste destaca em muito a positividade da vida de alguns brasileiros que estavam vivendo no Paraguai.

Dar visibilidade as dificuldades enfrentadas por tais famílias possivelmente não compunham o mote de interesses da imprensa, afinal muito daqueles que estavam vivendo em tais condições, tinha saído do Brasil no contexto de um processo de expulsão, de conflitos e exploração. Rumar para o outro lado da fronteira foi uma saída encontrada na tentativa de amenizar as relações, que tiveram que quebrar. Relacionar tais dinâmicas faria com que além de expor os limites de se viver no Paraguai, as tensões que aquelas pessoas viveram no Brasil também fossem, ainda que minimamente, abordadas.

Ao mesmo tempo, dar visibilidade a suposta positividade que algumas famílias estava vivenciando, significa ter que lidar ainda que de modo subjetivo, com a ideia de que viver na colônia paraguaia tinha aspectos mais positivos do que o viver no Brasil.

Como destacado anteriormente, a imprensa não é um veículo de comunicação neutro²¹⁸. A postura dos sujeitos ligados à imprensa se centrou em dar espaço às notícias que não deixavam de ser expressivas das contradições sociais, pois não nos parece que migrações internas também não devam ser noticiadas e problematizadas, entretanto, não abrangem as especificidades de migrações que se fizeram em um espaço de fronteira.

O significativo número de brasileiros vivendo em terras paraguaias é expresso não apenas a partir da estatística citada pelo padre, mas também através do momento de sociabilidade por ele descrito. O encontro nas bodegas, ou seja, pequenos bares instalados na colônia constituíam-se como pontos de encontro entre pessoas que estavam experimentando situações semelhantes. Ainda que não compartilhassem das mesmas condições de classe, era ali as conversas se dinamizavam e certamente onde contavam sobre as dificuldades ou até mesmo sobre a positividade do viver em terras

²¹⁸ As reflexões feitas por Antônio Gramsci em sua obras “Cadernos do Cárcere” são expressivas no estudo diante a análise dos meios midiáticos, para o autor grande parte do que se publica é influenciado pelas ideias das classes dominantes, logo a imprensa não se constitui como um espaço neutro, mas como um espaço onde constantemente visões de sociedade são construídas, nesse sentido, ao pensarmos o posicionamento da imprensa, contestado pelo Padre Giuseppe, devemos nos ater para as relações firmadas pelos sujeitos que compõe a imprensa, logo, não noticiar processos como a migração Brasil-Paraguai pode por si só indicar que tal movimento migratório se constituiu em uma linha tênue, contraditória e representativas das condições de desigualdade vividas socialmente. VER: GRAMSCI, Antônio. Cadernos do Cárcere- Introdução ao Estudo da Filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006a. v. I.

paraguaias. Nesses momentos de sociabilidade, certamente as contradições em suas vivências também apareciam, contradições, sobre as quais falaremos adiante.

Ao tentar discutir a migração dos brasileiros provenientes de diferentes estados, para o Paraguai, Giuseppe Corradin se utiliza de uma metáfora na qual aciona a migração de pássaros que se deslocam por longas distâncias e o fazem por instinto. Ele só esqueceu de dizer que diferentemente dos pássaros os brasileiros que decidiram mudar-se para o Paraguai, não fizeram tal escolha por simples instinto, mas sim porque as pressões que lhes cercavam lhes colocava essa possibilidade como uma alternativa possível de melhor em alguma medida suas condições de vida.

A suposta falta de organização dos migrantes brasileiros é criticada pelo padre, que insiste na ideia de que a construção de uma escola e uma igreja eram necessárias, porém por falta de instrução escolar estas eram tarefas difíceis de serem colocadas em prática. Talvez a não efetivação destas instituições não estivesse nos planos dos migrantes brasileiros, não por conta de sua incapacidade de organização ou falta de escolaridade, mas porque as urgências que vivenciavam em seu dia a dia eram outras. Ao abordarmos estas questões podemos discutir os espaços fronteiriços como espaços de realidades que são diversas:

[...] Já o tempo histórico do capital, é outro. E à ainda outro tempo histórico o empresário rural. Como é outro tempo histórico o índio integrado, mas não assimilado, que vive e se concebe no limite entre o mundo do mito e o mundo História. Como ainda é inteiramente outro tempo histórico do pistoleiro que matas índios e camponeses s mandado do patrão grande proprietário de terras: seu tempo é o de poder pessoal da ordem política patrimonial e não o de uma sociedade moderna, igualitária e democrática que atribui a instituição neutra da justiça histórica entre seus mundos, que é o que os separa. Estão juntos na complexidade de um tempo histórico composto pela mediação do capital, que junta sem destruir inteiramente essa diversidade de situações²¹⁹.

José de Souza Martins pauta sua reflexão em torno da complexidade dos tempos históricos, nessa perspectiva o autor sugere pensarmos os diversos tempos históricos que se encontram, se intercalam e fomentam a conflitualidade e ambiguidade das relações que se tecem na fronteira.

²¹⁹ MARTINS, José de Souza. O TEMPO DA FRONTEIRA: Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão pioneira. In: *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. Editora HUCITEC, São Paulo, 1997. p 159.

No bojo das distinções entre os diversos tempos históricos que se chocam, Martins demonstra os distintos posicionamentos que permeiam o posicionamento dos que vivem à fronteira. Posturas que evidenciam interesses próprios, interesses que se chocam e que ultrapassam períodos históricos através da mediação do capital. É possível percebemos essa complexidade ao liarmos com os apontamentos feitos pelo padre Giuseppe Corradin, diversidades culturais e econômicas.

Culturas distintas que se constituíam lado a lado migrantes e nacionais conviviam juntos, expressando não apenas uma temporalidade específica mas também a diversidade de modos de vida, que se fundem, fazendo estas relações se constituírem como em processos expressivos também, processos conflituosos anteriores, como por exemplo os conflitos pela terra, sobre isso falaremos a seguir.

O baixo custo das terras paraguaias também foi enfatizado pelo Padre, que destaca ainda que em pouco tempo os migrantes poderiam adquirir uma área somente com a renda das plantações de hortelã. Porém, será que todos os migrantes tinham uma área de terra em que pudessem efetivar plantações, ou ainda de contratar serviços mecanizados de destoca da terra? Quem eram esses migrantes? O que motivou sua ida para o País vizinho? E o que dizer sobre toda a positividade destacada através da fala de Giuseppe Corradin?

Estas questões podem ser analisadas ao dialogarmos outro relatório produzido através do Instituto Nacional de Reforma Agrária:

Sobre a notícia publicada no Jornal “Correio do Povo” em dezembro de 1972, para uma melhor compreensão narraremos a fala que nos foi feita por um agricultor brasileiro radicado no País vizinho, que nos perguntou sobre a possibilidade de favorecer a retirada de 30 famílias brasileiras que trabalham em uma gleba de terras paraguaias, situada a 70 quilômetros distante do Porto que divide o Paraguai de Foz do Iguaçu- Brasil, visto que apesar da fertilidade do solo, são explorados quanto ao financiamento agrícola, financiamento de terras, e que até o presente momento integralizaram o pagamento de seus lotes e não receberam documentos. A época de serviços não há possibilidade de se conseguir mão de obra local, visto que são indolentes ao serviço braçal, e afirmam que preferem trabalhadores manuais que são mais lucrativos na agricultura. Além de afirmarem que as terras que os brasileiros estão ocupando são dos paraguaios, e que os brasileiros estão executando os trabalhos iniciais, como a derrubada da mata,

limpeza de terrenos, para depois serem ocupados por moradores locais²²⁰.

Os apontamentos feitos no relatório giram em torno da matéria publicada no Jornal Correio do Povo, com a qual trabalhamos anteriormente. De acordo com nossa fonte, um agricultor procurou o INCRA buscando informações sobre a retirada de cerca de 30 famílias de uma colônia de terras situadas no Paraguai, pela descrição, possivelmente seja a mesma colônia sobre a qual falou o padre Giuseppe Corradin.

Analisando a fala do padre Giuseppe com a que trabalhamos anteriormente e agora dialogando com o relatório, a reflexão proposta por José de Souza Martins sobre a diversidade dos tempos históricos e nesse sentido das culturas e concepções de mundo/vida dos sujeitos que vivenciam a fronteira, pode ser apreendida, à medida que podemos observar as contradições, a diversidade, e os conflitos que permeavam tais relações.

O sujeito que procurou o Instituto disse, assim como o Giuseppe, que as terras paraguaias eram férteis, porém muitos dos brasileiros que lá estavam vivendo estavam sendo explorados quando buscavam financiamentos junto aos bancos na tentativa de adquirirem um pedaço de terra ou mesmo maquinários agrícolas, além disso, quando conseguiam que o financiamento fosse aprovado, pagavam pela terra e não recebiam nenhum documento que comprovasse a compra das mesmas.

O viver no Paraguai agora aparece apresentado de forma diferente. Se anteriormente a positividade foi alvo de destaque, agora vemos a contradição, vemos os limites que cercavam os migrantes brasileiros.

A utilização dos brasileiros nos trabalhos braçais, como a derrubada da mata parece ser a dinâmica que sustentava em alguma medida a permanências dos migrantes brasileiros no País vizinhos, os proprietários de terras paraguaias precisavam dos seus serviços, pois eram mais lucrativos e os migrantes precisavam do trabalho.

Nesse contexto a indolências de trabalhadores paraguaios também é citada, talvez mais do que indolência a negativa daqueles sujeitos em exercer o atividades braçal indica uma forma possível de resistência à práticas de trabalho exploratórias, visto que se nos questionarmos o porque de os trabalhos manuais serem tão procurados

²²⁰ Informe número 01/1973. Instituto de Colonização e Reforma Agraria. Cascavel-PR. Colonização brasileira no Paraguai. 11/01/1973. Engenheiro agrônomo Shiguero Hiroki, executor do projeto fundiário o Paraná.

e se constituírem como mais lucrativos para os empregadores, a remuneração oferecida eram baixa, o trabalho porém era pesado, e muitos se negavam a articular suas ações a eles, longe de ser sinônimo de indolência, essa dinâmica expressa a consciência de trabalhadores que reconhecem os limites que vivenciam, mas tentam de algum modo pressioná-lo, a recusa a tais tipos de atividades pode ser considerada uma delas.

As terras em que os brasileiros estavam vivendo eram de acordo com a pessoa que buscou informações junto ao INCRA sequer eram dos mesmos, estavam lá, comente para fazer a limpeza das áreas, feito isso elas seriam ocupadas por moradores locais.

Como não há condições de trabalho no Paraguai, as 30 famílias da referida gleba, encaminharam ao representante que procurasse, a possibilidade do INCRA ajudá-los na transferência do Paraguai para a Transamazônica, visto que em solo pátrio teriam poucas condições trabalho e prosperidade. Pelas condições encontradas, as famílias de colonos e posseiros estão arrependidas e desejosas de voltar para o Brasil. Esclarecemos que essas famílias brasileiras emigraram para o vizinho País de formas ilegais. Fomos informados que emigraram para o vizinho País através da transposição de diversos pontos do Rio Paraná, ex posseiros de áreas como Missões, Lindoeste e da área Mesquita.²²¹

Na sequência são apresentados os porquês das 30 famílias enviarem um representante ao INCRA com o intuito de saber de qual modo deveria ser efetivada sua saída do Paraguai. A não existência de condições de trabalho, como indicamos anteriormente lidar com o trabalho braçal não era algo fácil.

O arrependimento, algo que não apareceu na fala do padre Giuseppe Corradin tem agora destaque, a prosperidade do viver no Paraguai vai sendo aos poucos desconstruída. Viver lá significa ter que lidar também, com dificuldades. Dificuldades que não eram a primeira com a qual estavam lidando, visto que a motivação para sua mudança para o outro lado do Rio Paraná, foi a expulsão de espaços como a propriedade de Mesquita/Rimacla, e sabemos o contexto em que essa expulsão foi vivida, dificuldades que certamente enfrentaram ao viver em outro País de forma ilegal.

As reflexões feitas nessa dissertação encontraram alguns limites, como o receio das pessoas com as quais conversei objetivando investigar os conflitos vividos na região da Ponte Queimada, bem como a dificuldade de encontrar sujeitos que se dispusessem a

²²¹ Ibidem.

conversar sobre os mesmos. As fontes que foram aqui analisadas nos possibilitaram perceber que os sentidos atribuídos a tais processos são diversos, as violências vividas foram diversas, a narrativa de Jair expressa a complexidade e significância destes processos de disputas:

Então foi uma coisa muito cruel né da parte... você vê né, é uma história que a gente viveu né, eu me criei aqui, e isso aconteceu nos anos 70 por ai, mais ou menos isso, então eu já tinha conhecimento, conheci o Ulisses, conhecia o polaco, conheci um outro cara também que... assim, pra gente que conhecia eles, eles eram gente boa né, só que ali dentro²²².

“Foi uma coisa muito cruel”. Crueldade, violência que se fizeram no momento dos embates, mas nas pressões vividas diariamente, na construção de novas relações de trabalho, e que se fazem presente ainda hoje no receio de falar sobre o que foi vivido. Jair não foi posseiro, mas morou ao lado das terras que compunham a fazenda Rimacla, e visualizou os conflitos que se elaboraram naquela região, conheceu Ulisses e outros que exerciam a função de jagunço, e disse que eram “gente boa”, do mesmo modo que os empregados de João se referiram a ele como um “bom patrão”, “ó que ali dentro”...

²²² Jair, pseudônimo. Entrevista realizada pela autora na residência de Jair em 23/01/2015.

Considerações Finais

Como indiquei na introdução desta dissertação, comecei a lidar com indícios sobre os conflitos pela terra no município de Santa Helena-PR ainda no processo de construção de meu trabalho monográfico. E desse modo, me dispus a investigá-los em minha pesquisa de mestrado.

As reflexões feitas aqui partem de alguém que sempre viveu no município e que em poucos momentos visualizou/visualiza considerações sobre processos de conflitos no campo quando a história de Santa Helena é contada, prática que costuma acontecer em seus aniversários de emancipação política, ou mesmo em alguns eventos culturais propostos pela municipalidade.

A contradição entre uma determinada história, ou seja, a história oficial e “histórias” que me eram acionadas pelas pessoas com as quais mantive contato tanto para a elaboração do trabalho monográfico, bem como no decorrer da pesquisa de mestrado me incomodavam: um passado supostamente tranquilo e harmonioso era a todo o momento confrontado por falas que expunham conflitos. Decidi, então, investigá-los.

No percurso de investigação e busca pelas fontes, fui ao INCRA em Santa Helena-PR, bem como na sede do instituto em Cascavel-PR, me dirigi ainda ao fórum do município de Santa Helena e ao Fórum do município de Matelândia- PR. Porém, mudanças foram acontecendo, fontes que em um primeiro momento visualizei como materiais com os quais poderia trabalhar não foram encontradas.

Ainda que com estes limites e as discussões tenham deixado questões abertas, entendemos que este é um primeiro passo, a pesquisa, o trabalho não se encerra aqui. Esta é uma discussão que continuará sendo investigada de forma mais profunda, por mim, ou por outros que do mesmo modo visualizarem a necessidade de novas investidas de pesquisa sobre os conflitos no campo, e, desse modo, se interessarem por discussões que lidem com as práticas conflituosas vividas em Santa Helena.

Este trabalho expressa o fazer-se de relações sociais que são pressionadas e alteradas por agentes sociais diversos, disputas, conflitos que não deixaram de existir, como destacou André, “esse negocio de sem terra faz muitos anos que tem né, então eles se reunião e se acampavam em um pedaço de terra.” O entrevistado enfatizou uma

prática que é histórica, ação que é visualizada por muitas pessoas como uma possibilidade de alcançar mudanças em suas vidas.

A busca por um pedaço de terra foi assim efetivada pelas famílias que, dentro dos limites que vivenciavam, decidiram rumar para a Gleba Ponte Queimada e ali tentarem se estabelecer e construir suas relações de trabalho. Entretanto, se estabelecer na Gleba não foi algo tranquilo. A ação que se colocou como uma possibilidade de acesso a terra esbarrou nos interesses de sujeitos que não mediram esforços para retirar as famílias das terras. “Dava os confronto, queimava os barraco fazia de tudo, né.” A fala de André evidencia muito do que discutimos. Os confrontos entre posseiros e os supostos proprietários das áreas de terras se deram de formas diversas, “Fazia de tudo”.

Nesse sentido, as reflexões feitas nessa dissertação foram significativas para que pudéssemos lidar com estes embates. O diálogo com as fontes nos deu a possibilidade de caminhar pelos meandros sobre os quais se fizeram as disputas pela terra na Gleba Ponte Queimada.

Gostaria, no entanto, ainda fazer algumas considerações sobre as relações classistas vividas em sociedade, e, nesse sentido, reflexões que não buscam encerrar as discussões que foram aqui propostas, visam ao contrário instigar as problematizações em torno das tensões sociais experimentadas no campo. Disputas, conflitos que foram vividos por sujeitos diversos, pessoas que ao lidarem com as dinâmicas que foram se elaborando no decorrer dos processos de expulsão da terra, o fizeram de formas diferenciadas, bem como do mesmo modo elaboraram sua interpretação sobre elas.

A condição de classe atribuída aos trabalhadores, materializada em relações de poder que lhes são aqui associadas (e ora por eles assinaladas /e ou assumidas) como adversas, não estabelece nenhuma aproximação mecânica entre esses sujeitos. Ao viverem a desigualdade como território compartilhado, a tensão e os conflitos podem se expressar na reprovação de determinadas posturas, tanto quanto na condenação de certas atitudes²²³.

²²³ Carlos Meneses de Sousa Santos constrói uma reflexão em torno das experiências e nesse sentido, da movimentos de trabalhadores, destacando nesse percurso práticas por eles vividas no município de Marechal Cândido Rondon-PR. Ao fazer isso o autor salienta as articulações, aproximações e controvérsias de suas práticas e percepções sobre as dinâmicas vivenciadas. VER: SANTOS, Carlos Meneses de Sousa. *Trabalhadores em Movimento: Horizontes abertos em Marechal Cândido Rondon-PR. Segunda metade do Século XX e início do Século XXI*. Jundiaí, Paco Editorial:2016, p 105.

As considerações acima, feitas por Carlos Meneses de Souza Santos, indicam que a classe, longe de ser uma abstração, ou algo vivido de forma mecânica, é materializada através das relações de poder que lhes são associadas. Relações de poder, relações classistas, foram estas as problematizadas nesta dissertação. Dinâmicas que por vezes tiveram desfechos violentos, vividos e exercidos de formas diversificadas, mas não deixaram de ser uma constante. Relações de poder que são representativas do mote de alternativas e formas de resistências construídas em meio aos limites e possibilidades vividas pelas pessoas que tiveram que lidar com as ações de disputa em torna das terras da Gleba Ponte Queimada.

Experimentar uma mesma classe social, ou melhor, compartilhar aflições e perspectivas que se aproximam, não significa dizer, no entanto que as formas de enfrenta-las foram as mesmas. Podemos perceber e discutir estas alternativas diversificadas através das fontes com as quais trabalhamos. Por vezes, as indicações presentes nos relatórios, pareceres, matérias jornalísticas e nas fontes orais enfatizam a violência física que foi empreendida pelas pessoas contratadas pelos que se diziam proprietários das áreas de terras em disputa na Gleba Ponte Queimada.

Entretanto, alguns dos trabalhadores que viviam nas terras da referida Gleba decidiram deixar as mesmas antes que um embate direto viesse a ocorrer, afinal temiam pela vida de suas famílias. Perceber essas ações e discuti-las é entender que as relações conflituosas não se tornam expressivas das relações de poder desiguais somente quando o confronto direto acontece.

O confronto aconteceu e continua acontecendo de forma por assim dizer, velada, formas que não ganharam destaque por meio da mídia ou por meio dos relatos produzidos por funcionários do Instituto Nacional de Reforma Agrária. O confronto aconteceu quando uma família teve que vender seu pedaço de terra para o fazendeiro que morava ao lado, pois este deu um jeito de deixa-los sem água. Uma ação que não deixou de ser violenta, porém a violência não se efetivou de forma física, e sim através do corte da água. Experiência que não foi vivida na Gleba Ponte Queimada, mas que nem por isso deixou de ser uma vivência significativa ao analisarmos o mote de questões que permeiam as disputas pela terra.

Nesse enredo, um dos esforços feitos nessa dissertação se pautou na problematização das tensões vividas na Gleba Ponte Queimada, sem deixar de discutir

as experiências de sujeitos que também tiveram que lidar com disputas pela terra, ainda que as mesmas não tenham se dado nas áreas analisadas. Além disso, nos propusemos pensar os embates na Gleba Ponte Queimada e, ao mesmo tempo, atentos a outros conflitos que ocorreram no estado do Paraná

Essa pesquisa destaca, e ao mesmo tempo busca instigar novas discussões sobre as relações conflituosas vividas no campo, e para além dos conflito diretos, os que se fazem nos meandros das ações que ganharam/ganham destaque. Talvez esse seja o nosso maior desafio enquanto pesquisadores, historiadores: lidar com os processos históricos sem deixar de lidar com questões que fogem do que a principio é nosso objeto de estudo. Pensar sobre trajetórias, práticas diversas, a movimentação dos trabalhadores que de algum modo tiveram que lidar com os embates na Gleba em tela, pois é necessário lidarmos com as dinâmicas sociais materializando este exercício. Logo este trabalho teve como intuito discutir as tramas sociais diante das quais se fizeram as disputas pela terra.

Referências bibliográficas:

- AYOUB, Dibe Os posseiros – conflitos e resistências frente a indústria madeireira. In: *Memórias dos povos do campo no Paraná – Centro Sul*. Curitiba, Instituto de Terras, Cartografia e Geociências- ITCG, 2013
- AYOUB, Dibe Conflitos por terras no município de Santa Helena. In: *Comissão Camponesa da Verdade*. Relatório Final: Violações de Direitos no campo 1964 a 1988. Brasília, dez 2014
- BONA, Aldo Nelson. *História, verdade e ética: Paul Ricoeur e a epistemologia da história/ Aldo Nelson Bona*. Guarapuava: Unicentro, 2012
- BOTH, Marcio Antônio da Silva. *A construção do intruso: o processo de apropriação da terra na região serrana do Rio Grande do Sul (1889- 1925)*. Tempos Históricos. SSN 1517-4689. Volume 12, numero 2, ano X, 2º semestre/2008
- CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.
- CHAGAS, Mayara Fontoura das. *Narrativas de colonos e posseiros na luta pela terra: a (re) criação da memória na revolta de três barras Paraná, 1964/2014, Marechal Cândido Rondon, 2015*, (Dissertação Mestrado em História- Universidade Estadual do Oeste do Paraná)
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro na Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 2001
- COLODEL, José Augusto. *Obrages e companhias colonizadoras: Santa Helena na História do Oeste paranaense até 1960*.
- COLOMBO, Leonir Olderico. *Memória Documentos sobre a Revolta de 1961*. Serranópolis do Iguaçu, 2001, Gráfica e Editora IGAL Ltda- Capanema PR.
- CORSO, João Carlos. *A religiosidade presente no processo de formação do MST do Paraná: as relações entre CPT e MST (Déc. 80-90)*. XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005.
- CRESTANI Leandro de Araújo. *Conflitos agrários e mercado de terras na fronteira do Oeste do Paraná (1843/1969)*. Toledo, PR, 2012. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Agronegócio. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Toledo. Centro de Ciências Sociais e Aplicadas
- CRESTANI, Leandro de Araujo. SCHALLENBERGER, Erneldo. *Nas fronteiras do Oeste do Paraná: Conflitos agrários e mercados de terra (1843-1960)*

DINIZ, Aldiva Sales. *Reforma agrária brasileira: uma breve discussão*. Artigo vinculado a Revista Homem, espaço e tempo. Universidade Estadual do Vale do Aracaju. Outubro de 2010.

DUARTE, Maria de Los Angeles González. HELER, Milton Ivan. *Memórias de 1964 no Paraná*. Curitiba, Imprensa Oficial do Paraná, 2000 (Coleção Brasil diferente),

FELICIANO, Carlos Alberto. A prática de violência no campo brasileiro do século XXI. Universidade de Pernambuco.

FRANCO, Maria Sílvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Editora Unesp, 1997, p. 17.

FREITAS, Sheille Soares de. *Em pauta, as disputas sociais na cidade: notas sobre imprensa e memória em Uberlândia*. In: FREDRIGO, Fabiana de Souza et al (Orgs). *Escritas da História: Política, identidade e imaginário*. Goiânia: Ed. UCG, 2009, p 209-227

GINZBURG, Carlo. Sinais, raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990

História oral e memórias: entrevista com Alessandro Portelli. História e Perspectivas, Uberlândia (50): 197-226 jan./jun. 2014, p 05

GRAMSCI, Antônio. Cadernos do Cárcere- Introdução ao Estudo da Filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006a. v. I.

HOBBSBAW, Eric J. *Rebeldes Primitivos: Estudo sobre as formas Arcaicas dos Movimentos Sociais nos séculos XIX e XX*. Editora Ariel S .A, Barcelona.

IANNI, Octavio. *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1979.

KHOURY, Yara Aun. *Muitas memórias, outras Histórias: Cultura e o sujeito na história*

KHOURY, Yara Aun. *Narrativas orais na investigação da história social*. Artigo produzido junto ao Núcleo de Estudo e Cultura, Trabalho e Cidade exposto no I Encontro Procad, PUC-SP 3 a 15/05/01. p 06.

LANGARO, Jiani Fernando. Para além de pioneiro e forasteiros: outras histórias do oeste do Paraná. Dissertação. Universidade Federal de Uberlândia-MG, Programa de Pós-Graduação em História, 2005.

LEOCÁDIO, Leandro Cesar. *Guerra, Guerrilha ou Revolta de Porecatu? Vários olhares o mesmo acontecimento*. Artigo

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo, SP: HUCITEC, 1997

- MARTINS, José de Souza. *O tempo da fronteira*. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 8(1): 25-70, maio de 1996
- MARTINS, José de Souza. A disputa pela concepção de destino na situação de fronteira. In: *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. Editora HUCITEC, São Paulo, 1997
- MARX, K. ENGELS, F. *A ideologia alemã*. 2 v. Trad.: C. Jardim e E. L. Nogueira. Lisboa: Editorial Presença, 1974-75
- MENDONÇA, Sonia Regina. *Estado, Violência simbólica, e Metaforização da Cidadania*.
- MEZZOMO, Frank Antônio. Entre a Cruz e política: leituras do pastor e político Gernote Kirinus- Entrevista, p 03.
- MOTTA, Márcia Maria Mendes. Grandes fazendeiros e suas lutas. In: *Nas fronteiras do poder: conflito de terra e direito á terra no Brasil do século XIX*- Rio de Janeiro: Vício de Leitura: Arquivo Publico do estado do Rio de Janeiro, 1998.
- MORAES, Junior Leozil de. MASTRO: a formação do movimento dos agricultores sem terra do Oeste do Paraná. (1970-1990). Dissertação de Mestrado, Marechal Cândido Rondon, Universidade Estadual do Oeste do Paraná. UNIOESTE, 2011.
- MYSKIW, Antônio Marcos. *Colonos, Posseiros, Grileiros: conflitos de terras no Oeste Paranaense (1961-1966)* Dissertação de Mestrado, p 78. Universidade Federal Fluminense- UFF. Centro de Estudos Gerais de Ciências Humanas e Filosofia, Pós Graduação em História. UFF-UNIOESTE. Niterói, RJ 2002.
- OLIVEIRA, Fabiana Luci de. SILVA, Virginia Ferreira de. *Processos judiciais como fonte de dados: poder e interpretação*. Sociologias N° 13. Jan-June.2005, p 02.
- PALMAR, Aluizio, *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?* Aluizio Palmar – Curitiba: – Travessa dos Editores
- PORTELLI, Alessandro. *História oral e poder*. Universidade La Sapienza, Roma. Conferencia no XXV Simpósio Nacional da ANPUH, Fortaleza. 2006.Vol6, n° 02, p 2-13.
- PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral ser diferente. Tradução: Maria Therezinha Janine Ribeiro. Revisão técnica Dea Ribeiro Fenelon.
- PRIORI, Ângelo. *A Revolta Camponesa de Porecatu*. ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História – Fortaleza, 2009
- RADAELLI, Sônia Regina. *“Coisas de alguém não comum”*: conflitos pela posse da terra em Santa Helena (1960-1980). Universidade Estadual do Oeste do Paraná-

UNIOESTE- Centro de Ciências humanas Educação, e Letras -CCHEL- Colegiado do curso de História (Trabalho de conclusão de curso)

RUSCHEINSKY, Aloísio. Memória e Conflito: movimento social e violência. In: VIOLÊNCIA em tempo de globalização. SANTOS, José Tavares (Organizador). Editora HUCITEC, São Paulo, 1999.

SANTOS, Carlos Meneses de Sousa. Trabalhadores em Movimento: Horizontes abertos em Marechal Cândido Rondon-PR. Segunda metade do Século XX e início do Século XXI. Jundiaí, Paco Editorial:2016

SCHALLENBERGER, Erneldo. SCHNEIDR, Iara Elisa. *Fronteiras agrícolas e desenvolvimento territorial: ações de governo e dinâmica do capital*. Sociologias, Porto Alegre, ano 12, N° 25. Set/dez, 2010

SCHREINER, Davi Félix. *Memórias da terra*. Revista Helena, ano 1 N 2, abril 2013 publicação da Secretária de Estado da Cultura. p 45.

SCHREINER, Davi F. *Cotidiano, trabalho e poder: A formação da cultura de trabalho no Extremo Oeste do Paraná*. Cascavel. EDUNIOESTE, 1997

SCHREINER, Davi Felix. *Entre a Exclusão e a Utopia: Um Estudo sobre os Processos da Vida Cotidiana nos Assentamentos Rurais*. (Região Sudoeste/Oeste do Paraná). São Paulo, 2002.

SERRA, Elpídio. *A Colonização Empresarial e a Repartição da Terra no Paraná Moderno*. Boletim de Geografia, UEM, ANO 11, numero 01 dezembro 2013,

SILVA, Tatiane, K.M.: *Trabalhadores e proprietários na "Terra das águas": Conflitos, desapropriações e expectativas sobre os modos de viver em Santa Helena - PR (1960-2013)*.UNIOESTE-Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus de Marechal Cândido Rondon, Centro de Ciências humanas, educação e letras- CCHEL. Colegiado de História. 2013

SCHOLZ, Jhonatan Marcel. *O Sudoeste paranaense e a Doutrina de Segurança Nacional: a geopolítica em tempos de ditadura*. Revista Espaço acadêmico, n 160

THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria ou Um Planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores,1981

VIEIRA, Wesley Alves. O *paradigma das questões agrárias no estudo dos conflitos campo*. XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Territórios em disputa: os desafios da geografia agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro. Universidade Federal de Uberlândia. MG, 15 á 19 de 2012.

WACHOWIZ, Ruy C. As frentes pioneiras. In: *História em Debate*. Curitiba, SECE/Biblioteca Publica do Paraná, 1986 (Ideias em Debate) N° 5

WEBER MAX, Economia e Sociedade, Brasília. Editora da UNB, 1999.

WEBER, Max: Os tipos de dominação. In: *Economia e Sociedade*. Brasília, editora da UBN 1999,

WESTHALEN, Maria Cecília. MACHADO, Brasil Pinheiro, BALHANA, Altiva Pilatti. *Nota Prévia ao Estudo da Ocupação da Terra no Paraná Moderno*. Boletim da Universidade Federal do Paraná. Departamento de História. Curitiba, Paraná, Brasil N° 07, 1968.

WILLIAMS, Raymond. *Base and Superstructure* In: Marxist Cultural Theory. New Left Review, I/82, p. 3-16, Nov./Dec. 1973

WILLIAMS, Raymond, *O Campo e a Cidade: na história e na PL Literatura*. Tradução Paulo Henrique Brito, São Paulo, Companhia das Letras, 1989,

ZAAR, Miriam H. *A migração rural no oeste paranaense*. Revista Eletrônica de Geografia e Ciências Sociais. Universidade de Barcelona [ISSN 1138-9788] N° 94 (88), 1 de agosto de 2001,

Fontes

Entrevistas orais:

Amanda, pseudônimo. Entrevista realizada em 04/07/2015 na residência de Amanda.

André, pseudônimo. Entrevista realizada pela autora em 15/08/2015 na residência de André

Augusto, pseudônimo. Entrevista realizada pela autora na residência de Augusto em 02/05/2012.

Ederson, pseudônimo. Entrevista realizada pela autora na residência e Ederson em 11/09/2015

Jair, pseudônimo. Entrevista realizada pela autora na residência de Jair em 23/01/2015.

José, pseudônimo. Entrevista realizada pela autora na residência de José em 04/04/2012.

Juliano, pseudônimo. Entrevista realizada pela autora na residência de Juliano em 23/08/2012.

Lisandro, pseudônimo entrevista realizada em 24/11/2015 na residência de Lisandro.

Luana, pseudônimo. Entrevista realizada pela autora na residência de Luana em 22/01/2015.

Lúcia, pseudônimo. Entrevista realizada pela autora na residência de Lúcia em 16/12/2014.

Marino, pseudônimo. Entrevista realizada pela autora em 25/10/2015 na residência de Marino.

Miguel, pseudônimo entrevista realizada em 24/11/2015 na residência de Lisandro.

Comissão Pastoral da Terra:

Depoimento de Dom Agostinho José Sartori e Gernote G. Kirinus á Comissão Pastoral da Terra. Acervo do CEPEDAL Marechal Cândido Rondon. Sessão Especial sobre a questão da terra.

Depoimento prestado por Gernote Kirinus e Dom Agostinho Sartori a Comissão Pastoral da Terra (CPT) Arquivo disponível no Centro de Documentação e Pesquisa do Oeste do Paraná (CEPEDAL) Campus da Universidade Estadual do Oeste do Paraná- Marechal Cândido Rondon

Os Posseiros e suas lutas no Oeste do Paraná. Documento produzido pela CPT – Comissão Pastoral da Terra, disponível no Arquivo ThomásBaldoino. 1972

Pareceres, relatórios e autos de declaração:

Secretaria de Segurança Pública. Acessória jurídica, parecer N° 38/69. Estado do Paraná. Arquivo disponível junto ao Núcleo de Pesquisa Sobre o Oeste do Paraná (CEPEDAL) Campus da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

Auto de Declaração, 28/08/1969. 7ª Divisão Policial de Cascavel. Secretaria de Segurança Pública do Paraná. Arquivo disponível junto ao Núcleo de Pesquisa Sobre o Oeste do Paraná (CEPEDAL) Campus da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

Auto de Declaração, 30/08/1969. 7ª Divisão Policial de Cascavel. Secretaria de Segurança Pública do Paraná. Arquivo disponível junto ao Núcleo de Pesquisa Sobre o Oeste do Paraná (CEPEDAL) Campus da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

Auto de Declaração, 06/09/1969. 7ª Divisão Policial de Cascavel. Secretaria de Segurança Pública do Paraná. Arquivo disponível junto ao Núcleo de Pesquisa Sobre o Oeste do Paraná (CEPEDAL) Campus da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

Secretaria de Segurança Pública. Delegacia de Ordem Política e Social. Estado do Paraná. Cascavel 19 de Setembro de 1969. Relatório. Arquivo disponível junto ao Núcleo de Pesquisa Sobre o Oeste do Paraná (CEPEDAL) Campus da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

Instituto Brasileiro de Reforma Agrária. Distrito de Terras do Paraná e Santa Catarina. Relatório feito pelo Secretário de Segurança do Estado, General Mario Portes em 15/05/1969. Arquivo disponível no CEPEDAL da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Candido Rondon.

Instituto Brasileiro de Reforma Agrária. Distrito de Terras do Paraná e Santa Catarina. Relatório feito pelo Secretário de Segurança do Estado, General Mario Portes, feito em 09/09/1969. Curitiba- PR. Arquivo disponível junto ao Núcleo de Pesquisa Sobre o Oeste do Paraná (CEPEDAL) Campus da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

Relatório elaborado através do Instituto Nacional de Reforma Agraria-Cascavel- PR. 13/06/1972.

Auto de declaração, Secretária de Segurança Pública, 7º Sub divisão policial de Cascavel- PR. 20/09/1969, declaração prestada por Rogério Simioni. Arquivo disponível junto ao Núcleo de Pesquisa Sobre o Oeste do Paraná (CEPEDAL) Campus da Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Auto de declaração, Secretária de Segurança Pública, 7º Sub divisão policial de Cascavel- PR, 21/09/1969, declaração prestada por João Silva. Arquivo disponível junto ao Núcleo de Pesquisa Sobre o Oeste do Paraná (CEPEDAL) Campus da Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Auto de declaração, 30/08/1969. Secretária de Segurança Pública do Paraná. Arquivo disponível junto ao Núcleo de Pesquisa Sobre o Oeste do Paraná (CEPEDAL) Campus da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

Matérias Jornalísticas:

Matéria publicada no Jornal O Estado de São Paulo- SP, “INCRA é usado para enganar Possesiros” em 17/06/1971

Matéria publicada no Jornal O Estado de São Paulo em 31/12/1971. “Policia Controla a situação no Paraná.”

Matéria publicada no Jornal Nosso Tempo de 13 á 19 de 1981. Ano I, Nº 22, pg 10. Marcelo Barth, o líder.

Matéria publicada no Jornal O Estado de São Paulo “O Tiroteio é Caso Confuso” em 12 de junho de 1971. SP.

Jornal O Estado de São Paulo, matéria publicada em 16/08/1971 “Os Porquês do Tiroteio Surgem”.

Matéria publicada no Jornal O Estado de São Paulo em 28/06/1971 “Tiroteio já tem um Responsável”

Matéria publicada no Jornal O Estado de São Paulo em 29/06/1971. “Policia prende nove Possesiros”

Matéria publicada no Jornal O Estado de São Paulo em 10/01/1972. “Silêncio: é uma Guerra. Uma breve interrupção: A luta pela terra e as mortes podem voltar a qualquer momento.

Matéria publicada no Jornal O Estado de São Paulo em 30/11/1972. “Santa Helena vive estado de Calamidade Publica”.

Matéria publicada no Jornal O Estado de São Paulo “Um grande projeto”, em 30/12/1971

Matéria publicada no Jornal “Correio do Povo”, Pe Giuseppe Corradin. 03/12/1972.
Material anexado em relatório do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- Cascavel- PR.

Tumulto causado por advogado. Identificação: Secreto. Instituto Nacional de Reforma Agrária- Cascavel-PR 13/06/1972.

Carta enviada ao Coordenador Regional do INCRA, no Paraná, Aroldo José Moletta. Setembro de 1974.